

relatório do
observatório
de luta contra
a pobreza na
cidade de
Lisboa



observatório
luta contra a pobreza
na cidade de Lisboa

[ficha técnica

Título:

Primeiro Relatório do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa

Edição:

Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa
REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (Núcleo Distrital de Lisboa)
Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 7 - Apartamento 311 - 1600-196 Lisboa
Tel: 21.798 64 48
Fax: 21.797 65 90
E-mail: lisboa@reapn.org
www.observatorio-lisboa.reapn.org

Autores:

Elizabeth Santos, Jordi Estivill, Sérgio Aires

Arranjo gráfico:

make_up design - agosto pires

Data de Edição:

Dezembro 2007

Apoios:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Nota:

Este documento poderá ser reproduzido ou transmitido por qualquer forma, ou qualquer processo, electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia, e-mail desde que seja citada a fonte e os respectivos autores.

[índice

Prefácio	4
1 Introdução	8
1.1. A Observação Social e os Observatórios Locais de Luta Contra a Pobreza	8
1.2. A iniciativa do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa	9
2 A Cidade de Lisboa: números e factos	11
2.1. Breve caracterização demográfica da Cidade de Lisboa	11
2.2. A Educação	19
2.3. A situação Económico-financeira	23
2.4. A Saúde	26
2.5. A Justiça	28
2.6. A Cultura	29
2.7. Os Equipamentos Sociais	30
3 Principais indicadores sociais: um "retrato falado"	33
3.1. A pobreza: enquadramento do fenómeno	33
3.2. A pobreza na União Europeia e em Portugal	35
3.3. Lisboa: um primeiro retrato social	41
3.3.1. Grupos Etários	41
3.3.2. Tipos de Agregado Familiar	42
3.3.3. Situação face ao Emprego	44
3.3.4. Educação	50
3.3.5. Habitação	53
3.3.6. Deficiência	65
3.3.7. População Estrangeira	68
3.3.8. Principal meio de vida	69
3.3.9. Equipamentos e respostas sociais	72
3.3.10. Protecção Social	91
3.3.11. Rendimento Social de Inserção	96
3.3.12. Quadro dos principais indicadores relevantes por freguesia	104
3.3.13. Mapificação de alguns indicadores	156
3.4. Análise de Políticas, Programas e Medidas	188
3.4.1. Uma primeira leitura	188
3.4.2. Sistematização da análise das políticas, programas e medidas	191
4 Um primeiro balanço conclusivo e recomendações	198
4.1. Um primeiro balanço conclusivo	198
4.2. Algumas orientações para o futuro	202
5 Construindo um Modelo para o Observatório	206
5.1. As características do Observatório: principais questões	206
5.2. Principais eixos de intervenção propostos para o Observatório	208
5.3. O modelo proposto para o Observatório	209
Anexos	210
A. Plano Estratégico para o Observatório 2008-2010	211
B. Proposta de Plano de Acção 2008-2009	214
C. Índice de produtos disponíveis	216

[prefácio

Com este primeiro relatório cumpre-se uma importantíssima primeira etapa do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa.

Na realidade, desde a fundação da Rede Europeia Anti-Pobreza em Portugal que sempre defendemos a investigação, o estudo e a utilização de diferentes formas de diagnóstico como meios primordiais no combate à pobreza. Se actualmente isto se tornou uma evidência, e se vai consolidando como prática, não o era assim nos idos anos 90.

Nessa altura, em que tão pouco se sabia sobre a pobreza em Portugal e em que a exclusão era ainda um conceito de difícil definição, já a Rede Europeia Anti-Pobreza se batia, aqui e em Bruxelas, pela promoção de mecanismos de observação e de diagnóstico credíveis como formas fundamentais de combater a pobreza. Perdida que foi a batalha pela criação de um Observatório Europeu (perdida a batalha, mas não a guerra...), alguns Estados da União Europeia conseguiram - sobretudo no âmbito de iniciativas comunitárias e de projectos europeus - pôr em marcha diferentes observatórios.

Este movimento de observação social ganha cada vez mais expressão. Os Observatórios parecem uma moda, surgem como cogumelos e, de repente, parece que não se pode viver sem eles. Ora isto não deixa, de facto, de ser verdade. A sociedade muda todos os dias, a uma velocidade cada vez mais estonteante e esta necessidade de observar e diagnosticar em permanência é cada vez mais forte. As necessidades são sempre relativas e o que é hoje cada vez mais importante, particularmente para quem tem que tomar decisões, é conhecer o que é verdadeiramente prioritário. A crescente complexidade dos problemas também está na base da necessidade que os actores, particularmente os responsáveis políticos, têm de conhecerem cada vez melhor a realidade.

No fundo, vivemos actualmente numa sociedade de risco, de incerteza. Existem muitos problemas para os quais é difícil encontrar soluções. É nesta perspectiva que surge a necessidade de ter nas mãos a melhor informação possível. De resto, as políticas sociais são hoje feitas disto mesmo. A política tem que ser um "fato à medida" e, por isso mesmo, baseada numa informação muito qualificada.

Por outro lado, existe uma cada vez maior preocupação com a eficácia, com a boa gestão dos sempre poucos recursos. A gestão por objectivos, que começa a ser ensaiada, é outra das razões que justificam a existência de estruturas dedicadas à observação.

Não é fácil ter indicadores para medir tudo o que queremos ou necessitamos. Por outro lado, a complexidade dos conceitos também não ajuda: pobreza, exclusão, vulnerabilidade, inclusão...

Um Observatório é um instrumento para um observar atento, que utiliza métodos específicos e adaptados a cada uma das realidades que se pretende observar. E estas realidades não se dão a ver com facilidade. É necessário fazer um enorme e permanente esforço para vencer a subjectividade. Ora isto faz-se precisamente se tivermos sistemas organizados de informação com uma duração suficiente de tempo que nos permita comparações, medir tendências, apresentar cenários, avaliar...

Por outro lado, um Observatório social pode ainda ter outras funções: pode optar por produzir um tipo de conhecimento mais qualitativo; por acoplar diferentes cartografias de indicadores sociais dando visibilidade e expressão social aos fenómenos através de estudos de casos paradigmáticos; pode construir e manter painéis de actores sociais relevantes e inquiri-los periodicamente (como reagem às mudanças, como as incorporam - é o caso dos painéis de famílias) tentando por esta via perceber o real impacto de algumas políticas; pode ainda promover e sustentar painéis de técnicos / organizações procurando medir como os técnicos sociais e as organizações vão evoluindo na aplicação das políticas.

No entanto, e independentemente de todas as potencialidades destes instrumentos, é preciso estar

consciente de que as capacidades de um qualquer Observatório são sempre limitadas. É sempre necessário seleccionar algo em detrimento de outras coisas. Algumas das formas de ultrapassar estas limitações podem passar pela possibilidade de aproveitar recursos locais e rentabilizá-los. Também aqui as parcerias jogam um importante papel na rentabilização de recursos em termos de conhecimento e investigação colocando os Observatórios sociais ao serviço das comunidades.

Foi conhecendo e reconhecendo todas estas características e condições de existência de um Observatório social que procurámos iniciar a implementação do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa.

Na nossa opinião cumpriram-se na totalidade, e com sucesso, os objectivos iniciais: montar uma estrutura mínima, conhecer e dialogar com alguns dos principais actores, recolher e analisar todos os dados disponíveis, "relevar" uma primeira fotografia da pobreza na cidade de Lisboa e dos recursos e políticas disponíveis, disponibilizar várias bases de dados instrumentalmente importantes para análise e monitorização futuras, propor um modelo para o Observatório.

Importa sublinhar que a tarefa não foi fácil. Encontraram-se muitos obstáculos que, de resto, já eram esperados: falta de dados e difícil acesso aos mesmos, uma qualidade e actualidade dos indicadores que nem sempre permite obter informações comparáveis ou monitorizáveis, uma permanente dificuldade de obter dados relativos a uma maior proximidade territorial (freguesias) e a um mais detalhado mapeamento dos fenómenos.

Como sempre afirmámos, nesta primeira fase, o observatório pretendia obter uma fotografia. Uma fotografia com todas as suas condicionantes: estática, datada no tempo e no espaço, com um ângulo único e, portanto, permeável a um certo grau de subjectividade. Não obstante estas condições, pensámos que conseguimos uma primeira imagem de alguns dos fenómenos e suas consequências e do seu impacto na distribuição territorial que nos permite definir um modelo de desenvolvimento do Observatório coerente com as necessidades e capaz de concretizar a sua missão.

Encontrado que está o modelo e tirada a primeira fotografia da pobreza na cidade de Lisboa, importa agora avançar para uma segunda etapa. Trata-se de uma etapa em que o Observatório, dotado de um Plano Estratégico para três anos (2008-2010) e de um Plano de Acção para dois anos (2008-2009) procurará qualificar a informação até agora encontrada, monitorizar a informação disponível e, acima de tudo, produzir informação e conhecimentos adequados às necessidades entretanto diagnosticadas de uma forma participada e transformando o Observatório de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa num verdadeiro instrumento de investigação-acção.

Enquanto presidente da entidade promotora desta iniciativa não posso deixar de aproveitar para agradecer a todos quantos contribuíram para a concretização desta primeira etapa. Uma primeira palavra de agradecimento e reconhecimento à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e ao seu Provedor, Dr. Rui Cunha, por, uma vez mais, ter acreditado na REAPN e ter disponibilizado todos os recursos necessários para o desenvolvimento desta iniciativa num verdadeiro espírito de parceria. Gostava também de agradecer a todos quantos ao longo deste primeiro ano se disponibilizaram para ser entrevistados, para fornecer dados ou para participar nos diferentes eventos promovidos pelo Observatório. Esta activa participação de tantos actores faz antever um profícuo futuro para o Observatório. Embora tratando-se de uma iniciativa da Rede Europeia Anti-Pobreza, importa salientar que o Observatório é uma actividade do Núcleo Distrital de Lisboa da REAPN pelo que desejo agradecer o empenhamento e o trabalho do seu coordenador, Dr. Paulo Teixeira, e da técnica, Dr.^a Maria José Domingos. Finalmente, não poderia deixar de agradecer aos "motores" do Observatório, ou seja aqueles que de uma forma contínua e com o máximo profissionalismo tudo fizeram para levar a bom porto esta iniciativa. Um muito obrigado ao Dr. Sérgio Aires, à Dr.^a Elizabeth Santos e ao Professor Jordi Estivill.

Resta-me afirmar o total empenhamento da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal na continuidade deste desafio e convidar todos os actores da cidade de Lisboa a colaborarem nesta iniciativa, no sentido de criarmos as condições para uma reflexão colectiva que permita elaborar um conjunto de instrumentos e meios que facilitem um melhor conhecimento tendo como principal objectivo tomar as decisões mais adequadas para a erradicação da pobreza e da exclusão social.

Pe. Agostinho Cesário Jardim Moreira
Presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal

Os serões habituais
E as conversas sempre iguais
Os horóscopos, os signos e ascendentes
Mais a vida da outra sussurrada entre os dentes
Os convites nos olhos embriagados
E os encontros de novo adiados
Nos ouvidos cansados ecoa
A canção de Lisboa

Não está só a solidão
Há tristeza e compaixão
Quando o sono acalma os corpos agitados
Pela noite atirados contra colchões errados
Há o silêncio de quem não ri nem chora
Há divórcio entre o dentro e o fora
E há quem diga que nunca foi boa
A canção de Lisboa

Mamã, mamã
Onde estás tu mamã
Nós sem ti não sabemos, mamã
Libertar-nos do mal

A urgência de agarrar
Qualquer coisa para mostrar
Que afinal nos também temos mão na vida
Mesmo que seja à custa de a vivermos fingida
Um estatuto para impressionar o mundo
Não precisa de ser mais profundo
Que o marasmo que nos atordoa
Ó canção de Lisboa

As velas de néon
As guitarras já sem som
Vão mantendo viva a tradição da fome
Que a memória deturpa e o orgulho consome
Entre o orgasmo e a gruta ainda fria
O abandonado da carne vazia
Cada um no seu canto entoa
A canção de Lisboa

Mamã, mamã
Onde estás tu mamã
Nós sem ti não sabemos, mamã
Libertar-nos do mal

Jorge Palma - Canção de Lisboa

[1] introdução

1.1. A observação social e os Observatórios Locais de Luta Contra a Pobreza

Literalmente, observar tem duas vertentes. A primeira é a de seguir aquilo que está prescrito, uma norma, uma imposição. A segunda é a de olhar algo com uma atenção especial. O contrário de observar seria inadvertido, ou seja, que aquilo que acontece passa despercebido e não foi tido em consideração. Um observatório é um sítio apropriado para observar e, normalmente, é assim que se designam os locais onde se realizam observações astronómicas e meteorológicas. Muitas vezes utiliza-se esta palavra para designar o instrumento que permite observar.

Os sinónimos de observar são interessantes porque nos dão pistas para delimitar o conceito: olhar, atender, contemplar, advertir, considerar, por os olhos, vigiar, espiar ... É de referir que um bom observador é aquele que é capaz de se aperceber, o mais completamente possível, de uma realidade, procurando olhá-la sem que lhe escape um único detalhe.

Este pequeno percurso terminológico não deixa de nos servir de orientação, já que, por um lado, um observatório deve seguir determinadas prescrições (o que se olha, como, quando...) e, por outro lado, deve esforçar-se por se aproximar à realidade, com os instrumentos mais apropriados. O instrumento é tão importante que acabou por ser ele quem deu sentido ao conceito de observatório.

Importa ter em atenção à partida que existem vários riscos. Primeiro, que o instrumento possa não ser o apropriado para observar, ou seja um microscópio não serve para estudar os planetas e um telescópio não é útil para examinar os microrganismos. Segundo, se ficarmos fascinados pelo instrumento e pela sua potencial sofisticação poderemos ver-nos impedidos de ver as estrelas. Terceiro, que o valor do mesmo costuma estar na sua continuidade, periodicidade, sistematização, acumulação e globalidade. Quarto, que a visão seja artificial. Quinto, que se manipule o instrumento, a informação e o fenómeno estudado enviesando-o. Sexto, que os resultados fiquem arquivados num qualquer laboratório.

É inegável que a criação de Observatórios está na moda. Uma simples navegação na Internet dá-nos a noção da quantidade dos que existem, especialmente no campo das ciências sociais. Não é arriscado afirmar que, sem afunilar muito a delimitação do que é um observatório, há mais de duzentos nos antigos países da União Europeia (remetidos para as temáticas específicas do Emprego e do Social). Num trabalho realizado em 2001¹ a lista para alguns países, e com periodicidade anual, com referência à pobreza, à exclusão e ao bem-estar dava: Áustria (3), Bélgica (6), Dinamarca (4), Finlândia (2), França (4), Alemanha (10), Grã-bretanha (3), Grécia (1), Itália (3), Irlanda (2), Luxemburgo (1), Espanha (3).

Com nomes diferentes, nem todos eram iguais em dimensão, alcance, objectivos, sujeito de estudo, etc. Mas a grande maioria tinha uma dimensão nacional e, salvo algumas excepções, tinham sido criados na década anterior. Eram portanto relativamente recentes. Quais são as razões de fundo que contribuíram para esta explosão de observatórios?

- A necessidade de fazer aparecer e conhecer melhor os fenómenos da pobreza e, sobretudo, da exclusão social;
- O interesse de encontrar novos métodos de análise e de monitorização;
- A importância crescente do planeamento social, dos sistemas de indicadores, da capacidade de diagnóstico e da avaliação;

¹ Vranken, J., Estivill J., Breuer, W., (2001); Towards a policy-relevant European database on forms of social exclusion. European Yearbooks. Antwerpen. UFSIA - OASES

- A adopção em alguns países de leis, planos e programas de luta contra a pobreza e da exclusão;
- O debate despoletado por peritos, movimentos associativos, sector público e responsáveis políticos pelas dimensões da pobreza e da exclusão e a necessidade de distribuir e disseminar (social reporting)² a informação;
- As expectativas geradas, à escala europeia, sobre as novas orientações estratégicas que se vieram a reflectir em Lisboa e Nice no ano 2000 (Estratégia Europeia de Inclusão Social);
- A crescente pressão para introduzir a fixação de metas intermédias (benchmarking)³ e a integração e articulação das medidas (mainstreaming) em políticas mais amplas.

Um progressivo enfoque na dimensão territorializada no combate à pobreza e as novas formas de respostas que entretanto se foram implementando, conduziram a que uma boa parte dos Observatórios se dedicasse à escala local e regional. O crescente interesse e avanço do desenvolvimento de pactos territoriais, dos mercados locais de emprego, de projectos territorializados de luta contra a pobreza e exclusão, de diversas formas de descentralização institucional, do protagonismo das grandes cidades, faziam progredir a possibilidade de os actores locais se dotarem de instrumentos de análise também locais e sistemáticos da situação e do impacto das políticas e medidas adoptadas. Esta "redução à óptica territorial" permitiu afinar estes instrumentos e os seus resultados e fazer surgir uma importante vaga de Observatórios Locais cuja relevância é cada vez mais reconhecida e apoiada, nomeadamente pelas instâncias comunitárias⁴.

1.2. A iniciativa do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa

Na sequência da criação, em 1990, da European Anti-Poverty Network (EAPN), sediada em Bruxelas, a Rede Europeia Anti-Pobreza tem procurado, desde a sua fundação em Portugal (1991), enfrentar os problemas da pobreza e da exclusão Social através de uma estratégia de intervenção assente na consciência da pluridimensionalidade desses fenómenos bem como na necessidade de envolver todas as esferas da vida social, económica, política e cultural na sua resolução, tendo como prioridade a inclusão dos próprios excluídos nestes processos.

A Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (REAPN), actualmente presente em todo o território nacional continental (18 Núcleos), desenvolve a sua actuação no combate à pobreza e exclusão social, utilizando como instrumentos preferenciais e estratégicos a informação, a formação e a investigação.

Principais objectivos:

- Estabelecer / dinamizar uma interacção (rede) entre instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno da luta contra a pobreza e exclusão social;
- Colaborar na concepção de programas de acção e políticas sociais;
- Promover acções nos mais variados âmbitos que aumentem a eficácia das políticas de luta contra a pobreza e a exclusão social;
- Incentivar a promoção de acções inovadoras;
- Garantir a função de "grupo de pressão" para os menos favorecidos;
- Promover a integração social e o desenvolvimento cultural, económico, moral e físico das pessoas que vivem em situações de pobreza e exclusão social.

Como afirmámos anteriormente, a observação social foi objecto, durante os anos 90, de um rápido desenvolvimento ligado ao crescimento dos fenómenos de exclusão e de pobreza e a uma nova atenção das autoridades públicas (nacionais e europeias) em relação aos processos de mudança estrutural que estavam a ocorrer, particularmente no espaço da União Europeia.

² Finsterbush, K., Llewlyn, L. & Wolf, C. (1983) Social Impact assessment methods. . London. Sage

³ Bogan, C., English, M. (1994). Benchmarking for best practices. New York. Mc. Graw-hill

⁴ A este respeito vale a pena assinalar que a própria Comissão Europeia apresentou, no passado dia 17 de Outubro de 2007, uma comunicação intitulada "Modernizar a protecção social na perspectiva de maior justiça social e coesão económica: avançar com a inclusão activa das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho". Nesta Comunicação a Comissão realça a importância que pretende atribuir à criação de uma "rede de observatórios locais em parceria com as redes de autoridades locais, prestadores de serviços e ONG, para acompanhar e promover as melhores práticas, em particular no que respeita ao acesso a serviços de qualidade".

A REAPN no seu âmbito de intervenção, quer nacional, quer europeu, sempre privilegiou as dimensões de análise e investigação como formas estruturais de obter os diagnósticos e as informações necessárias ao bom desenho, implementação e avaliação de políticas de combate à pobreza e à exclusão. É no seguimento desta ambição que, em 2006, a REAPN celebrou um protocolo de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), para a montagem e o desenvolvimento de um Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa e que, entre outras actividades, se propõe: produzir conhecimentos e instrumentos que permitam apoiar a tomada de decisões estratégicas e a adopção de medidas concretas destinadas à inserção de pessoas socialmente desfavorecidas, estimulando e promovendo projectos e medidas que visem o reforço de dinâmicas de desenvolvimento local e de trabalho em rede.

A definição e construção de um Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, tinha como objectivo geral contribuir para o conhecimento da realidade socio-económica da Cidade e, por outro lado, e tratando-se de uma experiência piloto, esta acção tinha como objectivos específicos, a experimentação de metodologias, a construção de instrumentos teóricos (indicadores) e práticos (métodos de recolha e análise participada) capazes de fazer desta experiência uma prática modelar apta para ser disseminada e adoptada por outros Concelhos e / ou dimensões territoriais.

Em termos concretos, pretendia-se que tal Observatório se constituísse como um instrumento que permita recolher, mediante diferentes baterias de indicadores (quantitativos mas, e sobretudo, qualitativos), dados capazes de proporcionar a operacionalização de metodologias de intervenção de investigação-acção no combate à pobreza.

Quais as principais linhas de acção do Observatório em 2007?

- Elaboração de um Roteiro internacional de experiências e conhecimento
- Construção de instrumentos de recolha de informação e elaboração de um inventário de parcerias e de "fornecedores" de dados
- Levantamento e sistematização de todas as entidades locais com intervenção directa e indirecta no combate à pobreza
- Levantamento de todas as políticas, programas e respostas sociais (sob o ponto de vista tipológico e legislativo)
- Selecção de métodos de Observação
- Elaboração de um Plano Estratégico de Acção para o desenvolvimento futuro do Observatório
- Edição de um relatório anual do Observatório apresentando uma primeira imagem dos principais indicadores de pobreza e exclusão social da Cidade de Lisboa
- Transversalmente, organização de diferentes eventos para a prossecução dos objectivos do Observatório (Seminários, Workshops, reuniões sectoriais, entrevistas)

Quais as principais actividades desenvolvidas durante o ano de 2007?

- Criou uma identidade própria e um sistema de comunicação: imagem corporativa, Página Internet, Seminários e Workshops
- Definiu o contexto institucional, territorial e político do Observatório tendo por base as políticas e programas de intervenção e os principais actores no âmbito da luta contra a pobreza
- Procurou conhecer e entrar em contacto com as estruturas produtoras de informação relevante identificando as principais lacunas
- Criou e dinamizou contactos com diferentes actores e estabeleceu parcerias estratégicas tendo em vista a futura criação de células de participação e monitorização do Observatório
- Seleccionou diferentes indicadores e formas de tratamento e relato dessa informação, elaborando um primeiro retrato dos principais indicadores (directos e indirectos) da pobreza na Cidade de Lisboa - 1.º Relatório do Observatório
- Deu a conhecer o observatório e procurou envolver diferentes entidades (também internacionais - rede de observatórios locais)
- Elaborou um conjunto de bases de dados de recursos (base de dados de Equipamentos e Respostas Sociais e Base de Dados de Políticas, Programas e Acções)
- Definiu um modelo para o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa
- Desenhou e propôs um Plano Estratégico para o Observatório (2008-2010)

[2] A CIDADE DE LISBOA: NÚMEROS E FACTOS

Ao longo do primeiro ano de implementação do Observatório, e conforme previsto, foram seleccionados, recolhidos, analisados e sistematizados um importante conjunto de indicadores e dados estatísticos relativos à Cidade de Lisboa. Naturalmente, e ao longo deste percurso, deparámo-nos com inúmeras dificuldades, de resto já esperadas: uma boa parte dos dados encontra-se bastante desactualizada, já que é proveniente dos Censos 2001; outra parte dos dados encontra-se relativamente desactualizada (foi produzida entre 2001 e 2006); e, talvez a maior dificuldade, muitos dos dados não se encontram disponíveis a um nível suficientemente desagregado territorialmente (por freguesia). Outra dificuldade adicional prende-se com a impossibilidade de cruzar alguns destes dados entre si devido ao facto de terem sido produzidos por fontes distintas e nem sempre utilizarem a mesma metodologia de recolha, sistematização e apresentação.

Não obstante todas estas dificuldades, julgámos que o objectivo que nos havíamos colocado - identificar os principais indicadores existentes e tratá-los de forma a poder apresentar uma primeira imagem da pobreza em Lisboa - foi conseguido. A partir deste primeiro trabalho será possível no futuro estabilizar estes indicadores, actualizá-los e dar-lhes uma orientação que permita uma mais adequada e directa leitura sobre a Pobreza na Cidade de Lisboa.

Neste capítulo, e como forma de introdução à situação social da Cidade de Lisboa, julgámos importante apresentar um conjunto de indicadores genéricos mas que permitem ter uma primeira imagem da Cidade.

2.1. Breve caracterização demográfica da Cidade de Lisboa

Com uma extensão territorial de 84,8 km², que representa cerca de 0,1% do território nacional, Lisboa é a maior cidade do país, sua capital e, simultaneamente, sede do Distrito de Lisboa⁵, da Região de Lisboa e Vale do Tejo⁶ e da Área Metropolitana de Lisboa⁷. Ainda ao nível geográfico, este Concelho faz fronteira com Odivelas, Loures, Oeiras e Amadora. Através do estuário do Tejo, Lisboa encontra-se ligado aos Concelhos de Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete. Lisboa é igualmente o Concelho com o maior número de habitantes (558965 habitantes, em 2001) e com maior densidade demográfica (6672,70 hab./km², em 2001). A população residente em Lisboa corresponde a 5,29% da população residente em Portugal e 20,80%

Área Metropolitana de Lisboa - 2003



Fonte: Atlas da Área Metropolitana de Lisboa, 2003

⁵ O Distrito de Lisboa é composto por 16 Municípios: Alenquer; Amadora; Arruda dos Vinhos; Azambuja; Cadaval; Cascais; Lisboa; Loures; Lourinhã; Mafra; Odivelas; Oeiras; Sintra; Sobral de Monte Agraço; Torres Vedras; Vila Franca de Xira

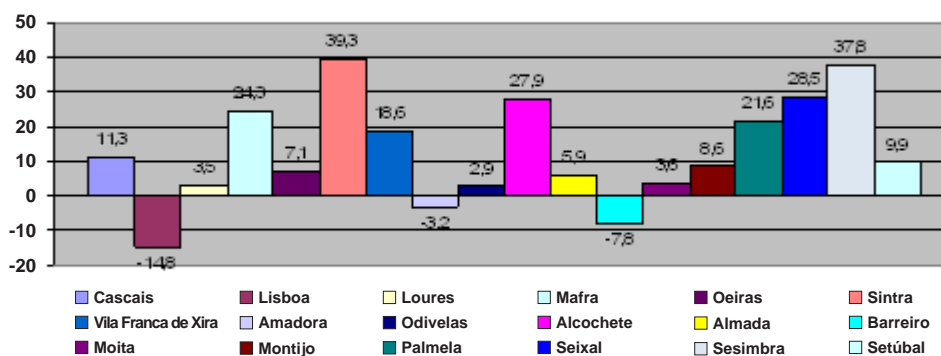
⁶ A Região de Lisboa e Vale do Tejo é composta por 51 Concelhos pertencentes a 5 NUTS (Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos) - Grande Lisboa, Península de Setúbal, Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste.).

⁷ A Área Metropolitana de Lisboa é composta por 18 Municípios: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira. A Área Metropolitana de Lisboa coincide, para fins estatísticos, com a Região de Lisboa (NUTSII) que engloba as subregiões da Grande Lisboa (Amadora; Cascais; Lisboa; Loures; Mafra; Odivelas; Oeiras; Sintra; Vila Franca de Xira) e da Península de Setúbal (Alcochete; Almada; Barreiro; Moita; Montijo; Palmela; Seixal; Sesimbra; Setúbal).

⁸ <http://www.aml.pt/web/AmlEmNumeros/Mapa.htm>

Apesar da sua forte densidade demográfica, Lisboa registou um crescimento populacional negativo entre 1960 e 2001. Efectivamente, a variação da população residente entre 1960 e 2001 foi de -29,6%. Restringindo a análise dos dados apenas ao período entre 1991 e 2001, esta variação foi de -14,9%. As previsões do Instituto Nacional de Estatística apontam para uma continuidade desta tendência negativa, com uma diminuição da população residente em Lisboa, em 2006, para 509751, ou seja, um perda de aproximadamente 9,7% da sua população.

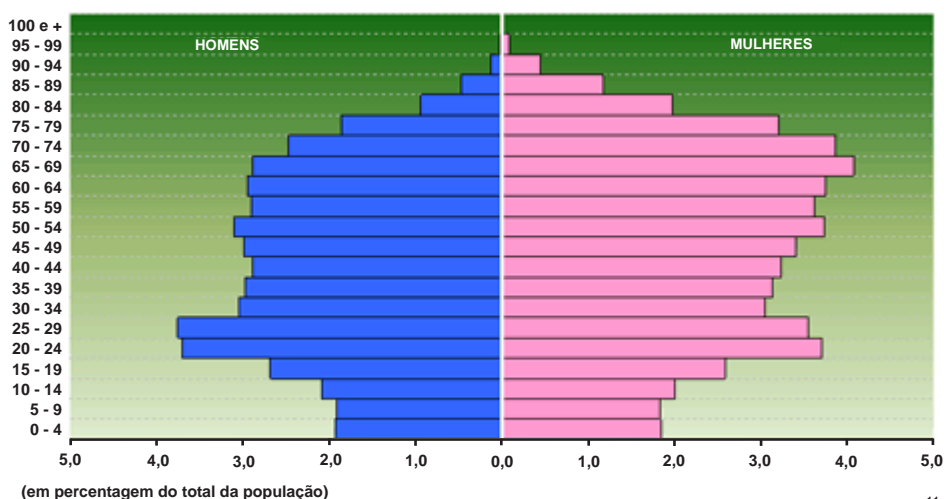
Taxa de Variação da População Residente - 1991/2001



Fonte: INE, Censos 2001

Comparativamente aos restantes Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa foi o município onde a taxa de variação da população residente entre, 1991 e 2001, apresentou valores negativos mais altos. Com excepção do Barreiro e da Amadora, que também apresentaram uma tendência de diminuição da população residente, nos restantes Concelhos desta área geográfica verificou-se um crescimento das suas populações, sendo Sintra e Sesimbra os Concelhos com maior aumento populacional.

Pirâmide Etária do Concelho de Lisboa - 2001



Fonte: INE, Censos 2001¹¹

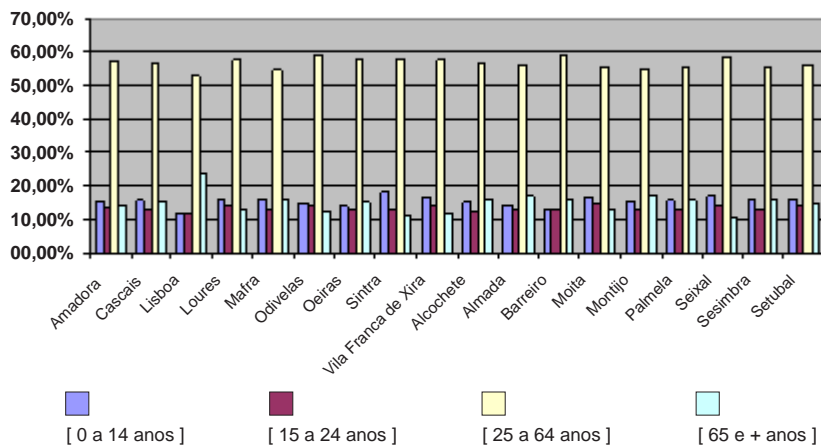
⁹ A taxa de variação da população residente entre 1991 e 2001 foi de -7,8%

¹⁰ A taxa de variação da população residente entre 1991 e 2001 foi de -3,2%

¹¹ http://www.presidencia.pt/?id_categoria=24&id_item=1741

Na base desta perda gradual de população encontra-se, por um lado, o envelhecimento da sua população residente. Lisboa é o Concelho desta Área Metropolitana que apresenta a idade média mais elevada (44,11 anos), a maior proporção de população com mais de 65 anos (aproximadamente 24%, em 2001), a menor proporção de população com menos de 15 anos (aproximadamente 12%, em 2001) e, conseqüentemente, o maior índice de envelhecimento (203,3 residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos, em 2001). Note-se que Lisboa possui igualmente o maior índice de longevidade (49.3 residentes com 75 anos ou mais por 100 residentes com 65 anos ou mais, em 2006) desta área geográfica.

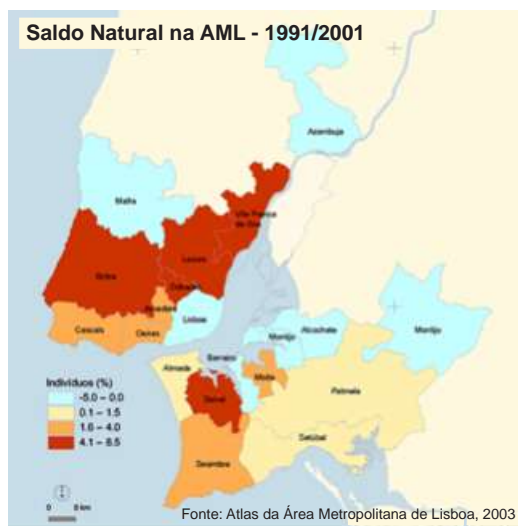
População Residente na AML por Grupo Etário - 2001(%)



Fonte: INE, Censos 2001

Com uma população envelhecida, prevalece uma taxa de mortalidade superior a taxa de natalidade (14,70% e 11,3% respectivamente), impedindo assim um restabelecimento natural da população perdida e levando a uma taxa de crescimento natural negativa (-0,35%). Contudo, o envelhecimento da população não é o único factor explicativo da diminuição da população residente em Lisboa. Verifica-se que a taxa de crescimento natural é inferior a taxa de crescimento efectiva (-1,85%), sendo assim visível que uma proporção importante da diminuição da população de Lisboa se deve a movimentos migratórios de saída desta população para outras áreas de residência.

Enquanto capital do país e sua maior cidade, Lisboa possui uma grande capacidade atractiva ao nível económico, político, social e cultural. Contudo, e apesar disto, Lisboa apresenta uma taxa de crescimento migratório negativa (-1,5%, em 2005), sendo a mais baixa da Área Metropolitana de Lisboa. Esta taxa de crescimento migratória negativa ocorre apesar do forte crescimento dos fluxos migratórios para Portugal que se verificaram a partir da década de 90. O aumento da população estrangeira a residir legalmente em Portugal, entre 1990 e 2000, foi de 82,14%¹² Este aumento torna-se ainda mais forte em 2001, quando, em apenas um ano, entre 2000 e 2001, a população estrangeira aumenta em 69,02%. A partir dessa data há, no entanto, uma diminuição gradual da intensidade do crescimento da população estrangeira em situação regular¹³, levando a que, entre 2001 e 2006, o crescimento da população estrangeira em Portugal tenha sido de 16,61%.

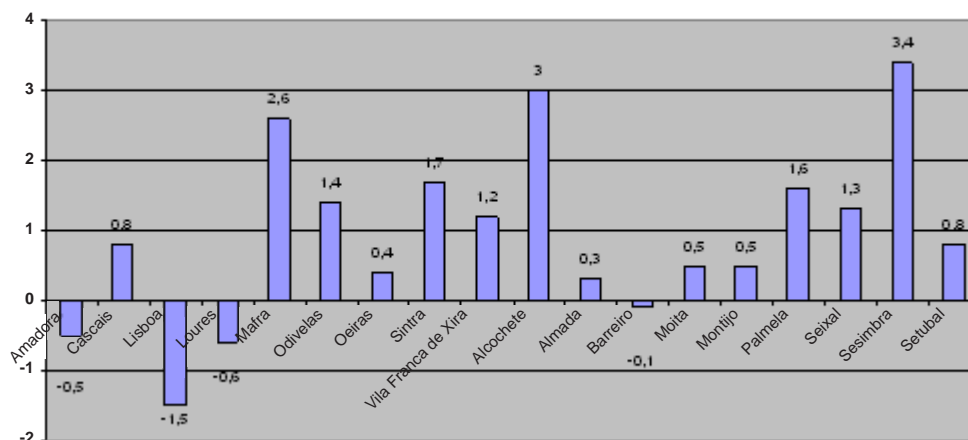


Fonte: Atlas da Área Metropolitana de Lisboa, 2003

¹² Um aumento que sofre, em grande parte, o impacto do resultado de dois processos extraordinários de regularização de imigrantes que ocorreram em 1992 e em 1996.

¹³ Verifica-se um crescimento negativo em 2005 e em 2006 (-7,27% e -1,34% respectivamente) (dados do SEF em http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/ex/estatisticas/evolucao.aspx?id_linha=4255&menu_position=4140#0)

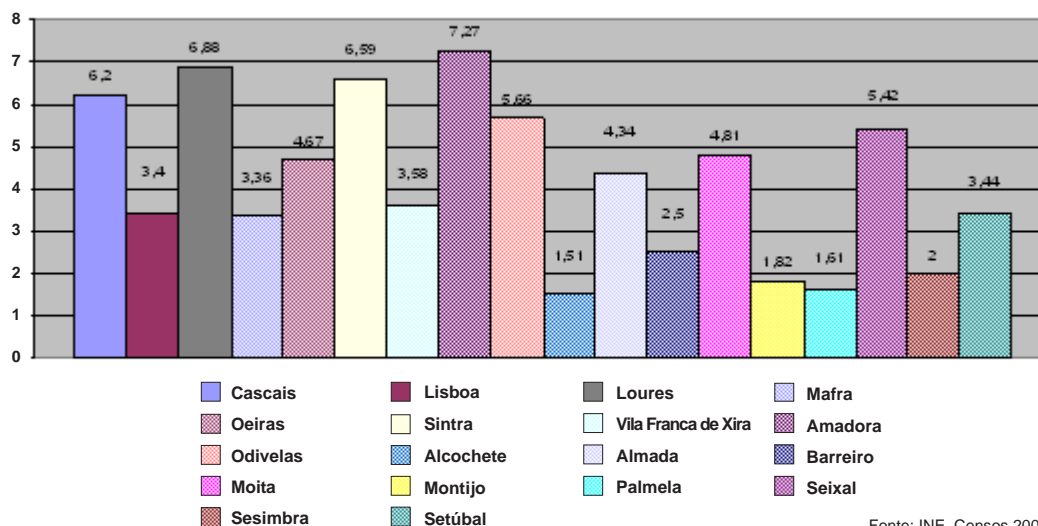
Taxa de Crescimento Migratório - 2005



Fonte: INE, Indicadores Demográficos

Por outro lado, apesar do Distrito de Lisboa ser o que possui a maior concentração de população estrangeira (em 2005, 48,6% da população estrangeira encontrava-se a residir neste Distrito)¹⁴, o Concelho de Lisboa apresenta uma proporção de população estrangeira abaixo da média da Área Metropolitana de Lisboa. Em 2001, a população residente de nacionalidade estrangeira no Concelho de Lisboa correspondia a cerca de 3,40% da população de Lisboa, enquanto que na Área Metropolitana de Lisboa a proporção era de 4,82%. Os Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa onde se verificam maiores concentrações de população estrangeira foram Amadora (7,27%), Loures (6,88%), Odivelas (5,66%) e Cascais (6,20%).

Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira - 2001



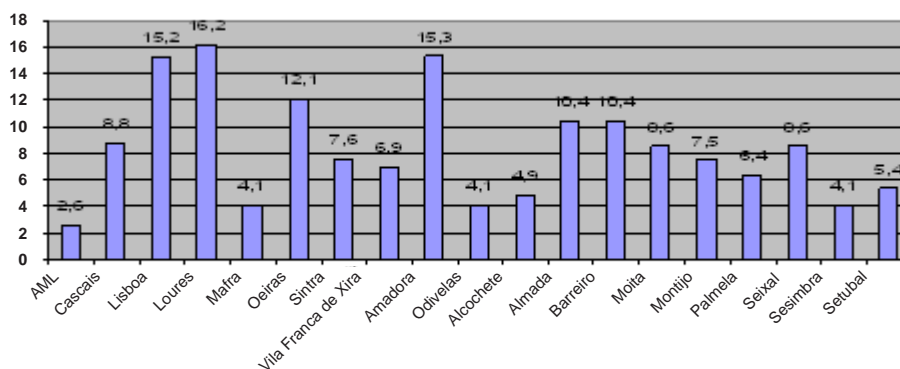
Fonte: INE, Censos 2001

Centrando ainda a análise na diminuição da população residente de Lisboa, é importante verificar que a Área Metropolitana de Lisboa possuiu, em 2001, uma baixa taxa de repulsão interna (2,6%), ou seja, apenas 2,6% da população que residia nesta região saiu para residir em outra área geográfica. Lisboa, no entanto, possui uma elevada taxa de repulsão interna (15,2%), sendo a segunda mais alta da Área Metropolitana de Lisboa¹⁵. É aqui visível que uma das principais causas desta diminuição populacional decorre das migrações internas, nomeadamente de uma deslocalização da população de Lisboa para outros Concelhos desta Área Metropolitana.

¹⁴ Segundo dados do SEF, o segundo Distrito com maior concentração de população estrangeira foi Faro (13,9%)

¹⁵ Loures é o Concelho da AML que possui a maior taxa de repulsão interna (16,2%)

Taxa de repulsão interna por local de residência - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001

O Concelho de Lisboa é naturalmente, e pelo facto de ser a capital do país, um espaço central e um foco de desenvolvimento desta área metropolitana. Apesar da deslocalização para outras áreas residenciais, é de e para Lisboa que se verificam a maior parte dos movimentos pendulares que acontecem dentro desta zona geográfica.

Movimentos pendulares (Interações na unidade territorial - N.º) da população residente empregada ou estudante por Local de residência e Local de destino
Período de referência dos dados
2001

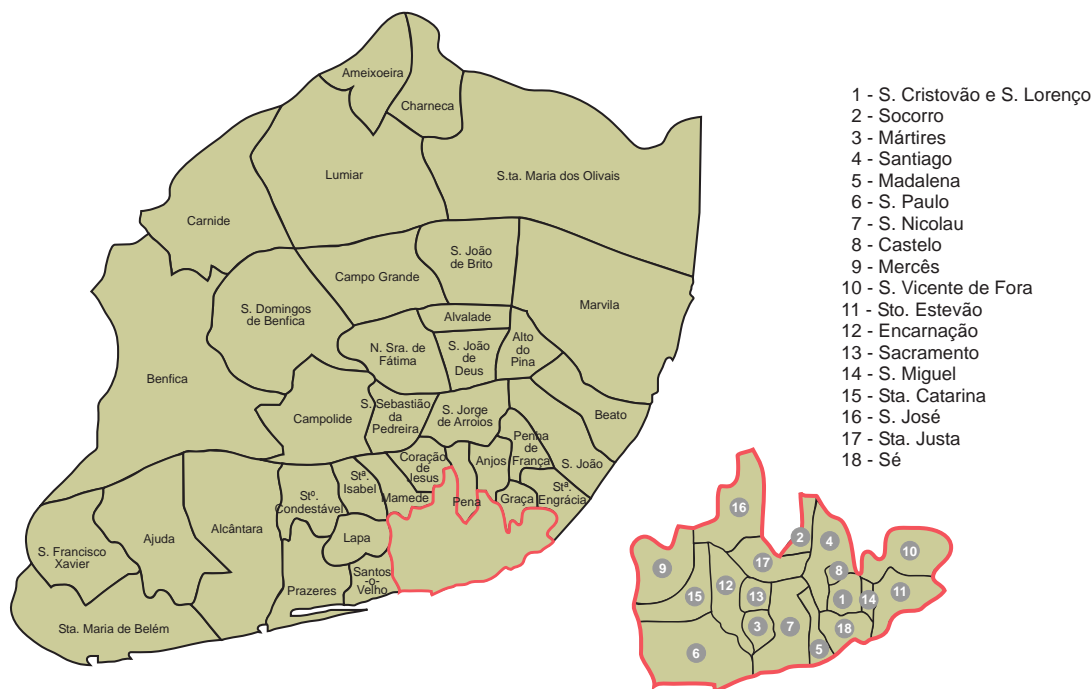
Local de residência	Local de destino														
	Vila Franca														
	Cascais	Lisboa	Loures	Mafra	Oeiras	Sintra	de Xira	Amadora	Oddivelas	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Cascais	0	28 507	1 280	355	13 850	12 337	507	2 262	680	0	1 168	210	0	0	
Lisboa	28 507	0	56 909	4 421	49 103	73 024	22 800	51 716	40 636	1 165	32 268	12 719	8 070	2 970	
Loures	1 280	56 909	0	2 207	3 094	4 988	8 933	3 393	6 063	0	1 494	393	220	226	
Mafra	355	4 421	2 207	0	401	2 930	301	426	541	0	0	0	0	0	
Oeiras	13 850	49 103	3 094	401	0	15 001	1 186	7 096	1 955	0	2 602	616	334	0	
Sintra	12 337	73 024	4 988	2 930	15 001	0	1 532	16 988	3 883	0	2 226	365	249	207	
Vila Franca de Xira	507	22 800	8 933	301	1 186	1 532	0	1 048	802	0	609	0	0	0	
Amadora	2 262	51 716	3 393	426	7 096	16 988	1 048	0	3 129	0	1 710	367	0	0	
Oddivelas	680	40 636	6 063	541	1 955	3 883	802	3 129	0	0	709	0	0	0	
Alcochete	0	1 165	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	214	2 400	
Almada	1 168	32 268	1 494	0	2 602	2 226	609	1 710	709	0	0	1 210	845	448	
Barreiro	210	12 719	393	0	616	365	0	367	0	0	1 210	0	6 989	560	
Moita	0	8 070	220	0	334	249	0	0	0	214	845	6 989	0	1 238	
Montijo	0	2 970	226	0	0	207	0	0	0	2 400	448	560	1 238	0	
Palmela	0	3 188	228	0	248	277	0	0	0	306	1 035	2 429	2 519	1 786	
Seixal	525	26 651	743	0	1 505	915	278	734	263	0	16 291	1 817	998	382	
Sesimbra	0	3 425	0	0	215	0	0	0	0	0	1 171	572	234	0	
Setúbal	263	6 078	353	0	518	653	269	384	0	0	2 356	1 934	1 748	897	

Fonte: INE, Censos 2001

Centrando o foco de atenção na Cidade de Lisboa, importa sublinhar como o envelhecimento e a diminuição da população afectam o Concelho. Das 53 freguesias¹⁶ de Lisboa, Santa Maria dos Olivais¹⁷, Benfica¹⁸, Marvila¹⁹ e Lumiar²⁰ são as que possuem maior número de habitantes. Contudo, são as freguesias de São Miguel²¹, São Cristóvão e São Lourenço²², Anjos²³ e Graça²⁴ as que possuem uma maior densidade demográfica, verificando-se um decréscimo da densidade demográfica nas freguesias mais periféricas. Este facto prende-se com a maior dimensão das freguesias que se encontram mais afastadas do centro. Sublinhe-se também a existência de uma alteração das 4 freguesias com maior densidade demográfica entre 1991 e 2001, nomeadamente a freguesia de Socorro que, em 1991, era a segunda com maior densidade demográfica (38566,47 hab/km²), sendo assim visível uma forte diminuição da população desta freguesia. Em 1991, a freguesia com maior densidade demográfica era São Miguel (50692,79 hab/km²), sendo seguida pelas freguesias de Socorro, São Cristóvão e São Lourenço (31522,75 hab/km²) e Anjos (25546,69 hab/km²).

Efectivamente, há um decréscimo populacional generalizado entre 1991 e 2001 no Concelho de Lisboa, existindo apenas quatro freguesias com um aumento da sua população residente - Carnide (28,5%), Charneca (9,7%), Lumiar (6,5%) e Encarnação (3,5%). As três freguesias com um decréscimo populacional mais acentuado foram as freguesias da Sé (-39,7%), de Santa Justa (-39,2%) e do Socorro (-37,9%).

Mapa das Freguesias do Concelho de Lisboa

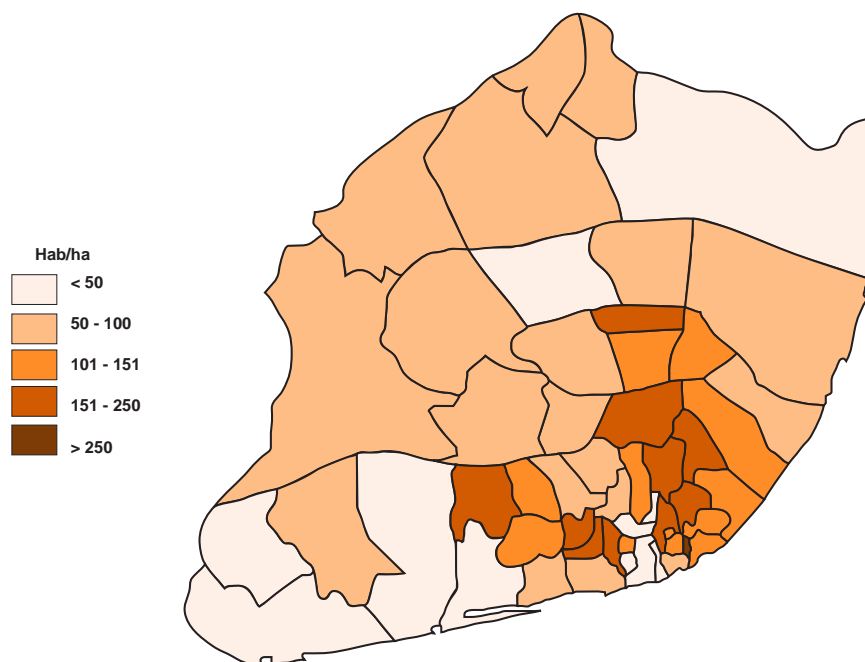


<http://portugal.veraki.pt/concelhos/concelhos.php?idconc=272>

¹⁶ Ajuda, Alcântara, Alto do Pina, Alvalade, Ameixoeira, Anjos, Beato, Benfica, Campo Grande, Campolide, Carnide, Castelo, Charneca, Coração de Jesus, Encarnação, Graça, Lapa, Lumiar, Madalena, Mártires, Marvila, Mercês, Nossa Senhora de Fátima, Pena, Penha de França, Prazeres, Sacramento, Santa Catarina, Santa Engrácia, Santa Isabel, Santa Justa, Santa Maria de Belém, Santa Maria dos Olivais, Santiago, Santo Condestável, Santo Estêvão, Santos-o-Velho, São Cristóvão e São Lourenço, São Domingos de Benfica, São Francisco Xavier, São João de Brito, São João de Deus, São Jorge de Arroios, São José, São Mamede, São Miguel, São Nicolau, São Paulo, São Sebastião da Pedreira, São Vicente de Fora, Sé

¹⁷ 46 410 habitantes
¹⁸ 41 368 habitantes
¹⁹ 38 767 habitantes
²⁰ 37 693 habitantes
²¹ 34 474.20 hab/km²
²² 20808.63 hab/km²
²³ 19917.83 hab/km²
²⁴ 19754.77 hab/km²

Densidade Demográfica do Concelho de Lisboa (2001)



Fonte: Dados - INE, Censos 2001; Cartografia - Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Urbanismo ²⁵

É no centro da cidade que se encontram as freguesias menos habitadas. Este facto decorre de uma terciarização desta zona geográfica e, tal como se verifica ao nível da área metropolitana, de uma saída da população para zonas mais periféricas que possuem espaços residenciais com preços mais baixos. É também neste centro tradicional que se encontram as construções mais antigas²⁶ e uma população envelhecida. Apesar do envelhecimento da população ser um fenómeno generalizado pelas diferentes freguesias, verifica-se uma maior concentração de população idosa no centro e uma concentração de população jovem e adulta nas zonas mais periféricas.

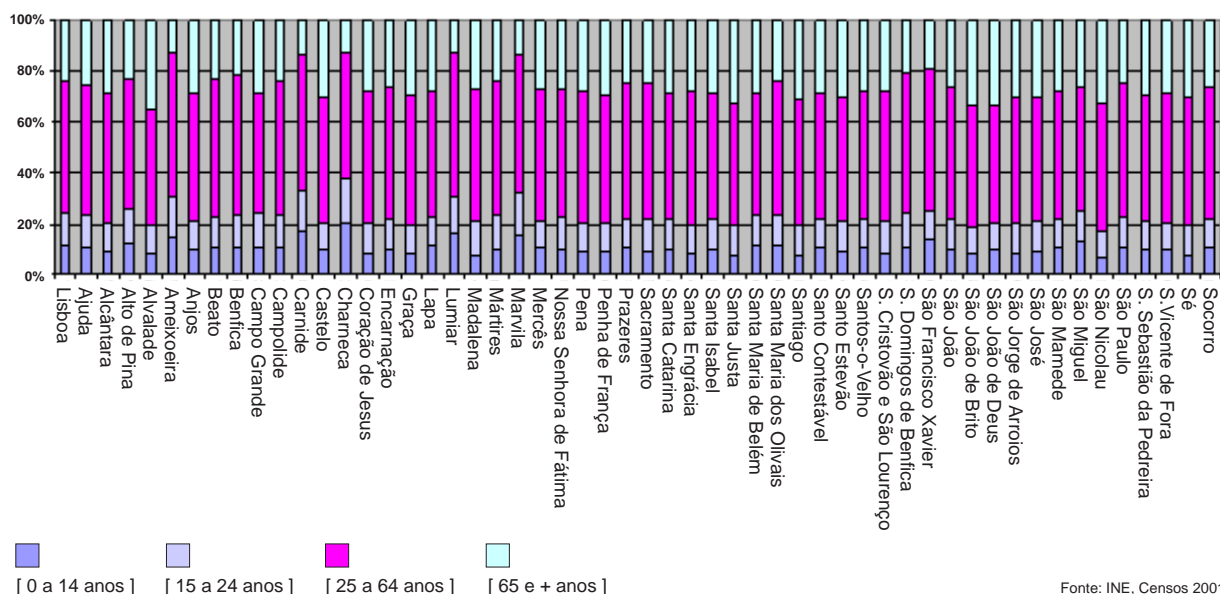
Tal como já foi referido, a idade média da população do Concelho de Lisboa é de aproximadamente 45 anos. As freguesias que apresentam uma população mais envelhecida são Santiago (idade média de 50 anos e 31,6% da população com mais de 65 anos), Alvalade (50 anos de idade média e 35,2% da população com mais de 65 anos) São João de Brito (49 anos de idade média e 33,4% da população com mais de 65 anos), São Nicolau (49 anos de idade média e 32,5% da população com mais de 65 anos), Santa Justa (49 anos de idade média e 32,4% da população com mais de 65 anos) e São João de Deus (49 anos de idade média e 33,1% da população com mais de 65 anos). As freguesias com uma idade média mais baixa são Charneca (35 anos), Carnide (37 anos), Lumiar (38 anos), Marvila (38) e Ameixoeira (38 anos). Enquanto o índice de envelhecimento para Lisboa é de 203,3 residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos, em 2001, estas freguesias apresentaram índices de envelhecimento entre os 61,5 e os 88,3 ²⁷.

²⁵ <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/003/002/lx.php>

²⁶ As freguesias que possuem mais de 80% do seu edificado construída antes de 1946 são (por ordem alfabética): Encarnação, Madalena, Pena, Santiago, Santo Estêvão e São Miguel. Por outro lado, as freguesias que possuem menos de 20% do seu edificado desse período são (por ordem alfabética) Alvalade, Ameixoeira, Benfica, Campo Grande, Carnide, Lumiar, Santa Maria dos Olivais, São Francisco Xavier, São João de Brito.

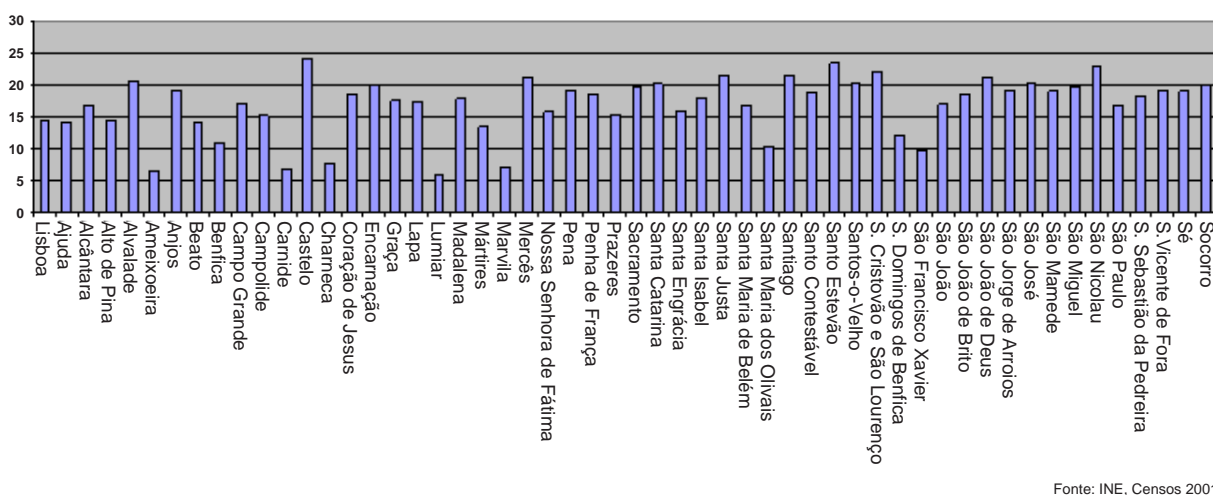
²⁷ Charneca - índice de 61,5; Carnide - 77,2; Lumiar - 78,3; Marvila - 88,8; Ameixoeira - 88,3

População Residente por Grupo Étario - 2001 (%)



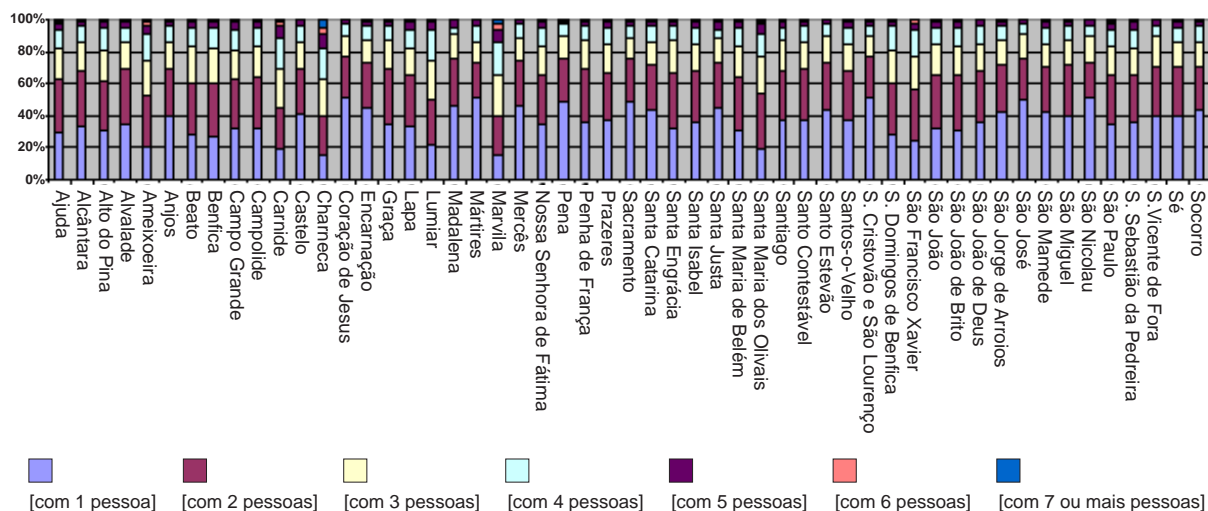
Sublinhe-se também uma maior feminização da população que ocorre sobretudo nos escalões etários mais velhos, em especial junto da população com mais de 65 anos. Segundo dados de 2001, 37,14 % da população residente em Lisboa com mais de 65 anos eram Homens e 62,81% eram Mulheres. Ainda ao nível do envelhecimento da população, importa sublinhar que 14,4% das famílias clássicas de Lisboa eram constituídas por apenas uma pessoa com mais de 65 anos. Novamente é nas freguesias do Centro de Lisboa que se verifica uma maior concentração de famílias unipessoais composta por pessoas com mais de 65 anos. As quatro freguesias com maior concentração deste tipo de família são Castelo (24,2%), Santo Estêvão (23,48%), São Nicolau (23,04%) e São Cristóvão e São Lourenço (21,92%).

Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais - 2001 (%)



As famílias clássicas unipessoais, independentemente da idade da pessoa, constituem uma percentagem significativa (30%) das famílias clássicas existentes em Lisboa. Efectivamente, procedendo a uma análise das famílias residentes no Concelho de Lisboa, verifica-se uma predominância de famílias de pequena dimensão. 81% das famílias clássicas existentes em Lisboa são compostas, no máximo, por três elementos. Fazendo uma análise por freguesias, verifica-se novamente que são freguesias do centro de Lisboa que apresentam maior concentração de famílias unipessoais. Coração de Jesus, São Cristóvão e São Lourenço, Mártires e São Nicolau são freguesias onde mais de 50% das famílias são constituídas por apenas uma pessoa.

Famílias Clássicas e Dimensão - 2001 (%)



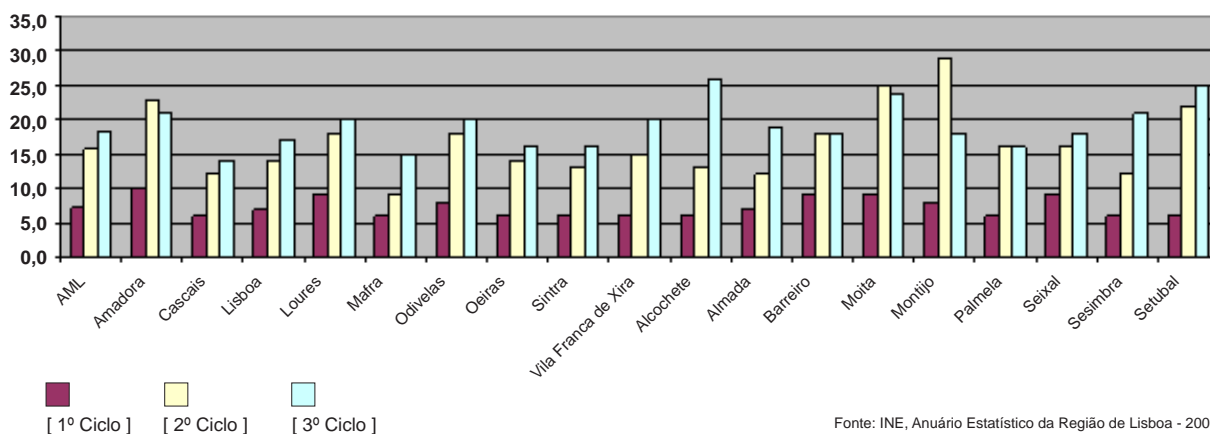
Com uma proporção de 18% de núcleos familiares monoparentais, Lisboa apresenta a maior concentração deste tipo de famílias da Área Metropolitana de Lisboa (14%) e uma proporção superior a média do país (11,5%). Contudo, ao nível do território concelhio não se verifica uma variação significativa na forma como as famílias monoparentais se encontram distribuídas. As freguesias de Madalena e de São Nicolau, no entanto, destacam-se das restantes por apresentarem uma maior concentração deste tipo de núcleo familiar, 26,8% e 25% respectivamente.

2.2. A Educação

Analisando a população residente em Lisboa por relação com o nível de qualificações, verifica-se a existência de um maior grau de instrução face a média da população nacional e a média desta área metropolitana. Assim, é junto dos grupos das pessoas que não sabem ler nem escrever ou das pessoas que, sabendo ler e escrever, não têm qualquer grau de ensino que, segundo dados de 2001, se encontram as proporções mais baixas comparativamente a média nacional e da AML. Enquanto 10,61% da população residente em Lisboa não sabe ler nem escrever, o analfabetismo abrange 14,5% dos portugueses e 11,92% da população que reside na Área Metropolitana de Lisboa. As pessoas que não têm qualquer grau de instrução, mas sabem ler e escrever correspondem a 8,47% da população da Cidade de Lisboa. Esta percentagem sobe para 8,97% quando nos referimos à esta área metropolitana e para 11,43% ao nível nacional. É também junto da população com ensino básico que se verifica uma proporção inferior em Lisboa (45,96%) comparativamente à média nacional (55,42%) e da AML (51,72%).

Sublinhe-se ainda que a taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, para o ano lectivo 2003/2004, para Lisboa, foi de 11%, valor inferior a média da Área Metropolitana de Lisboa (12%). Esta taxa é significativamente diferente consoante os diferentes ciclos do ensino básico. Enquanto a taxa de desistência e retenção é de 5% para o 1º Ciclo, este valor aumenta para 14% no 2º Ciclo e 16% no 3º Ciclo. Por outro lado, a taxa de conclusão/transição no ensino foi de 66% para Lisboa, sendo a média desta área metropolitana de 64%.

Taxa de Retenção e Disistência no Ensino Básico - 2003/2004

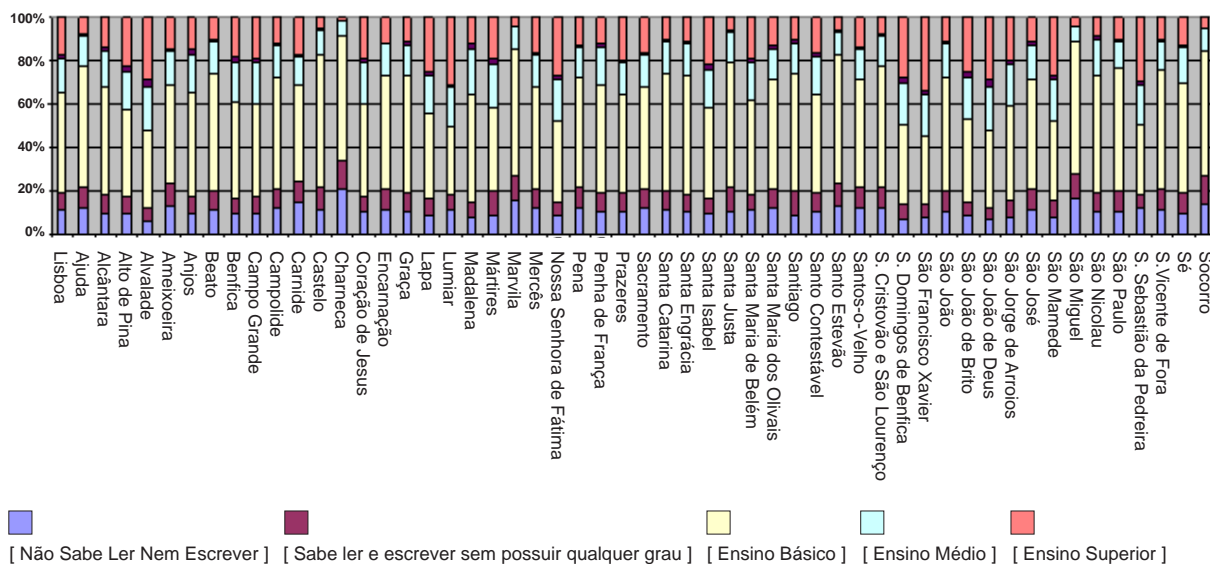


Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa - 2005

É junto dos graus de instrução mais elevados que se verificam percentagens mais altas em Lisboa face a média nacional e da AML. Enquanto 16,14% da população lisboeta possui o ensino secundário, apenas 11,04% dos portugueses e 15,84% da população desta área metropolitana possuem este grau de instrução. O mesmo ocorre ao nível do ensino superior. 17,18% da população desta cidade possui este grau de ensino, enquanto a média nacional é de 6,51% e a média da Área Metropolitana de Lisboa é de 10,47% (Censos 2001).

Existe uma distribuição geográfica heterogénea da população com níveis de escolaridade mais baixos, sendo possível encontrar concentrações de populações com estas características em freguesias do centro de Lisboa e em freguesias periféricas (topo norte da cidade). O mesmo ocorre ao nível das populações com níveis mais altos de qualificação.

População Residente por Nível de Instrução - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001

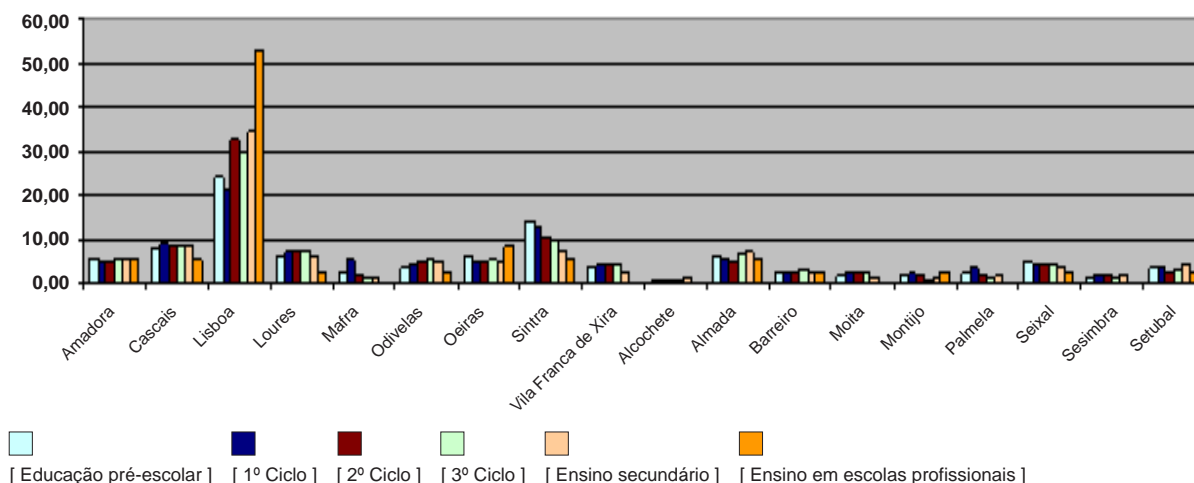
A Charneca destaca-se por ser a freguesia que apresenta menores níveis de qualificação. Aproximadamente 34% da sua população que não sabe ler nem escrever ou, apesar de saber ler e escrever, não possui qualquer grau de ensino. Por outro lado, apenas 8% da sua população completou o ensino secundário e 1% possui o ensino superior. Marvila e São Miguel são também freguesias com baixos níveis de qualificação: 28% da população de São Miguel e 27% de Marvila são analfabetos ou não possuem

qualquer grau de ensino; 6% da população de São Miguel e 11% de Marvila possuem o ensino secundário; por fim, apenas 4% da população residente em Marvila e em São Miguel possuem o ensino superior.

As freguesias que, pelo contrário possuem os mais elevados níveis de escolaridade são São Francisco Xavier, Lumiar, Alvalade e São João de Deus com aproximadamente metade das populações com pelo menos o ensino secundário²⁸. São Francisco Xavier e Lumiar destacam-se por possuírem as maiores percentagens de população com ensino superior de Lisboa - 34% e 31% respectivamente - aproximadamente o dobro da média nacional.

Tendo em conta os estabelecimentos de ensino do pré-escolar ao ensino secundário e profissional, no ano lectivo 2004/2005, o Concelho de Lisboa possuía a maior concentração da Área Metropolitana de Lisboa, correspondendo a aproximadamente 25% dos estabelecimentos de ensino desta área geográfica. Refira-se que o segundo Concelho com maior concentração de estabelecimentos de ensino é Sintra, com 12,46%. Esta elevada proporção de estabelecimentos de ensino na cidade de Lisboa ocorre nos diferentes tipos de ensino (não superior), sendo no entanto especialmente visível ao nível do ensino profissional onde aproximadamente 53% das escolas profissionais desta região se encontram neste Concelho.

Estabelecimentos de Ensino - 2004/2005 (%)



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa - 2005

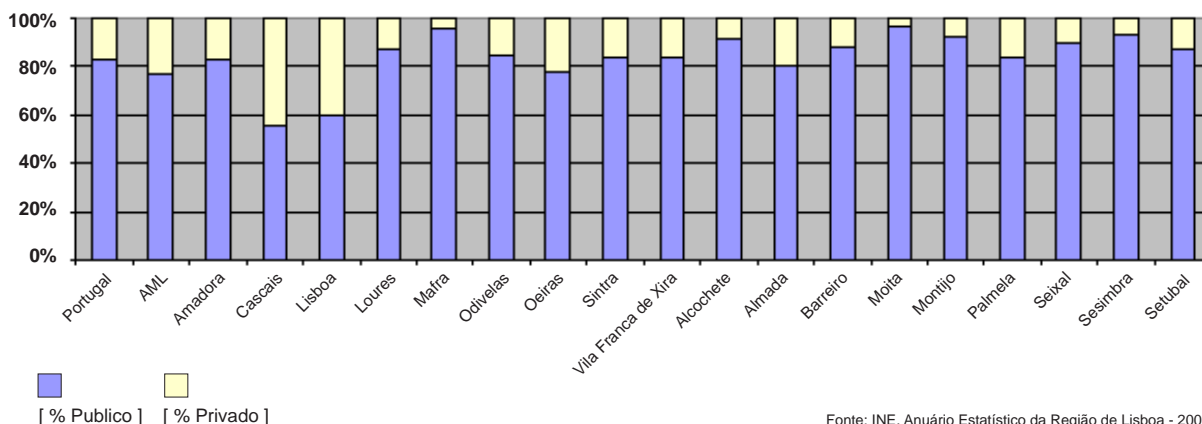
Mais da metade dos estabelecimentos de ensino do Concelho de Lisboa estão ligados a educação pré-escolar e ao 1º Ciclo do Ensino Básico - 37% são estabelecimentos de educação pré-escolar e 28% do 1º Ciclo. Estes são, simultaneamente, os estabelecimentos que possuem menos alunos matriculados, numa média de 61 alunos por estabelecimento de ensino pré-escolar e 132 alunos por escola do 1º Ciclo do Ensino Básico. O ensino secundário, por seu lado, é o que possui menos estabelecimentos de ensino, constituindo apenas 8% dos estabelecimentos de Lisboa. Este número apenas é ultrapassado pelo ensino profissional que representa 2,5% dos estabelecimentos de ensino do Concelho. Refira-se ainda que, apesar de existir uma maior concentração de estabelecimentos de ensino na Cidade de Lisboa, a proporção de alunos por estabelecimento de ensino para este Concelho se encontra acima da média para esta região.

O ensino público cobre apenas 59% dos alunos matriculados no ano lectivo 2003/2004²⁹, na cidade de Lisboa, uma média abaixo da AML e um valor apenas superior ao Concelho de Cascais onde a cobertura da rede pública de ensino abrange 55% dos alunos. Esta cobertura do sistema público é ainda mais deficitária ao nível do ensino pré-escolar onde apenas 28% dos alunos estão matriculados em estabelecimentos de ensino públicos.

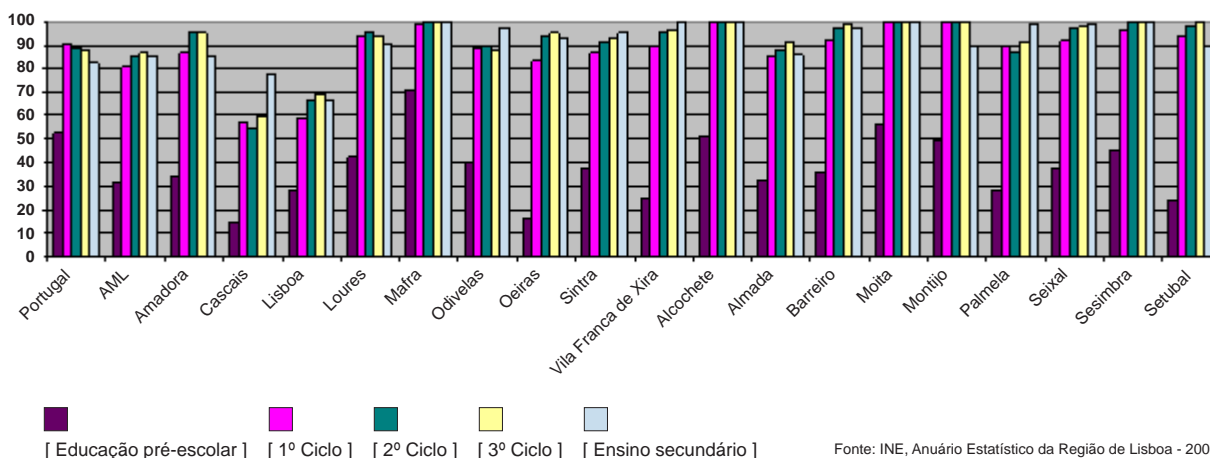
²⁸ 53% da população de São Francisco Xavier possui pelo menos o ensino superior. Estas percentagens descem para 50% no caso de Alvalade e de São João de Deus e para 49% no caso de Lumiar.

²⁹ Refira-se novamente que os dados existentes excluem o ensino superior. Os dados referentes ao ensino superior referem-se ao ano lectivo 2005/2006, não sendo possível a sua comparação com os outros dados.

Alunos Matriculados no Ano Lectivo 2004/2005 por Sistema de Ensino



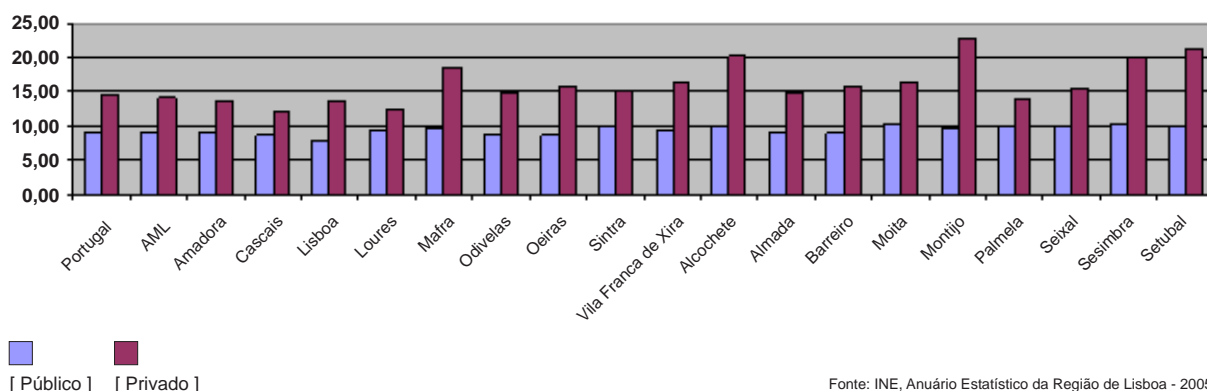
Alunos Matriculados no Sistema de Ensino por Nível de Ensino - 2004/2005



A proporção de alunos por docentes é maior nos estabelecimentos de ensino privado. Enquanto por exemplo, no Concelho de Lisboa, existem aproximadamente 12 crianças por cada docente nos estabelecimentos de ensino pré-escolar público, ao nível do ensino privado, essa proporção sobe para 16 alunos por cada docente. Estes valores, tais como os referentes aos restantes níveis de ensino, encontram-se muito próximos da média nacional e da média da AML. Tendo por base uma perspectiva global, abarcando todos os níveis de ensino, verifica-se que o Concelho de Lisboa apresenta a mais baixa proporção de alunos matriculados por docente do ensino público (aproximadamente 8 alunos por cada docente), sendo que a diferença entre os diferentes Concelhos não é muito elevada³⁰. A maior dispersão ocorre ao nível do ensino privado. Montijo e Setúbal apresentam as proporções mais elevadas (aproximadamente 23 alunos por docente para Montijo e 21 alunos para Setúbal). O Concelho de Lisboa apresenta uma proporção abaixo da média regional e nacional (aproximadamente 14 alunos por docente).

³⁰ A proporção mais elevada é de 10 alunos por docente. Esta proporção refere-se aos Concelhos de Sesimbra, Moita e Sintra

Alunos Matriculados por Docente - 2004/2005

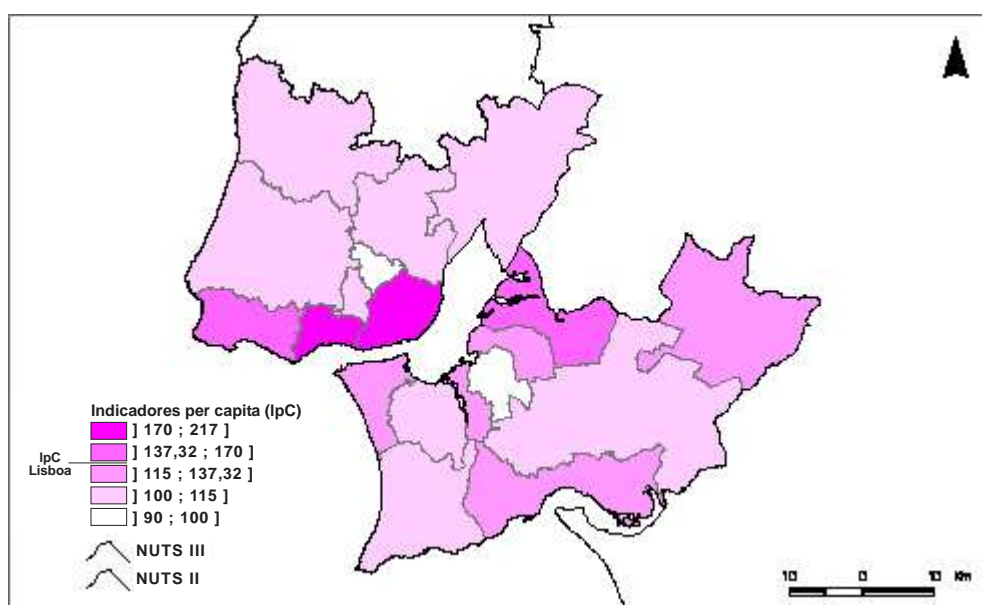


2.3. A situação Económico-financeira

Com um PIB, em 2004, de 53 208 milhões de euros, a Área Metropolitana de Lisboa produz cerca de 36% do PIB nacional, sendo assim a região mais rica do país. Destes 53 208 milhões de euros, cerca de 85% correspondem ao PIB da área da Grande Lisboa. Entre 2001 e 2004 verificou-se um aumento do PIB nacional e ao nível da Área Metropolitana de Lisboa houve um aumento de cerca de 12%. Simultaneamente verifica-se que a AML de Lisboa apresenta o maior PIB per capita nacional, 19 317€, sendo este valor aproximadamente 42% acima da média nacional (13 630)³¹.

Ao nível municipal é possível comparar o poder de compra manifestado nos diferentes Concelhos, em termos per capita, com o poder de compra médio do país (atribuído o valor de 100) através do Indicador per Capita (IpC) do poder de compra. Segundo dados de 2005, Lisboa distancia-se dos restantes Concelhos nacionais apresentando o IpC mais elevado (216), sendo seguido, ainda a nível nacional, por Oeiras (173,3). Efectivamente, existe uma concentração importante do poder de compra na Área Metropolitana de Lisboa³² e em especial na Cidade de Lisboa. Apenas neste município encontra-se concentrado 10,62% do poder de compra nacional.

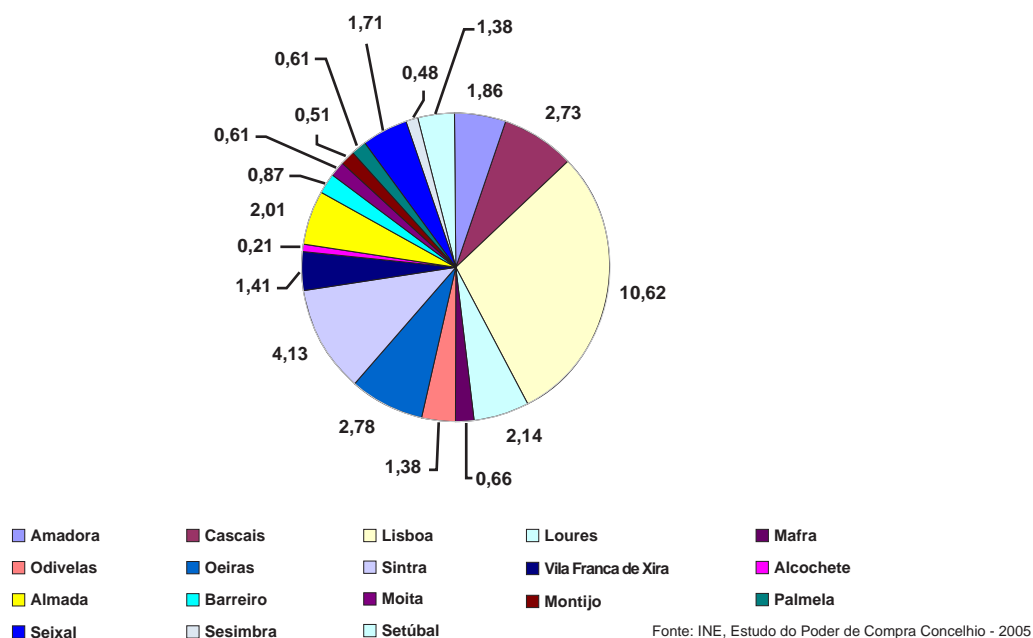
Índice per capita do Poder de Compra



³¹ INE, Contas Nacionais e Regionais.

³² A AML possui o IpC mais elevado do País (137.3) e concentra 36.10% do poder de compra nacional.

Proporção de poder de compra no total do país (%)



Enquanto que a nível nacional, em 2003, existia um rendimento médio mensal de 849,56€ dos trabalhadores por conta de outrem, para a Área Metropolitana de Lisboa e para a cidade de Lisboa esse ganho médio é significativamente superior. Com um ganho médio mensal de 1 282,99€, a população residente nesta cidade possui um rendimento 51% acima da média nacional. Para a Área Metropolitana de Lisboa, este valor é inferior (ganho mensal médio de 1099,10€), mas mesmo assim representa um rendimento 29% superior a média nacional³³.

Em 2004, existiam 89 703 empresas sedeadas em Lisboa, um valor muito superior à quantidade de empresas sedeadas nos restantes Concelhos desta região. O segundo Concelho com mais sedes de empresas na AML era Sintra com 39 626 empresas. Efectivamente, o número de empresas sedeadas em Lisboa correspondia a 27% das empresas com sede na AML e a 7,5% das sedeadas em Portugal. Refira-se ainda que as empresas da indústria transformadora correspondiam apenas a 5% destas empresas (4 593 empresas). Por outro lado, estavam sedeadas em Lisboa 53 113 Sociedades em actividade, equivalendo a 38% das Sociedades sedeadas na AML e 13% das sedeadas em Portugal. O seu volume de negócios era de 81 026 286 000€, cerca de 54% do volume de negócio das Sociedades sedeadas na AML e 26% do volume de negócio das Sociedades em Portugal. O segundo Concelho da AML com maior volume de negócio é Oeiras (20 080 476 000€) Cerca de 4,7% destas Sociedades pertencem à indústria transformadora (2 482 Sociedades) e o seu volume de negócios é de 9 848 657 000€ (40% do volume de negócio das sociedades da indústria transformadora na AML). Por fim, a proporção de emprego em sociedades anónimas era de 48% e a proporção de pessoas ao serviço em empresas com sede em Lisboa era de 56%.

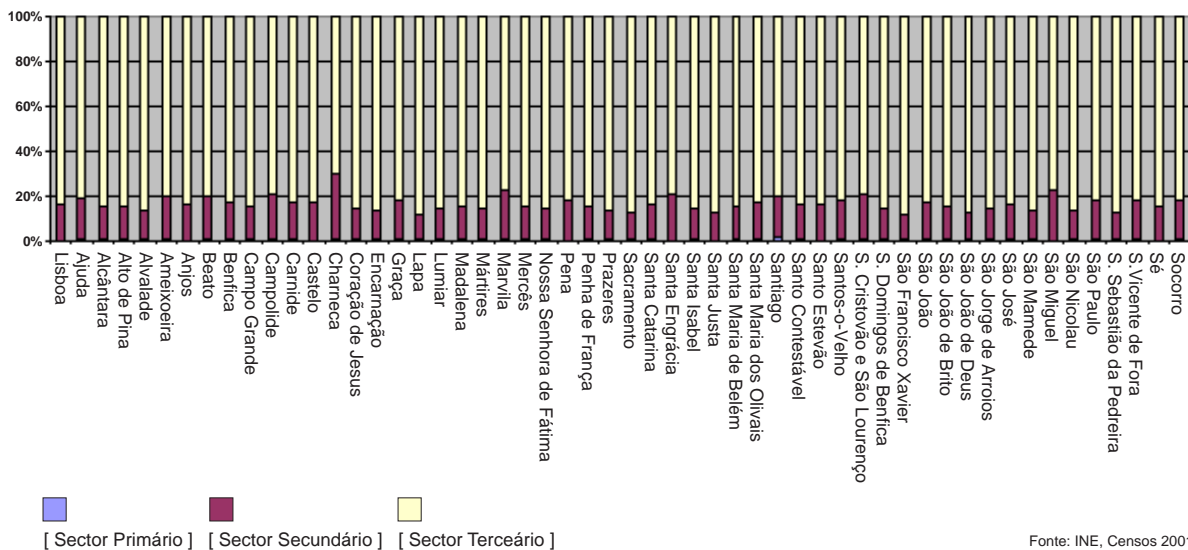
Com uma elevada proporção de população residente com mais de 65 anos, a cidade de Lisboa apresentava em 2001, uma taxa de actividade (48%) abaixo da média para a Área Metropolitana de Lisboa (52,2%), sendo o Concelho com a taxa de actividade mais baixa, e semelhante à média nacional (48,1%). Internamente, ao nível das freguesias, verifica-se uma taxa de actividade que varia entre os 53,3%, acima da média para esta área metropolitana, e 41%. As freguesias com taxas de actividades mais próximas da média desta área metropolitana são Lumiar (53,3%), Sacramento (52,8%), Ameixoeira (52,3%) e São Domingos de Benfica (51,5%). No outro extremo encontram-se as freguesias do Castelo (41%), Santo Estêvão (42%), Santa Maria de Belém (43,2%) e Ajuda (43,3%).

³³ Dados do Ministério do Trabalho e Segurança Social para 2003 incluídos apresentados pelo INE no Anuário Estatístico de Lisboa, 2005.

É igualmente significativo perceber a forte concentração da população empregada no Sector Terciário³⁴ (76,74%), a baixa proporção no Sector Primário (1,28%) e a sua distanciação face aos valores referentes às outras regiões e à média nacional. Esta é a região do país que possui a maior proporção de população empregada no sector terciário e menor proporção no sector primário, existindo uma diferença significativa face à média nacional, na qual aproximadamente 12% se encontra empregada no Sector Primário e 58% no Sector Terciário.

Apesar dos dados do Censos 2001 se encontrarem naturalmente desactualizados devido a fortes alterações na taxa de emprego e de desemprego ao nível nacional, é no entanto interessante perceber como esta população empregada se encontrava distribuída pelas diferentes freguesias da cidade de Lisboa. No gráfico seguinte é possível verificar uma generalização da elevada proporção da população empregada no sector terciário nas diferentes freguesias. Com excepção da Charneca, de Marvila e de São Miguel as restantes freguesias possuem 80% ou mais da sua população empregue neste sector de actividade.

População Empregada por Sector de Actividade - 2001



Ainda segundo dados do INE, a taxa de desemprego para a Área Metropolitana de Lisboa (Região de Lisboa - Nuts II) foi, no terceiro trimestre de 2007, de 9,2%, sendo superior a média nacional (7,9%) e apenas inferior a Região Norte (9,5%). Em 2001, segundo dados do Censos, a taxa de desemprego para a Região de Lisboa era de 7,5%, sendo também nessa altura superior a média nacional (6,7%). O Concelho de Lisboa apresentava uma taxa de desemprego de 7,3% estando assim muito próxima da média regional. Moita, Setúbal e Barreiro eram, nessa altura, os Concelhos desta região com as taxas de desemprego mais elevadas (10,7%, 9,8%, e 9,5% respectivamente). Mafra, por outro lado, distanciava-se dos restantes Concelhos com a taxa mais baixa de desemprego (4,5%). Centrando a atenção apenas na cidade de Lisboa, verifica-se que, em 2001, as freguesias mais afectadas pelo desemprego eram a Charneca (11,3%), Marvila (10,1%) e Santa Justa (9,8%). Segundo os dados do Censos 2001, Mártires distanciava-se das restantes freguesias com uma taxa de desemprego de 2,9%. A segunda freguesia com menor taxa de desemprego era São Francisco Xavier com 4,6% da sua população activa em situação de desemprego, sendo seguida por Lumiar com 5,2% de desemprego. Refira-se ainda que os dados mais recentes sobre o desemprego ao nível concelhio são do IIEFP referentes a Novembro de 2007. Nesta altura existia na cidade de Lisboa 17 012 desempregados.

³⁴ O Sector Terciário refere-se à comercialização de produtos e à oferta de serviços comerciais, pessoais ou comunitários. O Sector Primário refere-se ao sector económico responsável pela produção de matéria-prima.

Taxa de Desemprego por Regiões (NUTS - 2002)

	3º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre
	2006	2007	2007
Portugal	7,4	7,9	7,9
Norte	8,5	9,4	9,5
Centro	5,5	4,9	5,1
Lisboa	8,4	9	9,2
Alentejo	8,7	8,8	7,3
Algarve	5,1	6,9	5,9
R. A. Açores	3,3	3,9	3,9
R. A. Madeira	6,1	6,3	6,9

Fonte: INE, Estatística do Emprego - 3º trimestre de 2007

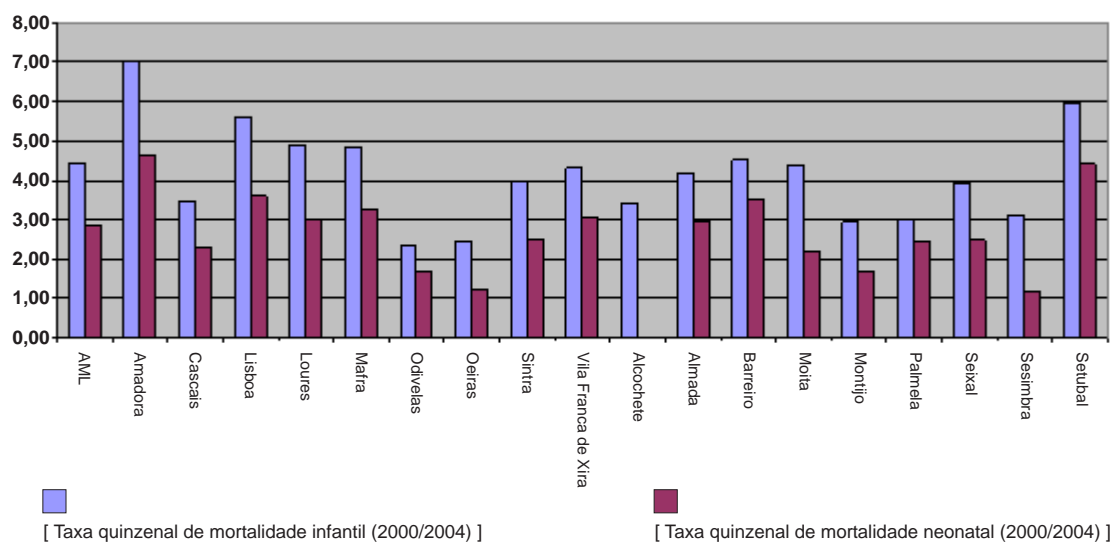
2.4. A Saúde

Importa sublinhar, ainda que brevemente alguns indicadores da área da saúde referentes ao Concelho de Lisboa. Em 2004, esta cidade encontra-se equipada com 23 hospitais oficiais, 17 hospitais privados e 17 Centros de Saúde, possuindo em média 13,5 médicos por mil habitantes e 15 enfermeiros por mil habitantes. Estes equipamentos possuem no seu total 15,4 camas por mil habitantes e uma taxa de ocupação de 66%, segundo dados de 2004. No seu total, os Hospitais existentes em Lisboa possuem 8 251 camas e 204 salas de operação. Estes indicadores apresentam valores mais favoráveis para a cidade de Lisboa comparativamente à média da Área Metropolitana de Lisboa e à média nacional. Assim, por exemplo, enquanto a média do Concelho é de 15 enfermeiros e de 13,5 médicos por mil habitantes, a média nacional e regional é de 4 enfermeiros e de 3 médicos por mil habitantes. O número de camas passa de 15 por mil habitantes, em Lisboa, para 4 camas por mil habitantes para a média nacional e regional. Por outro lado, o número de internamentos em Lisboa é expressivamente superior a média nacional e regional. Enquanto Lisboa possui 451,5 internamentos por mil habitantes em Lisboa, a média regional é de 138,7 e a média nacional é de 116 internamentos por mil habitantes. A taxa de ocupação das camas é no entanto inferior em Lisboa, sendo a média nacional de 73% e a regional de 72%.

No total, foram realizadas 2 666 592 consultas externas nos hospitais de Lisboa, em 2004. Entre as especialidades com mais consultas destacam-se Oftalmologia e Ortopedia com 8% das consultas cada, sendo que a maior parte das consultas referem-se à categoria "outras" (54%). Ao nível dos Centros de Saúde, por outro lado, foram realizadas 1 677 512 consultas, sendo a grande maioria efectuada ao nível da Medicina Geral e Familiar (78%). A segunda especialidade com maior número de consultas nos Centros de Saúde foi a Saúde Infantil e Juvenil/Pediatria (6%).

Ao nível da saúde infantil, refira-se que a taxa quinquenal de mortalidade infantil (2000/ 2004) para Lisboa foi de 5,6. Esta taxa é uma das mais elevadas da AML e superior a média nacional (4,7‰). A este nível, destaca-se o Concelho da Amadora com uma taxa de mortalidade infantil de 7‰, logo seguido de Setúbal (6‰). Situação idêntica ocorre ao nível da taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2000/2004). Com uma taxa de 3,6‰, Lisboa possui valores superiores à média regional (2,9‰) e à média nacional (3‰). Os Concelhos da Amadora (4,6‰) e de Setúbal (4,4‰) são os que possuem valores mais elevados a este nível.

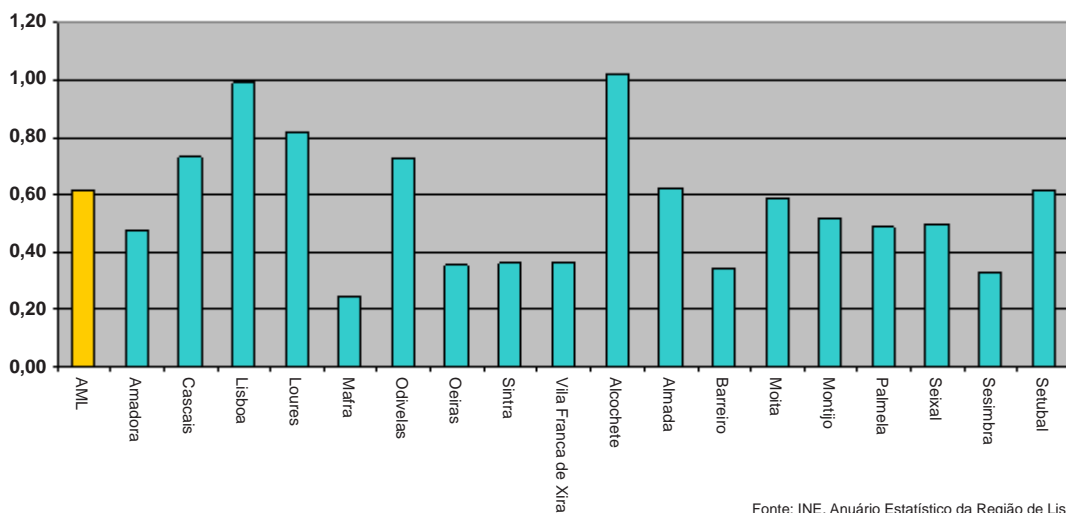
Indicadores de Saúde Infantil - 2000/2004



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa - 2005

Por fim, sublinhe-se a elevada incidência de doenças de declaração obrigatória³⁵ comparativamente à média regional e nacional. A taxa de ocorrência deste tipo de doença em Lisboa é de 0,99‰, um valor apenas inferior ao de Alcochete cuja taxa é de 1,02‰. Refira-se ainda que a média para a Área Metropolitana de Lisboa é de 0,61% e a média nacional é de 0,52%.

Taxa de Incidência de Doenças de Declaração Obrigatória - 2004



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa - 2005

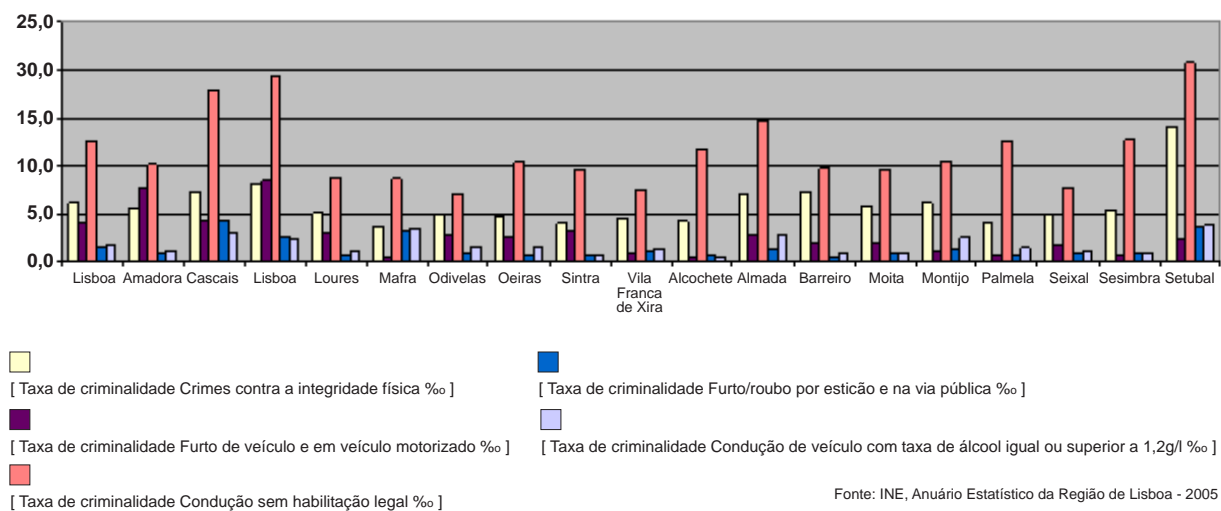
³⁵ As doenças de declaração obrigatórias são doenças infecciosas tais como: Botulismo; Brucelose; Carbúnculo; Cólera; Difteria; Doença de Creutzfeld-Jacob; Doença de Hansen (Lepre); Doença de Lyme; Doença dos legionários; Equinococose; Febre amarela; Febre escafonodular; Febre Q; Febre tifóide e paratifóide; Outras salmoneloses; Hepatite aguda A; Hepatite aguda B; Hepatite aguda C; Hepatite viral não especificada; Outras hepatites virais agudas especificadas; Infecções gonocócicas; Infecção por VIH; Leishmaníase visceral; Leptospirose; Malária; Meningite meningocócica; Infecção meningocócica (exclui meningite); Meningite por Haemophilus influenza; Infecção por Haemophilus influenza (exclui meningite); Parotidite epidémica; Peste; Poliomielite aguda; Raiva; Rubéola (exclui R. congénita); Rubéola congénita; Sarampo; Shigelose; Sífilis congénita; Sífilis precoce; Tétano (exclui t. neonatal); Tétano neonatal, Tosse convulsa; Triquiníase; Tuberculose do sistema nervoso; Tuberculose miliar; Tuberculose respiratória

2.5. A Justiça

Em Lisboa, em 2004, existiam 14 Tribunais de 1ª Instância e dois Tribunais Superiores, com 394 magistrados e 1 769 funcionários da justiça. Com cerca de 30% dos tribunais existentes na Área Metropolitana de Lisboa, este Concelho possui 69% dos magistrados desta região e 61% dos seus funcionários judiciais. Consequentemente o movimento dos processos nos tribunais de Lisboa é igualmente superior aos restantes Concelhos desta área geográfica. Durante o ano de 2004 deram entrada nos tribunais de Lisboa mais 190 350 novos processos e foram concluídos 164 250 processos, ou seja, cerca de 68% dos processos que deram entrada nos tribunais da AML e 71% dos processos findos. Destes novos processos que deram entrada em 2004, cerca de 17% eram processos penais e, em média, os processos penais que terminaram em 2004 tiveram uma duração de 17 meses.

Lisboa possui igualmente uma taxa de criminalidade superior à média da AML, sobretudo ao nível do furto de veículo e em veículo motorizado (taxa de 19,3‰), de furto por esticção na via pública (8,4‰) e de crimes contra a integridade física (8,1‰). No entanto, é no Concelho de Setúbal que se encontram as taxas de criminalidade mais elevadas ao nível dos crimes contra a integridade física e furto de veículo e em veículo motorizado. Desta forma, foram contabilizados 47 343 crimes em Lisboa, sendo que 71% foram crimes contra o património, com especial peso dos furtos de veículo e em veículo motorizado (22% dos crimes registados em 2004). Os crimes contra as pessoas corresponderam a 13% da criminalidade registada, sendo que 9% referiam-se a crimes contra a integridade física.

Taxa de Criminalidade - 2004



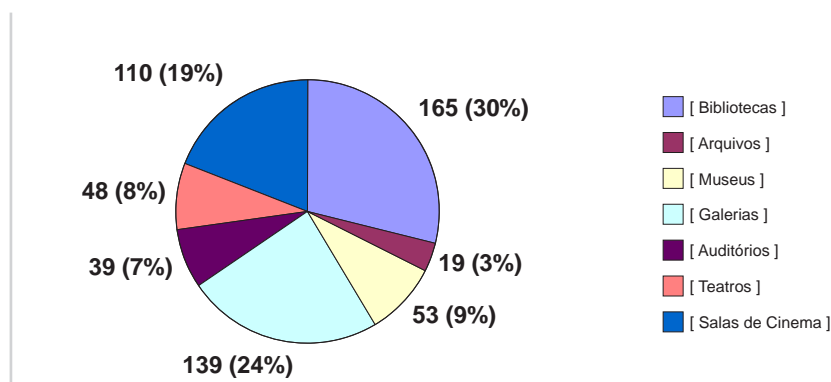
Ainda nesse ano registaram-se 12 159 arguidos nos processos em fase de julgamento. Destes arguidos, 63% foram condenados. Dos 4 474 arguidos que não foram condenados, 46% foram absolvidos ou houve uma carência de provas e outros 46% não foram condenados por ter existido uma desistência do processo ³⁶.

³⁶ O motivo da não condenação dos restantes 8% destes arguidos refere-se a amnistias, prescrição do procedimento criminal e a outros motivos.

2.6. A Cultura

Lisboa possui uma rede de equipamentos culturais ampla, que abrange cerca de 573 equipamentos. Entre os equipamentos existentes destacam-se pela sua expressão numérica as bibliotecas, as galerias e salas de cinema.

Rede de equipamentos da Área da Cultura - 2007



Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Jornal Público, 2007³⁷

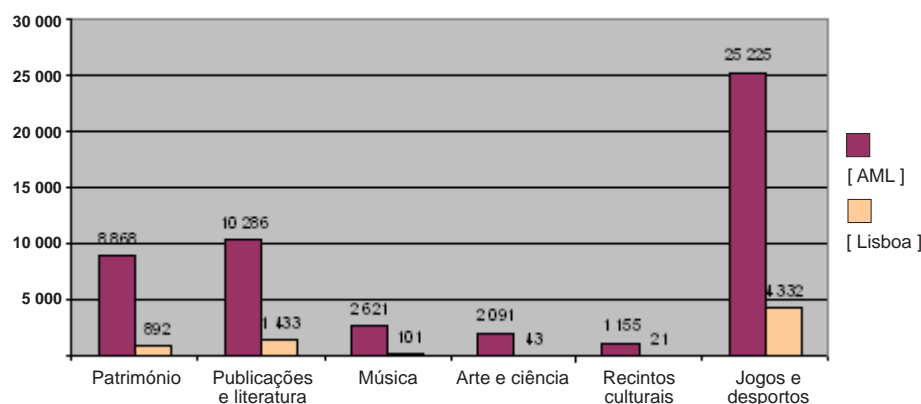
Ao nível da cultura, Lisboa é o Concelho da Área Metropolitana de Lisboa com a maior rede de equipamentos culturais, assim como maior número de espectadores/visitantes e receitas geradas. Assim, por exemplo, remetendo-nos aos dados do INE para 2004, verifica-se que existiam nessa altura 104 salas de cinema espalhadas por 23 recintos e com uma lotação para 19 796 pessoas. Durante esse ano foram efectuadas 167 423 sessões, envolvendo 4 714 245 espectadores, com uma média de 8,8 espectadores por habitantes, e gerando 20 494,67 milhares de euros em receitas. Comparativamente à Área Metropolitana de Lisboa, esta cidade possui cerca de 46% das salas de cinema desta área geográfica e 55% das receitas geradas.

Ao nível dos restantes equipamentos verifica-se ainda mais o peso das actividades culturais desenvolvidas em Lisboa face as desenvolvidas nos restantes Concelhos da AML. Assim, com 40 museus identificados pelo INE, em 2004, e 3 451 404 visitantes, Lisboa possuía 57% dos museus da AML e 75% dos visitantes. As 159 galerias de arte identificadas pelo INE, em 2004, correspondiam a 69% das existentes nesta região. Durante 2004, houve 1 227 exposições realizadas em Lisboa (73% da AML) e 1 186 126 visitantes (74% da AML). Por fim, existiam em Lisboa 70 recintos de espectáculo ao vivo com uma lotação para 48 307 pessoas. Durante 2004, foram realizados 6 303 sessões com 1 952 313 espectadores, gerando 18 639,66 milhares de euros (98% das receitas verificadas na AML). Ao nível das publicações periódicas, existiam, em 2004, 687 publicações e 9 778 edições. Os jornais alcançaram 77% da circulação total verificada em Lisboa e 83% dos exemplares vendidos. As revistas, por outro lado, tiveram 22% da circulação das publicações e 16% dos exemplares vendidos.

Se é visível uma diferença significativa na quantidade de equipamentos, de espectadores e de receitas em Lisboa face aos Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, ao nível das despesas municipais esta diferença é menor. Assim, no que se refere ao total de despesas das câmaras municipais, verifica-se que Lisboa foi o município com maiores despesas a este nível, no entanto, estes gastos corresponderam apenas a 13% das despesas totais das câmaras municipais desta região. Ao nível das despesas correntes, por outro lado, o Concelho com mais despesas municipais nesta área foi Sintra (9 106 milhares de euros). Lisboa foi o segundo Concelho com maiores despesas correntes por parte da Câmara Municipal - 8 016 milhares de euros -, despesa esta que correspondeu a 10% do total das despesas correntes que ocorreram na AML.

³⁷ Jornal Público, Cinecartaz

Despesas Municipais na Área da Cultura - 2004



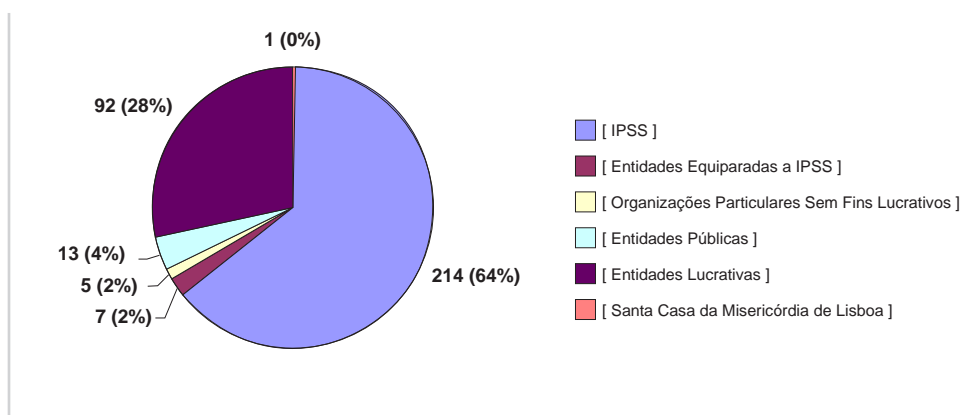
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa - 2005

Dentro das áreas em que ocorreram essas despesas, é nítido o maior investimento na área dos jogos e desportos, equivalendo a 57% do total das despesas correntes da Câmara Municipal de Lisboa. A segunda área com maior investimento foi a das publicações e literatura, sendo que abrangeu apenas 18% do total dos gastos do município na área da cultura e desporto.

2.7. Os Equipamentos Sociais

Segundo a Carta Social, existiam em 2006 cerca de 332 organizações e 821 respostas sociais apoiadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social em Lisboa. A maior parte destas organizações são Instituições Particulares de Solidariedade Social (64%), destacando-se aqui as Associações de Solidariedade Social (60% das IPSS's) e os Centros Sociais e Paroquiais (17%). As Entidades Lucrativas (28%) são o segundo maior grupo de instituições com financiamento do MTSS em Lisboa. Por fim, o terceiro grupo de instituições identificados na Carta Social e que intervém em Lisboa é o das Entidades Públicas (4%), tais como a Autarquia Local (62%) e Instituições Dependentes de Outros Ministérios (23%).

Natureza Jurídica das Organizações com Respostas Sociais apoiadas pelo MTSS em Lisboa - 2006

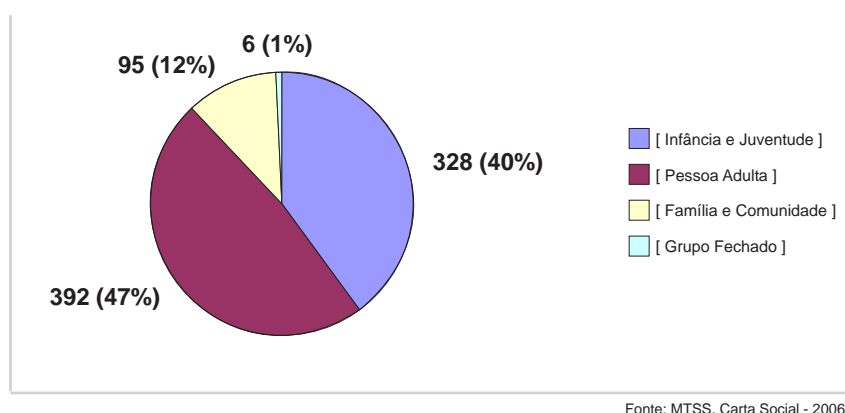


Fonte: MTSS, Carta Social - 2006

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, apesar de não ter uma representatividade significativa neste gráfico, é, no entanto, a instituição com maior número de equipamentos sociais (133 equipamentos, ou seja, 13% dos equipamentos da Carta Social), sendo seguida pelo Instituto da Segurança Social (54 respostas sociais; 7%) e pela Casa Pia de Lisboa (36 respostas sociais; 4%).

Os equipamentos e serviços sociais encontram-se distribuídos por todas as freguesias de Lisboa. No entanto, são nas freguesias com maior número de residentes que se encontram as maiores concentrações de equipamentos sociais. Marvila destaca-se por ser a freguesia com mais equipamentos (67, ou seja, 8% dos equipamentos identificados na Carta Social). A segunda freguesia com número de equipamentos é Santa Maria dos Olivais (44), freguesia que é simultaneamente a que, em 2001, possuía maior população residente. No outro extremo, encontram-se Castelo, Madalena, Santa Justa e São Miguel que possuem apenas 1 equipamento social cada e, simultaneamente possuíam poucos habitantes em 2001 (entre 380 habitantes, em Madalena, e 1 777 habitantes, em São Miguel).

Respostas Sociais em Lisboa por Grandes Áreas de Intervenção - 2006



Cerca de 87% das respostas sociais em Lisboa são direccionadas para Pessoa Adulta (47%) e para a Infância e Juventude (40%). É em Marvila que se encontram uma parte significativa dos equipamentos sociais orientados para a Pessoa Adulta (8,7%; 34 equipamentos), sendo seguido por Santa Maria dos Olivais (6,9%; 27 equipamentos). Ajuda, Benfica, Lumiar, Alcântara, Santa Maria de Belém, São Domingo de Benfica, Campolide, Carnide e Nossa Senhora de Fátima encontram-se também entre as freguesias com maior número de respostas sociais nesta área (mais de 10 respostas nesta área). Por outro lado, nas freguesias de Castelo, Encarnação, Madalena, Sacramento e São Miguel não existem respostas nesta área.

Na área da Infância e Juventude, as freguesias com maior número de respostas são Lumiar (6,4%), Marvila (6,1%), Carnide (5,8%), São Domingos de Benfica (5,5%), Santa Maria de Belém (5,2%) e Alcântara (4,6%), tendo cada uma entre 15 a 21 equipamentos. Sublinhe-se também as freguesias de Campo Grande, São João de Brito, São João de Deus e Ajuda que possuem, cada uma mais de 10 respostas sociais. No outro extremo encontram-se as freguesias de Ameixoeira, Madalena, Mártires, Santa Justa, São Cristóvão e São Lourenço sem respostas sociais direccionadas especificamente para crianças e jovens.

Na área da Família e Comunidade, destacam-se as freguesias de Anjos com 21% destes equipamentos (20 equipamentos). Marvila é a segunda freguesia com mais equipamentos direccionados à família e comunidade, com 14% destas respostas (13 equipamentos), sendo seguida por Benfica que possui 6 equipamentos. Todas as restantes freguesias possuem no máximo 5 respostas sociais nesta área, sendo que em 23 freguesias não existem equipamentos sociais nesta área³⁸.

³⁸ Carnide, Castelo, Charneca, Mártires, Pena, Penha de França, Santa Catarina, Santa Engrácia, Santa Isabel, Santa Justa, Santiago, Santo Condestável, Santo Estêvão, Santos-o-Velho, São Francisco Xavier, São João de Deus, São Mamede, São Miguel, São Nicolau, São Sebastião da Pedreira, São Vicente de Fora, Sé e Socorro

Por fim, uma quarta área, denominada de Grupo Fechado, engloba as respostas pontuais existentes em Lisboa, num total de 6 respostas social. As respostas aqui consideradas são o Apoio em Regime Ambulatório e Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira.

Nº. de respostas sociais por grande área de intervenção - 2006

Freguesias	Infância / Juventude	Pessoa Adulta	Família e Comunidade	Grupo fechado	Total
Ajuda	5	7	2	0	14
Alcântara	6	7	4	0	17
Alto do Pina	3	3	4	0	10
Alvalade	4	4	2	1	11
Ameixoeira	0	5	1	0	6
Anjos	2	4	7	0	13
Beato	1	4	2	0	7
Benfica	3	6	5	0	14
Campo Grande	5	5	3	0	13
Campolide	2	4	1	0	7
Carnide	4	6	0	0	10
Castelo	1	0	0	0	1
Charneca	2	4	0	0	6
Coração de Jesus	2	4	1	0	7
Encarnação	2	0	1	0	3
Graça	3	3	2	0	8
Lapa	2	3	1	0	6
Lumiar	5	8	3	0	16
Madalena	0	0	1	0	1
Mártires	0	3	0	0	3
Marvila	6	8	6	0	20
Mercês	5	6	2	0	13
Nossa Senhora de Fátima	2	6	1	0	9
Pena	4	6	0	0	10
Penha de França	3	6	0	0	9
Prazeres	4	4	1	0	9
Prazeres	1	0	1	0	2
Sacramento	3	3	0	0	6
Santa Catarina	3	3	0	0	6
Santa Engrácia	1	6	0	1	8
Santa Isabel	3	4	0	0	7
Santa Justa	0	1	0	0	1
Santa Maria de Belém	4	7	2	1	14
Santa Maria dos Olivais	3	8	1	0	12
Santiago	1	1	0	0	2
Santo Condestável	3	4	0	1	8
Santo Estêvão	2	1	0	0	3
Santos-o-Velho	1	2	0	0	3
São Cristóvão e São Lourenço	0	4	3	0	7
São Domingos de Benfica	5	4	1	0	10
São Francisco Xavier	3	2	0	0	5
São João	3	7	3	0	13
São João de Brito	7	6	2	0	15
São João de Deus	5	5	0	0	10
São Jorge de Arroios	2	5	1	0	8
São José	2	1	1	0	4
São Mamede	1	3	0	0	4
São Miguel	1	0	0	0	1
São Nicolau	1	2	0	0	3
São Paulo	3	3	2	0	8
São Sebastião da Pedreira	1	3	0	0	4
São Vicente de Fora	3	4	0	0	7
Sé	3	3	0	0	6
Socorro	2	4	0	0	6

[3] PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS: UM "RETRATO FALADO"

O objectivo deste capítulo não será a apresentação de indicadores directos e objectivos sobre a pobreza em Lisboa, mas a apresentação de um primeiro "retrato falado" tendo como base um levantamento de dados sobre diferentes dimensões significativas e que, normalmente, concorrem directamente para uma caracterização do fenómeno.

3.1. A pobreza: enquadramento do fenómeno

"Diz-se que as pessoas se encontram em situação de pobreza quando o seu rendimento e recursos são tão insuficientes que as impedem de ter um nível de vida considerado aceitável na sociedade em que vivem. Devido à sua pobreza, estas pessoas podem ter que suportar múltiplas desvantagens relativamente ao desemprego, ao baixo rendimento, ao fraco alojamento, aos inadequados cuidados de saúde e aos obstáculos à aprendizagem contínua, à cultura, ao desporto e ao lazer. São frequentemente excluídas e marginalizadas na participação das actividades (económicas, sociais e culturais) que são a norma para outras pessoas e o seu acesso aos direitos fundamentais pode ser restringido."

Fonte: Comissão Europeia, Relatório Conjunto sobre a Inclusão Social 2004

Quando se fala em pobreza é utilizada normalmente uma diferenciação entre pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta ou extrema é muitas vezes associada a situações existentes em países menos desenvolvidos economicamente como, por exemplo, países do continente Africano e Asiático, onde algumas pessoas não vêem as suas necessidades básicas satisfeitas. Fala-se aqui na dificuldade de acesso a recursos essenciais à sobrevivência, tais como bens alimentares, água potável, roupa, medicamentos, alojamento, entre outros.

Um dos indicadores utilizados pelas Nações Unidas e pelo Banco Mundial para medir a pobreza extrema é ter menos de 1 dólar por dia, levando a que um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas seja reduzir para metade a quantidade de pessoas que vivem nesta situação. No entanto, e apesar de, na base da definição de pobreza absoluta se encontrar uma noção de necessidades básicas à sobrevivência, a definição das dimensões e dos indicadores que permitam identificar e comparar as populações em situação de pobreza é um processo complexo e polémico. Os bens considerados como essenciais variam consoante o nível de desenvolvimento económico e social do país, os padrões sociais e culturais e o clima. Assim, por exemplo, o acesso a equipamentos ou sistemas de aquecimento pode ou não ser considerado como um necessidade básica consoante o clima e o nível de desenvolvimento económico e social do país em causa.

Apesar do conceito de pobreza absoluta ser muitas vezes associado a países com menores níveis de desenvolvimento económico, esta é também uma realidade que existe no espaço da União Europeia. As comunidades Ciganas e a população sem-abrigo são, por exemplo, grupos que frequentemente se encontram confrontados com este tipo de privações e de pobreza. Por outro lado, a complexidade dos fenómenos de pobreza e a soma das suas consequências nos mesmos indivíduos conduz, frequentemente, determinadas pessoas a situações de tal privação material e social cujo resultado é viverem em situação de pobreza absoluta.

A pobreza relativa, por sua vez, ocorre quando o rendimento e o modo de vida das pessoas são bastantes inferiores ao nível de vida geral do país, levando a uma dificuldade acrescida para atingirem e manterem um estatuto considerado normal nesse país, para participar nas actividades económicas, sociais e culturais e para aceder aos direitos fundamentais.

Quando falamos em pobreza relativa, a comparação dos níveis de pobreza entre diferentes países torna-se ainda mais complexa. Uma pessoa que vive uma situação de pobreza num país com um nível económico elevado poderá sofrer uma privação material inferior à de uma pessoa que vive uma situação de pobreza num país com um desenvolvimento económico baixo. No entanto, se existir no país economicamente menos desenvolvido uma menor diferença entre o nível de vida das pessoas em situação de pobreza e o nível de vida do resto da população, poderá verificar-se que estatisticamente

existe uma maior proporção de pessoas em situação de pobreza que no país com nível económico mais elevado. Assim, o conceito de pobreza relativa traz-nos uma dificuldade na comparação de níveis de pobreza e da sua severidade entre países.

No espaço da UE a pobreza é medida através da linha de pobreza monetária. Este limiar corresponde a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país³⁹. O risco de pobreza é medido através da percentagem da população com rendimento equivalente, após transferências sociais, inferior à linha de pobreza⁴⁰. Para ter em conta as diferentes situações económicas dos vários Estados Membros, na aprovação da lista europeia dos indicadores definidos para a inclusão social aprovada pelo Conselho Europeu de Laeken (2001), foi enfatizado que o valor do limiar de pobreza deve sempre fazer acompanhar o indicador da população em risco de pobreza com o indicador de poder de compra em Euros. A avaliação da intensidade da pobreza é feita pelo hiato que mede a distância entre o rendimento (equivalente médio) da população que vive abaixo do limiar da pobreza e o valor desse limiar de pobreza em termos de poder de compra.

É no entanto importante sublinhar que a pobreza não é apenas uma questão monetária. Centrar a análise apenas na dimensão monetária não permite dar a conhecer a complexidade deste fenómeno. É nesse sentido que se pode complementar os indicadores baseados numa abordagem monetária com indicadores de privação material. A privação material é definida pelo Eurostat como a falta forçada de uma combinação de itens relacionados com as condições materiais de vida, tais como as condições de habitação, posse de bens duradouros e a capacidade de satisfazer as necessidades básicas⁴¹. Estes indicadores procuram abranger três dimensões: pressão/esforço económico⁴²; perda forçada de bens duradouros⁴³ e habitação⁴⁴.

Para compreender as diferentes dimensões deste fenómeno multidimensional é necessário medir igualmente outros aspectos como o nível de endividamento, o desemprego, a saúde, a educação, o alojamento, o acesso aos serviços públicos e a própria percepção subjectiva da pobreza. A percepção subjectiva da pobreza, baseada numa auto-avaliação sobre a capacidade de fazer face aos encargos e despesas e de concretização de aspirações relaciona-se com o conceito de pobreza subjectiva. A pobreza subjectiva apoia-se exclusivamente no juízo que as pessoas e as famílias fazem sobre a sua condição, quer face às suas necessidades e aspirações, quer por comparação com os outros ou com a sociedade em geral⁴⁵.

A análise e comparação de dados são também influenciadas pelos dados disponíveis e sua qualidade em cada país. Na UE é feito um esforço para que exista uma capacidade de comparação dos dados entre os seus Estados Membros. Em 2003 foi criado um sistema comunitário harmonizado de produção de estatísticas sobre a pobreza, a privação e a exclusão social, no âmbito do qual, a partir de 2004, é realizado o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias. Assim, para Portugal, os dados até 2003⁴⁶ apenas disponibilizavam os indicadores de taxa de risco de pobreza (antes e depois das transferências sociais) e o Rácio S80/S20 (indicador de Desigualdade na Distribuição de Rendimentos). Para dados de 2004⁴⁷ são também disponibilizados o Poder de Compra Padrão (PPS) e o Coeficiente de Gini. Contudo, os indicadores existentes referem-se apenas ao total da população, não sendo assim possível traçar um retrato regionalizado deste fenómeno, nomeadamente ao nível de importantes indicadores tais como taxa de risco de pobreza, pobreza persistente, coeficiente de Gini e trabalhadores pobres. Passando para o nível das freguesias, os dados disponíveis são ainda mais escassos, sendo assim difícil um conhecimento mais pormenorizado desta problemática ao nível dos Concelhos e o seu mapeamento, por esta via, impossível.

³⁹ O rendimento equivalente tem em conta as diferentes necessidades existentes nos agregados familiares consoante as suas dimensões e composições.

⁴⁰ Para Portugal, esta taxa de risco de pobreza corresponde à proporção de habitantes com rendimentos anuais por adulto equivalente ou inferior a 4.386 euros no ano anterior (em 2005 cerca de 366 euros por mês).

⁴¹ REAPN, Em Análise, nº 8, Fevereiro 2006

⁴² Pressão / esforço económico - não ter uma semana de férias fora de casa; não ter uma refeição com carne, frango ou peixe dia sim, dia não; não ter aquecimento em casa; ter um atraso nos pagamentos ou dívidas.

⁴³ Perda forçada de bens duráveis - TV a cores; telefone; carro próprio.

⁴⁴ Habitação - acomodação muito escura; telhado em mau estado e más condições do chão; janelas, banho e duche no domicílio; banho interior de uso exclusivo do agregado familiar.

⁴⁵ Bruto da Costa in www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2006006.pdf

⁴⁶ Até 2003 estes indicadores eram recolhidos através do Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados.

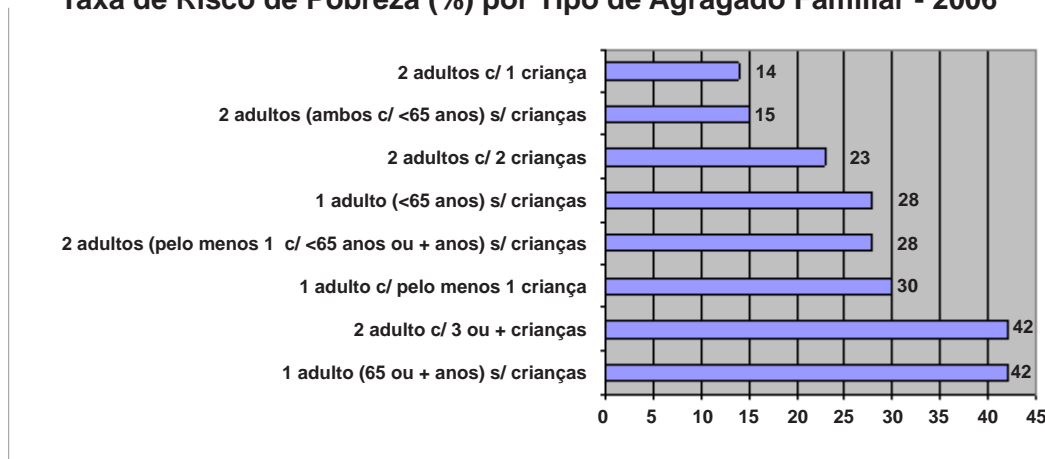
⁴⁷ Desde 2004 é realizado em Portugal o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias. Este inquérito visa um sistema comunitário harmonizado de produção de estatística sobre a pobreza, privação e exclusão social.

3.2. A pobreza na União Europeia e em Portugal

Antes de focalizar a atenção no Concelho de Lisboa, é importante uma contextualização sobre o cenário da pobreza ao nível europeu e nacional. Segundo dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2005, 16% da população da União Europeia (EU-25), ou seja, 78 milhões de pessoas, encontravam-se em risco de pobreza⁴⁸. Em Portugal, este valor é de 19%, em 2005, (20% em 2004), encontrando-se assim, no grupo dos 10 Estados Membros com taxa de risco de pobreza superior à média europeia⁴⁹, sendo a Lituânia e a Polónia os países que apresentam taxas mais elevadas. Com taxas de risco de pobreza mais baixas encontram-se a Suécia (9%) e a República Checa (10%). Os grupos etários que se encontram mais vulneráveis ao risco de pobreza são as populações com mais de 65 anos e com menos de 16 anos, com taxas de risco de pobreza de 19% cada um (UE-25). Entre a população idosa, as mulheres encontram-se numa situação de maior vulnerabilidade à pobreza. Enquanto a taxa de risco de pobreza é de 16% para os homens com mais de 65 anos, para as mulheres essa taxa é de 21%. Os jovens (grupo etário dos 18 aos 24 anos) são o terceiro grupo com maior vulnerabilidade às situações pobreza. Para este grupo a taxa de risco de pobreza é de 18%. O tipo de agregado familiar também condiciona a taxa de risco de pobreza. São as famílias monoparentais e as que possuem crianças dependentes onde se verifica um risco de mais elevado. Nas famílias monoparentais o risco de pobreza sobe para 33%.

Em Portugal, os idosos e as crianças são também grupos etários mais vulneráveis às situações de pobreza, verificando-se uma distanciação face a média da UE-25, nomeadamente ao nível da população idosa - 28% da população com mais de 65 anos encontra-se em risco de pobreza (29% em 2004). Nas crianças, a taxa de risco de pobreza é de 23%. Tendo em conta os agregados familiares é possível verificar que, em 2005, os mais vulneráveis são os compostos por pessoas com mais de 65 anos, as famílias que possuem duas ou mais crianças⁵⁰, as famílias monoparentais e as famílias unipessoais. As famílias unipessoais compostas por uma pessoa com 65 anos ou mais possuem uma taxa de risco de pobreza de 42%. Esta taxa desce para 28% nas famílias unipessoais com menos de 65 anos. A idade tem um impacto importante também nas famílias compostas por dois adultos sem filhos. Quando ambos os adultos possuem menos de 65 anos o risco de pobreza é de 15%. Quando pelo menos um tem 65 anos ou mais a taxa de risco de pobreza sobe para 28%. O número de filhos é igualmente um factor importante. Enquanto as famílias compostas por dois adultos com apenas uma criança tem uma taxa de risco de pobreza de 14%, esta taxa aumenta para 23% quando se trata de uma famílias com duas crianças e para 42% para as famílias com três ou mais filhos. Por fim, o terceiro grupo com maior taxa de risco de pobreza é o das famílias monoparentais - 30%.

Taxa de Risco de Pobreza (%) por Tipo de Agregado Familiar - 2006



Fonte: Eurostat, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 51

⁴⁸ Commission Staff Working Document - Joint Report on Social Protection and social Inclusion -

⁴⁹ Os países com taxas de risco de pobreza superiores a média europeia são: Polónia (21%), Lituânia (21%), Grécia (20%), Espanha (20%), Irlanda (20%), Portugal (19%), Itália (19%), Letónia (19%), Reino Unido (18%) e Estónia (18%).

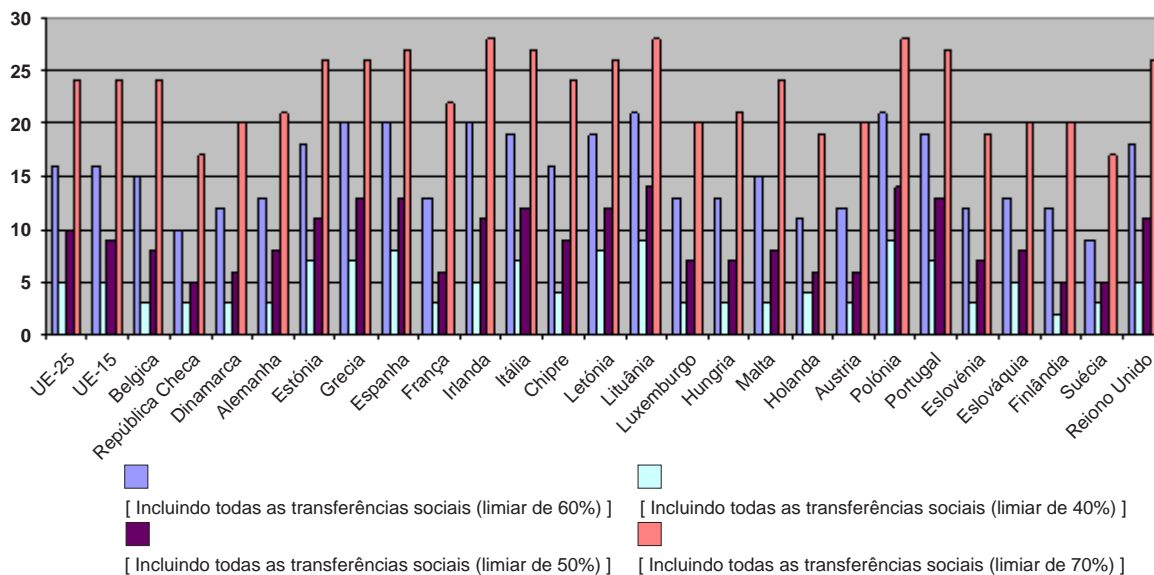
⁵⁰ São consideradas como crianças as pessoas com menos de 16 anos ou com idades entre os 16 e 24 anos economicamente dependentes.

⁵¹ INE, "Dia Internacional de Erradicação da Pobreza - 17 de Outubro", *in* Destaque, Outubro 2007

Apesar dos idosos pertencerem ao grupo etário com maior vulnerabilidade à pobreza, é junto dos desempregados que se verifica uma maior taxa de risco de pobreza. Efectivamente, a condição face ao trabalho é um aspecto importante a ter em conta. Enquanto que nos desempregados esta taxa de risco de pobreza é de 29%, ela desce para 12% junto dos empregados. Os reformados, por sua vez, são o segundo grupo com maior taxa de pobreza - 25%.

A definição do limiar da pobreza enquanto 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente foi convencionada pela Comissão Europeia. Contudo é importante perceber como a população em risco de pobreza varia caso esse limiar seja estabelecido abaixo ou acima desse valor. Assim, para Portugal, a população em risco de pobreza, em 2005, diminuiria 6 pontos percentuais caso a linha de pobreza fosse de 50% da mediana e aumentaria 8 pontos percentuais no caso de uma linha de pobreza de 70% da mediana. Esta mesma diferença ocorre quando nos referimos à média da UE-25.

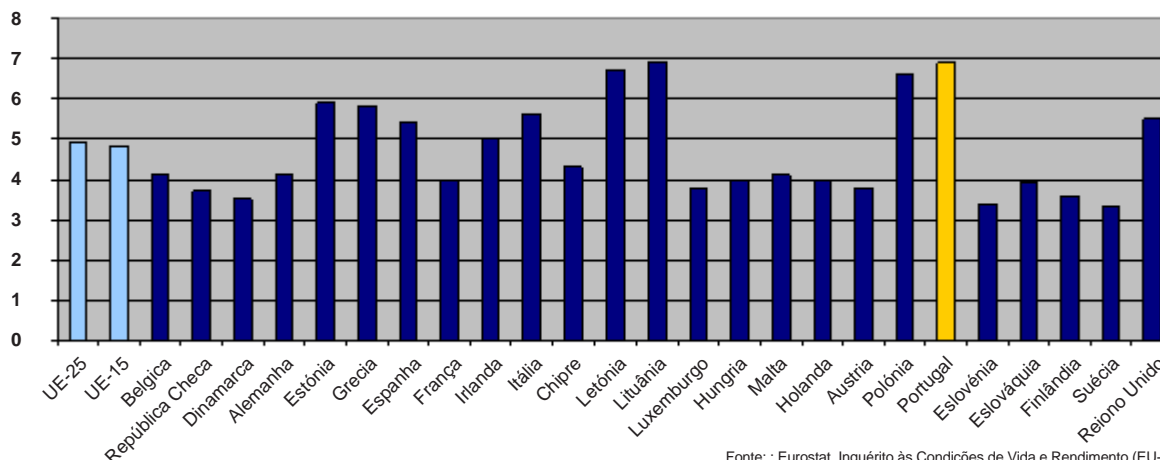
Taxa de Risco de Pobreza - 2005



Fonte: Eurostat, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC)

Enquanto a taxa de risco de pobreza permite conhecer a proporção da população que possui um rendimento abaixo dos 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país, a intensidade da pobreza (relative at-risk-of-poverty gap) permite verificar a distância entre o rendimento médio da população em situação de risco de pobreza e o valor do limiar de pobreza de determinado país. Para a média da UE, a intensidade da pobreza é de 22%, ou seja, metade da população em risco de pobreza possui um rendimento equivalente abaixo dos 78% do limiar de pobreza da UE (um rendimento abaixo dos 47% da mediana do rendimento por adulto equivalente da UE). Para Portugal, em 2005, a intensidade de pobreza era de 26%. Desta forma, metade da população portuguesa em risco de pobreza possuía um rendimento abaixo dos 74% do limiar de pobreza, ou seja, possuía um rendimento abaixo dos 44% da mediana do rendimento nacional por adulto equivalente. Ao nível da UE, os países com uma intensidade da pobreza maior são a Polónia (30%), a Lituânia (28%), a Letónia (27%) e Portugal.

Rácio S80/S20 - 2005

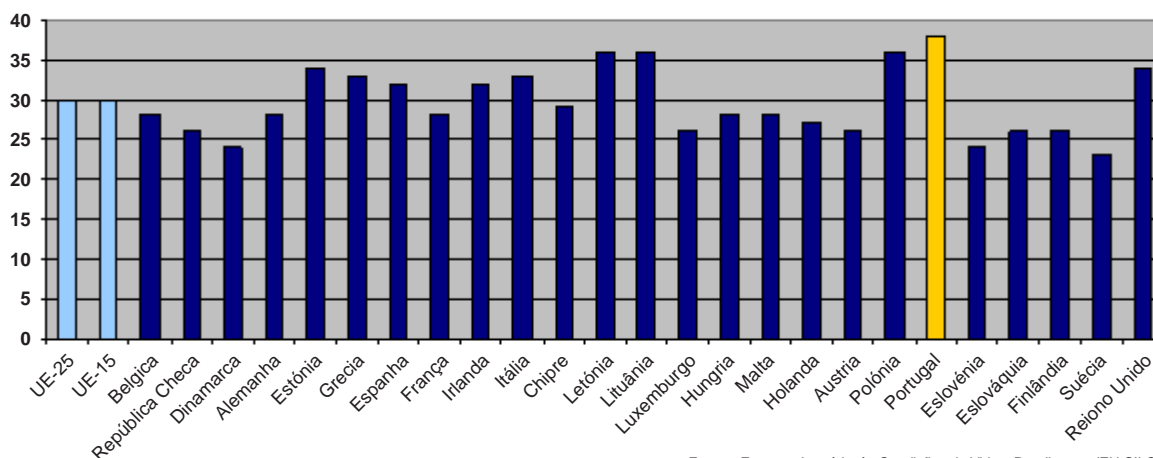


Fonte: Eurostat, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC)

Outro aspecto a ter em conta é a desigualdade do rendimento existente na sociedade europeia e portuguesa. Assim, é importante comparar o peso dos rendimentos das pessoas com mais altos e mais baixos recursos, através do Rácio S80/S20⁵². Em Portugal, em 2005, 20% da população com maiores rendimentos recebia 6.9 vezes o rendimento dos 20% da população com mais baixos recursos. No total, o rendimento dos 20% da população com menores recursos equivalia a 7% do rendimento monetário líquido equivalente das famílias, enquanto aos 20% da população com maiores rendimentos correspondiam cerca de 45% do total do rendimento monetário líquido⁵³. O Rácio S80/S20 de 6.9, de Portugal, é dos mais elevados da UE-25, sendo apenas semelhante ao da Lituânia. Para a média da UE-25 este rácio é de 4,9. Se pensarmos na lista dos 5 países com maiores rácios encontramos principalmente os novos Estados Membros: Portugal, juntamente com a Lituânia, lidera este grupo seguidos pela Letónia (6,7), a Polónia (6,6) e a Estónia (5,9).

A desigualdade do rendimento é também medida pelo Coeficiente de Gini. Caso exista uma distribuição totalmente igualitária dos rendimentos, o Coeficiente de Gini será de 0%. Se, pelo contrário, todo o rendimento nacional estiver concentrado numa única pessoa o coeficiente será de 100%. Para Portugal o Coeficiente de Gini é de 38%, reforçando assim a existência de uma forte desigualdade na sociedade portuguesa na distribuição dos seus rendimentos. É importante sublinhar ainda que Portugal possui o maior nível de desigualdade da UE-25, sendo seguido pela Letónia (36%), a Lituânia (36%), a Polónia (36%) e a Estónia (34%), os mesmos países que apresentam elevados valores ao nível do Rácio S80/S20. A média para a UE-25 é de 30%, sendo que os valores variam entre os 23% da Suécia e os 38% de Portugal.

Coeficiente de Gini - 2005



Fonte: Eurostat, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC)

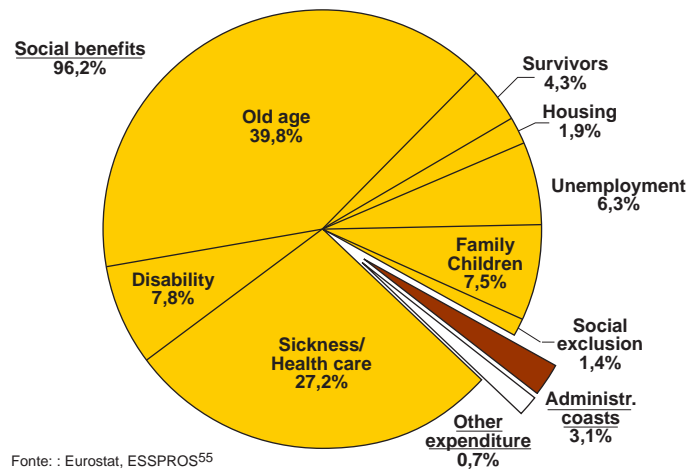
Segundo dados do Eurostat⁵⁴, em 2004, as despesas com a protecção social contabilizavam 27,3% do PIB da EU-25 e 24,9% do PIB de Portugal. A quase totalidade desta despesa é direccionada para os benefícios sociais (96,2%), sendo disponibilizado 3,1% para custos administrativos e 0,7% para outras despesas. Da despesa direccionada para os benefícios sociais, na UE-25, as duas maiores despesas relacionam-se com os idosos (39,8%) e com a área dos cuidados de saúde e doenças (27,2%), ficando para último lugar a exclusão social (1,4%).

⁵² O Rácio S80/S20 permite comparar o rendimento total equivalente recebido por 20% da população com maior rendimento equivalente com o recebido por 20% da população com menor rendimento equivalente.

⁵³ INE, "Dia Internacional de Erradicação da Pobreza - 17 de Outubro", in Destaque, Outubro 2007

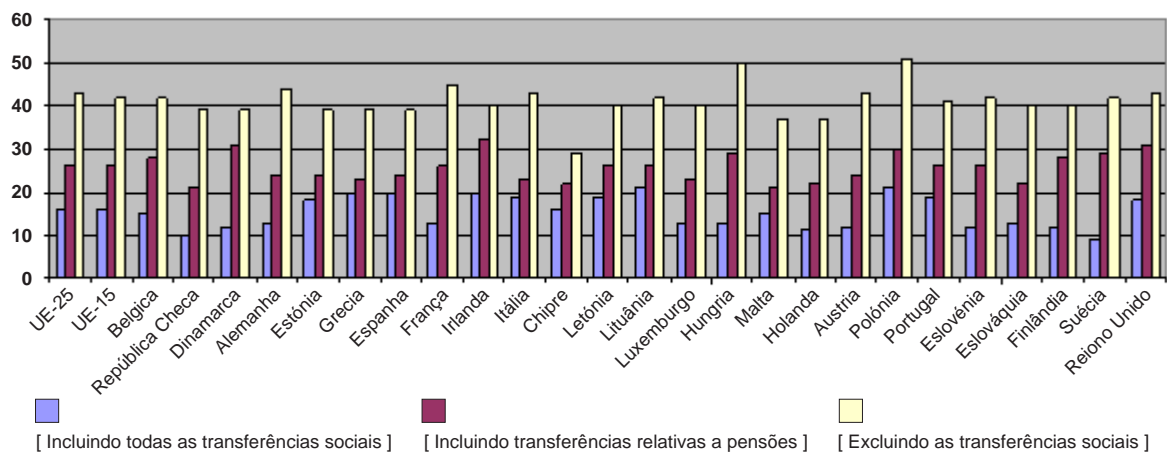
⁵⁴ PETRÁŠOVÁ, Alexandra, Social protection in the European Union, Eurostat, Luxemburgo, 2007 (Statistics in Focus. Population and Social Conditions, 99/2007)

Estrutura das Despesas com a Protecção Social na UE-25 - 2004



Estas despesas com a Protecção Social têm um impacto importante na taxa de risco de pobreza. Se a taxa de risco de pobreza para Portugal é de 19% após as transferências sociais, ela é aproximadamente o dobro (41%) quando calculada antes das transferências sociais. Tendo em conta apenas as pensões de reforma e de sobrevivência, esta taxa sobe para 26%. Ao nível da UE-25 este impacto é ainda maior. Com uma taxa de risco de pobreza de 16%, esta sobe para 26% com as transferências relativas às pensões e para 43% antes de qualquer transferência social. Note-se que os maiores impactos das transferências sociais se verificam na Hungria, com uma subida de 37 valores na taxa de pobreza quando esta é contabilizada antes das transferências sociais, na Suécia (mais 33 pontos percentuais), em França (mais 32), na Alemanha (mais 31) e na Áustria (mais 31). Por outro lado, Chipre, Grécia, Espanha e Irlanda são os países onde este impacto é menor - mais 13, 19, 19 e 20 pontos percentuais respectivamente.

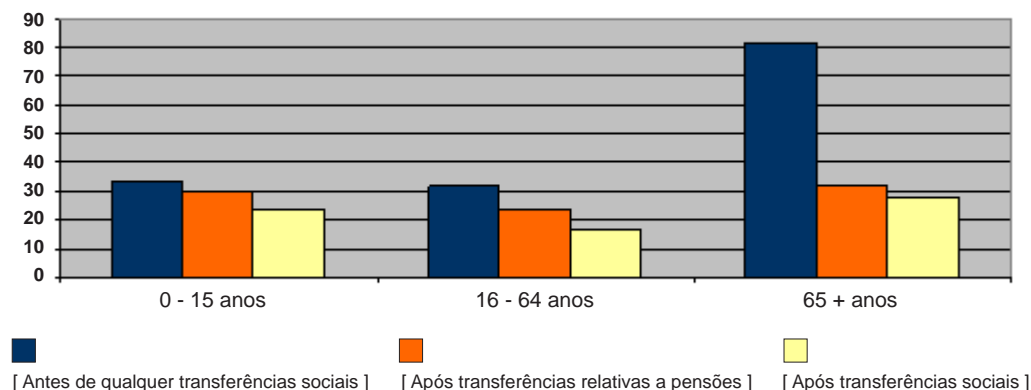
Taxa de Risco de Pobreza antes e após Transferências Sociais - 2005



Sublinhe-se ainda que, em Portugal, o grupo etário onde o impacto das transferências sociais é maior é o dos idosos, onde a taxa de pobreza desce de 82% antes das transferências sociais para 28% depois das transferências sociais. Sublinhe-se novamente que este é respectivamente o grupo etário com maior taxa de risco de pobreza.

⁵⁵ *Idem*, pg3

Taxa de Risco de Pobreza por Grupo Etário - 2005



Fonte: : Eurostat, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC)

Tal como já foi dito anteriormente, para melhor compreender as situações de pobreza existentes é importante ter em conta outras dimensões, tal como o emprego, a educação, a saúde, a habitação, etc.

Tendo em conta a vulnerabilidade ao risco de pobreza existente da população desempregada⁵⁶, é importante conhecer a taxa de desemprego na UE e em Portugal. Segundo dados do Eurostat⁵⁷, 16 milhões de europeus (UE-27) encontravam-se desempregados em Julho 2007, o que representa uma taxa de desemprego de 6,8%. Refira-se ainda a existência de uma diminuição desta taxa entre Julho de 2007 e Julho de 2006, quando a taxa de desemprego era de 7,9%. Em 2007, as taxas de desemprego mais baixas registaram-se na Dinamarca (3,2%), na Holanda (3,4%), no Chipre (4,1%) e na Áustria (4,3%). Segundo estes dados Portugal apresentava uma taxa de desemprego de 8,2%⁵⁸, estando assim junto dos 5 países com taxas mais elevadas - Eslováquia (10,6%), Polónia (9,7%), Grécia (8,6%), França (8,5%). Tendo por base o género, verifica-se uma maior incidência da taxa de desemprego junto das mulheres. Na UE-25, enquanto 6,1% dos homens estavam em situação de desemprego, esta realidade era para as mulheres de 7,8%. A diferença entre a taxa de desemprego dos homens e das mulheres é ainda maior em Portugal: 6,5% para os homens e 10,2% para as mulheres.

O impacto do desemprego ao nível do risco de pobreza não atinge apenas a pessoa em situação de pobreza, mas todo o agregado familiar. Ainda para dados de 2006⁵⁹, cerca de 9,8% dos europeus adultos (entre 18-59 anos) viviam em agregados familiares onde nenhum dos elementos trabalhava. Este valor varia entre aproximadamente 5% no Chipre e os 14% na Bélgica. Portugal é o segundo país com menor taxa de adultos a viverem em agregados familiares onde nenhum dos elementos tem emprego - 6%. A percentagem de crianças a viverem neste tipo de agregado familiar é ligeiramente inferior (9,5%), mas as variações entre os Estados Membros é mais acentuada, indo de 2,7% no Luxemburgo para 16,2% no Reino Unido. Portugal apresenta-se abaixo da média europeia, com cerca de 4% de crianças a viverem em agregados onde nenhum elemento tem emprego. Contudo, se é inegável que a taxa de risco de pobreza diminui quando estamos perante pessoas empregadas, tal não significa que ter um emprego proteja sempre as pessoas deste risco de pobreza. Na realidade, existe ainda uma proporção significativa de pessoas que, apesar de estarem empregadas, se encontram em situação de pobreza. Em 2004, a taxa de trabalhadores pobres para a UE-25 era de 8%. Este valor oscila entre os 3% na República Checa (4% na Bélgica e na Finlândia) e os 14% na Polónia e em Portugal (13% na Grécia)⁶⁰.

A qualificação é outro factor fundamental para a inclusão social. Assim, uma das metas para 2010 é diminuir a taxa de abandono escolar precoce para 10%. No entanto, em 2006, cerca de 15% dos jovens com idades entre os 18 e os 24 anos possuíam um nível de escolarização abaixo do nível secundário e não se encontravam em nenhuma outra forma de educação ou formação. Portugal é o segundo país da UE-25 com maior taxa de abandono escolar precoce: 42% em Malta, 39% em Portugal e 30% em

⁵⁶Relembre-se que esta população apresenta uma taxa de risco de pobreza de 29%, enquanto a população empregada possui uma taxa de 12%

⁵⁷Euro-Indicators, Eurostat, 118/2007

⁵⁸Os dados do INE para o segundo e terceiro trimestre de 2007 apresentam valores inferiores aos dados da Eurostat (7.9% em ambos os trimestres).

⁵⁹Eurostat, Labour Force Survey

⁶⁰Eurostat, EU-SILC

Espanha. Os países com taxas de abandono precoce abaixo dos 6% são a Polónia, a República Checa e a Eslovénia. Em geral verifica-se uma percentagem de abandono superior junto dos jovens do sexo masculino.

Por fim, é igualmente importante compreender a percepção dos europeus acerca da pobreza, nomeadamente como percebem a gravidade deste problema e o modo como ele afecta cerca de 78 milhões de pessoas dentro da União Europeia. Foi nesse sentido que, entre Fevereiro e Março de 2007, a Direcção Geral do Emprego e Assuntos Sociais da Comissão Europeia financiou a realização de um Inquérito com o objectivo de perceber a opinião pública sobre a pobreza e a exclusão no contexto da UE. Foram entrevistados 26 466 cidadãos europeus com mais de 15 anos pertencentes aos 27 Estados Membros e 1000 residentes na Croácia.

Segundo os resultados deste inquérito, 38% dos inquiridos da EU-27 classificam-se como pobres⁶¹, 1 agregado familiar em cada 20 afirma ter dificuldades em fazer face a todas as despesas e enquanto 19% dos agregados familiares se esforçam por manter todos os pagamentos em ordem⁶². Cruzando estas medidas subjectivas de pobreza com a medida objectiva (taxa de risco de pobreza) verifica-se que a percentagem da população europeia que se considera pobre ou com dificuldades financeiras é substancialmente maior que a que se encontra em risco de pobreza. Note-se igualmente que os países onde 80% ou mais da população se considera pobre (Hungria (84%), a Roménia (82%) e a Bulgária (80%)) não são os países que apresentam maiores taxas de risco de pobreza. No caso da Bulgária e da Roménia, acresce a essa elevada taxa de pobreza subjectiva, uma elevada percentagem da população que afirma ter dificuldades financeiras - 70% e 46%. Uma explicação para este facto poderá ser um baixo nível de desigualdade na distribuição dos rendimentos (Rácio S80/S20 e Coeficiente de Gini) levando a que a taxa de pobreza não seja tão elevada. No caso da Roménia, por exemplo, uma pessoa solteira que se encontre no limiar de pobreza ganha apenas 558 euros anuais (as pessoas em risco de pobreza vivem com menos de 2 euros por dia), um valor muito abaixo do limiar de pobreza de Portugal (4 321 euros) que, no entanto, possui uma taxa de risco de pobreza superior. Em Portugal, onde a taxa de pobreza objectiva é de 19%, mais do dobro considera-se pobre (47%) ou afirma ter dificuldades financeiras (39%).

Comparação da Pobreza Objectiva com as duas Medidas Subjectivas⁶³

Table 1: Objective poverty measure compared to the two subjective measures			
	Objective poverty (EUROSTAT)	% subjective poor (QB3: lower+much lower)	% with financial difficulties (QB4: struggling + falling+have fallen behind)
EU27	na	30%	24%
NMS12	na	67%	33%
EU15	16%	30%	21%
SE	9%		
CZ	10%	36%	30%
SI	10%	48%	13%
NL	11%	12%	
DK	12%		
FI	12%	18%	9%
AT	12%	21%	13%
LU	13%		
DE	13%	20%	15%
FR	13%	34%	27%
SK	13%	62%	38%
HU	13%		35%
MT	15%	21%	30%
BE	15%	27%	14%
BG	15%		
CY	16%	47%	43%
EE	18%	51%	31%
RO	18%		
UK	19%	20%	16%
IT	19%	51%	28%
LV	19%	79%	45%
IE	20%	19%	17%
ES	20%	37%	27%
PT	20%	47%	39%
EL	20%	55%	
LT	21%	57%	29%
PL	21%	63%	21%
HR	18%	75%	26%

⁶¹ Subjective Poverty - esta medida define os respondentes como sendo pobres se entenderem que o total do seu rendimento é menor do que aquele que eles consideram como absolutamente necessário para terem um nível de vida decente.

⁶² Eurobarometer, Poverty and Exclusion, Setembro 2007

⁶³ *Idem*

Estes valores aproximam-se dos resultados de uma sondagem realizada pela Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal em Parceria com a Universidade Católica Portuguesa (CESOP), em 2004. Nessa sondagem foram analisados 1344 inquiridos realizados à população residente em Portugal continental, com 18 anos ou mais. Nessa altura, os inquiridos consideraram que existia, em Portugal, cerca de 14% da população em situação de pobreza extrema, 48% em situação de pobreza e 21% em risco de entrar numa situação de pobreza. Ao nível da percepção de pobreza na zona de residência os valores para a população em situação de pobreza extrema ou em situação de pobreza diminuíam, passando para 10% e 29% respectivamente, mas aumentava a proporção da população em risco de ficar numa situação de pobreza (31%). Por outro lado, existe igualmente a percepção de um aumento das situações de pobreza ao nível nacional e local - 68,8% dos inquiridos consideraram que essas situações têm aumentado em Portugal e 42,3% consideraram que têm aumentado na zona em que vivem.

No que se refere as causas da pobreza, ao nível europeu, atribui-se este fenómeno à injustiça existente na sociedade (37%), mas logo a seguir à preguiça e à falta de vontade (20%) ou má sorte (19%). As razões para as pessoas serem pobres ou excluídas, por sua vez, são em grande parte explicadas por factores relacionados com o trabalho: o desemprego de longa duração (35%); o trabalho mal pago (34%); e os baixos valores dos benefícios sociais e das pensões (33%). Em Portugal, por outro lado, a maior parte da população (52%) atribui a causa da pobreza a factores pessoais (23% derivado a má sorte e 29% à preguiça), contra 40% que atribui a factores sociais (33% à injustiça e 7% ao progresso). As três principais razões para as pessoas encontrarem-se em situação de pobreza ou exclusão social são o trabalho mal pago (40%), os baixos valores dos benefícios sociais e das pensões (39%) e o alcoolismo, a toxicodependência e outros vícios (37%).

3.3. Lisboa: um primeiro "retrato social"

Tal como já foi referido, os dados anteriormente apresentados sobre a pobreza na Europa e em Portugal não se encontram disponíveis para outros níveis territoriais. Desta forma, o retrato social de Lisboa que procuramos aqui apresentar apenas pode abordar dimensões sociais importantes, tais como o emprego, a educação, a habitação, entre outras, sobre as quais foi possível apurar dados relativamente actualizados.

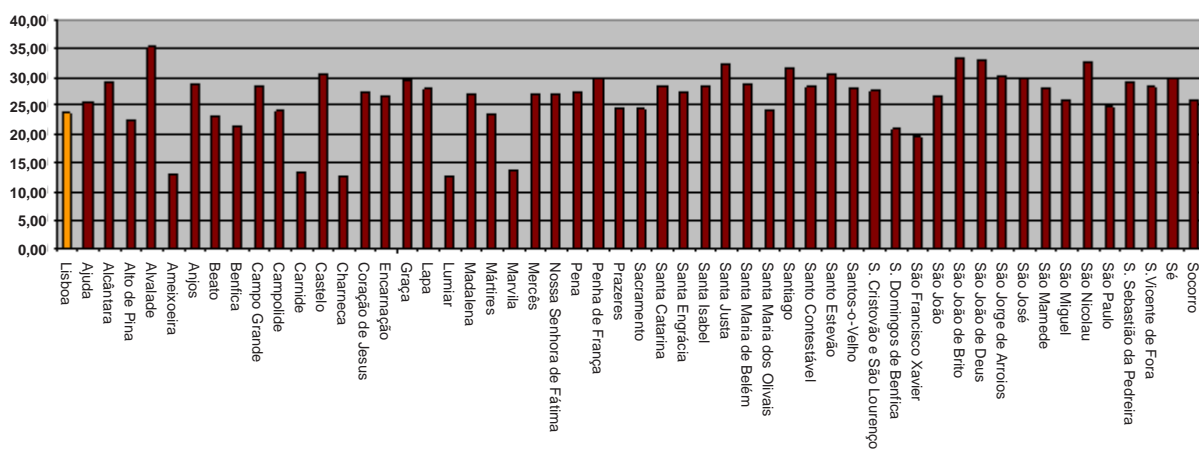
Em Portugal, entre a população em risco de pobreza sobressaem os idosos (com uma taxa de risco de pobreza de 82% antes das transferências sociais e 28% após estas transferências) e as crianças e jovens até aos 16 anos (taxa de risco de pobreza de 23% após transferências sociais); os agregados familiares constituídos por dois adultos e três ou mais crianças (taxa de pobreza de 42%); famílias unipessoais (taxa de risco de pobreza de 37%, sendo que este valor sobe para 39% quando se trata de um agregado familiar constituído por uma mulher e para 42% nos agregados constituídos por um adulto com 65 anos ou mais); famílias monoparentais (taxa de risco de pobreza de 30%); agregados familiares compostos por dois adultos com 65 anos ou mais (taxa de risco de pobreza de 28%); os agregados com dois adultos e duas crianças (taxa de risco de pobreza de 23%); os desempregados (taxa de risco de pobreza de 29%) e os reformados (taxa de risco de pobreza de 25%); e os arrendatários (taxa de risco de pobreza de 29%).

3.3.1. Grupos Etários

Não sendo possível perceber o impacto das diferentes regiões e Concelhos nas taxas de risco de pobreza anteriormente apresentadas, será, no entanto, importante recordar o peso destes diferentes grupos no Concelho de Lisboa e nas suas freguesias. Assim, recorde-se que Lisboa é um Concelho onde se verifica um envelhecimento populacional, com aproximadamente 24% da sua população com 65 anos ou mais e aproximadamente 12% com menos de 15 anos⁶⁴. São as freguesias de Alvalade, São João de Brito, São João de Deus, São Nicolau, Santa Justa e Santiago as que possuem maiores concentrações de população com 65 anos ou mais - 35,2%; 33,4%; 33,1%, 32,5%, 32,4% e 31,6% da população com 65 anos ou mais respectivamente.

⁶⁴ Dados dos Censos 2001.

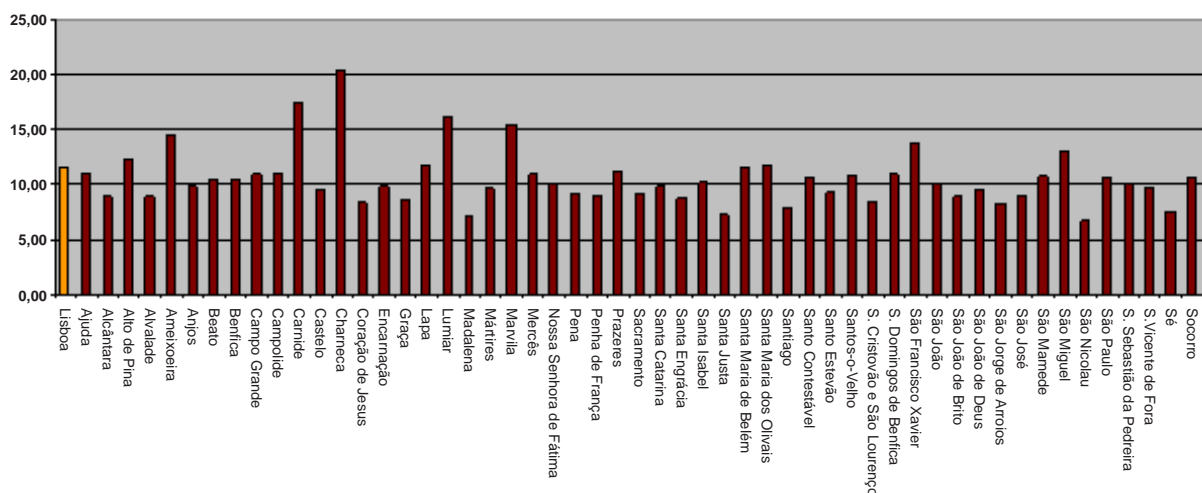
População Residente em Lisboa com 65 anos ou mais - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001

Ao nível da concentração de crianças e jovens destacam-se as freguesias de Charneca (20,40% da população possui menos de 15 anos), Carnide (17,44%), Lumiar (16,10%), Marvila (15,43%), Ameixoeira (14,56%), São Francisco Xavier (13,78%), São Miguel (13,06%) e Alto do Pina (12,34%).

População Residente em Lisboa com idade entre 0 e 14 anos - 2001 (%)

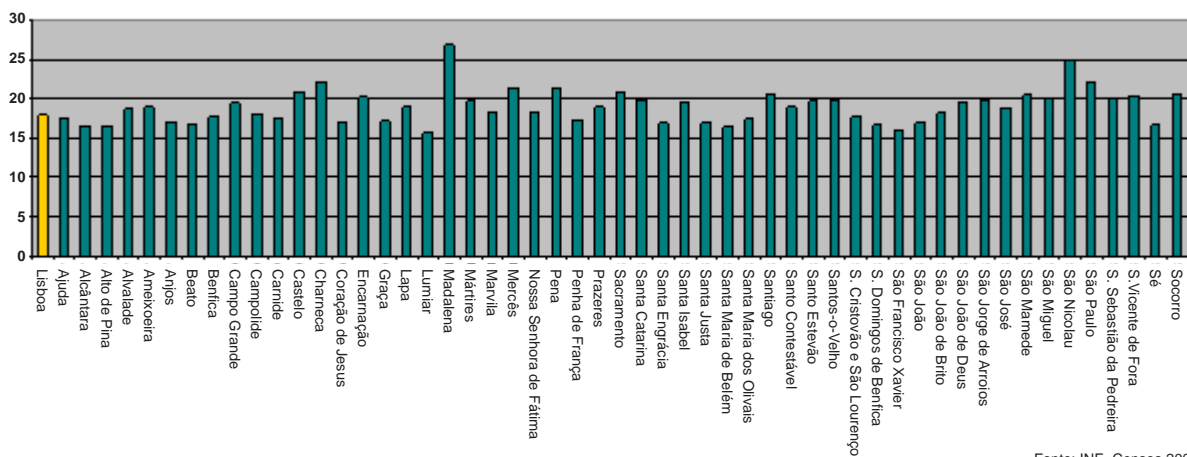


Fonte: INE, Censos 2001

3.3.2. Tipos de Agregado Familiar

Ao nível dos agregados familiares, as famílias unipessoais correspondiam, em 2001, a 30,55% das famílias clássicas residentes na cidade de Lisboa e encontrava-se em maior proporção nas freguesias de Coração de Jesus (51,17%), São Cristóvão e São Lourenço (50,88%), Mártires (50,61%), São Nicolau (50,36%), Pena (48,91%), Sacramento (48,53%), Madalena (45,92%) e Mercês (45,76%). Apesar de não estar disponível a proporção de famílias unipessoais constituídas por mulheres, um dos grupos que apresenta uma maior vulnerabilidade à pobreza, é no entanto possível conhecer as famílias unipessoais de pessoas com 65 anos ou mais. Assim, tal como foi referido no Capítulo 2, aproximadamente 14% das famílias clássicas de Lisboa, em 2001, eram famílias unipessoais de pessoas com mais de 65 anos. As freguesias onde se verificava a sua maior concentração eram Castelo (24%), Santo Estêvão (23%), São Nicolau (23%) e São Cristóvão e São Lourenço (22%), e apenas seis freguesias apresentavam concentrações inferiores a 10% deste tipo de agregado familiar - São Francisco Xavier, Charneca, Marvila, Carnide, Ameixoeira e Lumiar.

Famílias Monoparentais - 2001 (%)

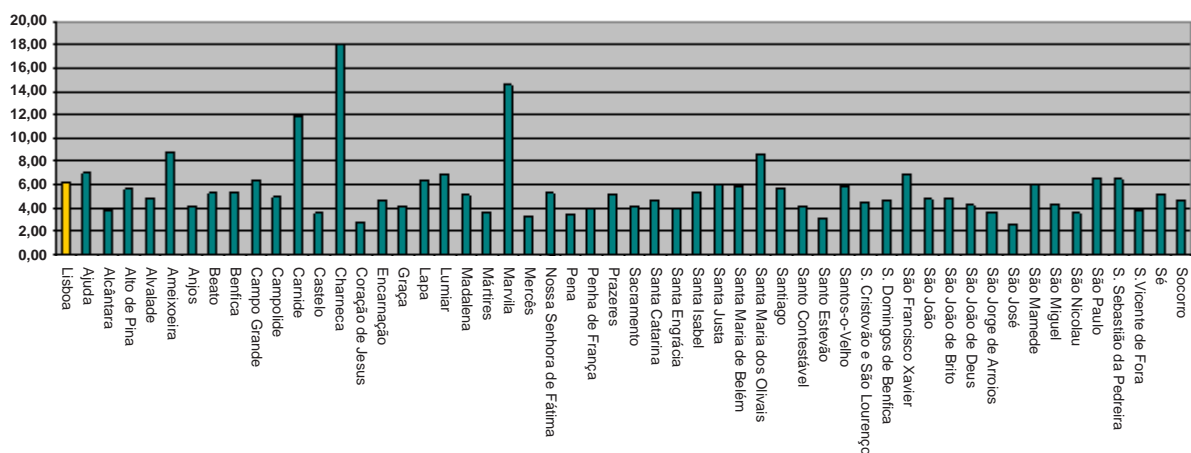


Fonte: INE, Censos 2001

As famílias monoparentais, por outro lado, representavam 18% das famílias clássicas residentes em Lisboa em 2001. As freguesias que apresentavam mais de 20% de famílias monoparentais eram Madalena (aproximadamente 27%), São Nicolau (25%), Charneca (22%), São Paulo (22%), Mercês (21%), Pena (21%), Castelo (21%), Sacramento (21%), Socorro (21%), São Mamede (21%), Santiago (20%), São Vicente de Fora (20%), Encarnação (20%), São Miguel (20%), São Sebastião da Pedreira (20%). Todas as restantes freguesias apresentam proporções de famílias monoparentais entre 15% a 19%.

Também não se encontram dados disponíveis que permitam conhecer a proporção e distribuição geográfica dos agregados familiares compostos por dois adultos com 65 anos ou mais, ou compostos por dois adultos e duas ou mais crianças. Entre os dados disponíveis dos Censos 2001 é, no entanto, possível conhecer as famílias mais numerosas, independentemente das idades dos seus membros. Assim, na cidade de Lisboa existiam, em 2001, aproximadamente 6% de famílias constituídas por 5 ou mais pessoas. Se pensarmos nas famílias constituídas por 4 ou mais pessoas esta percentagem sobe para, aproximadamente, 19%. Entre as freguesias com maiores concentrações de agregados familiares com cinco ou mais membros destacam-se Charneca (19%), Marvila (15%) e Carnide (12%). Estas percentagens sobem para 38%, 35% e 32%, respectivamente, se tivermos em conta as famílias compostas por quatro ou mais membros. Todas as restantes freguesias apresentavam percentagens inferiores a 10% de agregados familiares com 5 ou mais membros.

Famílias Clássicas com 5 ou mais Pessoas - 2001 (%)



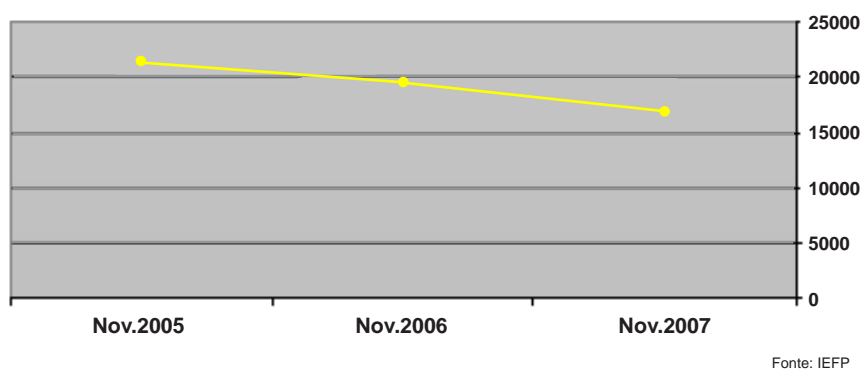
Fonte: INE, Censos 2001

3.3.3. Situação Face ao Emprego

Os desempregados e os reformados são outros dois grupos vulneráveis às situações de pobreza. Ao nível do desemprego existem duas fontes importantes de dados, o INE e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), com cálculos e, conseqüentemente, números diferentes sobre o desemprego. Ao nível do INE, os seus dados trimestrais do Inquérito ao Emprego não são desagregados ao nível concelhio, sendo esta desagregação feita apenas através dos Censos. Por parte do IEFP é, no entanto, possível aceder a dados mensais com este nível de desagregação.

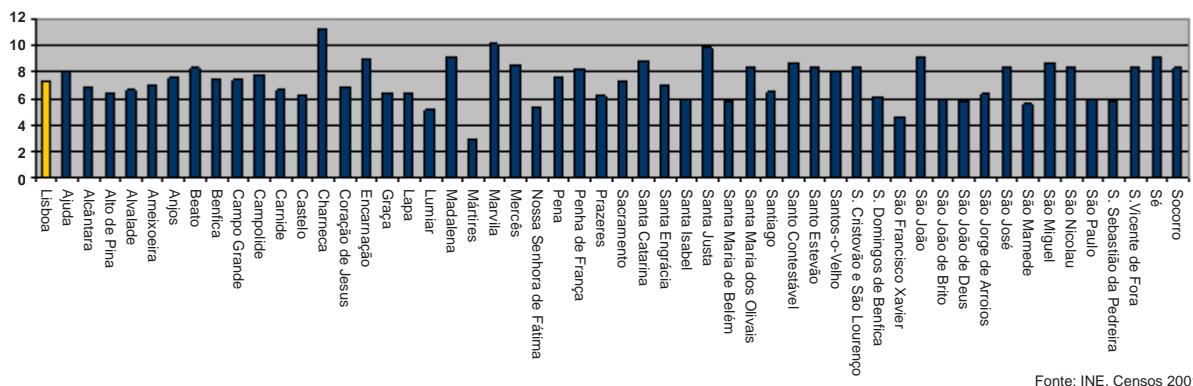
Assim, em Novembro de 2007, segundo o IEFP, o número de desempregados na cidade de Lisboa era de 17 012, um valor que diminuiu nos últimos dois anos (em 2005 o número de desempregados era de 21 210). A diferença entre o número de desempregados do sexo masculino e do sexo feminino também diminuiu nos últimos anos. Actualmente 49,7% são homens e 50,3% são mulheres, enquanto que, em 2005, 51,6% dos desempregados eram mulheres. Cerca de 39% destes desempregados encontram-se nesta situação há um ano ou mais. A maior parte destes desempregados estão a procura de novo emprego, sendo que a percentagem dos que estão a procura do 1º emprego é de 8,3%.

Evolução do Número de Desempregados em Lisboa 2005-2007



Ao nível da distribuição da população desempregada pelas diferentes freguesias de Lisboa, as estatísticas mais recentes são os dados referentes aos Censos de 2001. Não sendo possível aceder a dados mais actualizados, é no entanto importante conhecer, a título indicativo, as freguesias com maiores taxas de desemprego em 2001. Assim, nesse ano, segundo o cálculo do INE, a taxa de desemprego em Lisboa era de 7,3%. Charneca (11,3%), Marvila (10,1%), Santa Justa (9,8%), Madalena (9,2%), São João (9,1%), Sé (9,1%) e Encarnação (9%) foram as freguesias mais atingidas pelo desemprego. No extremo oposto encontravam-se as freguesias de Mártires, São Francisco e Lumiar com taxas de desemprego de 2,3%, 4,6% e 5,2% respectivamente.

Taxa de Desemprego por Freguesias - 2001

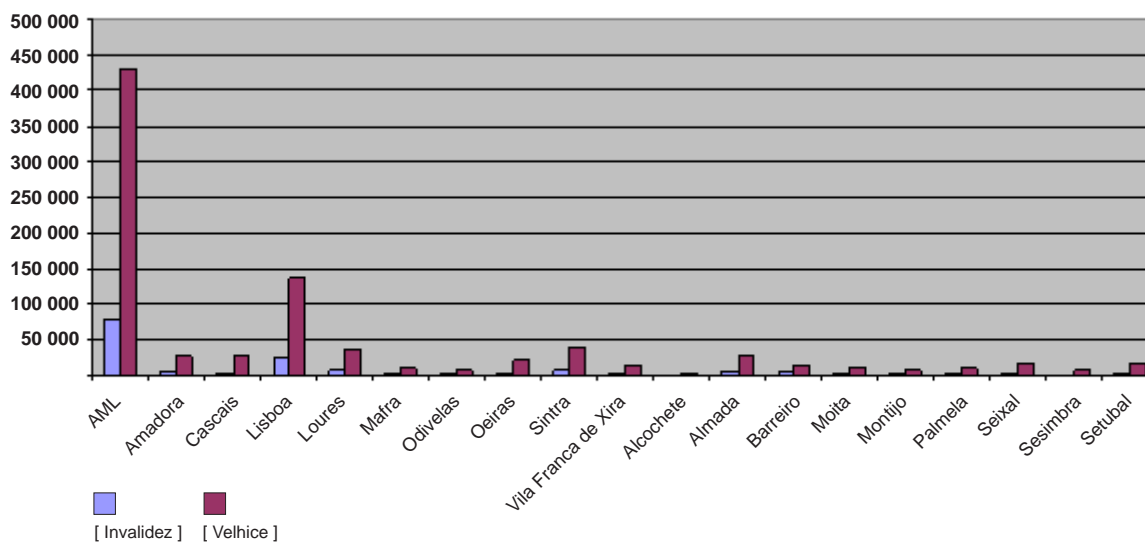


A dificuldade de encontrar dados ao nível concelhio ou desagregados ao nível das freguesias também ocorre quando pretendemos conhecer a população de reformados residentes em Lisboa. A fonte de dados mais actualizada sobre população inactiva é o Inquérito ao Emprego do INE que, tal como referido anteriormente, só está disponível ao nível regional (Nuts II). Na região de Lisboa (Área Metropolitana de Lisboa), no terceiro trimestre de 2007 existiam cerca de 5 191 000 reformados, cerca de 30% dos reformados existentes no território nacional. A média para o ano de 2005, segundo dos dados do INE, foi de 506 400 reformados residentes nesta região (aproximadamente 31% dos reformados em Portugal).

Para 2005 encontram-se igualmente dados sobre os reformados residentes no Concelho de Lisboa, através das estatísticas do Ministério de Trabalho e Segurança Social sobre as pensões de velhice⁶⁵ e de invalidez^{66 67}. Sublinhe-se, contudo, a impossibilidade de comparação entre os dados apresentados por estas duas fontes, uma vez que os dados apresentados pelo MTSS, para Portugal, ultrapassam os valores disponibilizados pelo INE⁶⁸.

Em 2005, residiam na cidade de Lisboa 160 266 reformados, correspondendo a 32% dos reformados da Região de Lisboa / AML e 8% dos reformados de Portugal. Destes 160 266 reformados, aproximadamente 15% são beneficiários de pensão de invalidez e 85% são beneficiários de pensão de velhice. Dentro da AML, Lisboa é o Concelho com maior proporção de beneficiários de pensões de invalidez e de velhice, com uma distância de aproximadamente 22 pontos percentuais face ao segundo Concelho com maior proporção deste tipo de beneficiários (Sintra possui cerca de 9% dos pensionistas de velhice e de invalidez da AML). É igualmente importante perceber o peso desta população face à população residente neste Concelho, contudo, confrontamo-nos aqui com a divergência dos anos aos quais estes dados se referem. Tendo em conta os Censos de 2001, residiam em Lisboa nessa altura 558 965 pessoas. As Estimativas Provisórias de População Residente do INE apontam, para o ano de 2005, para a existência de aproximadamente 519 795. Tendo em conta esta previsão, os beneficiários de pensão de invalidez e de velhice corresponderiam a cerca de 31% da população residente. Se não contabilizarmos o grupo etário mais jovem, dos 0 aos 14 anos, esta proporção sobe para aproximadamente

Beneficiários de Pensões de Invalidez e de Velhice - 2005



Fonte: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES)⁶⁹

⁶⁵ Os beneficiários de pensão de velhice são os que "(...) tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano, (...), e com idade mínima de 65 anos para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993 e, a partir de 1994, irá evoluir de 62 para 65 com um aumento de 6 meses por ano civil". (MTSS, 2007: 80)

⁶⁶ Os beneficiários da pensão de invalidez, segundo o MTSS, são todos aqueles que "(...) havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações, (...), e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente, definitivamente incapacitados de trabalhar na sua profissão." (MTSS, 2007: 80).

⁶⁷ Os dados para 2006 encontram-se desagregados apenas a nível distrital.

⁶⁸ Segundo o INE existiam, em 2005, 1 648 200 reformados a residir em Portugal. Segundo as estatísticas do MTSS, por sua vez, existiam 1 755 347 beneficiários de pensões de velhice e 318 635 beneficiários de pensões de invalidez (perfazendo um total de 2 073 982 reformados).

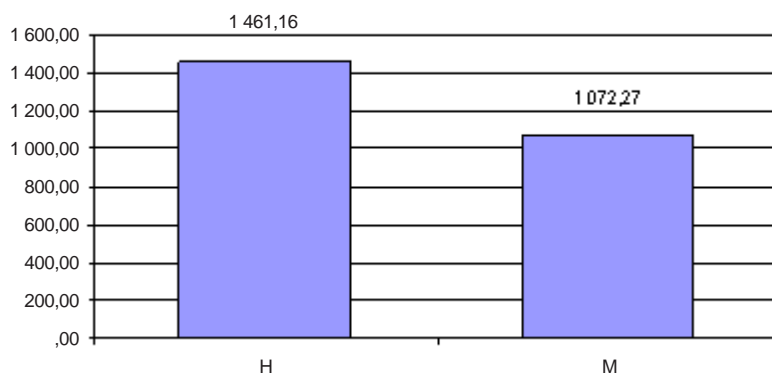
⁶⁹INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2005

Apesar da maior vulnerabilidade à pobreza por parte da população desempregada e dos reformados, é importante sublinhar que Portugal possui uma elevada percentagem de trabalhadores pobres (14% em 2004). Efectivamente o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Portugal não é elevado, sendo, segundo os dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social para 2003, de 849,55€. Este valor diminui para 603,30€ quando nos referimos ao sector primário e para 762,94€ no sector secundário. O sector terciário é, por sua vez, o sector de actividade onde o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta própria é superior - 916,93€. Com uma percentagem muito pouco expressiva da sua população no sector primário (0,47%) e com uma forte concentração no sector terciário (83,30%)⁷⁰, os trabalhadores por conta de outrem de Lisboa possuem um ganho médio mensal (1 282,99€) superior a média nacional e à média da Área Metropolitana de Lisboa (1 099,70€). Dentro desta região, apenas Oeiras possui um ganho médio mensal (1425,6€) superior ao de Lisboa.

Note-se, contudo, que a disparidade no ganho mensal não é muito elevada quando temos em atenção os diferentes sectores de actividade (4,5%). As principais diferenças nos rendimentos dos trabalhadores por conta de outrem notam-se ao nível do sexo (disparidade de 15,1%), ao nível do escalão de empresa (22,7%) e, sobretudo, ao nível das habilitações escolares (42,1%).

Enquanto os homens que trabalham por conta de outrem ganhavam em média 1461,16€, as mulheres recebiam, em 2003, em média 1072,27€, uma diferença de 388,89€ que equivale a cerca de 36% da remuneração das mulheres. Em Lisboa, 46% dos trabalhadores por conta de outrem são mulheres.

Ganho Médio Mensal dos TCO por Sexo em Lisboa - 2003



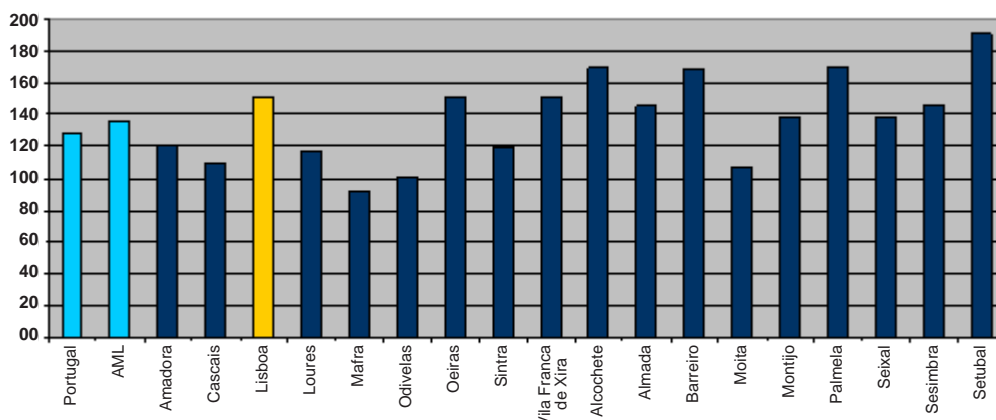
Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), Quadros de Pessoal ⁷¹

Note-se ainda que a disparidade no ganho médio por sexo no Concelho de Lisboa é maior que a média para Portugal ou mesmo para a Área Metropolitana de Lisboa / Região de Lisboa (Nuts II). Contudo, os Concelhos onde se verifica uma maior disparidade encontram-se na sub-região da Península de Setúbal, nomeadamente Setúbal (19%), Alcochete (17%), Barreiro (16,9%) e Palmela (16,9%).

⁷⁰ Segundos dados dos Censos 2001

⁷¹ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2005

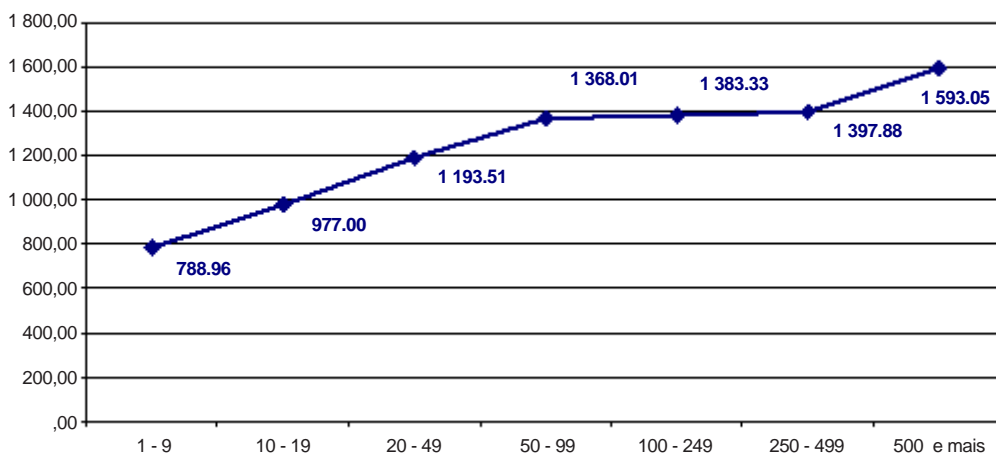
Disparidade no Ganho Médio Mensal por Sexo - 2003(%)



Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), Quadros de Pessoal 72

Por outro lado, quanto menor a dimensão das empresas ao nível do seu quadro de pessoal, menor os ganhos médios dos seus trabalhadores. É nas empresas que possuem até 49 trabalhadores que se encontram os empregados com as menores remunerações de Lisboa, ou seja, cerca de 40% dos trabalhadores por conta de outrem recebem 1 193,51€. A situação é mais grave nas pequenas empresas até 9 trabalhadores onde o salário médio é de 788,96€ e onde se encontram 17% dos TCO.

Ganho Médio Mensal dos TCO segundo o Escalão de Pessoal da Empresa - 2003



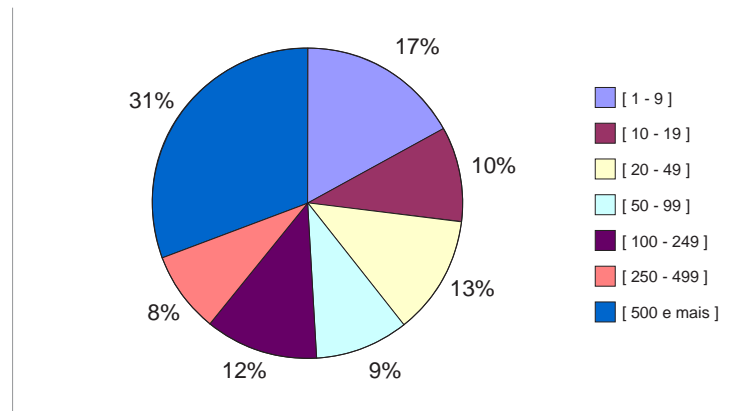
Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), Quadros de Pessoal 73

A situação mais favorável encontra-se nas empresas que empregam 500 ou mais trabalhadores. É aqui que trabalham 31% dos TCO de Lisboa e onde o ganho médio mensal é de 1593,05€, ou seja, mais do dobro do ganho médio mensal das empresas que possuem até 9 trabalhadores.

72 INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2005

73 *Idem*

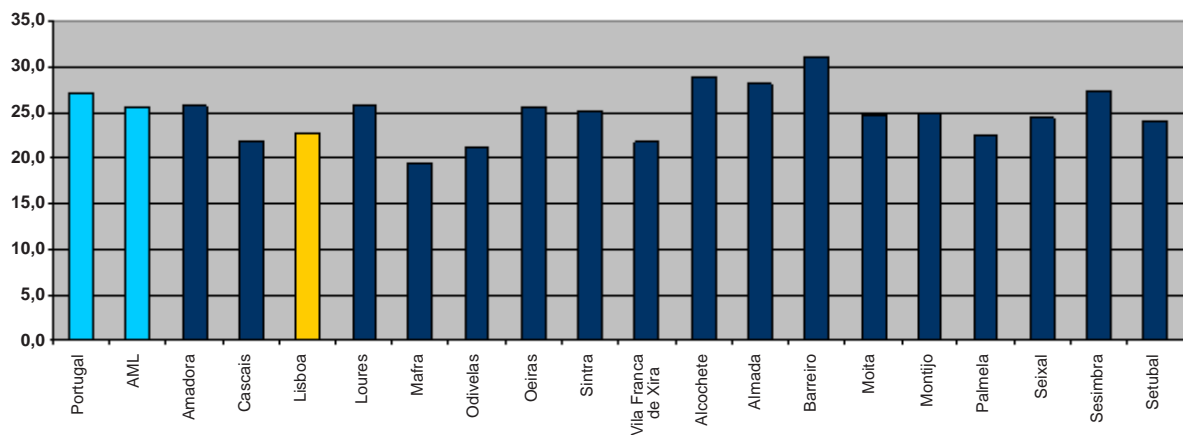
Trabalhadores por Conta de Outrem nos Estabelecimentos segundo Escalão de Pessoal - 2003 (%)



Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), Quadros de Pessoal ⁷⁴

Quanto se tem em conta a dimensão das empresas, a diferença das remunerações que se encontra em Lisboa é inferior à média nacional e regional. Novamente é na sub-região da Península de Setúbal que se encontram os quatro Concelhos com maiores disparidades salariais - Barreiro (31,1%), Alcochete (28,9%), Almada (28,2%) e Sesimbra (27,2%).

Disparidade no Ganho Médio Mensal por Escalão de Empresa - 2003 (%)



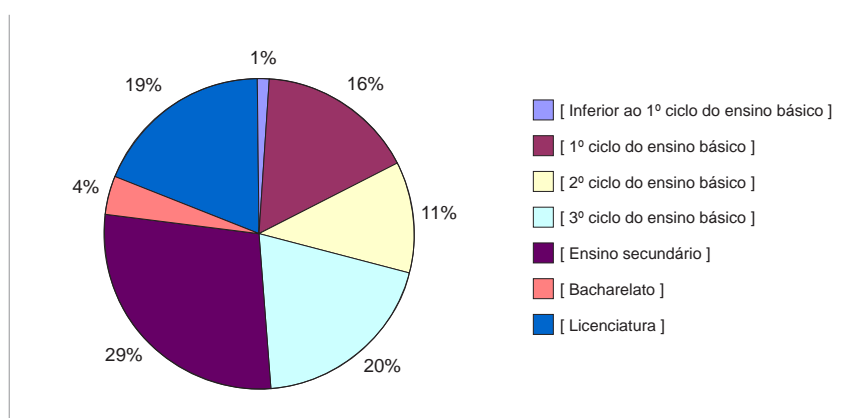
Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), Quadros de Pessoal ⁷⁵

Contudo, trabalhar em empresas de grande dimensão não implica por si só auferir salários acima de média concelhia. Mais importante do que o sector de actividade, o sexo ou a dimensão da empresa, é o nível de habilitações possuídas pelo trabalhador. É a este nível que se verificam as maiores disparidades nos ganhos médios mensais. Sublinhe-se que apenas os TCO que possuem um grau escolaridade de ensino superior (bacharelato ou licenciatura) possuem salários acima da média concelhia. Esta situação é ainda mais acentuada quando se verifica que 77% dos TCO não possuem um nível de escolaridade superior (como tal, possuem ganhos médios mensais inferiores a média concelhia) e aproximadamente metade dos TCO (48%) possui no máximo o ensino básico completo.

⁷⁴ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2005

⁷⁵ *Idem*

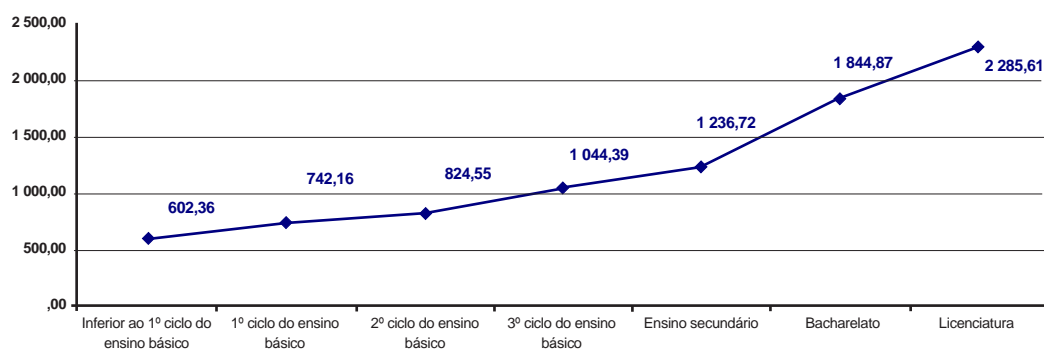
Trabalhadores por conta de Outrem segundo Nível de Habilitações - 2003(%)



Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), Quadros de Pessoal ⁷⁶

Efectivamente a disparidade no ganho médio aumenta nos níveis de escolaridade mais elevados, nomeadamente entre o ensino secundário e o bacharelato e entre o bacharelato e a licenciatura. Assim, enquanto a diferença salarial entre os TCO que não têm o 1º ciclo do ensino básico completo e os que possuem este grau de ensino é de 139,8€, a diferença entre os TCO com ensino secundário e os que possuem um bacharelato é de 608,15€⁷⁷. Sublinhe-se que os TCO com licenciatura auferem aproximadamente 279% mais que os TCO que não possuem o 1º ciclo do ensino básico; 207% mais que os TCO com o 1º ciclo do ensino básico; 177% mais que os TCO com o 2º ciclo do ensino básico; 19% mais que os TCO com o 3º ciclo do ensino básico; e 85% mais que os TCO que possuem o ensino secundário.

Ganho Médio Mensal dos TCO segundo o Nível de Habilitações - 2003



Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), Quadros de Pessoal ⁷⁸

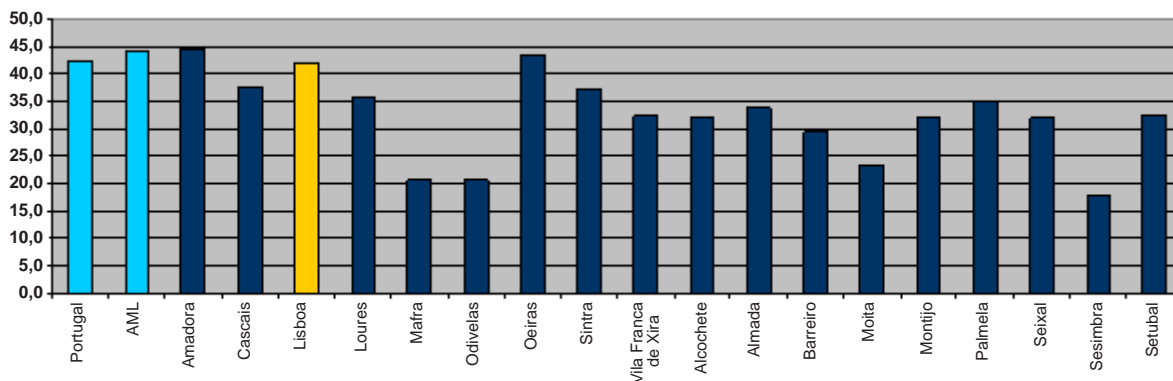
A disparidade existente em Lisboa no ganho médio mensal dos TCO segundo o nível de habilitações é muito próxima da média para Portugal (42,2%). Dentro da Área Metropolitana, Lisboa é o terceiro Concelho com maior disparidade no ganho médio mensal, sendo Amadora (44,6%) e Oeiras (43,3%) os que possuem uma maior disparidade. O Concelho com uma menor diferença no ganho médio segundo o nível de habilitações é Sesimbra com uma disparidade de 17,9%.

⁷⁶ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2005

⁷⁷ Entre o TCO que possuem o 1º Ciclo e os que possuem o 2º Ciclo a diferença salarial é de 82,39€; entre os que possuem o 2º e o 3º Ciclo esta diferença passa para 219,84€; entre os que possuem o 3º Ciclo e os que possuem o ensino secundário a diferença no ganho médio é de 192,33€; por fim, entre os que possuem um bacharelato e uma licenciatura a diferença no ganho médio é de 440,74€.

⁷⁸ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2005

Disparidade no Ganho Médio Mensal por Nível de Habilitações - 2003 (%)



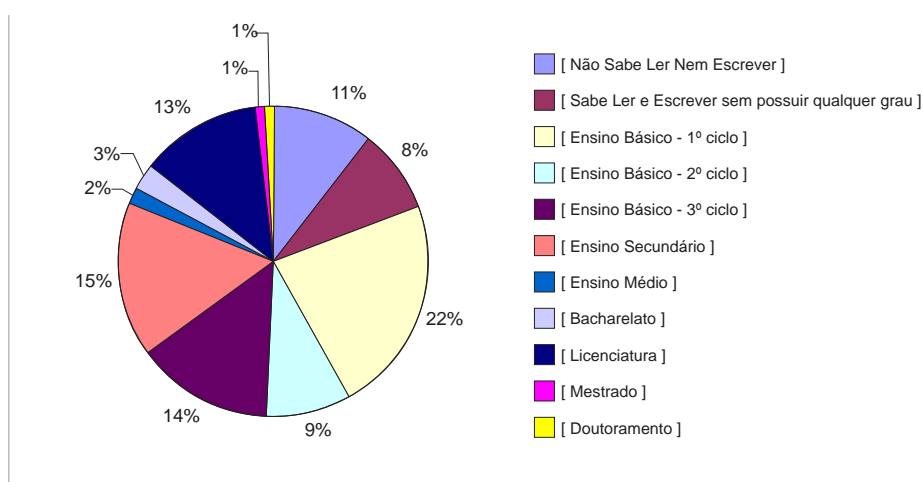
Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), Quadros de Pessoal 79

3.3.4. Educação

Tal como visto anteriormente, o nível de escolaridade tem um forte impacto na remuneração dos trabalhadores por conta de outrem em Lisboa e, como tal, potencia uma maior vulnerabilidade às situações de pobreza. A dimensão da educação é, assim, essencial para melhor se compreender as situações de pobreza existentes em Lisboa.

Apesar de Lisboa possuir níveis de qualificação superiores à média nacional e regional (ver capítulo 2), com menores proporções da população com os menores graus de escolaridade e maiores proporções com os maiores graus de escolaridade comparativamente à média nacional e regional, é necessário lembrar que, em 2001, mais de 60% da sua população possuía no máximo o ensino básico completo e quase 20% não possuía qualquer grau de instrução. O ensino superior, por outro lado, era uma realidade apenas para 18% da sua população.

População Residente em Lisboa por Nível de Instrução - 2001 (%)



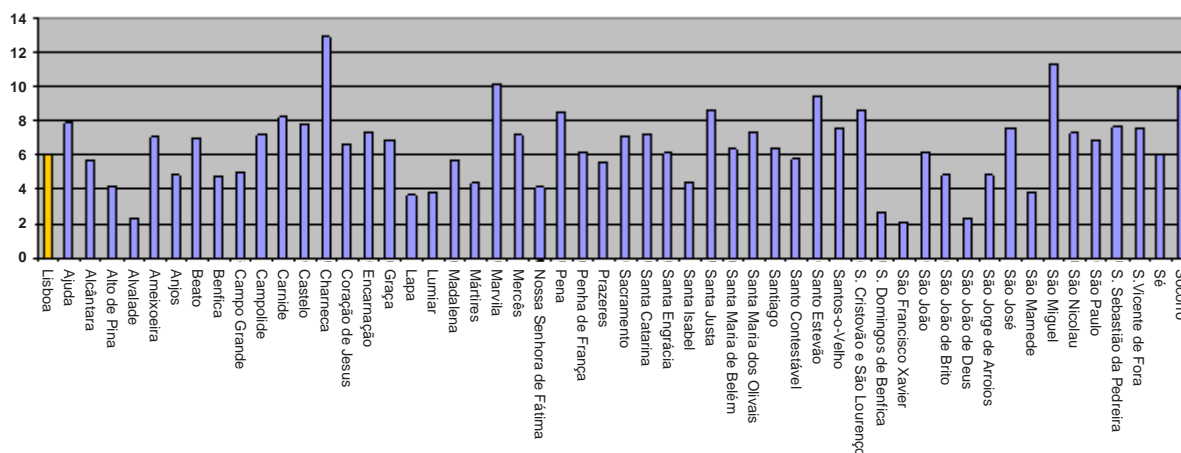
Fonte: INE, Censos 2001

Em 2001, a taxa de analfabetismo para o Concelho de Lisboa era de 6,01%, ou seja, cerca de 6% dos residentes de Lisboa com 10 ou mais anos eram analfabetos. A maior parte das freguesias assumiam taxas superiores à média concelhia e em nove freguesias atingiam valores superiores a 8%: Carnide, Charneca, Marvila, Pena, Santa Justa, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel e Socorro. Charneca, São Miguel e Marvila distanciavam-se das restantes freguesias com taxas de analfabetismo superiores a 10% (13%, 11% e 10% respectivamente). Por fim, é ainda importante sublinhar que houve um ligeiro aumento na taxa de analfabetismo de Lisboa entre 1991 e 2001⁸⁰.

⁷⁹ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2005

⁸⁰ Em 1991 a taxa de analfabetismo de Lisboa era de 5,68%

Taxa de Analfabetismo - 2001

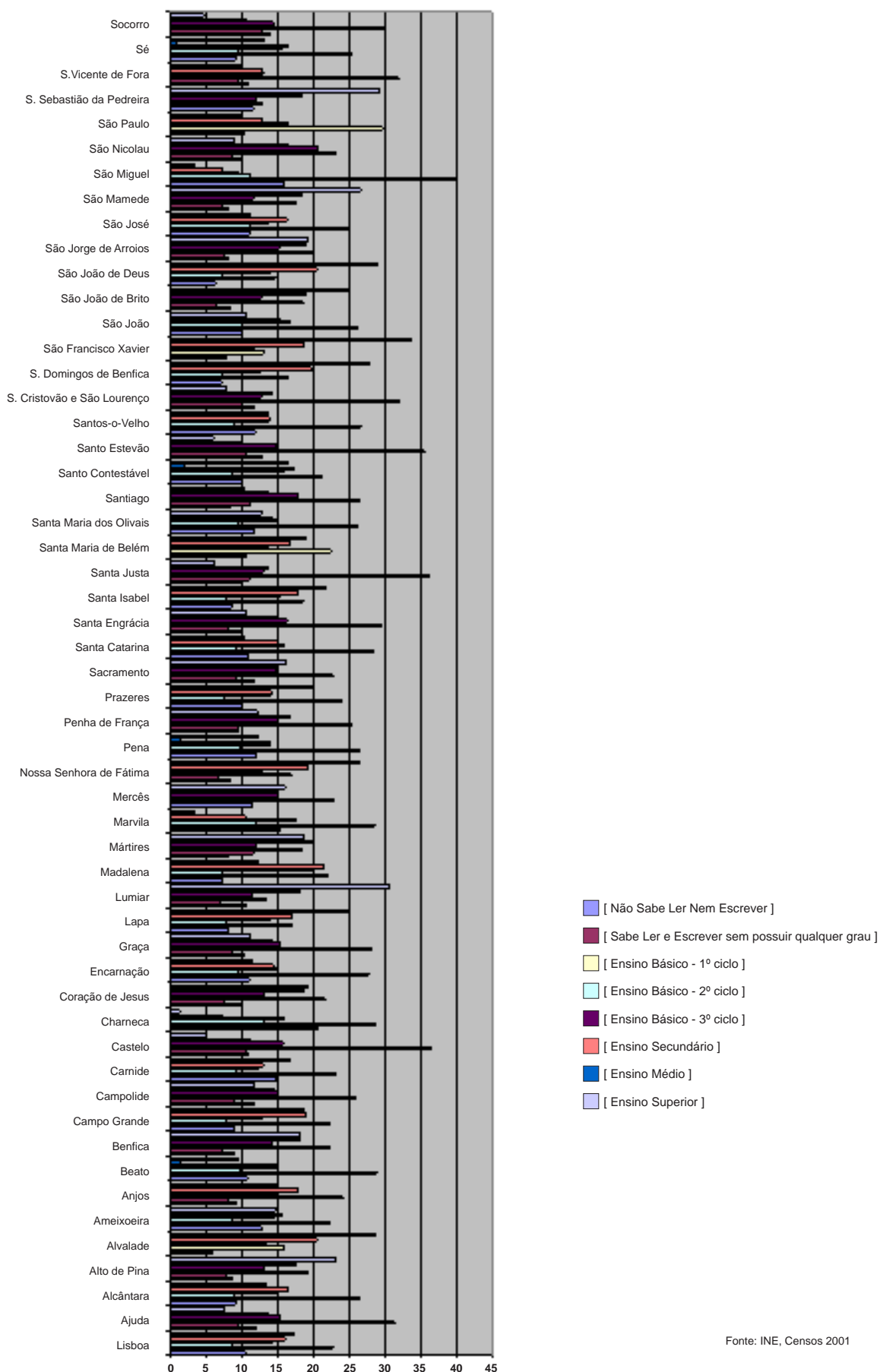


Fonte: INE, Censos 2001

Ainda ao nível das freguesias, apenas 12 possuem pelo menos 20% das suas populações com o ensino superior: Alto do Pina, Alvalade, Lapa, Lumiar, Nossa Senhora de Fátima, Prazeres, Santa Isabel, São Domingos de Benfica, São Francisco Xavier, São João de Brito, São João de Deus, São Mamede e São Sebastião da Pedreira. No outro extremo encontram-se 24 freguesias onde pelo menos 20% da sua população não possui qualquer grau de instrução: Ajuda, Ameixoeira, Beato, Campolide, Carnide, Castelo, Charneca, Encarnação, Mártires, Marvila, Mercês, Pena, Sacramento, Santa Catarina, Santa Justa, Santa Maria dos Olivais, Santo Estêvão, Santos-o-Velho, São Cristóvão e São Lourenço, São José, São Miguel, São Paulo, São Vicente de Paulo, Socorro. Entre estas freguesias destacam-se a Charneca, Marvila, São Miguel, Castelo, Santo Estêvão e Socorro como as freguesias com menores níveis de qualificação das suas populações e onde mais de 80% das suas populações possuem no máximo o ensino básico completo (ver Capítulo 2).

O ensino básico é, em geral, o grau de ensino que abrange maiores proporções da população nas diferentes freguesias. Em apenas 11 freguesias verifica-se a existência de menos de 40% da população com este grau de ensino (Alvalade, Lapa, Lumiar, Mártires, Nossa Senhora de Fátima, São Domingos de Benfica, São Francisco Xavier, São João de Brito, São João de Deus, São Mamede e São Sebastião da Pedreira) e em 26 freguesias a proporção da população com o ensino básico é de 50% ou mais, chegando a 60% na freguesia de Santo Estêvão e a 61% nas freguesias do Castelo e de São Miguel. Esta situação é ainda mais relevante quando se verifica que o 1º ciclo do ensino básico é o grau de ensino com maior percentagem de população em 41 das 53 freguesias de Lisboa e que possui uma proporção de população superior aos restantes ciclos do ensino básico em todas as freguesias de Lisboa, abrangendo mais de 35% da população das freguesias de Ajuda, Castelo, Santa Justa, Santo Estêvão e São Miguel.

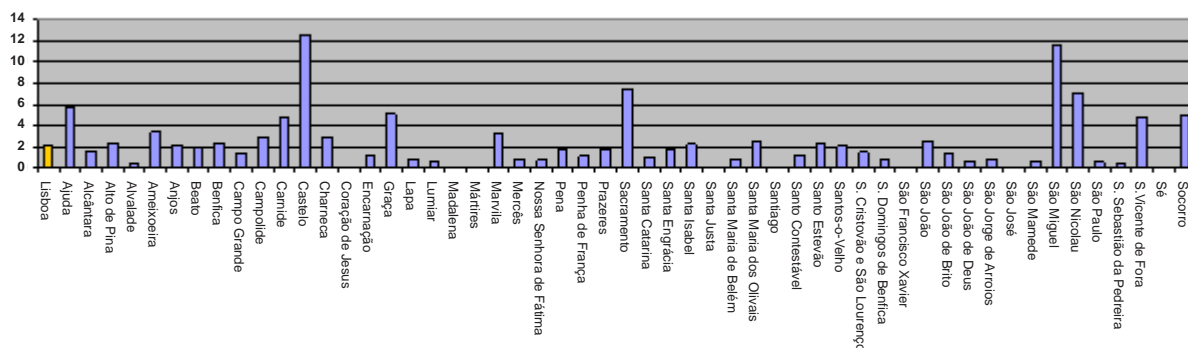
População Residente por Nível de Instrução - 2001 (%)



Tal como referido no Capítulo 2, a taxa de retenção e desistência no ensino básico para Lisboa (10,6%), no ano lectivo 2004/2005, foi inferior a média regional (12,3%) e à média para o continente português⁸¹ (11,5%). Esta retenção e desistência foram mais visíveis no 2º e 3º Ciclo onde atingiram, respectivamente, 13,8% e 16,3% dos estudantes.

O abandono escolar⁸² teve uma acentuada descida entre 1991 e 2001, em Portugal, passando de 12,60% para 2,79%, em 2001. Para Lisboa esta diminuição foi também significativa, não sendo no entanto tão forte como ao nível nacional. Enquanto, em 1991, 6,23% da população residente em Lisboa com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos abandonou a escola sem terminar o 9º ano, em 2001, esta taxa diminuiu para 2,22%. Note-se no entanto a existência de uma grande heterogeneidade entre as diferentes freguesias, levando a que tenha existido uma variação da taxa de abandono escolar entre 0% em 8 freguesias de Lisboa (Coração de Jesus, Madalena, Mártires, Santa Justa, Santiago, São Francisco Xavier, São José e Sé) e 12,5% no Castelo. Em 2001, 36 freguesias possuíam taxas de abandono escolar inferiores a 2%. Apesar disto, verificavam-se simultaneamente taxas de abandono escolar elevadas nas freguesias do Castelo, de São Miguel (11,65%), Sacramento (7,41%), São Nicolau (7,14%), Ajuda (5,66%), Graça (5,15%), Socorro (5,08%), São Vicente de Fora (4,89%) e Carnide (4,78%).

Taxa de Abandono Escolar - 2001



Fonte: INE, Censos 2001

3.3.5. Habitação

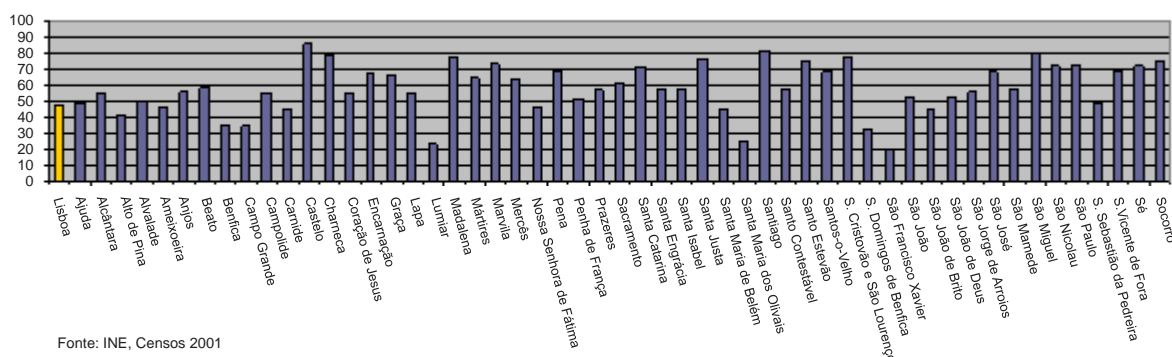
Um dos grupos claramente vulneráveis à pobreza em Portugal é o grupo dos arrendatários. Não sendo possível identificar a proporção da população arrendatária na cidade de Lisboa e nas suas freguesias, pode-se, contudo, verificar a percentagem dos alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados. Assim, segundo dados do INE para 2001, em Lisboa, cerca de 48,57% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual encontravam-se arrendados ou subarrendados (47,7% encontravam-se arrendados). Consoante as freguesias, esta percentagem aproxima-se mais dos 20% existente em São Francisco Xavier ou 86,8% existente no Castelo. Sublinhe-se ainda que na maior parte das freguesias esta proporção é superior aos 50%. Em 13 freguesias de Lisboa 70% ou mais dos alojamentos familiares possui este tipo de ocupação⁸³ e, em 3 freguesias, pelo menos 80% destes alojamentos encontram-se arrendados ou subarrendados (Castelo - 86,8%; Santiago - 82,6%; Madalena - 83,2%; e São Miguel - 80,9%).

⁸¹ Não se encontram disponíveis dados sobre a média nacional.

⁸² A taxa de abandono escolar procura dar a conhecer a saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória dentro dos limites etários previstos na lei. Desta forma, é calculada com base na população residente entre os 10 e os 15 anos que abandonam a escola sem concluir o 9.º ano.

⁸³ Castelo, Charneca, Madalena, Marvila, Santa Catarina, Santa Justa, Santiago, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel, São Nicolau, São Paulo, Sé, Socorro.

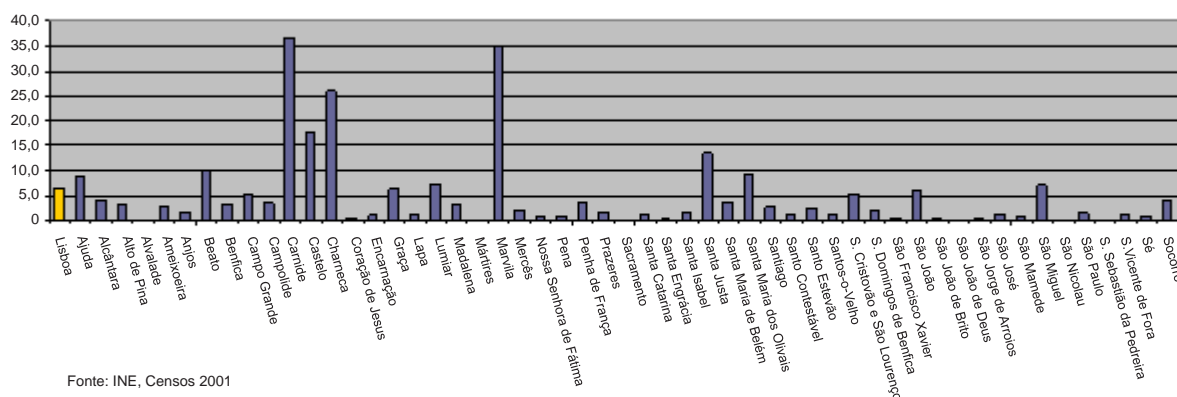
Proporção dos Alojamentos Familiares Clássicos Arrendados ou subarrendados - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001

Por outro lado, e tal como se verifica no gráfico abaixo, os alojamentos familiares clássicos ocupados pertencentes à autarquia local correspondem a 6,5% dos alojamentos familiares clássicos. Em geral, os alojamentos familiares clássicos ocupados pertencentes à autarquia local não ultrapassam a média concelhia nas diferentes freguesias⁸⁴. Entre as freguesias com mais alojamentos pertencentes à autarquia local destacam-se Carnide (36,5%), Marvila (34,8%) e Charneca (26%).

Alojamentos Familiares Clássicos Ocupados cuja Entidade Proprietária é a Autarquia - 2001 (%)

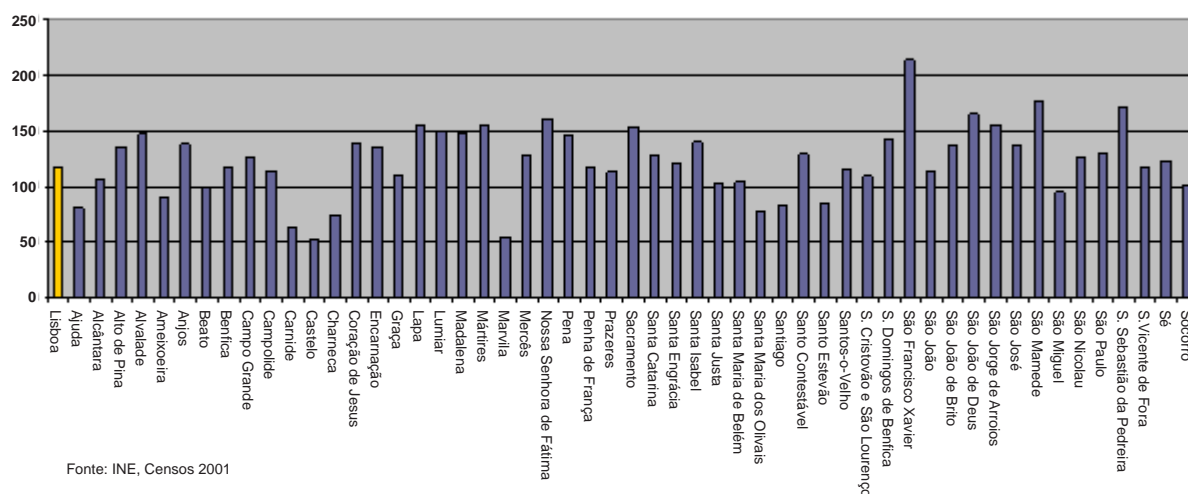


Fonte: INE, Censos 2001

Refira-se ainda que, segundo os dados do INE, o valor médio das rendas em Lisboa era de 118€ em 2001. No entanto, uma análise por freguesias demonstra uma grande heterogeneidade neste valor. As freguesias com valores médios mais baixos são Castelo (54€), Marvila (55€), Carnide (64€) e Charneca (75€). Sublinhe-se que estas são simultaneamente as freguesias com maior quantidade de alojamentos familiares clássicos pertencentes a autarquia local, existindo aqui provavelmente o impacto de rendas sociais mais baixas. A freguesia de São Francisco Xavier é a única que possui um valor médio das rendas superior a 200€ (214€). As freguesias de São Mamede, São Sebastião da Pedreira, São João de Deus, Nossa Senhora de Fátima, Lapa, Mártires, São Jorge de Arroios e Sacramento são freguesias com valores médios das rendas mais elevados, ou seja, com valores superiores a 150€.

⁸⁴ Apenas 10 freguesias possuem uma proporção de habitações camarárias acima da média concelhia: Ajudá, Beato, Carnide, Castelo, Charneca, Lumiar, Marvila, Santa Justa, Santa Maria dos Olivais e São Miguel

Valor Médio das Rendas - 2001

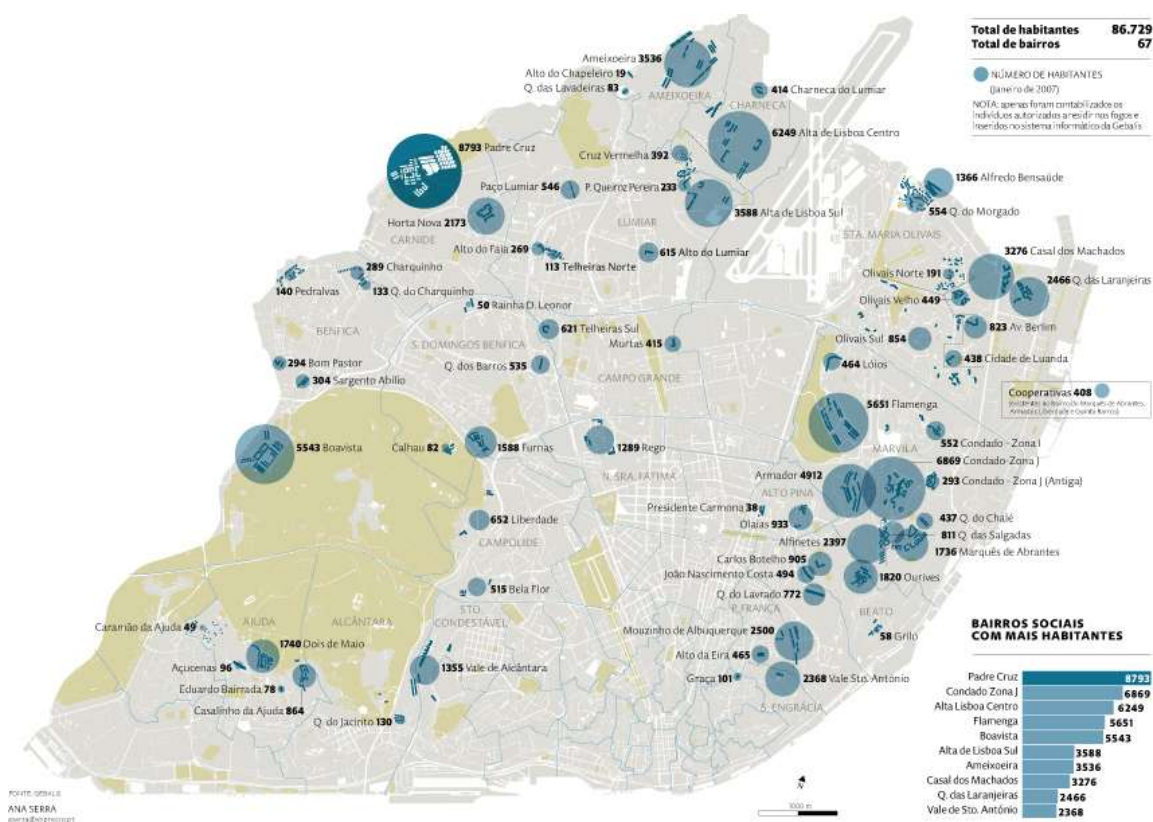


Ao nível das Áreas de Realojamento Social, em Lisboa, os dados disponibilizados pela Gebalis⁸⁵ para Janeiro de 2007 apresentam um total de 67 bairros, com cerca de 25 mil fogos e uma população de aproximadamente 87 mil pessoas. O Bairro mais antigo de Lisboa é o Bairro Presidente Carmona, situado na freguesia Alto do Pina, datado de 1927, enquanto o mais recente é o Bairro do Alto de Lisboa Centro, de 2007, localizado nas freguesias da Charneca e do Lumiar. Os bairros sociais mais populosos são os de Padre Cruz (8793 habitantes), Condado Zona J (6869 habitantes) e Alta de Lisboa Centro (6249 habitantes).

Fazendo uma análise por freguesias, verifica-se uma forte concentração de bairros sociais em Marvila (com um total de 10 bairros sociais e 24 122 habitantes), Santa Maria dos Olivais (9 bairros sociais e 10 417 habitantes) e Benfica (6 bairros sociais e 6 703 habitantes). Refira-se no entanto que, apesar de Carnide apresentar uma menor concentração de bairros sociais (2 bairros sociais), esta freguesia possui a segunda maior concentração de população em bairros sociais (10 966 habitantes).

⁸⁵ A Gebalis é a empresa municipal responsável pela gestão dos bairros municipais de Lisboa.

Mapa das Áreas de Realojamento Social de Lisboa⁸⁶

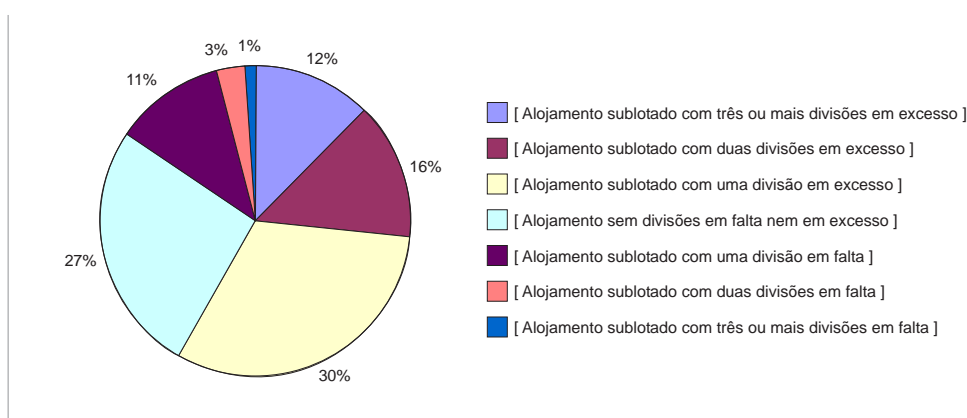


Fonte: Gebalis

Tendo em conta as condições de habitabilidade, importa referir três indicadores: a lotação dos alojamentos familiares clássicos, alojamentos familiares não clássicos⁸⁷ e os alojamentos (clássicos ou não) sem infra-estruturas básicas.

Ao nível da lotação dos alojamentos familiares clássicos, em Lisboa, sobressai a sua sublotação (58%). Contudo, é ainda significativa a proporção de alojamentos que se encontravam em situação de superlotação - 15%.

Lotação dos Alojamentos Familiares Clássicos - 2001 (%)



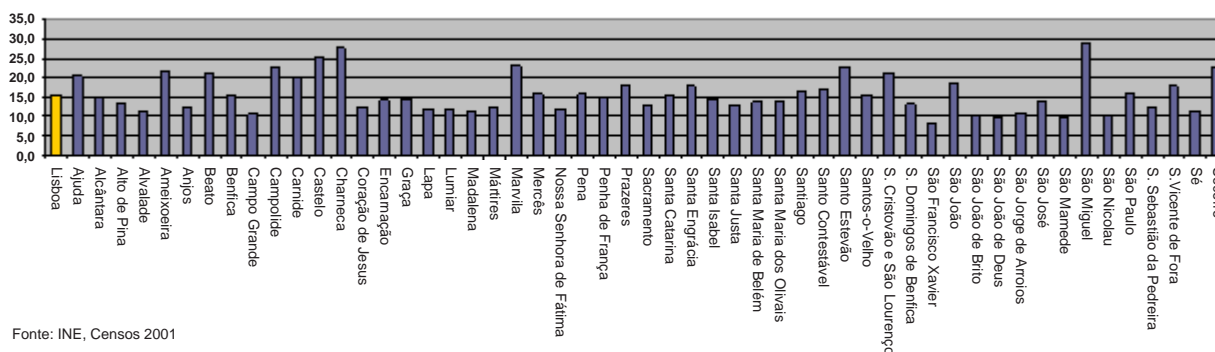
Fonte: INE, Censos 2001

⁸⁶ <http://clix.semanal.expresso.pt/imagens/ed1811/fotos/pdfs/IPDF-p871.pdf>

⁸⁷ Segundo o INE, considera-se como alojamento familiar não clássico os locais ocupados por pessoas e que não satisfazem inteiramente as condições de alojamento clássico, nomeadamente as barracas, os alojamentos móveis, as casas rudimentares de madeira, os alojamentos improvisados em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação (grutas, vãos de escada, pontes, etc.).

A proporção de alojamentos superlotados variava entre os 8,3% e os 28,8% consoante as freguesias. Em 22 das 53 freguesias de Lisboa a taxa de superlotação era superior à média concelhia e em 11 freguesias a proporção de alojamentos superlotados era igual ou superior a 20%. As freguesias que apresentavam uma maior percentagem de alojamentos familiares clássicos superlotados eram São Miguel (28,8%), Charneca (27,7%), Castelo (25,2%) e Marvila (23%).

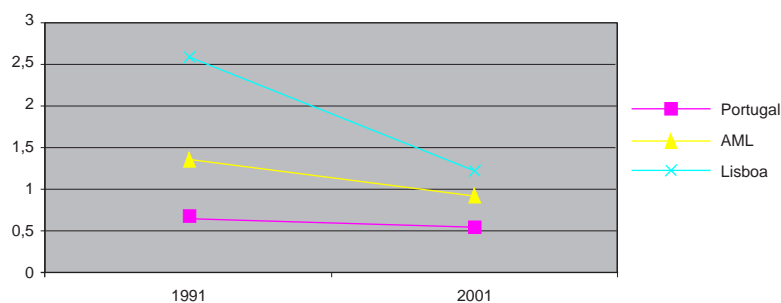
Proporção de Alojamentos Familiares Clássicos Superlotados - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001

Em 2001, segundo os dados dos Censos, existiam ainda 1,8 % da população de Lisboa, aproximadamente 10 164 pessoas, a residir em alojamentos não clássicos, tais como barracas, alojamentos móveis, na rua, entre outros. Esta é a quarta maior proporção de população residente em alojamentos não clássicos da Área Metropolitana de Lisboa (Amadora é o Concelho com maior número de habitantes neste tipo de alojamento - 3%, sendo seguida por Almada - 2,3% e Loures - 2%) e um valor significativamente superior à média nacional, que é de 0,7%. Note-se, no entanto, uma diminuição na percentagem de alojamentos não clássicos de Lisboa entre 1991 e 2001. Se, em 2001, 1,23% dos alojamentos da cidade de Lisboa eram alojamentos não clássicos, em 1991, esta percentagem era de 2,59%. Apesar da diminuição dos alojamentos não clássicos não ter sido tão positiva ao nível nacional e regional, estas continuavam a apresentar proporções mais baixas que o Concelho de Lisboa. Em 2001, 0,92% dos alojamentos da Área Metropolitana de Lisboa e 0,54% dos alojamentos em Portugal não eram clássicos.

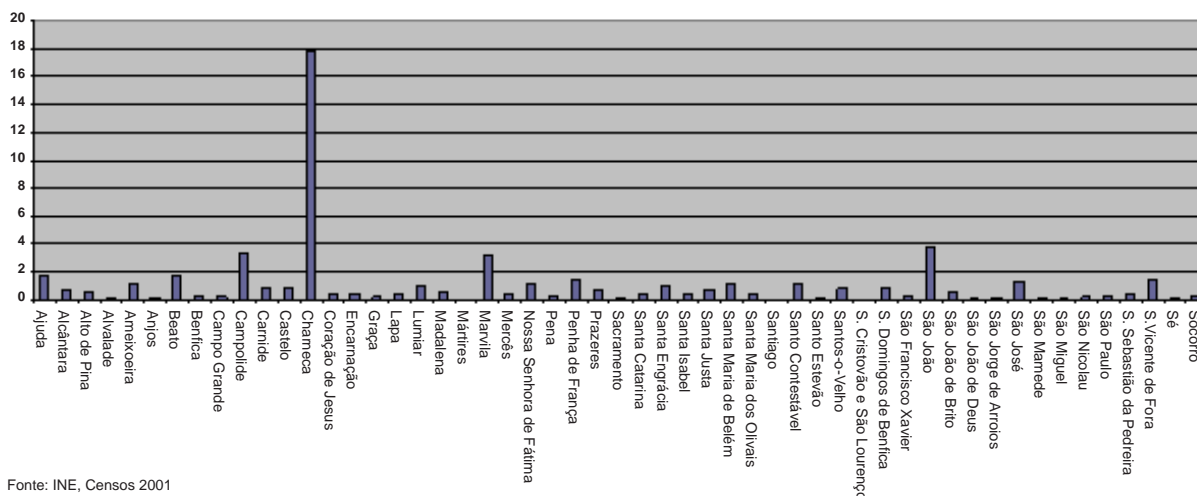
Evolução da Proporção dos Alojamentos Não Clássicos entre 1991 e 2001



Fonte: INE, Censos 2001

Analisando a proporção de alojamentos familiares não clássicos nas diferentes freguesias, verificava-se, em 2001, a sua forte concentração na freguesia da Charneca onde 17,8% dos alojamentos possuíam estas características. Efectivamente, a este nível Charneca distanciava-se face às outras freguesias. As freguesias que possuíam maiores concentrações de alojamento não clássico eram, a seguir a Charneca, São João, Campolide e Marvila com percentagens de 3,8%, 3,3% e 3,1% respectivamente.

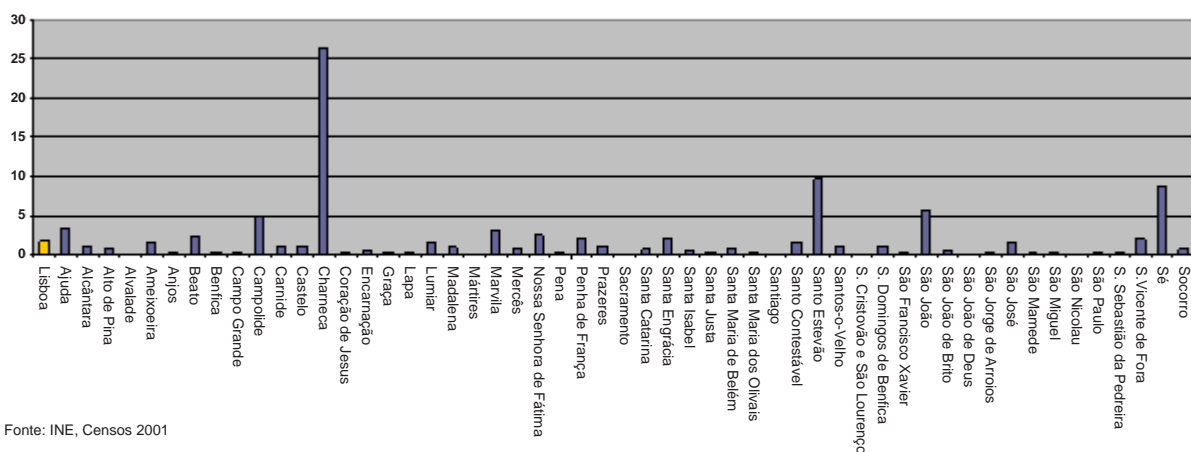
Proporção de Alojamentos Não Clássicos - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001

Consequentemente, Charneca é simultaneamente a freguesia com a maior concentração de população residente em alojamentos não clássicos (26,4%). Curiosamente, apesar de Santo Estêvão e Sé terem proporções de alojamentos não clássicos abaixo da média concelhia (0,06% e 0,12% respectivamente), estas eram, em 2001, duas das freguesias com maiores percentagens de população a residir neste tipo de alojamento, logo a seguir a Charneca, com 9,7% e 8,6% das suas populações a residirem nessas situações. Por fim, sublinhe-se que a construção de novos bairros sociais nos últimos anos, nomeadamente o surgimento, em 2007, do Bairro Alta de Lisboa Centro, na freguesia da Charneca, realojando 6 249 habitantes, veio, provavelmente, alterar o mapa dos alojamentos não clássicos de Lisboa.

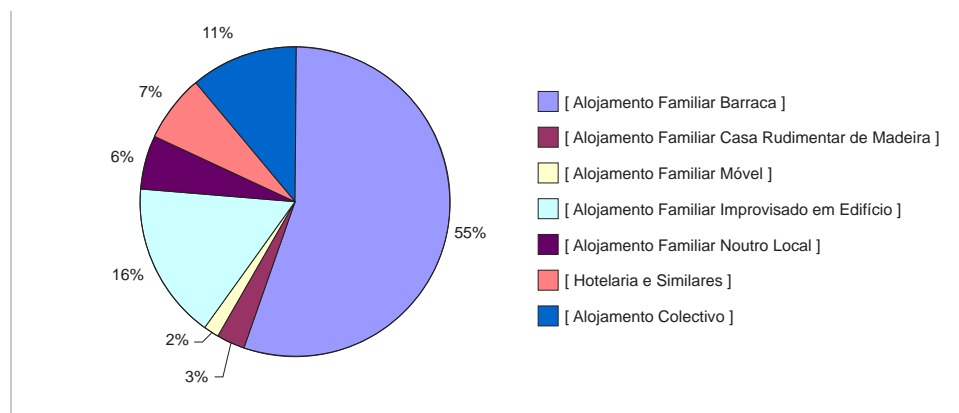
Proporção da População Residente em Alojamentos Familiares Não Clássicos - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001

Entre os alojamentos familiares não clássicos existentes em Lisboa, a maioria (55%) são barracas. Os alojamentos improvisados em edifícios correspondem a 16% destes alojamentos não clássicos e 11% são alojamentos colectivos (lares, colégios internos, prisões, etc).

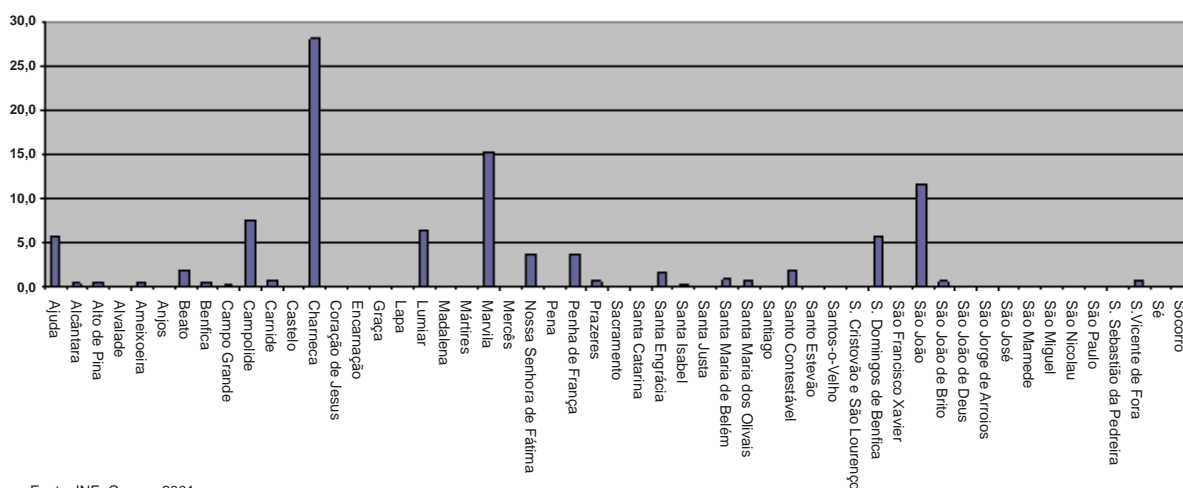
Tipo Alojamento Familiar Não Clássico - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001

A proporção destes tipos de alojamento familiar não clássico nas diferentes freguesias de Lisboa é muito heterogénea. Sendo as casas abarracadas o principal fenómeno neste tipo de alojamento, é importante perceber a sua distribuição pelas diferentes freguesias de Lisboa. Assim, cerca de 28% das barracas existentes em Lisboa, em 2001, encontravam-se na Charneca logo seguidas de Marvila (15%) e São João (11,6%). Sublinhe-se ainda que as barracas correspondiam, em 2001, a 16,6% dos alojamentos existentes na Charneca, 2,5% dos existentes em Marvila e 3,1% dos alojamentos de São João.

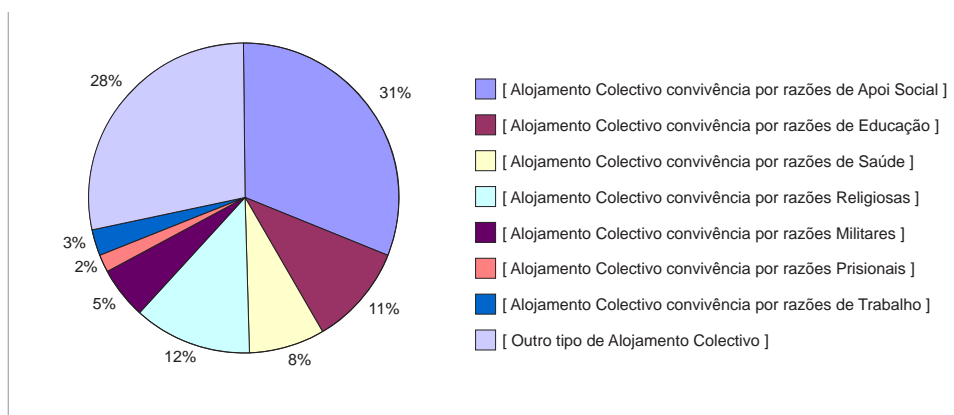
Alojamento Familiar Não Clássico - Barraca -2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001

Entre os alojamentos colectivos, destaque-se que a maior proporção deste tipo de alojamentos, em 2001, eram por razões de apoio social, tais como lares de crianças e jovens, lares de terceira idade e lares para pessoas com deficiência. Estes correspondiam a 31% dos alojamentos colectivos de Lisboa.

Tipo de Alojamentos Colectivo - 2001 (%)

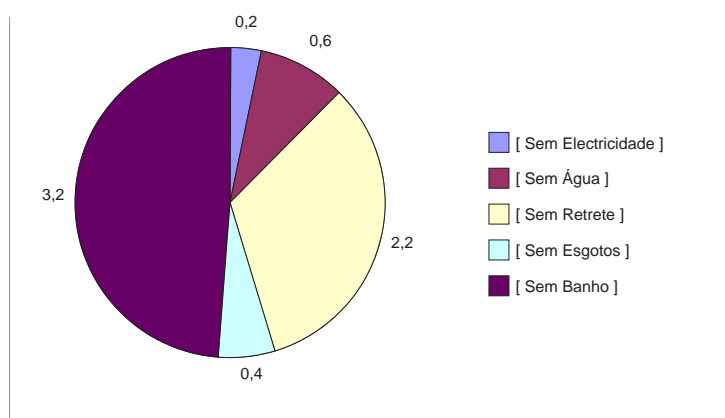


Fonte: INE, Censos 2001

O número de alojamentos familiares (clássicos ou não clássicos) sem pelo menos uma infra-estrutura básica (electricidade, instalações sanitárias, água canalizada, instalações de banho ou duche) é outro aspecto importante para perceber as condições de habitabilidade da população de Lisboa. Em 2001, 5% dos alojamentos familiares de residência habitual não possuíam pelo menos uma infra-estrutura básica. Refira-se que, a este nível, Lisboa encontra-se numa situação mais favorável face a média nacional (9%) e ligeiramente pior que a média regional (4%). É ainda de se assinalar uma melhoria face a 1991 onde 9% dos alojamentos familiares não possuíam acesso a pelo menos uma infra-estrutura básica.

É ao nível das instalações para o banho ou duche e das instalações sanitárias que se verificava, em 2001, uma maior privação, com 3,2% dos alojamentos familiares de Lisboa sem instalações para banho (7 270 alojamentos) e 2,2% sem instalações sanitárias (4 852 alojamentos). Refira-se ainda que 0,6% das habitações de Lisboa ainda não possuíam água canalizada (1 461 alojamentos), 0,4% não estavam ligadas à rede de esgotos pública (803 alojamentos) e 0,2% não possuíam electricidade (399 alojamentos).

Proporção dos Alojamentos sem Infra-estruturas Básicas

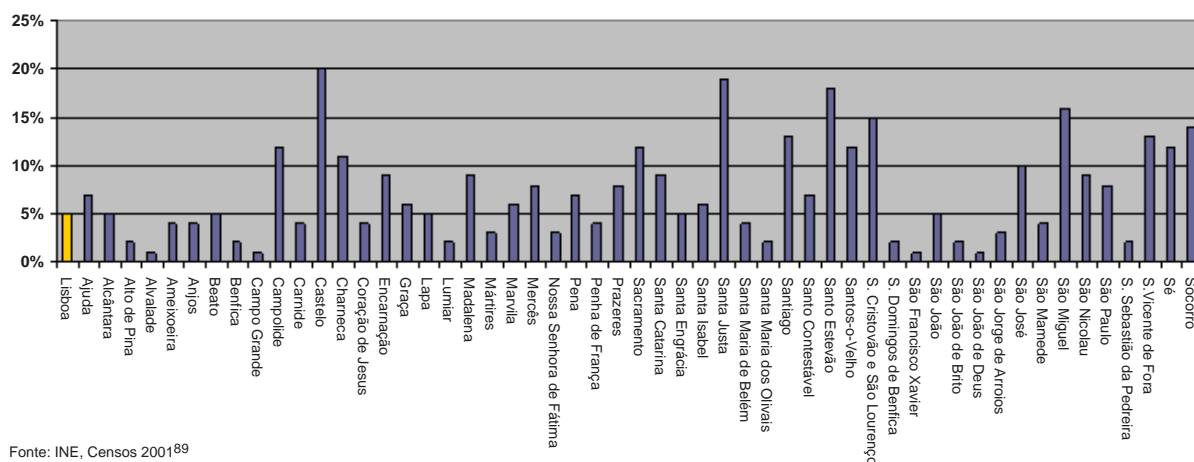


Fonte: INE, Censos 2001⁸⁸

⁸⁸ http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/006/pdf2/Alojamentos_Lisboa.pdf

Tendo por base as diferentes freguesias, verifica-se uma forte heterogeneidade quanto ao acesso às infra-estruturas básicas. Enquanto freguesias como Alvalade, Campo Grande, São Francisco Xavier e São João de Deus possuíam apenas 1% dos alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica, esta proporção atingia mais de 15% em São Miguel (16%), Santo Estêvão (18%), Santa Justa (19%) e Castelo (20%).

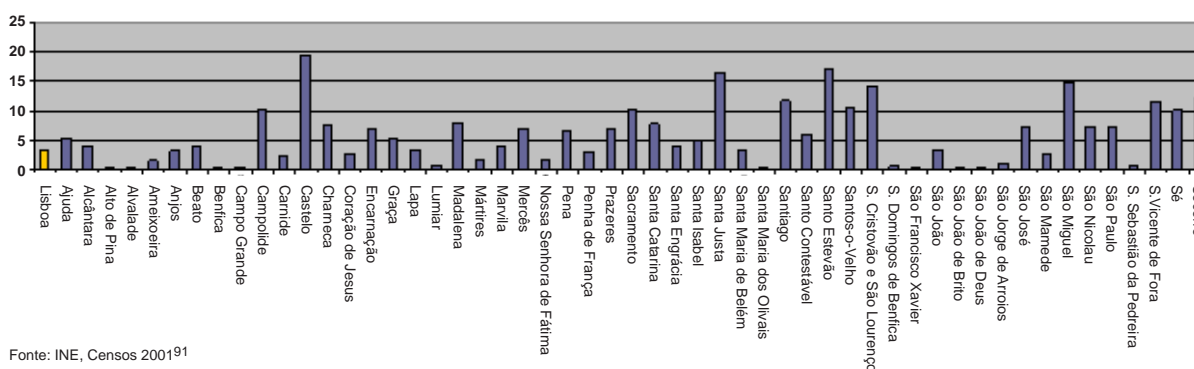
Proporção de Alojamentos Familiares sem pelo menos uma Infraestrutura Básica - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001⁸⁹

À semelhança da média concelhia, a inexistência de instalações para o banho ou duche e das instalações sanitárias eram as principais privações, ao nível das infra-estruturas básicas, que se encontravam nas diferentes freguesias de Lisboa, em 2001. Assim, em 12 freguesias⁹⁰ a proporção de habitações sem instalações para o banho era superior a 10% e abrangia 19,3% das habitações existentes no Castelo.

Proporção de Alojamentos sem Banho - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001⁹¹

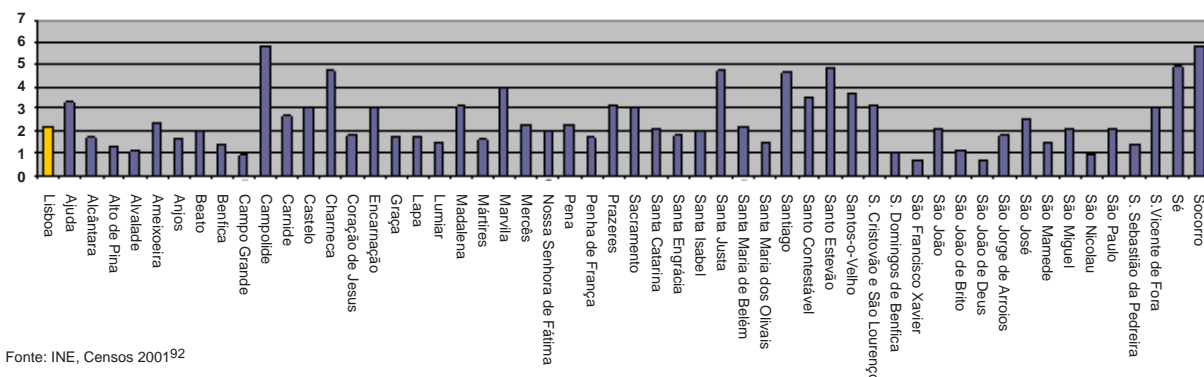
A ausência de instalações sanitárias era a segunda privação, ao nível das infra-estruturas básicas, que abrangia maiores percentagens de alojamentos na maior parte das freguesias, sendo que em 16 freguesias este problema tinha uma proporção superior ao da ausência de instalações de banho. Nas freguesias de Lisboa a proporção de alojamentos sem esta infra-estrutura básica variava entre 0,7% (em São Francisco Xavier e em São João de Deus) e 5,8% (em Campolide e em Socorro).

⁸⁹ http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/006/pdf2/Alojamentos_Lisboa.pdf

⁹⁰ Estas freguesias são: Castelo (19.3%), Santo Estêvão (16.9%), Santa Justa (16.4%), São Miguel (14.9%), São Cristóvão e São Lourenço (14.1%), Socorro (12.2%), Santiago (11.8%), São Vicente de Fora (11.5%), Santos-o-Velho (10.5%), Campolide (10.2%), Sacramento (10.1%) e Sé (10.1%).

⁹¹ *Idem*

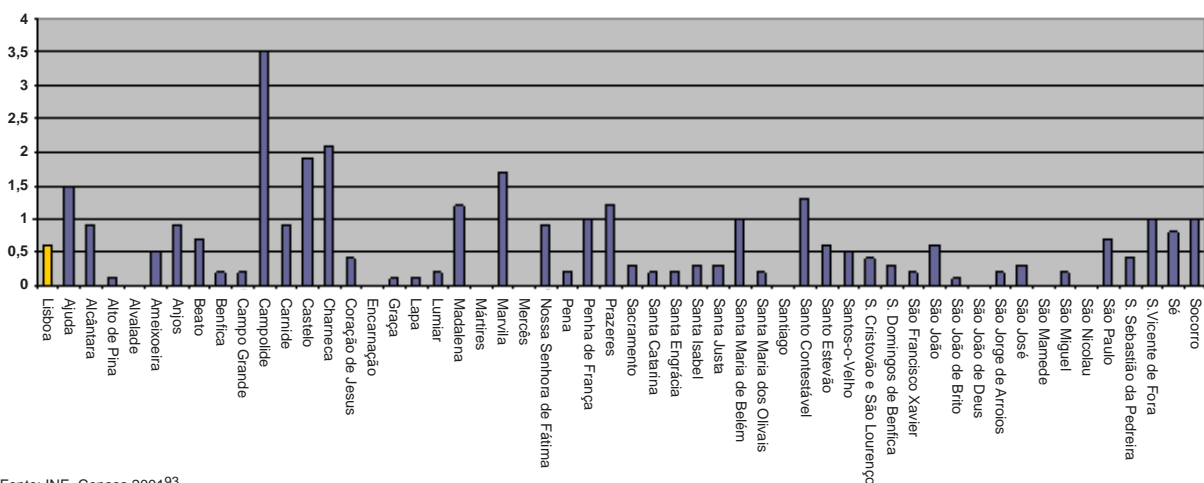
Proporção de Alojamentos sem Retrete - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001⁹²

Os alojamentos sem água canalizada, abrangiam, em média, 0,5% dos alojamentos de Lisboa, mas correspondiam, no entanto, a 3,5% das habitações de Campolide. Para além de Campolide, Charneca, Castelo, Marvila e Ajuda eram as freguesias com maiores proporções de alojamentos sem água canalizada – 2,1%, 1,9%, 1,7% e 1,5% respectivamente.

Proporção de Alojamentos sem Água - 2001 (%)



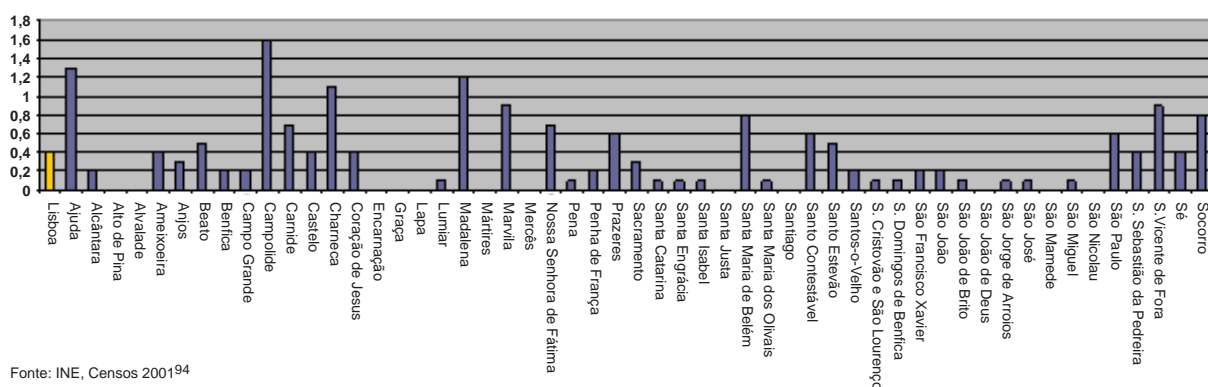
Fonte: INE, Censos 2001⁹³

O sistema público de esgotos ainda não tinha uma cobertura total em Lisboa, em 2001, e em 15 freguesias a proporção de alojamentos sem esta infra-estrutura ultrapassava a média para Lisboa (0,4%). As freguesias onde este problema abrangia maiores percentagens de alojamentos eram Campolide (1,6%), Ajuda (1,3%) e Madalena (1,2%).

⁹² Estas freguesias são: Castelo (19.3%), Santo Estêvão (16.9%), Santa Justa (16.4%), São Miguel (14.9%), São Cristóvão e São Lourenço (14.1%), Socorro (12.2%), Santiago (11.8%), São Vicente de Fora (11.5%), Santos-o-Velho (10.5%), Campolide (10.2%), Sacramento (10.1%) e Sé (10.1%).

⁹³ *Idem*

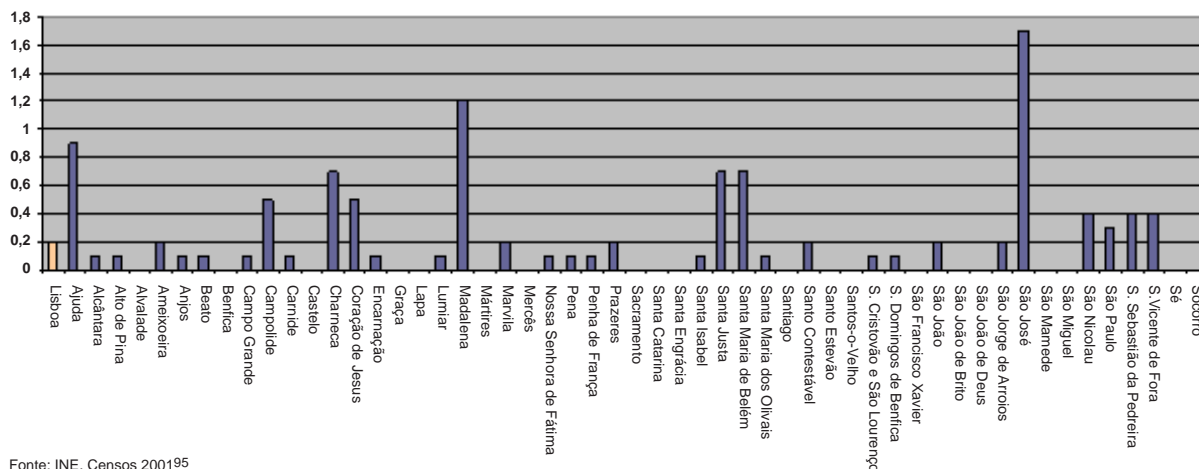
Proporção de Alojamentos sem Esgotos - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001⁹⁴

Apesar da proporção de alojamentos sem electricidade para Lisboa ser de 0,2%, em São José e na Madalena esta proporção ultrapassava 1% das habitações destas localidades. As freguesias com maior número de alojamentos sem electricidade, em 2001, eram São José (1,7%), Madalena (1,2%), Ajuda (0,9%), Charneca (0,7%), Santa Justa (0,7) e Santa Maria de Belém (0,7%).

Proporção de Alojamentos sem Electricidade - 2001 (%)



Fonte: INE, Censos 2001⁹⁵

Na definição de alojamentos não clássicos do INE são incluídos espaços que não são destinados à habitação, tais como "pontes" e "vãos de escada". A este nível é importante apresentar alguns dados recolhidos pela Câmara Municipal de Lisboa, em 2004, no âmbito de um levantamento sobre a população de rua da cidade de Lisboa⁹⁶. Desta forma, a 30 de Novembro de 2004 foram identificadas 931 pessoas, das quais aproximadamente 46% se encontravam na rua (432 pessoas) e 54% em estruturas de abrigo / acolhimento (499 pessoas).

Dentro desta categoria populacional, 72% possuía idades entre os 25 e os 54 anos, e 30% possuía entre os 25 e os 34 anos de idade. A população de rua identificada neste levantamento (10%) possuía menos de 25 anos e 12% possuía mais de 55 anos. Uma grande parte desta população era do sexo masculino (76%), sendo identificadas 19% de mulheres entre esta população de rua⁹⁷.

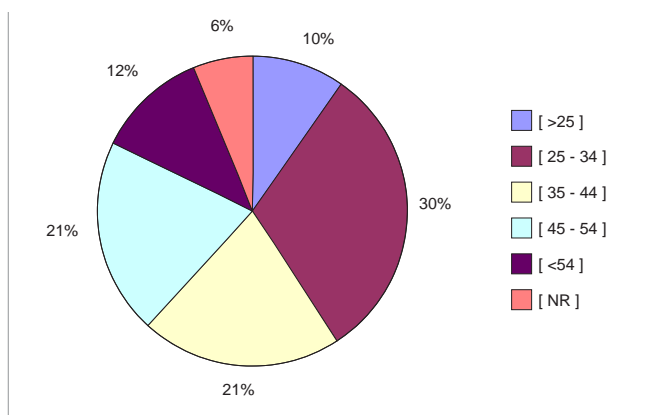
⁹⁴ Estas freguesias são: Castelo (19.3%), Santo Estêvão (16.9%), Santa Justa (16.4%), São Miguel (14.9%), São Cristóvão e São Lourenço (14.1%), Socorro (12.2%), Santiago (11.8%), São Vicente de Fora (11.5%), Santos-o-Velho (10.5%), Campolide (10.2%), Sacramento (10.1%) e Sé (10.1%).

⁹⁵ *Idem*

⁹⁶ População que pode ser considerada como "sem-abrigo".

⁹⁷ Há uma proporção importante (5%) da população de rua em relação à qual não foi possível identificar o género.

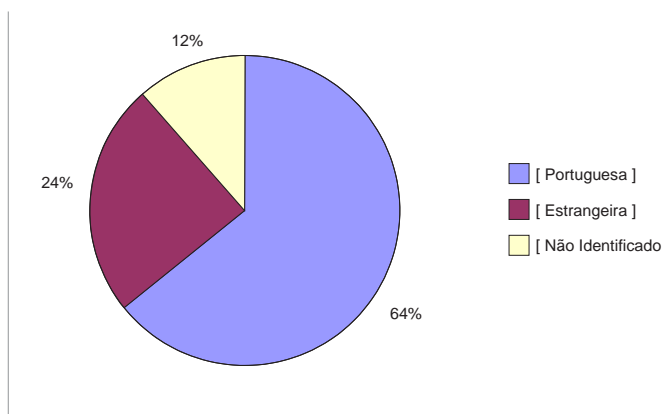
População de Rua e Grupo Etário - 2004 (%)



Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

A maior parte desta população de rua era de nacionalidade portuguesa (64%), sendo, no entanto, importante sublinhar a existência de 24% de pessoas com nacionalidade estrangeira. Se, em geral, a população de rua identificada era jovem e encontrava-se maioritariamente entre os 25 e os 54 anos, esta tendência reforça-se entre a população de rua estrangeira. 79% desta população possuía entre idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (28% entre os 25 e os 34 anos; 27% entre os 35 e os 44 anos; e 24% entre os 45 e os 54 anos). Apenas 8% possuía mais de 54 anos e 13% tinha menos de 25 anos.

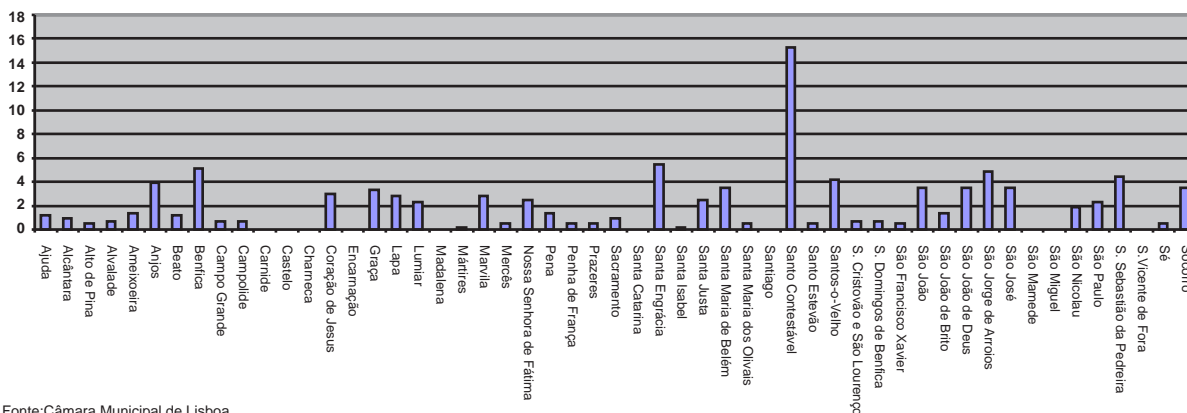
População de Rua e Nacionalidade - 2004 (%)



Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

Das 432 pessoas que se encontravam na rua, 15,3% encontrava-se na freguesia de Santo Condestável (66 pessoas). Esta freguesia distancia-se das restantes com a maior percentagem de sem-abrigo que se encontrava na rua e que foram identificados neste levantamento. Todas as restantes freguesias apresentavam percentagens iguais ou inferiores a 5,5%. Santa Engrácia, Benfica, São Jorge de Arroios, São Sebastião da Pedreira e Santos-o-Velho são, logo a seguir a Santo Condestável, as freguesias onde se encontravam maiores percentagens de sem abrigo, 5,5% (24 pessoas), 5,1% (22 pessoas) 4,9% (21 pessoas), 4,4% (19 pessoas) e 4,2% (18 pessoas) respectivamente.

População Contactada na Rua por Freguesia - 2004 (%)



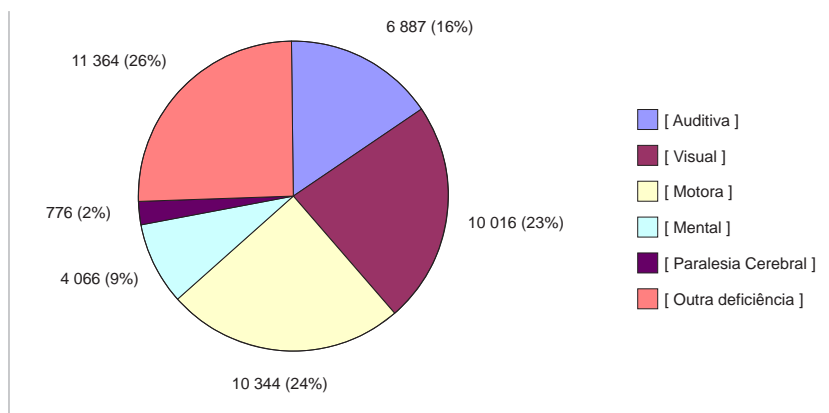
Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

3.3.6. Deficiência

Com uma população residente de 564 657 e uma população com deficiência de 43 453, Lisboa possui uma taxa de deficiência da sua população de 7,6%. Tal como se verifica na população em geral, a população feminina é numericamente superior à população masculina (52% são mulheres e 48% são homens).

Dentro desta população com deficiência verifica-se uma heterogeneidade quer ao nível do tipo de deficiência, quer ao nível do grau de incapacidade que lhe está associada. Ao nível do tipo de deficiência, 26% encontra-se numa categoria denominada de "outra deficiência". Dentro dos tipos de deficiência identificado no Censos 2001, os três tipos que abarcavam maiores percentagens da população com deficiência eram a deficiência motora (24%), visual (23%) e a auditiva (16%). A deficiência mental abrangia 9% desta população e 2% possuía uma paralisia cerebral.

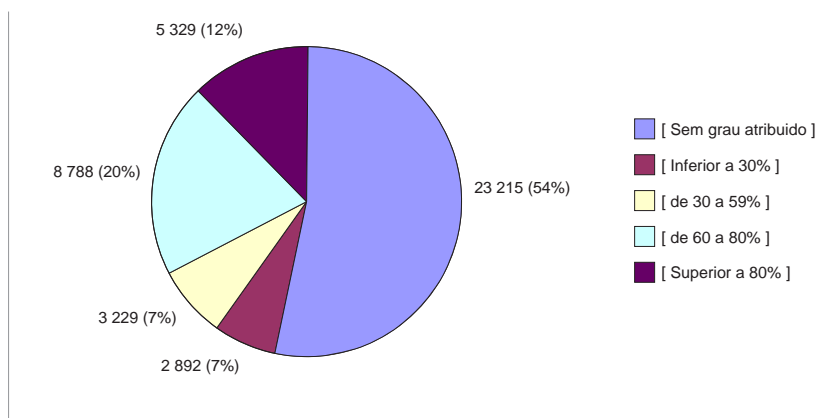
População Residente Deficiente por Tipo de Deficiência - 2001



Fonte: INE, Censos 2001

A maior parte desta população não tinha, em 2001, qualquer grau de incapacidade atribuído (54%). No entanto, 20% da população com deficiência possuía um grau de incapacidade de 60% a 80% e 12% possuía um grau de incapacidade superior a 80%, ou seja, cerca de 70% da população com algum grau de incapacidade tinha 60% ou mais de incapacidade.

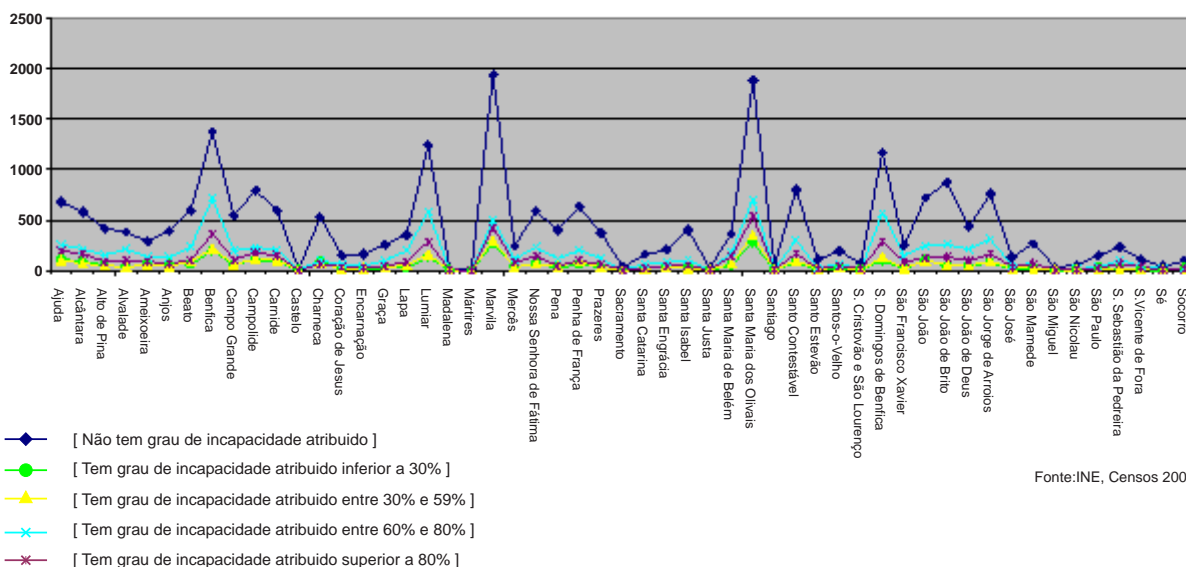
População Residente Deficiente por Grau de Incapacidade Atribuído



Fonte:INE, Censos 2001

Fazendo uma análise por freguesias, verifica-se que, apesar de Marvila possuir um maior número de residentes com deficiência, era em Santa Maria dos Olivais e em Benfica que se encontram maiores concentrações de população com 60% ou mais de incapacidade atribuída (mais de 1 000 pessoas em cada freguesia). Marvila era a terceira freguesia com mais população com estas características, logo seguida de Lumiar. As freguesias com menos população com grau de incapacidade de 60% ou mais eram Mártires, Castelo e Madalena, tendo cada uma delas menos de 20 pessoas com estas características.

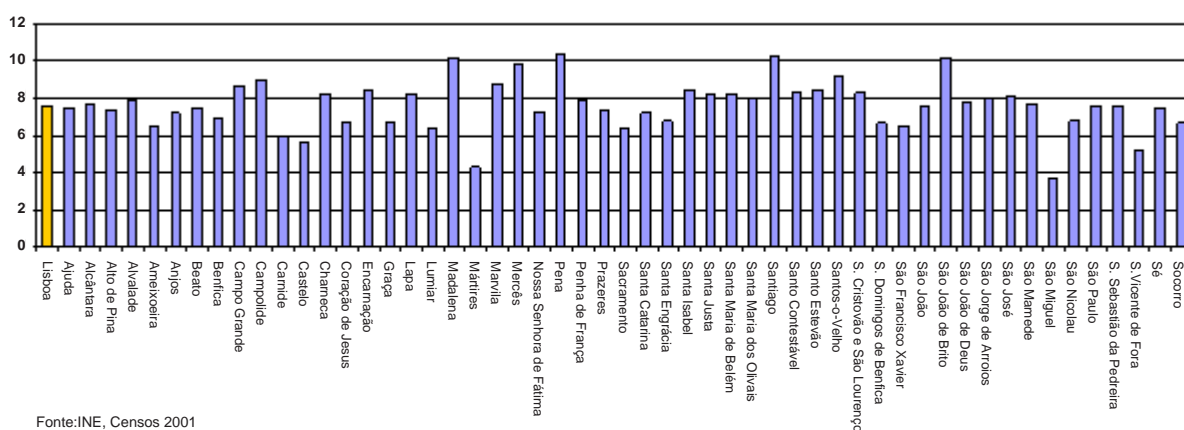
População Residente Deficiente segundo Grau de Incapacidade Atribuído - 2001



Fonte:INE, Censos 2001

Se Madalena era uma das freguesias com menor número de população com deficiência (apenas 39 pessoas) e uma das que possuía um menor número de pessoas com mais de 60% de incapacidade atribuída, esta era, no entanto, uma das freguesias com maior taxa de deficiência da população residente. Com apenas 380 residentes, em 2001, cerca de 10% da sua população possuía algum tipo de deficiência. A seguir a Madalena, as freguesias onde se verificavam maiores proporções de população deficiente eram Pena, Santiago e São João de Brito, todas elas com uma taxa de deficiência de cerca de 10%. Por outro lado, as freguesias com menores proporções de população com deficiência eram São Miguel (3,7%), Mártires (4,3%), São Vicente de Fora (5,2%) e Castelo (5,6%).

Taxa de deficiência da população residente por Local de residência - 2001(%)

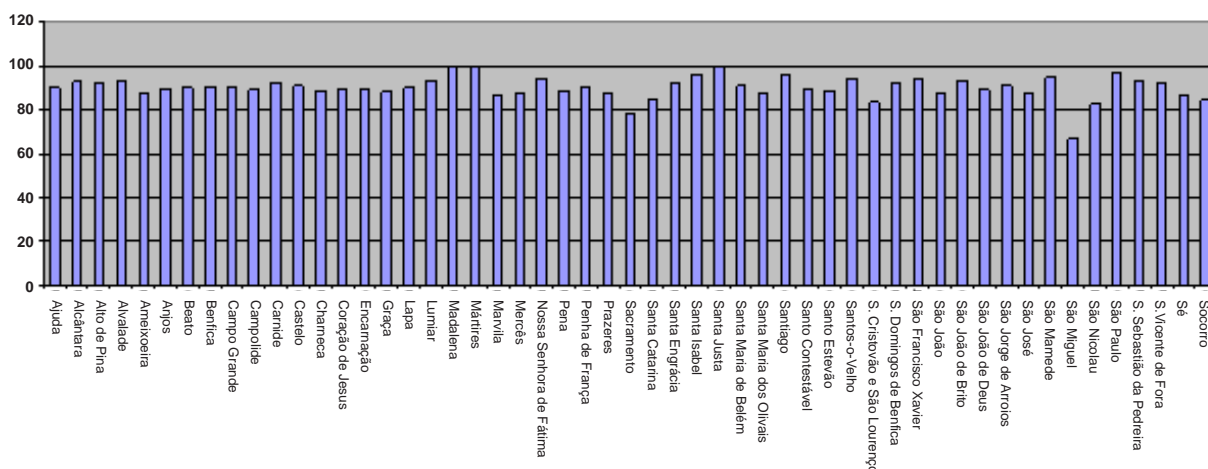


Fonte:INE, Censos 2001

Quando nos referimos a situações de vulnerabilidade à exclusão social e à pobreza, é essencial um melhor conhecimento da população com deficiência. A título indicativo, sublinhe-se que, segundo dados do Censos 2001 para a Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa - Nuts II), apenas 29,4% da população com deficiência com 15 ou mais anos estava empregada. O desemprego abrangia, em 2001, 3,6% desta população e 67% não possuía uma actividade económica. Cerca de 64% desta população sem actividade económica, encontrava-se reformada, aposentada ou na reserva e aproximadamente 21% eram incapacitados permanentes para o trabalho. A população com 15 anos ou mais que ainda se encontrava a estudar, representava apenas 5% desta população sem actividade económica. Consequentemente, 52% da população com 15 ou mais anos com deficiência da AML possuía como principal meio de vida a pensão/reforma, 28% vivia através dos rendimentos provenientes do trabalho e 12% encontrava-se a cargo da família. Os outros mecanismos de protecção social representavam a principal fonte de rendimento para 6% desta população (subsídio de desemprego - 1,9%; apoio social - 1,5%; Subsídio temporário por acidente de trabalho ou doença profissional - 1,4%; Rendimento Mínimo Garantido - 0,9%).

Os dados referidos acima não se encontram desagregados por Concelho, contudo é possível conhecer a taxa de emprego da população com deficiência activa. Assim, se na AML 89,2% da população com deficiência com actividade económica estava empregada, no Concelho de Lisboa esta percentagem sobe para 90,2%. Ao nível das freguesias, São Miguel destaca-se por ter a taxa mais baixa de Lisboa (cerca de 67% empregada, ou seja, 33% da população deficiente com actividade económica encontrava-se desempregada). A seguir a São Miguel, encontravam-se as freguesias de Sacramento, São Nicolau e São Cristóvão e São Lourenço com taxas de emprego da população com deficiência activa de 79%, 82% e 83% respectivamente. No outro extremo, encontravam-se as freguesias de Lumiar, Mártires e Santa Justa onde toda a população deficiente com actividade económica se encontrava empregada. É, no entanto, necessário sublinhar que esta taxa de emprego não permite conhecer o peso que a população com actividade económica possui junto da população com deficiência e, consequentemente, o peso da população inactiva em Lisboa e nas diferentes freguesias.

Taxa de Emprego da População com Deficiência Activa - 2001(%)



Fonte: INE, Censos 2001

3.3.7. População estrangeira

Desde finais da década de 90 que o número de população estrangeira residente em Portugal tem vindo a sofrer fortes alterações ao nível quantitativo, assim como ao nível da diversidade de nacionalidades, culturas, e línguas. De acordo com os dados do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de 2006⁹⁸. Existiam cerca de 409 185⁹⁹ cidadãos estrangeiros devidamente documentados a residir em Portugal¹⁰⁰. As duas maiores comunidades estrangeiras eram a cabo-verdiana e a brasileira, ambas com cerca de 16% dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal¹⁰¹. A terceira maior comunidade é a ucraniana com cerca de 9% do total da população estrangeira (37 851 cidadãos). Em termos da sua distribuição geográfica, destaca-se o distrito de Lisboa com cerca de 46% dos estrangeiros residentes em Portugal. O segundo distrito com maior concentração de população estrangeira é Faro com 14% da população estrangeira. Em relação a Lisboa, a comunidade cabo-verdiana é significativamente maior que as restantes comunidades, correspondendo a 22% da população estrangeira do distrito (41 839 cidadãos). As três maiores comunidades são a cabo-verdiana, a brasileira (27 603 cidadãos) e a angolana (21 989 cidadãos).

Ao nível concelhio, as estatísticas mais recentes referem-se a população estrangeira que solicitou o estatuto de residente. Em 2005, 1 390 cidadãos estrangeiros solicitaram esse estatuto na cidade de Lisboa. Dentro da AML, Lisboa foi o Concelho onde existiu maior número de requerimentos, correspondendo a cerca de 20% das solicitações de estatuto de residente da AML. Destes cidadãos, cerca de 57% eram mulheres e 43% eram homens. Em termos de nacionalidades, destacam-se os cidadãos brasileiros (cerca de 21%) e os cabo-verdianos (13%).

⁹⁸ http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/estatisticas/index.aspx?id_linha=4224&menu_position=4142#0

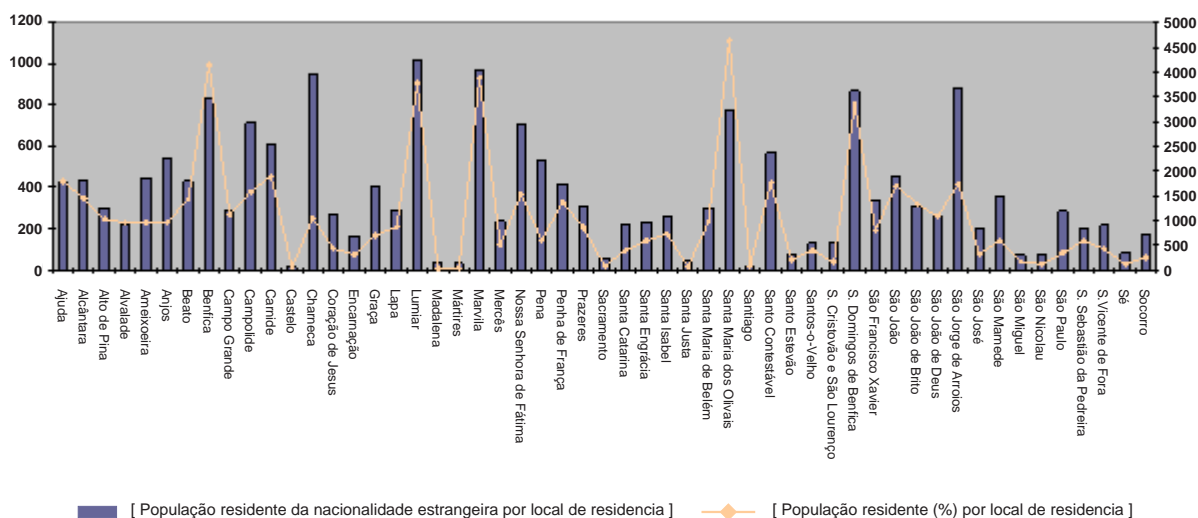
⁹⁹ Refira-se a existência de uma diferença entre o número de população estrangeira, em 2006, apresentado pelo INE - 434 887 - e os dados do SEF. (INE, Destaque - População Estrangeira em Portugal 2006, Dezembro 2007)

¹⁰⁰ Em 2001 o número de estrangeiros em Portugal era de 350 898

(http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/estatisticas/evolucao.aspx?id_linha=4255&menu_position=4140#0)

¹⁰¹ Segundo dados do INE a comunidade brasileira possui 16,9% da população estrangeira e a comunidade cabo-verdiana possui 15,7% (73 384 cidadãos brasileiros e 68 145 cidadãos cabo-verdianos). Segundo os dados do SEF, por outro lado, a diferença entre ambas as comunidades é reduzida sendo a comunidade caboverdiana ligeiramente maior (65 485 cidadãos cabo-verdianos e 65 463 cidadãos brasileiros).

População Estrangeira Residente em Lisboa Por População Residente - 2001



Fonte: INE, Censos 2001

Conhecer com actualidade a população estrangeira residente ao nível das freguesias da Cidade de Lisboa, é impossível e, uma vez mais, apenas é possível recorrer aos dados dos Censos 2001. Segundo esta fonte, cerca de 3,40% da população residente em Lisboa possuía uma nacionalidade estrangeira, equivalendo a cerca de 19 198 cidadãos. Tendo em conta as diferentes freguesias, Madalena e Mártires são as que apresentam maiores proporções de população estrangeira, 10% e 9,7% respectivamente. No entanto, como estas freguesias possuem populações que não chegam aos 400 habitantes, o número de cidadãos estrangeiros nestas freguesias é reduzido, sendo de apenas 38 em Madalena e 33 em Mártires. Charneca é a terceira freguesia com maior proporção de cidadãos estrangeiros (9%) e, simultaneamente, a terceira com maior número de cidadãos estrangeiros - 949 pessoas. As duas freguesias onde residem um maior número de estrangeiros são Lumiar (1 018 pessoas e 2,7% da sua população) e Marvila (965 pessoas e 2,5% da sua população)¹⁰².

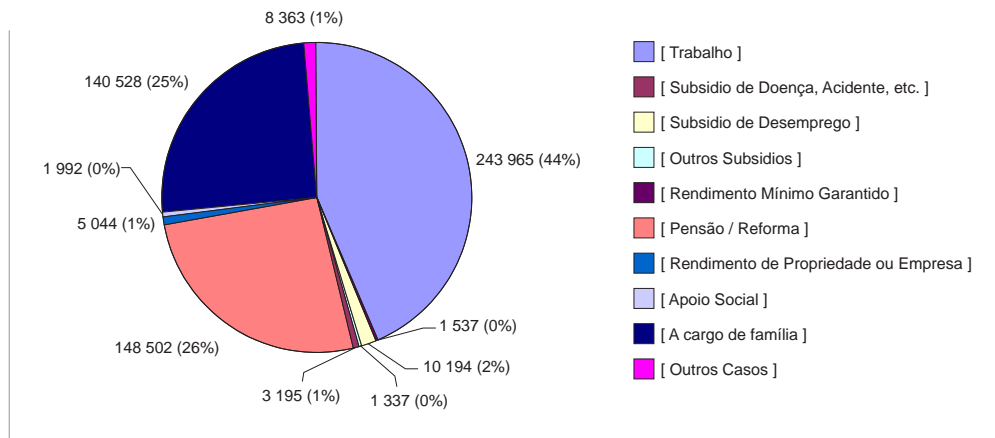
3.3.8. Principal meio de vida

As principais fontes de rendimento para a população residente de Lisboa são o trabalho remunerado e as pensões / reformas. Estas duas formas de rendimento abrangiam, em 2001, como principal meio de vida, 70% dos habitantes desta cidade, sendo o trabalho a principal fonte de rendimento para a maior parte desta população - 44%. Sublinhe-se ainda que uma importante percentagem da população de Lisboa, 25%, se encontrava a cargo da família. O subsídio de desemprego era a principal fonte de rendimento para cerca de 2% dos residentes de Lisboa. Apesar da baixa proporção face à população de Lisboa, estes 2% equivalem a 10 194 pessoas. Os residentes em Lisboa que, em 2001, possuíam o Rendimento Mínimo Garantido (RMG)¹⁰³ como principal meio de via representavam apenas 1% desta população, mas, em números absolutos, esta percentagem traduzia-se em 3195 pessoas. O subsídio de doença, acidente, etc, os outros subsídios e o apoio social abrangiam, no seu conjunto cerca de 1% dos habitantes de Lisboa, correspondendo a 4 886 pessoas.

¹⁰² Importa sublinhar que, tendo em consideração um fenómeno de rápidas mudanças e em relação ao qual muitas alterações tiveram lugar entre a aplicação dos Censos 2001 e a actualidade, é altamente provável que estes dados se encontrem completamente desactualizados. Por outro lado, estes dados referem-se apenas aos cidadãos estrangeiros que se encontram legalizados. Assim, e sobre o fenómeno Imigração, e particularmente sobre as suas relações com a pobreza, muito pouco poderá saber-se através das fontes oficiais e instrumentos estatísticos disponíveis para o efeito.

¹⁰³ Actual Rendimento Social de Inserção

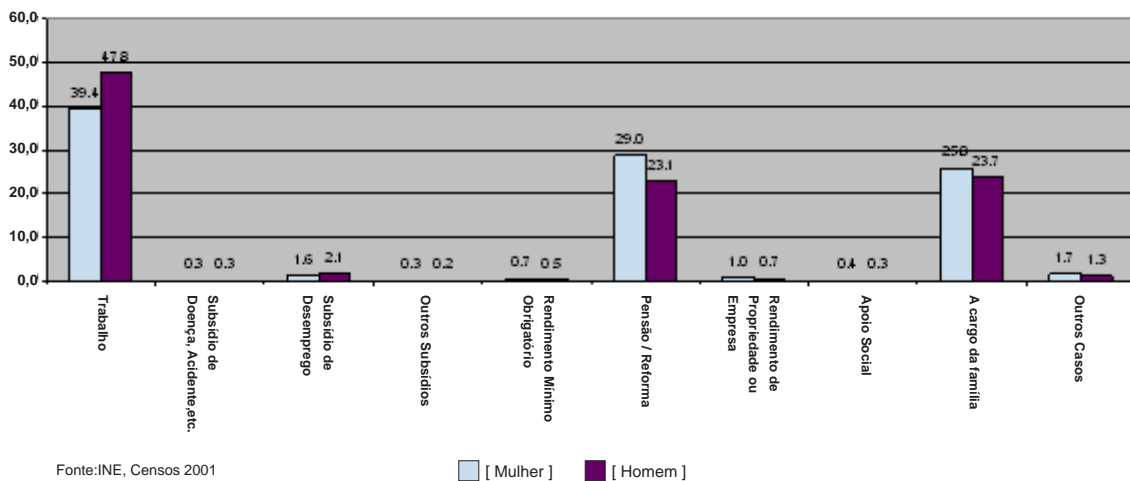
Principal Meio de Vida - 2001



Fonte:INE, Censos 2001

Em geral existe uma semelhança nos principais canais para obter os recursos necessários a subsistência entre os homens e as mulheres que residem em Lisboa. Apesar da percentagem de mulheres que possuem o trabalho como principal meio de vida ser ligeiramente inferior à dos homens (48% de homens e 39% de mulheres nesta situação), este é o principal meio de vida para ambos. As pensões/reformas e o facto de estar a cargo da família são outros importantes canais de obtenção de recursos. Para as mulheres, o segundo principal meio de vida é a pensão (29%), sendo de seguida o facto de se encontrar a cargo da família (cerca de 24%). Por outro lado, juntos dos homens ocorre a situação inversa. Existe uma maior percentagem de homens que encontram os seus principais recursos junto da família (cerca de 24%) do que os que sobrevivem através das suas pensões (cerca de 23%). Note-se, contudo, que a diferença nestas percentagens é pequena (cerca de 0,6%). Esta situação é explicada pela maior longevidade das mulheres e, conseqüentemente, o seu maior peso junto da população idosa.

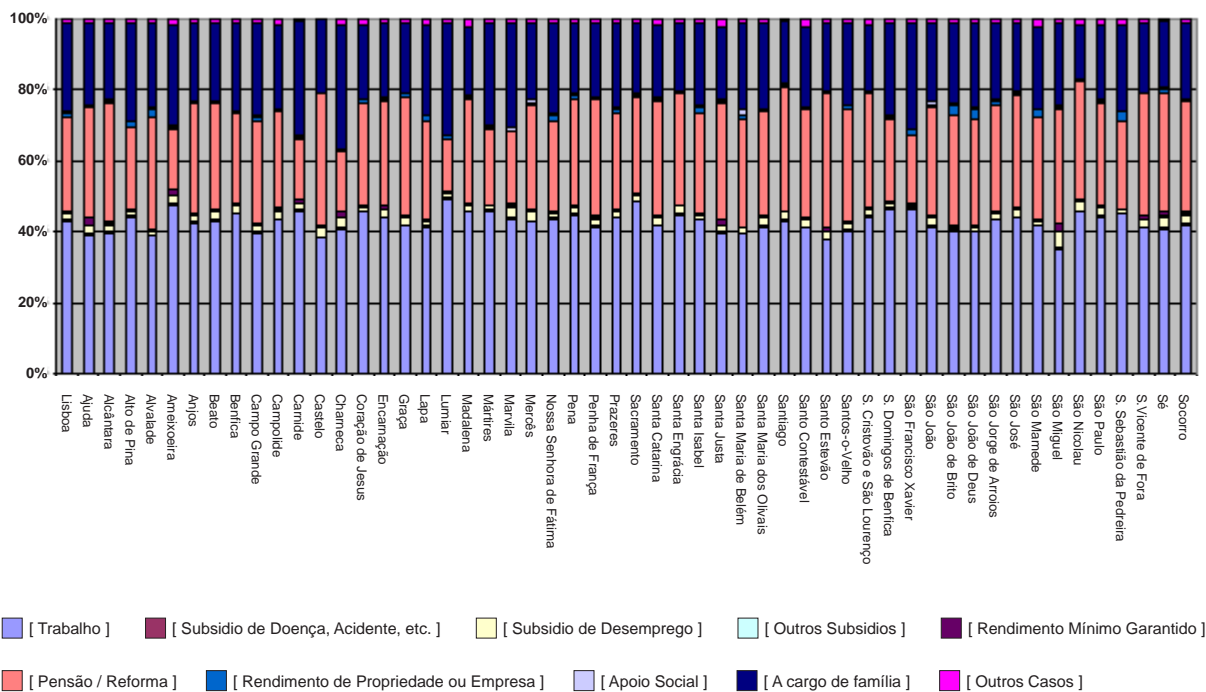
Principal Meio de Vida por Sexo - 2006 (%)



Fonte:INE, Censos 2001

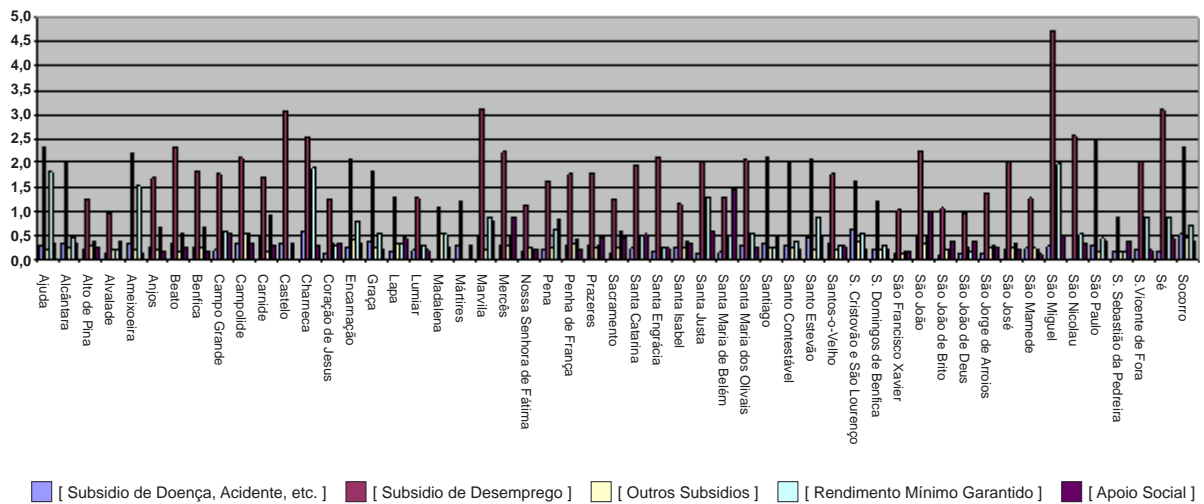
Existe alguma semelhança entre os principais meios de vida obtidos nas populações das diferentes freguesias. No entanto, verificam-se algumas diferenças na proporção que estes meios de vida adquirem em algumas freguesias. Note-se assim uma menor percentagem da população que encontra no trabalho o seu principal meio de vida na freguesia de São Miguel (35%) face às restantes freguesias. Por outro lado, é nesta freguesia que se encontra a maior proporção de beneficiários do subsídio de desemprego e do RMG. 4% da população desta freguesia tem o subsídio de desemprego como principal meio de vida e 2% sobrevive sobretudo com base no RMG. As freguesias com maior proporção de população que, através do trabalho, obtém o principal meio de vida eram Lumiar (49,3%), Sacramento (48,5%) e Ameixoeira (47,4%).

Principal Meio de Vida por Freguesias - 2001 (%)

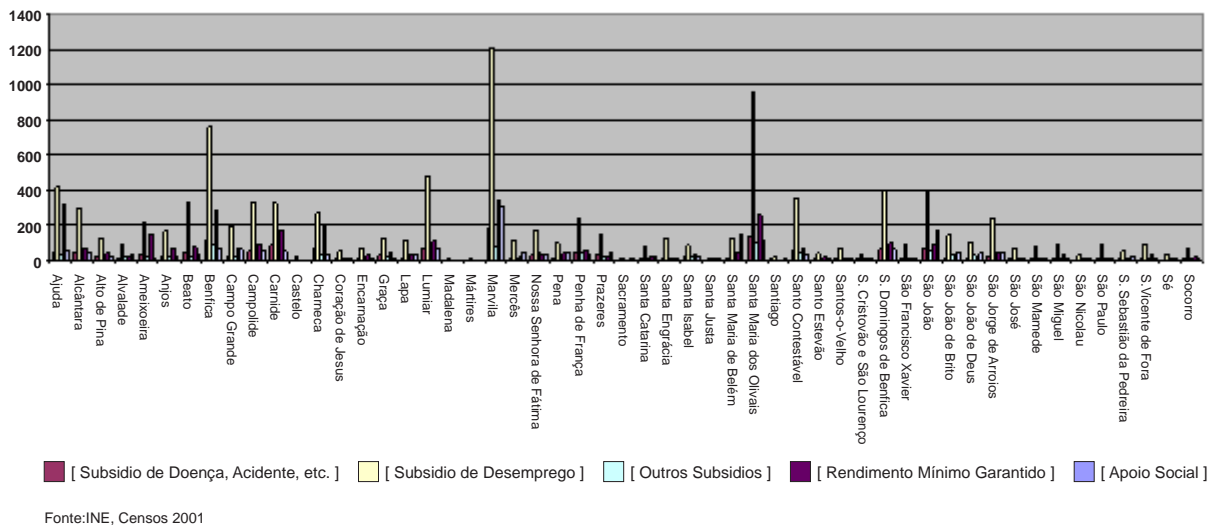


Tendo em conta a importância das prestações sociais na diminuição da taxa de risco de pobreza, é importante analisar a distribuição da população cujo principal meio de vida provém destas prestações e apoios sociais. A pensão / reforma era, em 2001, o segundo meio de vida que abarcava maiores proporções da população nas diferentes freguesias de Lisboa, com excepção de São Domingos de Benfica (23%), Marvila (21%), Mártires (20%), São Francisco Xavier (19%), Lumiar (15%), Charneca (17%), Carnide (17%). Por outro lado, eram nas freguesias de Santo Estêvão (37,7%), Castelo (37,3%) e São Vicente de Fora (34,5%) que se encontravam maiores proporções de população que viam nesta prestação social o seu principal meio de vida. Dentro das prestações e apoios sociais, o subsídio de desemprego é o segundo meio de vida mais importante junto destas freguesias. As freguesias em que a percentagem de população com este meio de vida assumia índices mais elevadas eram São Miguel (aproximadamente 4,5%), Sé, Marvila e Castelo (cerca de 3% cada uma), no entanto, era nas freguesias de Marvila, Santa Maria dos Olivais e Benfica que se encontravam mais habitantes que possuíam o subsídio de desemprego como principal meio de vida. Por outro lado, as freguesias com maiores percentagens de residentes com o RMG como principal fonte de rendimento eram São Miguel, Ajuda, Charneca, Ameixoeira e Santa Justas (entre 1% e 2%). É, no entanto, em Marvila, na Ajuda, em Benfica e em Santa Maria dos Olivais que se encontram mais pessoas a dependerem do RMG como principal fonte de rendimento. Por fim, sublinhe-se a importância que o apoio social assume para cerca de 1,5% dos residentes de Santa Maria de Belém. Entre 0,5% e 1% das populações de Marvila, Mercês, Pena, Santa Catarina, Santa Justa e São João encontram no apoio social a sua principal forma de sobrevivência. Em Marvila, existiam, em 2001, 309 pessoas que encontravam neste tipo de apoio a sua principal forma de sobrevivência.

Principal Meio de Vida por Prestação e Apoio Social (Sem Pensão/Reforma) - 2001 (%)



Principal Meio de Vida por Prestação e Apoio Social (Sem Pensões) - 2001



3.3.9. Equipamentos e Respostas Sociais

Através da Carta Social de 2006 é possível ter um conhecimento sobre a rede de serviços e de equipamentos sociais tutelada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social nas áreas da *Infância e Juventude*, das *Pessoas Adultas*, da *Família e Comunidade* e um conjunto de Respostas Pontuais. No entanto, é importante ter consciência que, ao ter como base a Carta Social para uma análise sobre as respostas sociais em Lisboa, não serão contabilizados um conjunto de equipamentos, respostas e acções financiadas por outros ministérios e organismos e que também dão apoio a grupos vulneráveis (ex: pessoas com HIV/SIDA, pessoas com toxicodependências, etc) ou em áreas específicas (educação, saúde, etc). Por outro lado, refira-se que existem respostas vocacionadas para alguns grupos específicos (tais como os equipamentos orientados especificamente para as pessoas sem abrigo ou para as pessoas vítimas de violência doméstica) e alguns equipamentos sociais (ex: as Amas ou o Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens), cujos dados não se encontram disponíveis na Base de

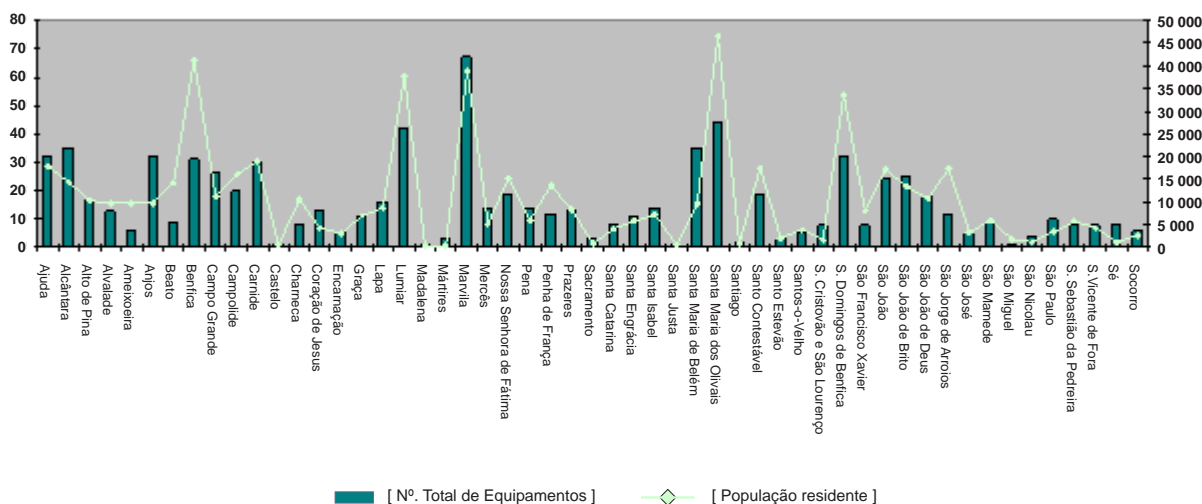
Dados da Carta Social. No entanto, e apesar das suas limitações, esta Base de Dados é uma fonte importante de informações, permitindo um primeiro e relevante conhecimento quantitativo da intervenção social existente em Lisboa¹⁰⁴.

Uma breve caracterização das organizações identificadas na Carta Social com equipamentos e serviços sociais foi já apresentada no capítulo 2. Agora, focaremos a nossa análise nas respostas sociais (equipamentos e serviços) existentes em Lisboa.

Existem duas grandes áreas de intervenção identificadas na Carta Social: as respostas orientadas para *Pessoa Adulta* (47%) e as orientadas para *Infância e Juventude* (40%). A área de intervenção da *Família e Comunidade* corresponde apenas a 12% dos equipamentos identificados nesta Base de Dados. Junto dos equipamentos e serviços sociais para *Pessoas Adultas* encontram-se as respostas vocacionadas para as *Pessoas Idosas*, para os *Adultos com Deficiência*, para as *Pessoas em Situação de Dependência* e a área da *Saúde Mental*. Na área da *Infância e Juventude*, por outro lado, estão os equipamentos e serviços vocacionados para *Crianças e Jovens em geral*, para *Crianças e Jovens com Deficiência* e para *Crianças e Jovens em Situação de Perigo*. Por fim, na área da *Família e Comunidade* é possível conhecer os equipamentos mais orientados para a *Família e Comunidade em Geral*, para as *Pessoas com VIH/SIDA e Suas Famílias* e para *Pessoas Toxicodependentes*. Entre os equipamentos e serviços destacam-se as Creches (19% dos equipamentos da Carta Social), os Lares para idosos (11%) e o Serviço de Apoio Domiciliário (10%).

Tal como referido no Capítulo 2, é nas freguesias com números elevados de habitantes que se encontram maior número de equipamentos sociais, destacando-se assim Marvila, com 8% dos equipamentos e serviços sociais identificados na Carta Social, Santa Maria dos Olivais (5,4%) e Lumiar (5,1%). No entanto, são nas freguesias de Mártires, Sé, São Cristóvão e São Lourenço, Sacramento e São Nicolau que, devido ao baixo número de habitantes, se encontram maiores proporções de equipamentos face à população existente (menos de 300 habitantes para cada equipamento). Algumas freguesias, tais como Alcântara, Ajuda, Anjos, Campo Grande, Santa Maria de Belém e São João de Brito, apesar de possuírem populações acima dos 9 000 habitantes, possuem menos de 600 habitantes por equipamento.

Equipamentos e Serviços Sociais em Lisboa (2006) e População Residente (2001)



Fonte: MTSS, Carta Social 2006; INE, Censos 2001

¹⁰⁴ Importará no futuro aprofundar este conhecimento quantitativo e alcançar um conhecimento mais qualitativo, acrescentando-lhe realidades institucionais e de intervenção que não são cobertas pela Carta Social.

¹⁰⁵ Importa salientar que esta análise deu origem a uma base de dados e de recursos disponível na página de Internet do Observatório: www.observatorio-lisboa.reapn.org

3.3.9.1. Caracterização dos Serviços e Equipamentos Sociais

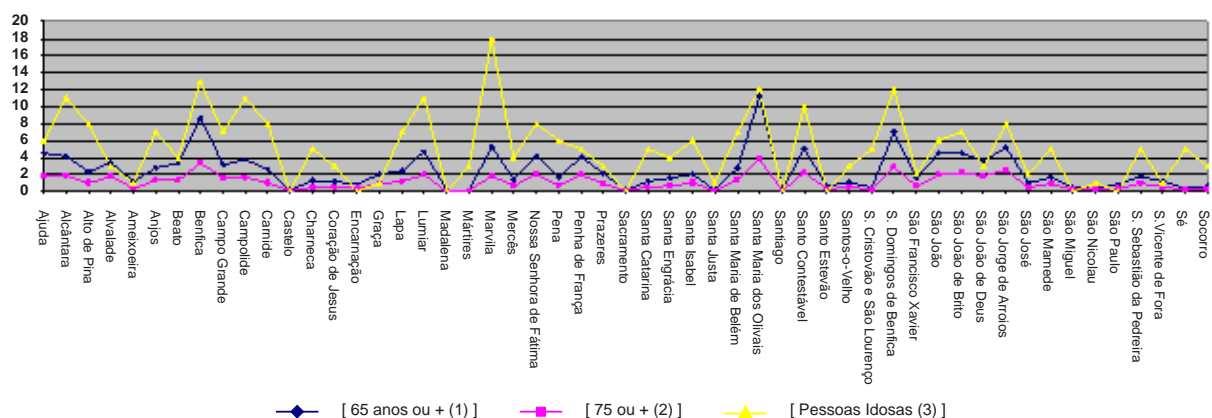
Equipamentos para Pessoa Adulta - 2006

Área de Intervenção	Equipamentos (N)	Equipamentos (%)	Capacidade Total	Total de Utentes	Lotação
Pessoa Adulta	392	47,7	18 589	17 407	93,6%
Pessoa Idosa	303	77,3	15 446	14 214	92,0%
Centro de Convívio	40	10,2	2316	2 621	113,2%
Centro de Dia	79	20,2	4 736	3 709	78,3%
Lar para Idosos	87	22,2	3 362	3 104	92,3%
Residência para Idosos	14	3,6	318	304	95,6%
Serviço de Apoio Domiciliário	86	21,9	4 714	4 476	95,0%
Pessoas Adultas com Deficiência	67	17,1	2869	2911	101,5%
Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação P/Pessoas C/Deficiência	3	0,8	877	1 124	128,2%
Centro de Actividades Ocupacionais	37	9,4	1 364	1 260	92,4%
Lar Residencial	23	5,9	535	478	89,4%
Serviço de Apoio Domiciliário	4	1,0	74	43	58,1%
Transporte de Pessoas com Deficiência	1	0,3	19	6	31,6%
Pessoas em Situação de Dependência	1	0,3	67	64	95,5%
Apoio Domiciliário Integrado - ADI	1	0,3	67	64	95,5%
Saúde Mental	17	4,3	274	282	102,9%
Fórum Sócio-Ocupacional	7	1,8	218	226	103,7%
Unidade de Vida Apoiada	1	0,3	7	7	100,0%
Unidade de Vida Autónoma	2	0,5	10	10	100,0%
Unidade de Vida Protegida	7	1,8	39	39	100,0%

Fonte: MTSS, Carta Social 2006

Dentro desta grande área de intervenção denominada de Pessoa Adulta destacam-se as **respostas para os idosos**, que corresponde à 37% das respostas sociais e 78% das respostas especificamente direccionadas aos adultos. Os principais tipos de respostas sociais que as pessoas idosas encontram em Lisboa são o Lar para Terceira Idade, o Serviço de Apoio Domiciliário e o Centro de Dia. Estas três respostas correspondem a 64% das respostas direccionadas as pessoas adultas.

Respostas Sociais para Pessoas Idosas e População Idosa



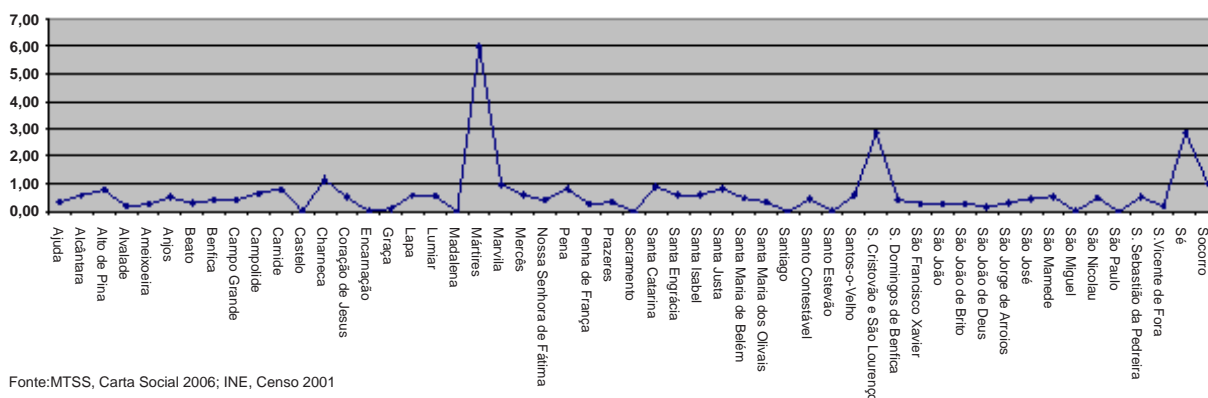
Fonte: MTSS, Carta Social 2006; INE, Censo 2001

- (1) Os dados da População residente com 65 anos ou mais referem-se a 2001 e está contabilizado utilizando como unidade o milhar
 (2) Os dados da População residente com 75 anos ou mais referem-se a 2001 e está contabilizado utilizando como unidade o milhar
 (3) Os dados sobre as respostas direccionadas a população idosa referem-se a 2006 e está contabilizado utilizando como unidade N

Analisando a distribuição das respostas sociais para pessoas idosas pelas diferentes freguesias, verifica-se que nas freguesias de Castelo, Encarnação, Madalena, Sacramento e São Miguel não existe qualquer equipamento social direccionado para as pessoas idosas. Recorde-se que estas quatro tinham, segundo os Censos de 2001, uma elevada proporção de população com idade igual ou superior a 65 anos (apenas Sacramento tem menos de 25% da sua população com idade igual ou superior a 65 anos), contudo o número total de pessoas com mais de 65 anos em cada uma destas freguesias, em 2001, não era muito elevado, variando entre 103 (Madalena) e 849 (Encarnação). Por outro lado, as freguesias que em 2001 possuíam um maior número de habitantes com 65 anos ou mais eram Santa Maria dos Olivais (11 244), Benfica (8 750), São Domingos de Benfica (7 013), Marvila (5 312) e São Jorge de Arroios (5 222).

Numa primeira análise verifica-se que, com excepção de São Jorge de Arroios, é nestas freguesias que se encontram as maiores percentagens de equipamentos sociais para idosos (acima dos 5% dos equipamentos direccionados para esta população), possuindo cada uma entre 13 e 19 equipamentos. No entanto, se verificarmos a proporção de equipamentos orientados para as pessoas idosas pela população com 75 anos ou mais, verifica-se que é em Mártires, em São Cristóvão e São Lourenço e na Sé que se verificam proporções muito superiores às existentes nas restantes freguesias. Assim, com uma população, em 2001, de apenas 50 pessoas com 75 anos ou mais, Mártires possui 3 equipamentos orientados para idosos (uma média de 25 idosos por equipamento). São Cristóvão e São Lourenço e a Sé possuem mais equipamentos sociais nesta área, no entanto, o facto de terem igualmente uma maior população de idosos leva a que em cada freguesia exista uma média de 35 idosos com 75 anos ou mais por equipamento. Por outro lado, nas freguesias de Santa Maria dos Olivais e São Domingo de Benfica, freguesias que possuem 3 789 e 3 325 habitantes com 75 anos ou mais, respectivamente, possuem uma média de cerca de 316 e 256 idosos por equipamento. É no entanto necessário sublinhar dois aspectos; por um lado, devido a pequena dimensão das freguesias mais centrais os equipamentos existentes nestas freguesias são facilmente utilizáveis pela população das freguesias limítrofes, caso não haja limitações a este nível nos critérios de acesso. Assim, refira-se que é também nesta zona central que se encontram igualmente as quatro freguesias sem equipamentos orientados para esta população. Por outro lado, para melhor compreender a adequação destes equipamentos à população residente nestas freguesias seria necessário um conhecimento mais qualitativo sobre as redes de solidariedade às quais estas populações têm (ou não) acesso e um melhor conhecimento sobre as condições financeiras destas populações.

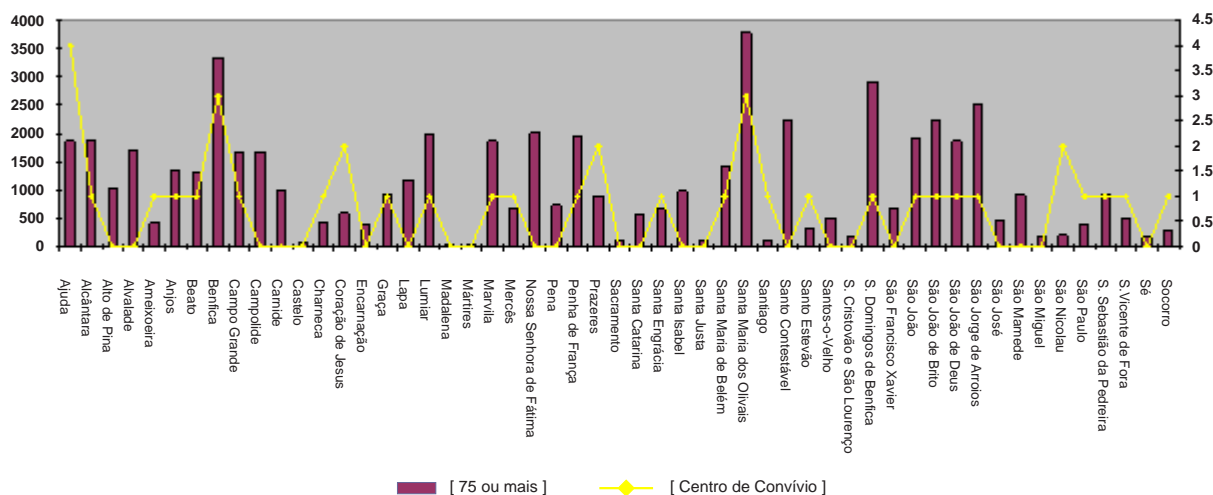
Proporção de Respostas Sociais para População Idosa (2006) por cada 100 habitantes com 75 anos ou mais (2001)



Fonte: MTSS, Carta Social 2006; INE, Censo 2001

A baixa proporção de equipamentos por população idosa existente em Santa Maria dos Olivais não é, no entanto, distante da média para este Concelho. Com uma população, em 2001, de 58 191 residentes com 75 anos ou mais e 266 equipamentos para idosos, resulta uma média de 219 idosos para cada por equipamento. A isto acresce o facto destes 266 equipamentos estarem divididos por cinco tipos de respostas distintas (*Centro de Convívio, Centro de Dia, Lar de Idosos, Residência para Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário*), levando a que a proporção de cada uma destas respostas seja ainda menor.

Centros de Convívio em Lisboa (2006) e População com 75 anos ou mais (2001)



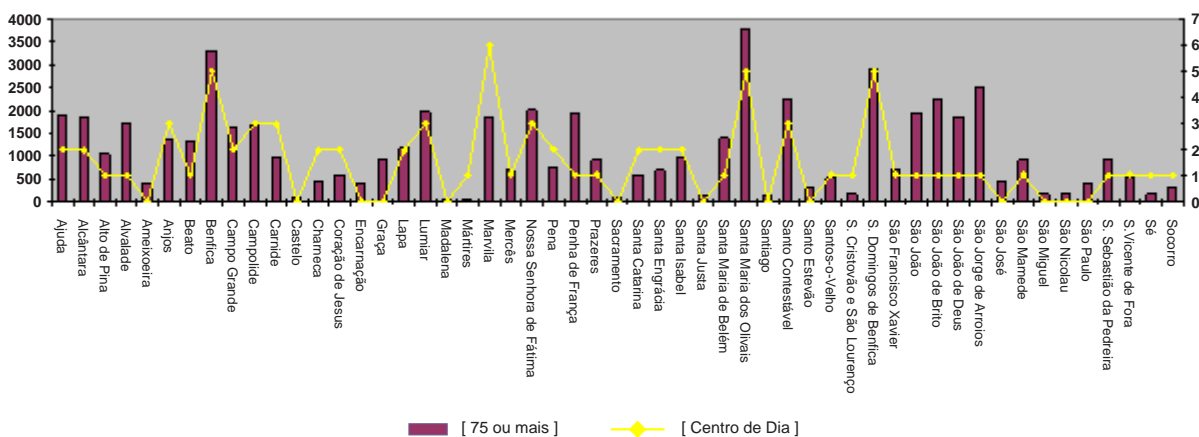
Fonte: MTSS, Carta Social 2006; INE, Censo 2001

Devido ao elevado número de freguesias existentes em Lisboa, a distribuição dos diferentes tipos de equipamentos leva à existência, em geral, de apenas 1 ou 2 respostas de cada tipo por freguesia. Assim, em Lisboa existem 40 Centros de Convívio que se distribuem apenas por 30 freguesias¹⁰⁶ e dão resposta a um total de 2 621 pessoas, um valor acima da capacidade máxima (2 316). Tendo como base a população residente em Lisboa, em 2001, existe uma média de 1 455 idosos com 75 anos ou mais por equipamento. A freguesia com maior número de Centros de Convívio é Ajudá (4 equipamentos), sendo seguida por Benfica e Santa Maria dos Olivais, com 3 Centros de Convívio cada uma. Estas duas últimas freguesias são simultaneamente as que, em 2001, possuíam um elevado número de população com 75 anos ou mais. Assim, nestas freguesias encontram-se proporções de 1263 (Santa Maria dos Olivais), 1 108 (Benfica) e 468 (Ajudá) idosos com 75 anos ou mais por Centro de Convívio. As menores

¹⁰⁶ Existem 23 freguesias que não possuem este equipamento

proporções ocorrem, no entanto, nas freguesias de Santiago (121) e de São Nicolau (100), freguesias que em 2001 possuíam pouca população residente nesta faixa etária (200 residentes com 75 anos ou mais em São Nicolau e 121 em Santiago).

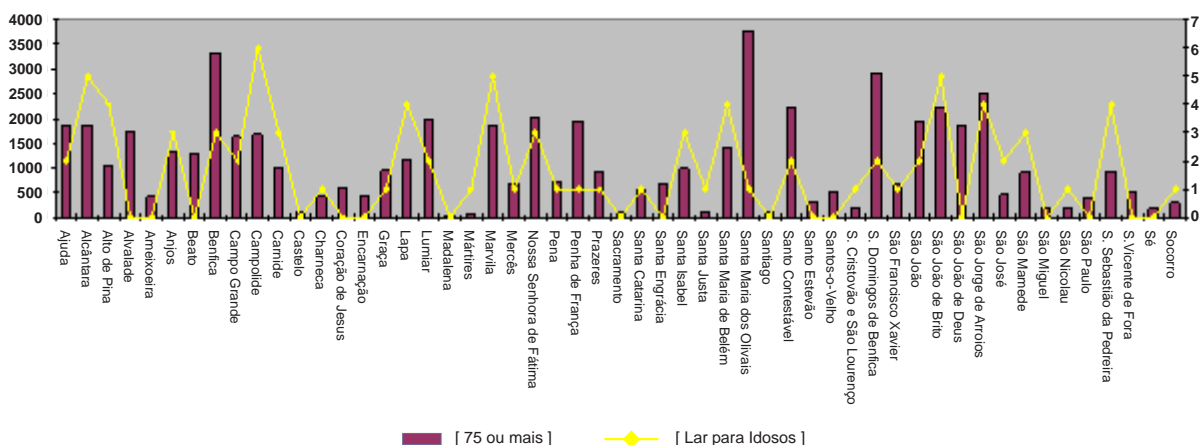
Centros de Dia em Lisboa (2006) e População com 75 anos ou mais (2001)



Fonte: MTSS, Carta Social 2006; INE, Censo 2001

No total existem em Lisboa 79 Centros de Dia e uma proporção de 737 habitantes com 75 anos ou mais por equipamento. A freguesia com maior número de Centros de Dia é Marvila (6 equipamentos), logo seguida de Benfica, Santa Maria dos Olivais e São Domingos de Benfica, com 5 equipamentos cada. As proporções para estas freguesias, com excepção de Santa Maria dos Olivais (756) são inferiores à do Concelho de Lisboa - 312 (Marvila), 582 (São Domingos de Benfica) e 665 (Benfica) idosos por Centro de Dia. No outro extremo encontram-se 12 freguesias¹⁰⁷ que não possuem este equipamento social, sendo que Graça é, entre estas freguesias, a que possuía, em 2001, maior população com 75 anos ou mais (941). Por outro lado, Mártires destaca-se por possuir uma maior proporção de Centros de Dia face à população com mais de 75 anos - 50 idosos por equipamento. Os Centros de Dia existentes em Lisboa abrangeram, em 2006, 3 709 pessoas, tendo, no entanto, capacidade para 4 736 pessoas.

Lares para Idosos (2006) e População com 75 anos ou mais (2001)

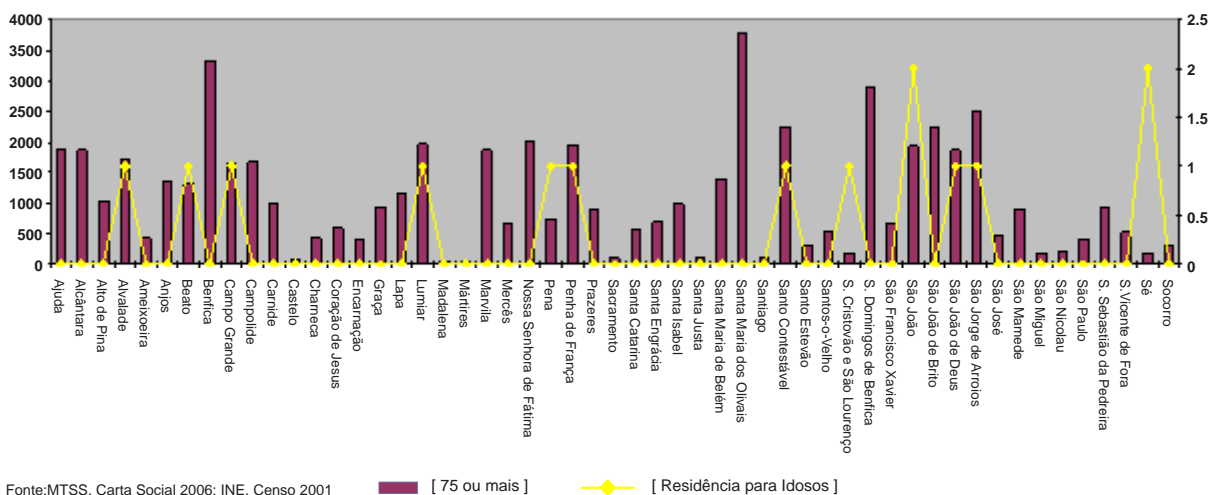


Fonte: MTSS, Carta Social 2006; INE, Censo 2001

¹⁰⁷ Ameixoeira, Encarnação, Graça, Madalena, Sacramento, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, São José, São Miguel, São Nicolau e São Paulo.

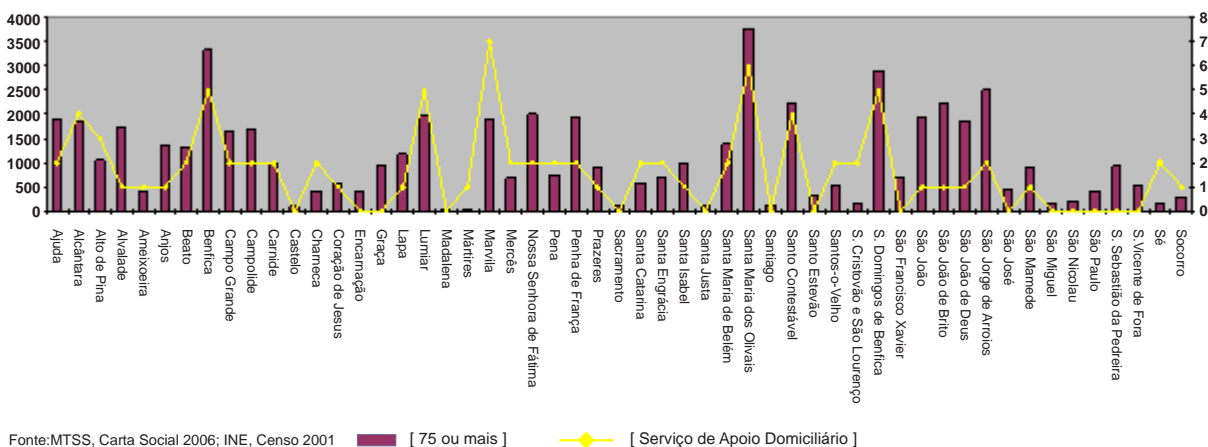
É ao nível dos Lares para Idosos que existem mais equipamentos para pessoas adultas em Lisboa. Os 87 Lares de Lisboa encontram-se distribuídos por 37 freguesias e, tendo em conta a população com mais de 75 anos existente em Lisboa, em 2001, apresenta uma média de 669 idosos nesta faixa etária por equipamento. Das 16 freguesias de Lisboa que não possuem esta resposta social¹⁰⁸, três (Alvalade, Beato e São João de Deus) possuíam, em 2001, mais de 1 000 habitantes com 75 anos ou mais (entre 1308 e 1866). Por outro lado, é em Campolide que se encontram o maior número de Lares para Idosos de Lisboa (6 equipamentos), juntamente com Alcântara, Marvila e São João de Brito (5 equipamentos cada um), sendo que as proporções entre população com 75 anos ou mais e o número de equipamentos variam entre 444 (São João de Brito) e 279 (Campolide) idosos por equipamento. As freguesias que apresentam proporções mais baixas são Mártires (50 idosos por cada Lar), Santa Justa (122) e São Cristóvão e São Lourenço (175). Refira-se ainda que estes Lares deram resposta, em 2006, a 3 104 idosos e, segundo os dados da Carta Social, têm uma lotação total de 92% destes equipamentos.

Residência para Idosos (2006) por População com 75 anos ou mais (2001)



Enquanto os Lares para Terceira Idade se direccionam também para os idosos acamados, as Residências têm apenas como público-alvo as pessoas idosas com autonomia total ou parcial. Em Lisboa, apenas são identificadas 14 residências que se encontram distribuídas por 12 freguesias¹⁰⁹, existindo em média 4 157 pessoas com 75 anos ou mais por Residência. Estas 14 Residências têm capacidade para apoiar 318 idosos, encontrando-se próximos da sua lotação máxima (96%).

Serviço de Apoio Domiciliário (2006) por População com 75 anos ou mais (2001)



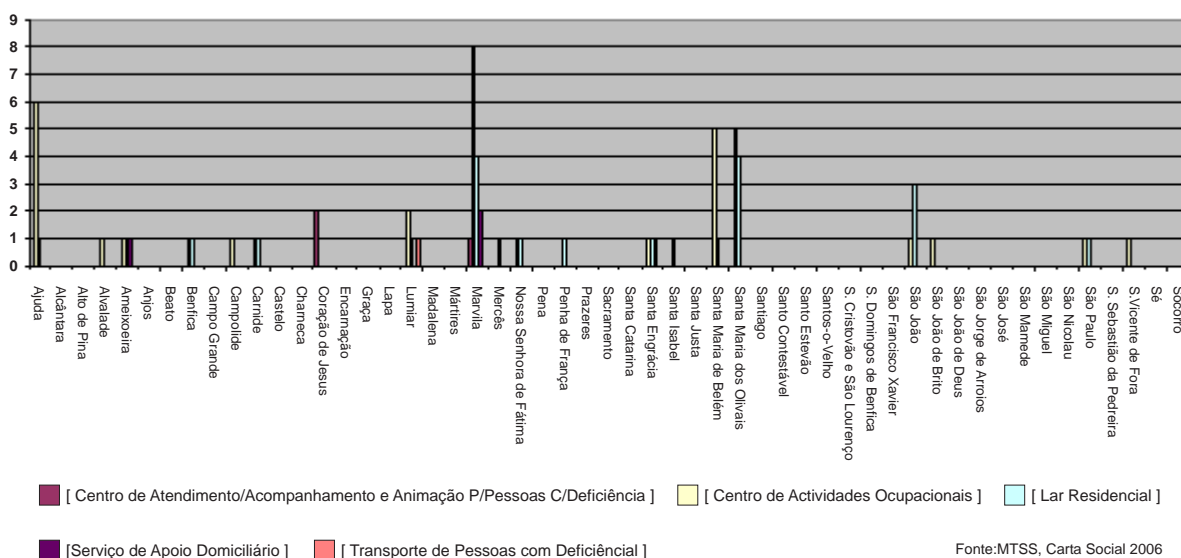
¹⁰⁸ Alvalade, Ameixoeira, Beato, Coração de Jesus, Encarnação, Madalena, Sacramento, Santa Engrácia, Santiago Santo Estêvão, Santos-o-Velho, São João de Deus, São Miguel, São Paulo, São Vicente de Fora e Sé.

¹⁰⁹ Alvalade, Beato, Campo Grande, Lumiar, Pena, Penha, Santo Condestável, São Cristóvão e São Lourenço, São João, São João de Deus, São Jorge de Arroios e Sé

Com 86 equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), esta é a segunda resposta social direccionada para idosos com mais equipamentos em Lisboa. Na distribuição destes equipamentos pelas freguesias de Lisboa, destacam-se Marvila, Santa Maria dos Olivais, Benfica, Lumiar, São Domingos de Benfica, Alcântara e Santo Condestável por possuírem 4 ou mais destes equipamentos. Entre estas freguesias, Benfica é a que apresenta a menor proporção de SAD por população idosa (665 idosos por SAD), estando no entanto com uma média próxima à do Concelho (677 idosos por SAD). Novamente são as freguesias com menores números de habitantes com 75 anos ou mais, as que apresentam proporções mais elevadas de equipamento por população idosa, nomeadamente Mártires (50 idosos por equipamento), Sé (87 idosos por equipamento) e São Cristóvão e São Lourenço (88 idosos por equipamento). No outro extremo encontram-se, para além das 12 freguesias¹¹⁰ que não possuem SAD, as freguesias de São João, São João de Brito e São João de Deus que possuem entre 1 866 e 2 219 idosos por equipamento. Refira-se ainda que, no total, os equipamentos de SAD deram resposta, em 2006, a 4 476 pessoas, tendo, contudo, a possibilidade de abranger mais 238 idosos.

As respostas orientadas para a **população adulta com deficiência** correspondem a 17% das respostas direccionadas aos adultos e 8% das respostas sociais existentes em Lisboa. Os 67 equipamentos direccionados às pessoas adultas com deficiência encontram-se distribuídos por 20 freguesias e 24 instituições, existindo assim uma maior concentração de respostas em freguesias como Marvila (15 equipamentos), Santa Maria dos Olivais (9), Ajuda (7) e Santa Maria de Belém (6). São os Centros de Actividade Ocupacional (CAO) e os Lares Residenciais (LR) os equipamentos que encontram uma maior representação em Lisboa - 9% dos equipamentos direccionadas à população adulta são CAOs (37) e 6% são LR (23). Os CAOs encontram uma maior representação nas freguesias de Marvila, da Ajuda, de Santa Maria dos Olivais e de Santa Maria de Belém. Os LR, por outro lado, encontram-se em maior número nas freguesias de Marvila, Santa Maria dos Olivais e São João. Em relação ao SAD, só existem, em Lisboa, 4 equipamentos orientados para pessoas com deficiência com esta resposta e encontram-se nas freguesias de Marvila (2), Ameixoeira e Santa Engrácia. Os três Centros de Atendimento / Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência identificados na Carta Social para o Concelho de Lisboa encontram-se em Coração de Jesus (2) e em Marvila. Refira-se ainda que este é o equipamento com maior sobrelotação nesta área da Pessoa Adulta (128%). Por seu lado, apesar de só existir uma resposta social ao nível do Transporte de Pessoas com Deficiência (Adultos), e que se encontra no Lumiar, esta é a resposta que apresenta a lotação mais baixa nesta área de intervenção (32%).

Tipo de Respostas Sociais para a População Adulta com Deficiência - 2006

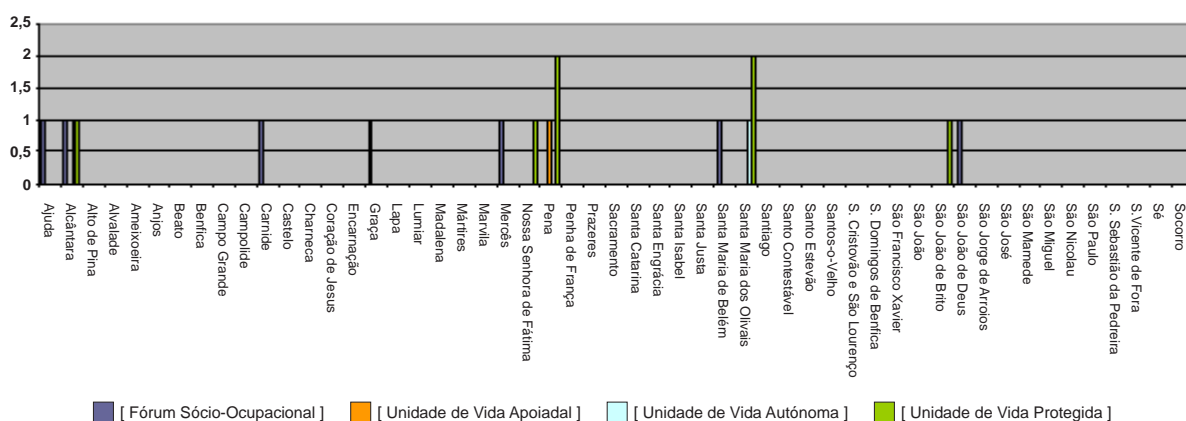


Fonte: MTSS, Carta Social 2006

¹¹⁰ Graça, Encarnação, Madalena, Sacramento, Santa Justa, Santiago, São Francisco Xavier, São José, São Miguel, São Nicolau, São Sebastião da Pedreira e São Vicente de Fora

São consideradas situações de dependência aquelas em que a pessoa "por falta ou perda de autonomia física, psíquica ou intelectual, resultante ou agravada por doença crónica, demência orgânica, sequelas pós-traumáticas, deficiência, doença severa e ou incurável em fase avançada, ausência ou escassez de apoio familiar ou de outra natureza, não consegue, por si só, realizar as actividades da vida diária"¹¹¹. Assim, o Serviço de Apoio Integrado procura atenuar situações de incapacidade física, mental ou de isolamento social, mantendo as pessoas no seu ambiente familiar o maior tempo possível através da prestação de apoio domiciliário ao nível social e de saúde. A Carta Social apenas identifica um equipamento com esta resposta social, que se encontra na freguesia de São Vicente de Fora. Este serviço tem uma capacidade máxima para 67 pessoas e, em 2007, encontrava-se com uma ocupação de 95,5%.

Respostas Sociais Existentes na Área da Saúde Mental



Fonte: MTSS, Carta Social 2006

As **respostas existentes na área da saúde mental** representam 2% das respostas sociais identificadas na Carta Social, em Lisboa, e 4,3% das respostas na área da *Pessoa Adulta*. No total existem 17 respostas orientadas para a saúde mental que se encontram distribuídas apenas por 11 freguesias. Estes equipamentos possuem um especial relevo nas freguesias de Alcântara, Pena e Santa Maria dos Olivais. Os tipos de respostas nesta área são o Fórum Sócio-Ocupacional¹¹² e três respostas habitacionais: a Unidade de Vida Apoiada¹¹³, a Unidade de Vida Autónoma¹¹⁴ e a Unidade de Vida Protegida¹¹⁵. O Fórum Sócio-Ocupacional e a Unidade de Vida Protegida são os equipamentos sociais com maior representação numérica em Lisboa (7 equipamentos cada). No caso do Fórum Sócio-Ocupacional este é igualmente a resposta com maior capacidade (218 pessoas) e o que se encontra numa situação de sobrelotação (apoiar 226 pessoas). Ao nível das respostas habitacionais, estas têm uma capacidade máxima de 56 pessoas (39 - Unidade de Vida Protegida; 10 - Unidade de Vida Autónoma; 7 - Unidade de Vida Apoiada) e encontram-se na sua ocupação máxima.

¹¹¹ Decreto-Lei n.º 101/2006,

http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MS/Comunicacao/Outros_Documentos/20060606_M_S_Doc_Reede_CCI.htm

¹¹² Equipamento destinado a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e/ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido. (MTSS, Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos, GEP/MTSS 2006, pg 54)

¹¹³ Resposta habitacional, destinada a pessoas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente. (MTSS, Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos, GEP/MTSS 2006, pg 54)

¹¹⁴ Estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, com boa capacidade autónoma, permitindo a sua integração em programa de formação profissional ou de emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória. (MTSS, Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos, GEP/MTSS 2006, pg 54)

¹¹⁵ Estrutura habitacional, destinada sobretudo ao treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica, clinicamente estável (nomeadamente psicose). (MTSS, Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos, GEP/MTSS 2006, pg 54)

3.3.9.2. Caracterização dos Serviços e Equipamentos Sociais para Infância e Juventude

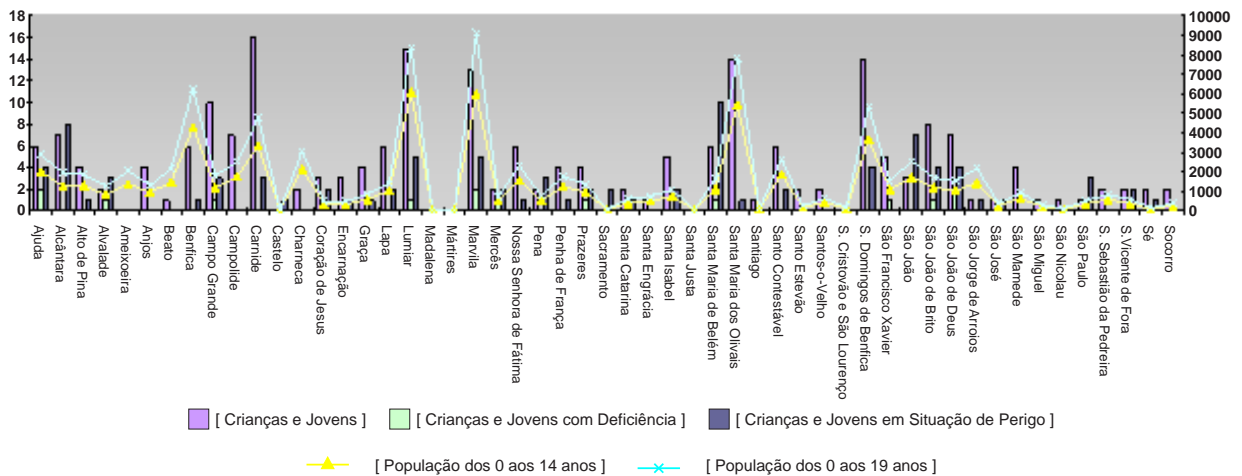
Equipamentos para Infância e Juventude em Lisboa - 2006

Área de Intervenção	Equipamentos (N)	Equipamentos (%)	Capacidade Total	Total de Utentes	Lotação
Infância e Juventude	328	40,0%	19845	19220	96,85%
Crianças e Jovens	220	67,1%	13499	12573	93,14%
Cresches	158	48,2%	6720	6376	94,88%
Centro de Actividades de Tempos Livres	60	18,3%	6554	5980	91,24%
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	2	0,6%	225	217	96,44%
Crianças e Jovens com Deficiência	14	4,3%	551	908	164,79%
Intervenção Precoce	8	2,4%	335	741	221,19%
Lar de Apoio	6	1,8%	216	167	77,31%
Crianças e Jovens em Situação de Perigo	93	28,4%	5795	5739	99,03%
Actividades Sócio-Educativas	5	1,5%	2999	2632	87,76%
Apartamento de Autonomização	7	2,1%	30	30	100,00%
Centro de Acolhimento Temporário/Casa de Acolhimento Temporário	17	5,2%	254	227	89,37%
Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental para crianças e jovens	17	5,2%	1596	2024	126,82%
Lar de Crianças e Jovens	48	14,6%	916	826	90,17%

Fonte: MTSS, Carta Social 2006

A área da Infância e Juventude é a segunda área com maior número de equipamentos sociais em Lisboa. Dentro da Infância e Juventude destacam-se em primeiro lugar as respostas orientadas para as crianças e jovens em geral, com 67% dos equipamentos desta área e 26,8% dos equipamentos identificados na Carta Social. O segundo grupo de equipamentos com maior representação numérica é o orientado para as Crianças e Jovens em Situação de Perigo (28,4% dos equipamentos desta área). Os equipamentos orientados às crianças e jovens com deficiência representam apenas 4,3% das respostas direccionadas a este grupo etário e englobam apenas 14 equipamentos.

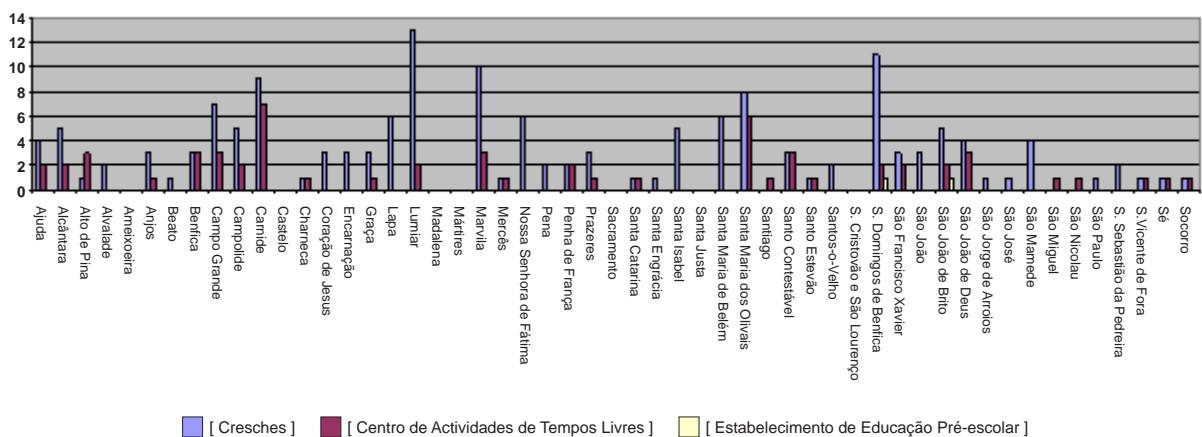
Áreas dos Equipamentos da Infância e Juventude (2006) e Grupos Etários das Crianças e Jovens (2001)



Fonte: MTSS, Carta Social 2006; INE, Censos 2001

Para Lisboa a proporção de equipamentos e serviços vocacionados para a Infância e Juventude face a **população de crianças e jovens**, tendo em conta a população existente em 2001, é de 1 equipamento para 200 crianças e jovens até aos 14 anos e 1 equipamento para 291 crianças e jovens até aos 19 anos. Esta proporção varia consoante as freguesias. A proporção mais elevada encontra-se na Sé, com 1 equipamento para 29 crianças e jovens até aos 14 anos e 1 para 47 crianças e jovens até aos 19 anos, sendo seguida por Sacramento e Castelo. Estas elevadas proporções são explicadas pelo baixo número de crianças e jovens até aos 19 anos (entre 89 e 141) existente nestas três freguesias. Entre as freguesias com proporções mais baixas distinguem-se o Beato e a Charneca com mais de 1000 crianças e jovens para cada equipamento¹¹⁶, assim como as freguesias da Ameixoeira, Madalena, Mártires, Santa Justa e São Cristóvão e São Lourenço que não possuem equipamentos nestas áreas. Destas freguesias destaca-se a Ameixoeira por possuir um número significativo de crianças e jovens (1 404 até 14 anos e mais de 2 026 até aos 19 anos).

Respostas Sociais para Crianças e Jovens - 2006



Fonte: MTSS, Carta Social 2006; INE, Censos 2001

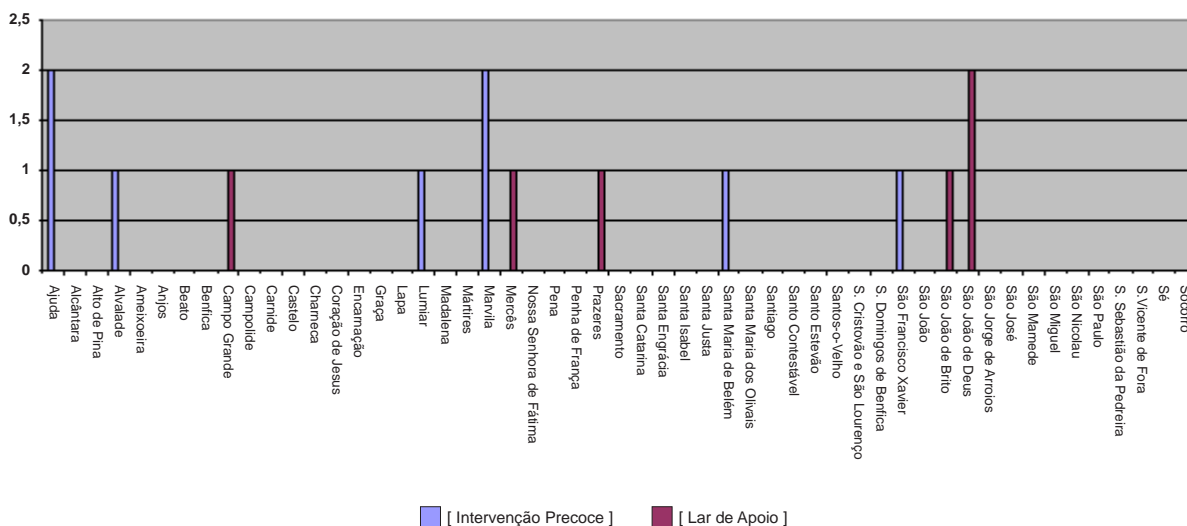
¹¹⁶ Para o Beato a média é de 1 equipamento para 1482 crianças até aos 14 anos e 1 para 2178 crianças e jovens até aos 19 anos. Para a Charneca a proporção é de 1 para 1072 crianças até aos 14 anos e 1 para 1529 contabilizando as crianças e jovens até aos 19 anos.

São 220 os equipamentos identificados na Carta Social para Crianças e Jovens, sendo que 72% destes equipamentos são *Creches* e 27% são *Centros de Actividades de Tempos Livres*. Os *Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar* assumem na Carta Social um número irrisório face ao número de jardins-de-infância existentes em Lisboa: 2 equipamentos (um em São Domingos de Benfica e um em São João de Brito). Este valor contrasta igualmente com o número de creches identificadas na Carta Social - 158. Estas creches encontram-se distribuídas por 43 freguesias de Lisboa, existindo apenas 10 sem este equipamento¹¹⁷. As freguesias em que se verifica uma maior quantidade deste tipo de equipamento são Lumiar, São Domingos de Benfica e Marvila, com 10 ou mais creches. No total as creches deram respostas, em 2006, a 6 376 crianças até aos 3 anos, tendo, no entanto, capacidade para 6720.

Os 60 Centros de Actividades de Tempos Livres (CATL) identificados na Carta Social encontram-se distribuídos por 29 freguesias. Carnide e Santa Maria dos Olivais são as freguesias com maior número de CATL (7 e 6 respectivamente), seguidas por Alto do Pina, Benfica, Campo Grande, Marvila, Santo Condestável e São João de Deus com 3 CATL cada. Estes equipamentos têm uma capacidade máxima para 6 720 crianças e Jovens, mas apenas abarcaram 5 980 crianças e jovens em 2006.

São contabilizados apenas 14 **equipamentos sociais para crianças e jovens com deficiência**, divididos em dois tipos de respostas distintas: a *Intervenção Precoce* e o *Lar de Apoio*. Estas duas respostas têm objectivos e público-alvo muito distintos. Enquanto a *Intervenção Precoce* está orientada para crianças até aos 6 anos com deficiência ou risco de atraso grave de desenvolvimento e procura prestar um apoio integrado, de natureza preventiva e de habilitação, nas áreas da educação, da saúde e da acção social, o *Lar de Apoio* destina-se a crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos que necessitam de frequentar estruturas de apoio específica situadas longe do local de residência habitual ou em situações em que seja necessário, temporariamente, respostas substitutivas da família¹¹⁸. Os equipamentos de *Intervenção Precoce* encontram-se em Ajuda (2), Marvila (2), Alvalade, Lumiar, Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier e possuem uma lotação superior a sua capacidade máxima (apoiam 741 crianças, mas possuem uma capacidade total de 335). Os *Lares de Apoio*, por outro lado, encontram-se em São João de Deus (2), Campo Grande, Mercês, Prazeres e São João de Brito. A taxa de lotação deste equipamento é o mais baixo da área da Infância e Juventude. Com a capacidade de apoiar 216 crianças e jovens, deu resposta, em 2006, a 167 pessoas.

Equipamentos para Crianças e Jovens com Deficiência - 2006



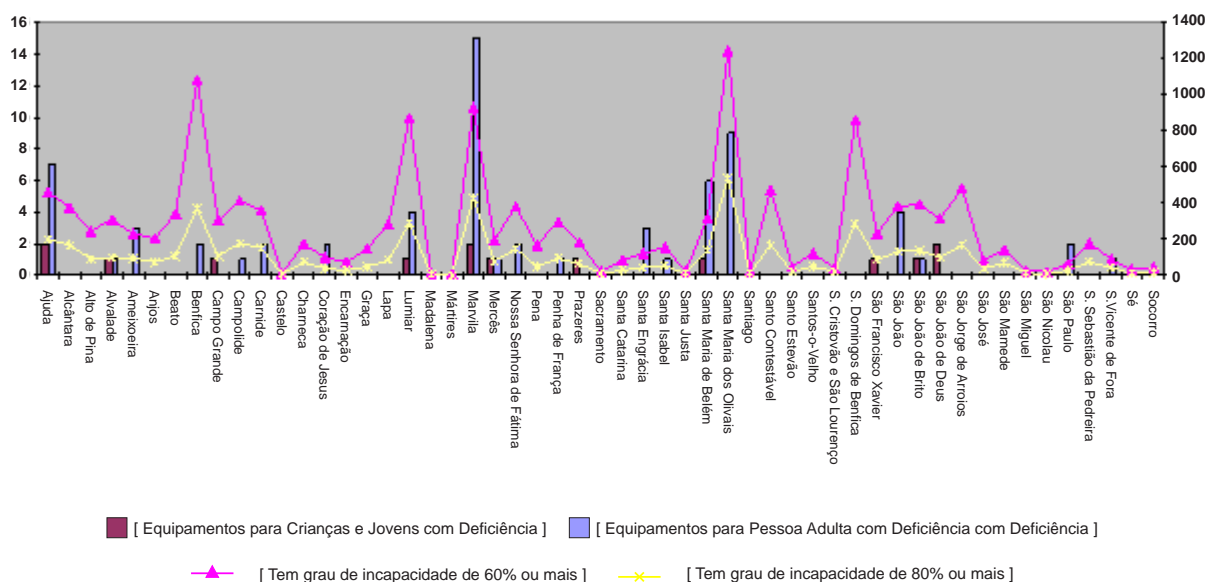
Fonte: MTSS, Carta Social 2006

¹¹⁷ Ameixoeira, Castelo, Madalena, Mártires, Sacramento, Santa Justa, Santiago, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel e São Nicolau.

¹¹⁸ MTSS, Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos, GEP/MTSS 2006

Segundo os Censos de 2001, existiam em Lisboa cerca de 20 238 pessoas com deficiência que possuíam algum grau de incapacidade atribuída, sendo que cerca de 70% destes residentes possuíam um grau de incapacidade superior a 60%. Ao nível da distribuição desta população, verificava-se a sua maior concentração nas freguesias de Santa Maria dos Olivais, Benfica, Marvila, Lumiar e São Domingos de Benfica, com cerca de 1 000 ou mais residentes um grau de incapacidade superior a 30% e entre 862 e 1242 residentes com uma incapacidade superior a 60%.

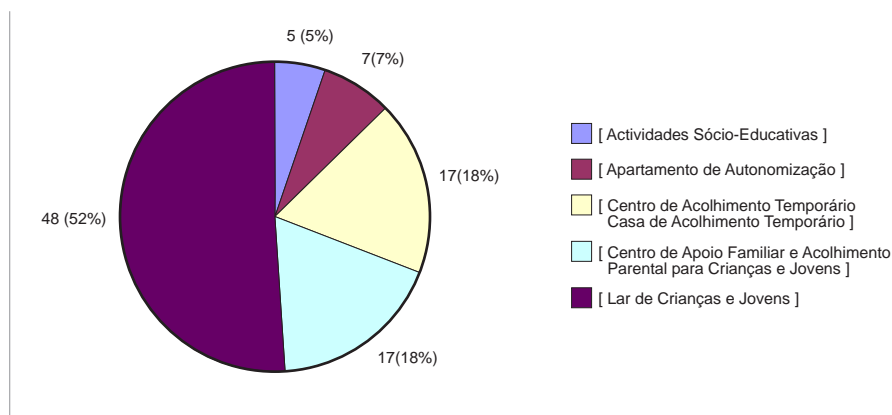
Equipamentos para Pessoas com Deficiência (2006) e População com Grau de Incapacidade Atribuído (2001)



Fonte: MTSS, Carta Social 2006; INE, Censos 2001

Os 82 equipamentos existentes na área da deficiência (adultos e crianças e jovens) permitem uma média de 1 equipamento para 172 pessoas com incapacidade atribuída de 60% ou mais ou 1 para 65 quando nos referimos a população com incapacidade atribuída de 80% ou mais. As freguesias que possuem uma maior proporção de equipamentos face a população com estas características são São Paulo (1 equipamento para 31 pessoas com grau de incapacidade de 60% ou 1 para 12 pessoas com grau de incapacidade de 80%), Santa Engrácia (40 pessoas com 60% de incapacidade atribuída para cada equipamento ou 14 pessoas com 80% de incapacidade por equipamento) e Santa Maria de Belém (1 equipamento para 45 pessoas com 60% de incapacidade atribuída ou 1 para 20 pessoas com 80% de incapacidade atribuída). Por outro lado, as freguesias onde se verificam proporções mais baixas são Campolide (1 equipamento para 412 pessoas com 60% de incapacidade e 1 para 177 pessoas com 80% de incapacidade atribuída), Campo Grande (1 equipamento para 301 pessoas com 60% de incapacidade atribuída e 1 para 107 pessoas com 80% de incapacidade) e Penha de França (297 pessoas com 60% de incapacidade por equipamento e 94 pessoas com 80% de incapacidade por equipamento). No total existem 29 freguesias sem equipamentos sociais na área da deficiência. Entre estas freguesias destaca-se a de São Domingo de Benfica que não possui equipamentos nesta área mas tem 862 residentes com grau de incapacidade atribuída de 60% ou mais, a terceira freguesia com maior população com estas características, e 287 pessoas com 80% ou mais de incapacidade.

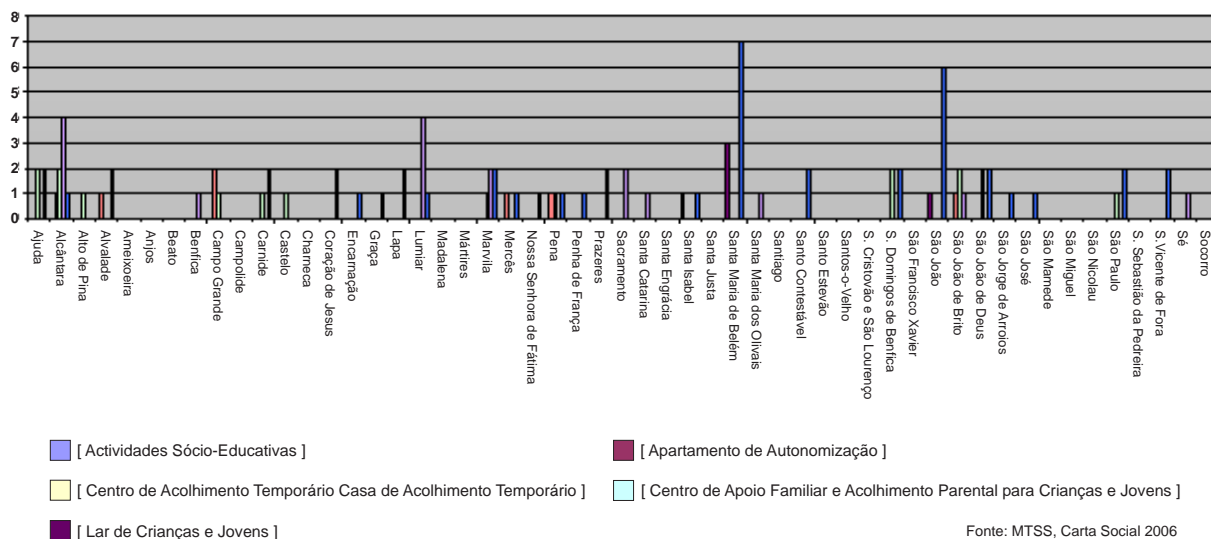
Equipamentos para Crianças e Jovens em Situação de Perigo - 2006



Fonte: MTSS, Carta Social 2006

As respostas na área das **Crianças e Jovens em Situação de Perigo** correspondem a 28% das respostas direccionadas para a área da Infância e Juventude e 11,33% de todas as respostas identificadas na Carta Social. Com cerca de 3 000 crianças e jovens com processos de promoção e protecção instaurados em 2005¹¹⁹ existe uma proporção de um equipamento para 32 crianças e jovens com processos. Entre as respostas identificadas na Carta Social, cerca de metade são *Lares de Crianças e Jovens* (48 equipamentos). As outras duas respostas com mais equipamentos em Lisboa são os *Centros de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental* e o *Centro de Acolhimento Temporário /Casa de Acolhimento Temporário*, ambos com 17 equipamentos cada um.

Respostas Sociais para Crianças e Jovens em Situação de Perigo por Freguesia - 2006



Fonte: MTSS, Carta Social 2006

Os *Lares de Crianças e Jovens* procuram proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das suas famílias. Estes 48 equipamentos encontram-se distribuídos por 25 freguesias, sendo que a sua maior concentração ocorre em Santa Maria de Belém e em São João. Estes Lares permitem alojar 916 crianças e jovens e, em 2006, possuíam uma ocupação de 90%. Também ao nível da resposta habitacional encontram-se os *Centros de Acolhimento Temporário*¹²⁰ (CAT) e os *Apartamentos*

¹¹⁹ Requerimento dos Vereadores do Partido Socialista entregue em Outubro de 2006 (http://www.cm-lisboa.pt/docs/ficheiros/Requerimento_Situacao_Comissoes_Proteccao_Criancas_em_risco_18OUT2006.pdf)

de *Autonomização*¹²¹. Com 17 CAT, estes equipamentos encontram-se em 12 freguesias, destacando-se Alcântara, São Domingos de Benfica, São João de Brito e São João de Deus por possuírem 2 equipamentos cada. Os CATs existentes em Lisboa têm capacidade para 254 crianças e jovens e, em 2006, tiveram 227 utentes. Os *Apartamentos de Autonomização*, por outro lado, dão resposta a 30 jovens e, em 2006, estiveram numa situação de lotação máxima. São 7 os *Apartamentos de Autonomização* de Lisboa e encontram-se nas freguesias de Alcântara, Alvalade, Campo Grande, Mercês, Pena e São João de Brito.

Os *Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental*, por seu lado, procuram efectuar uma intervenção centrada na família, através de equipas multidisciplinares e de acções de estudo, prevenção e apoio sócio-terapêuticos. Esta resposta social existe em 9 freguesias de Lisboa, com maior relevância em Alcântara e no Lumiar onde existem 4 equipamentos em cada uma. Com uma capacidade total de resposta a 1 596 crianças e jovens, apoiou, em 2006, 2024 pessoas.

Por fim, existem 5 equipamentos de *Actividades Sócio-Educativas* em Lisboa (3 em Santa Maria de Belém, 1 em Santa Isabel e 1 em São João). Estes equipamentos têm uma capacidade total para apoiar 2 999 pessoas, tendo no entanto apoiado, em 2006, 2 632 pessoas.

3.3.9.3. Características dos Serviços e Equipamentos Sociais para Família e Comunidade

Equipamentos para Família e Comunidade em Lisboa - 2006

Área de Intervenção	Equipamentos (N)	Equipamentos (%)	Capacidade Total	Total de Utentes	Lotação
Família e Comunidade	95	11,6%	81086	27597	34,03%
Família e Comunidade em Geral	62	65,3%	79162	25374	32,05%
Ajuda Alimentar a Carenciados	2	2,1%	59040	5938	10,06%
Atendimento/Acompanhamento Social	22	23,2%	16090	15559	96,70%
Centro Comunitário	6	6,3%	1378	1473	106,89%
Centro de Alojamento Temporário	11	11,6%	577	615	106,59%
Centro de Apoio à Vida	5	5,3%	118	133	112,71%
Comunidades de Inserção	11	11,6%	1262	831	65,85%
Refeitório/Cantina Social	5	5,3%	697	825	118,36%
Pessoas com VIH/SIDA e Suas Famílias	16	16,8%	1538	1838	119,51%
Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial	12	12,6%	1394	1716	123,10%
Residência para Pessoas com HIV/SIDA	2	2,1%	39	41	105,13%
Serviço de Apoio Domiciliário HIV/SIDA	2	2,1%	105	81	77,14%
Pessoas Toxicodependentes	17	17,9%	386	385	99,74%
Apartamento de Reinserção Social	14	14,7%	57	56	98,25%
Equipa de Intervenção Directa	3	3,2%	329	329	100,00%

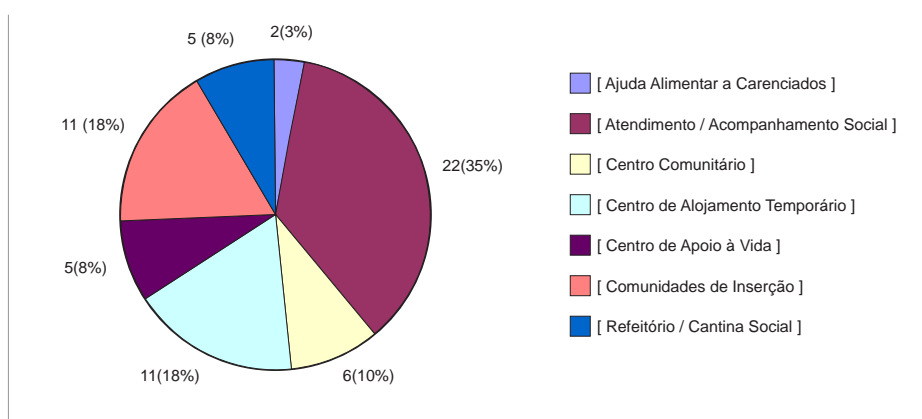
Fonte: MTSS, Carta Social 2006

¹²⁰ Resposta social que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, decorrente de abandono, maus tratos, negligência ou outros factores, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança/jovem, com vista ao seu adequado encaminhamento. (MTSS, Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos, GEP/MTSS 2006, pg 54)

¹²¹ Resposta social destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

A terceira área de intervenção apresentada na Carta Social é da Família e Comunidade. Nesta área são desenvolvidos 95 equipamentos e serviços orientados quer para a Família e Comunidade em Geral, como para as Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias e para as Pessoas Toxicodependentes. No total, esta área abarca apenas 12% dos equipamentos sociais identificados na Carta Social, sendo que a subárea da Família e Comunidade em Geral, onde se encontram 65% dos equipamentos sociais desta área de intervenção, representam apenas cerca de 8% dos equipamentos e serviços da Carta Social. Os equipamentos para pessoas com VIH/SIDA e para pessoas em situação de toxicodependência, por sua vez, representam apenas 2% cada.

Equipamentos para Família e Comunidade em Geral - 2006



Fonte: MTSS, Carta Social 2006

Os equipamentos para a **família e comunidade** em geral abrangem respostas heterogéneas direccionadas para diferentes grupos-alvo, desde população carenciada economicamente aos grupos em situação de emergência social, famílias desalojadas, sem abrigo, ex-reclusos, mães solteiras, etc. Dentro destes diferentes tipos de respostas, destaca-se o Atendimento/Acompanhamento Social que abarca 22 equipamentos, em Lisboa, 35% destas respostas, e possuem uma capacidade para 16 090 utentes.

Em 2006, estas estruturas apoiaram 15 559 pessoas.

Os Centros de Alojamento Temporário e as Comunidades de Inserção, duas respostas que envolvem o alojamento de populações em situação de emergência social (Centro de Alojamento Temporário) ou grupos em situação de exclusão tendo em vista a sua inserção social (sem-abrigo, ex-reclusos, etc), abrangem igualmente uma proporção importante destes equipamentos (11 equipamentos cada um). No total os Centros de Alojamento Temporário apresentaram, em 2006, uma sobrelotação. Com uma capacidade de 577 pessoas, estes centros deram apoio a 615 pessoas. As Comunidades de Inserção, por outro lado, não preencheram a sua ocupação máxima. Com capacidade para 1 262, estas comunidades abrangeram 831 utentes.

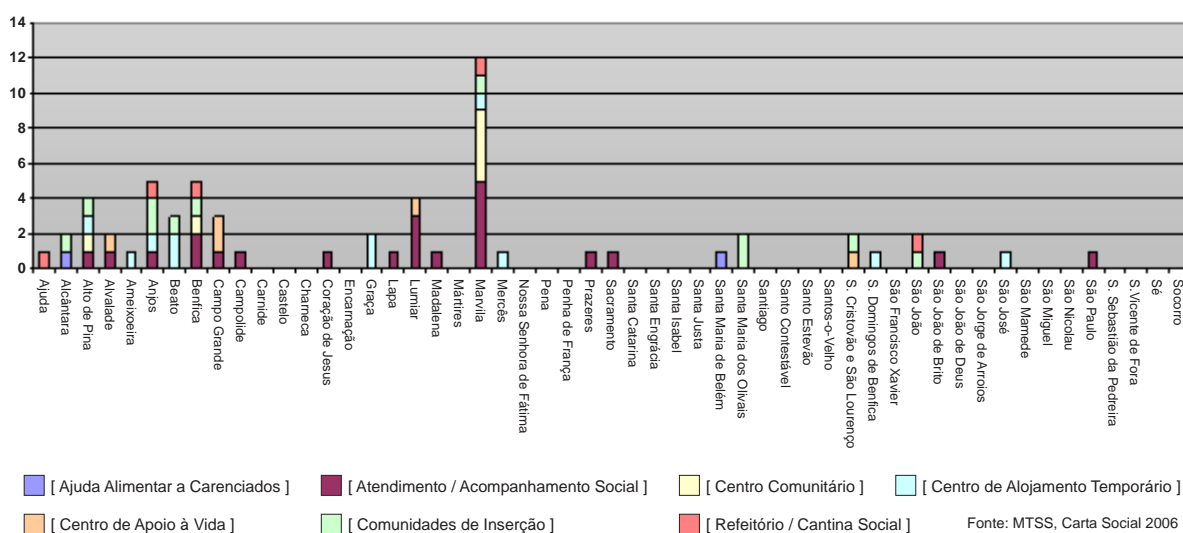
Ao nível da ajuda alimentar, existem 7 equipamentos vocacionados para este tipo de apoio: 2 Refeitórios / Cantinas Sociais e 1 Ajuda Alimentar a Carenciados. Os Refeitórios /Cantinas Sociais têm uma capacidade total de 697 utilizadores, tendo sido apoiadas 825 pessoas em 2006. A Ajuda Alimentar a Carenciados, por outro lado, tem a capacidade de apoiar 59 040 pessoas, tendo no entanto abrangido apenas 10% da sua capacidade (5938 utentes).

Os Centros Comunitários correspondem a cerca de 10% dos equipamentos orientados para a Família e a Comunidade em Geral. Os seis centros comunitários existentes apoiaram, em 2006, 1 473 pessoas, um valor acima da sua capacidade máxima (1 378).

Por fim, o Centro de Apoio à Vida é uma nova resposta social que permite apoiar mulheres grávidas ou com filhos recém-nascidos que por condicionalismos familiares ou de ordem social, afectiva ou económica, se encontram numa situação de vulnerabilidade, através de respostas de atendimento, acompanhamento e, caso necessário, de acolhimento¹²². Em Lisboa existem 5 destes equipamentos, com uma capacidade máxima de 118 pessoas. Em 2006, foram apoiadas 133 mulheres nestes equipamentos.

Ao nível da distribuição dos equipamentos orientados para a Família e Comunidade em Geral, verifica-se uma concentração na freguesia de Marvila, onde se encontram 5 equipamentos de Atendimento/Acompanhamento Social, 4 Centros Comunitários, 1 Centro de Alojamento Temporário, 1 Comunidade de Inserção e 1 Refeitório / Cantina Social. A seguir encontram-se Benfica e Anjos com 5 equipamentos cada um¹²³.

Equipamentos para Família e Comunidade em Geral - 2006

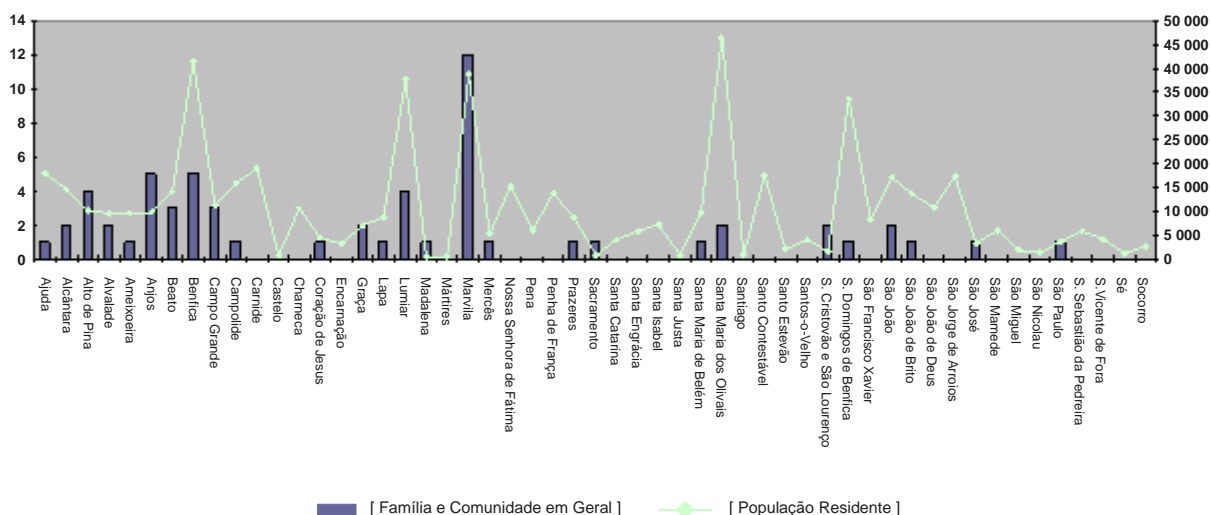


Comparando a população residente, em 2001, e os equipamentos desta área de intervenção, deve-se destacar em particular as freguesias de Santa Maria dos Olivais, Carnide e Charneca. Santa Maria dos Olivais é a freguesia que, em 2001, possuía maior população residente (46 410 pessoas) e, em 2007, possuía 10 417 pessoas a residir em áreas de realojamento social. No entanto, possui apenas 2 Comunidades de Inserção. Carnide, por outro lado, possui a segunda maior concentração de população em bairros sociais (10 966 pessoas) e nenhum dos equipamentos anteriormente referidos. Charneca, não possuindo uma população tão elevada de residentes em áreas de realojamento social, possui no entanto mais de 6 600 pessoas a residirem em bairros sociais e, tal como Carnide, não são identificados na Carta Social equipamentos na área da Família e Comunidade em Geral nesta freguesia.

¹²² Para além do atendimento, acompanhamento e acolhimento, esta resposta visa igualmente a promoção da responsabilidade parental e da autonomia, mediante condições que facilitem a aquisição ou reforço de competências pessoais, sociais e profissionais, em estreita articulação com entidades ou serviços da comunidade vocacionados para a prestação dos apoios adequados às necessidades dos respectivos utilizadores, designadamente nas áreas da segurança social e do trabalho, da justiça e da saúde. Este equipamento pode funcionar em três modalidades: Atendimento e acompanhamento, Atendimento e acompanhamento com alojamento para 15 utilizadores, Atendimento e acompanhamento com alojamento para 20 utilizadores (de acordo com o Programa apresentado pelo Ministro da Segurança Social e do Trabalho - Fevereiro 2004).

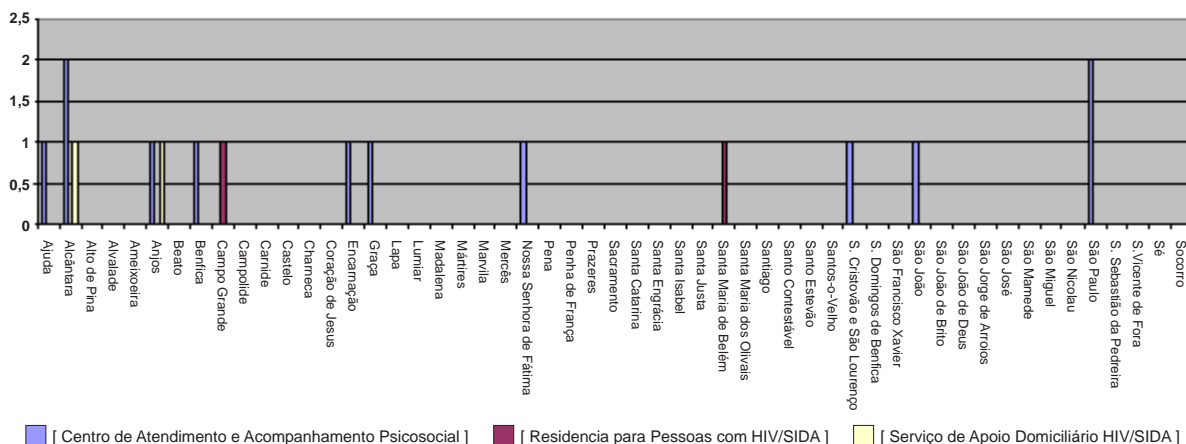
¹²³ A Freguesia dos Anjos possui um equipamento de Atendimento/Acompanhamento Social, 2 Comunidades de Inserção, 1 Centro de Alojamento Temporário e 1 Refeitório / Cantina Social. Benfica possui 2 equipamentos de Atendimento/Acompanhamento Social, 1 Comunidade de Inserção, 1 Centro de Apoio à Vida e 1 Refeitório / Cantina Social

Equipamentos para Família e Comunidade em Geral - 2006



Fonte: MTSS, Carta Social 2006; INE, Censos 2001

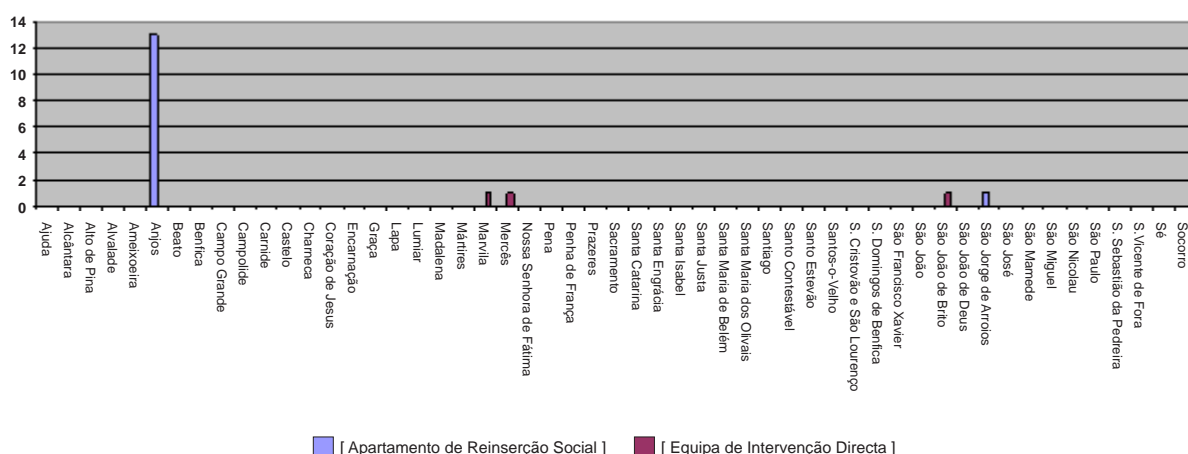
Equipamentos Sociais para Pessoas com VIH/SIDA e Suas Famílias- 2006



Fonte: MTSS, Carta Social 2006

Em Lisboa, são identificados, através da Carta Social, 3 tipos de **respostas sociais vocacionadas especificamente para pessoas com HIV/SIDA e seus familiares**: o *Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial*; a *Residência para Pessoas com HIV/SIDA* e o *Serviço de Apoio Domiciliário*. O equipamento com maior representatividade numérica é o *Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial*. A este nível existem 12 equipamentos na cidade de Lisboa que se encontram distribuídos por 10 freguesias. Estes equipamentos têm uma capacidade total para apoiar 1 394 utilizadores, mas no ano de 2006 abrangeram 1 716 pessoas. As 2 *Residências* identificadas na Carta Social encontram-se nas freguesias de Alcântara e dos Anjos e têm uma capacidade total para 39 pessoas. Também ao nível da *Residência* verificou-se uma sobrelotação, tendo sido apoiadas 41 pessoas. Por fim, o *Serviço de Apoio Domiciliário* encontra-se apenas nas freguesias de Campo Grande e Santa Maria de Belém. Tendo capacidade para 105, teve, em 2006, 81 utentes. Os equipamentos de apoio às pessoas com HIV/SIDA representam apenas cerca de 2% dos equipamentos identificados na Carta Social e 17% dos equipamentos direccionadas para a Família e Comunidade.

Equipamentos Sociais para Pessoas em Situação de Toxicodependência - 2006



Fonte: MTSS, Carta Social 2006

A Carta Social identifica 17 equipamentos direccionados para apoiar pessoas em situação de toxicodependência, em Lisboa: 14 Apartamentos de Reinserção Social e 3 Equipas de Intervenção Directa. Os Apartamentos de Reinserção Social encontram-se quase na totalidade na freguesia dos Anjos (13), existindo apenas mais 1 em São Jorge de Arroios. Por outro lado, as Equipas de Intervenção Directa encontram-se distribuídas por Marvila, Mercês e São João de Brito. No total, estes equipamentos e serviços sociais representam 2% dos equipamentos da Carta Social e 18% dos equipamentos da área de intervenção da Família e Comunidade. Os equipamentos orientados para as pessoas em situação de toxicodependência tiveram, em 2006, próximos da sua lotação/capacidade máxima. Foram ocupadas 56 das 57 vagas existentes nos Apartamentos de Reinserção Social no ano de 2006. As Equipas de Intervenção Directa, por sua vez, deram apoio ao número de utentes máximos destas estruturas - 329 pessoas.

3.3.9.4. Características das Respostas Pontuais

Equipamentos para Respostas Pontuais em Lisboa - 2006

Área de Intervenção	Equipamentos (N)	Equipamentos (%)	Capacidade Total	Total de Utentes	Lotação
Grupo Fechado	6	0,7	307	219	71,34%
Respostas Pontuais	6	100,0	307	219	71,34%
Apoio em Regime Ambulatório	4	66,7	257	176	68,48%
Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira	2	33,3	50	43	86,00%

Fonte: MTSS, Carta Social 2006

A última área identificada na Carta Social, denominada de **Grupo Fechado**, refere-se a respostas pontuais. Em Lisboa, são identificados dois tipos de respostas pontuais - o *Apoio em Regime Ambulatório* e o *Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira*. No total, estas duas respostas correspondem, em Lisboa, a 6 equipamentos, representando apenas 0,7% dos equipamentos identificados na Carta Social. Os 2 *Centros de Reabilitação de Pessoas com Cegueira* encontram-se em Santa Engrácia. Estes centros têm capacidade para apoiar 50 pessoas e, em 2006, tiveram 43 utentes. Os 4 serviços

Para ter uma panorâmica geral sobre estes beneficiários ao nível municipal temos que recorrer a dados de 2005, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social¹²⁵. Assim, é possível verificar que, em Lisboa, as prestações sociais que abrangem mais beneficiários são as pensões de velhice e de sobrevivência. Tendo em conta a proporção destes beneficiários relativamente à Área Metropolitana de Lisboa, verifica-se que, na cidade de Lisboa, residem cerca de 31% dos beneficiários das pensões de invalidez, de velhice e de sobrevivência desta área metropolitana e cerca de 35% dos beneficiários do subsídio por assistência à 3ª pessoa.

Beneficiários das Prestações Sociais ao nível Nacional, Regional e Concelhio - 2005

Prestações Sociais	Portugal	AML	Lisboa
Pensão Invalidez	318 635	77 475	23 961
Pensão Velhice	1 755 347	430 427	136 305
Pensão Sobrevivência	684 913	163 290	50 498
Abono familiar para crianças e jovens	1 155 921	258 908	41 202
Bonificação por deficiência	5 909	985	163
Subsídio mensal vitalício	9 791	2 398	830
Subsídio por assistência a 3ª pessoa	10 798	2 271	565
Subsídio de Desemprego	506 445	120 465	20 563
Subsídio por Doença	551 465	131 450	24 731
Subsídio por Maternidade	109 302	29 553	4 520
Rendimento Social de Inserção	202 099	28 351	5 532

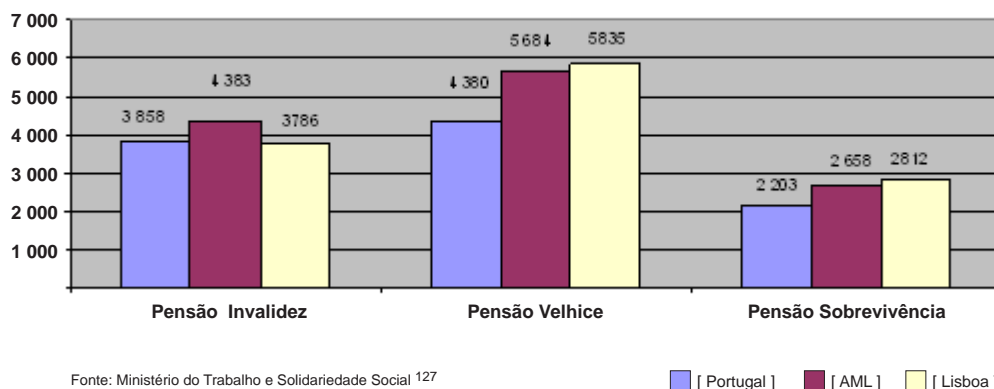
Fonte: Ministério do Trabalho e Solidariedade Social ¹²⁶

As pensões, nomeadamente de velhice e por invalidez, merecem uma atenção especial não só devido à quantidade de beneficiários que abrangem, mas também por estes estarem, em geral, fora do mercado de trabalho. A importância deste tipo de rendimento é visível quando se verifica que a taxa de risco de pobreza das pessoas com 65 anos ou mais diminui de 82% para 32% após transferências relativas às pensões. Em média um beneficiário de pensão de velhice recebia, em 2005, cerca de 5 835€ anuais (cerca 486,25€ mensais) em Lisboa. Este valor desce para 5 684€ anuais (cerca de 473,67€ por mês) quando consideramos a Área Metropolitana de Lisboa e para 4 380€ anuais (cerca de 365€ por mês) tendo em conta a média nacional. Ao nível da pensão por invalidez, os seus beneficiários recebiam anualmente 3 786€ (315,15€ mensais), em Lisboa, um valor significativamente inferior ao valor referente à pensão por velhice e inferior ao limiar de pobreza para Portugal - 360€ (2005). Por sua vez, o valor médio concelhio das pensões de sobrevivência, em 2005, assume um montante ainda mais baixo - 2 812€ anuais (234,33€ mensais). Refira-se, no entanto, que esta prestação é atribuída a familiares dos titulares do direito a pensão que à data da morte tenham completado 36 meses de contribuições, sendo assim possível que os beneficiários desta prestação estejam ainda incluídos no mercado de trabalho ou sejam eles próprios beneficiários de pensões de velhice ou invalidez. Por fim, é Oeiras o Concelho desta região com valores médios anuais mais altos para a pensão de invalidez (5 277€), velhice (6 936€) e sobrevivência (3 093€).

¹²⁵ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa - 2005

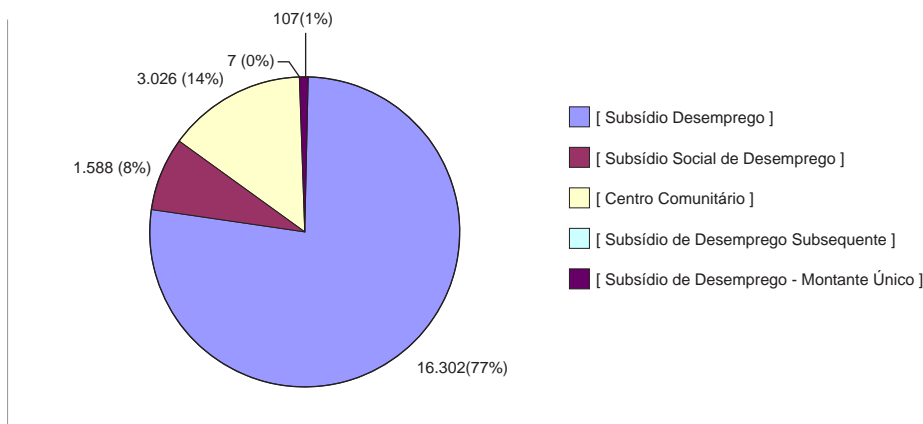
¹²⁶ *Idem*

Valor Médio Anual das Pensões - 2005



Em relação ao subsídio de desemprego, em 2006, segundo dados do Instituto de Segurança Social, existiram, no total, 21 030 beneficiários dos diferentes tipos de subsídio de desemprego no município de Lisboa. O subsídio de desemprego é, no entanto o que regista um maior número de beneficiários (16 302) e que equivale a 77% dos beneficiários dos subsídios de desemprego existentes. Ainda a este nível, outras prestações importante são o Subsídio Social de Desemprego e o Subsídio Social de Desemprego Subsequente, abrangendo no seu total 22% destes beneficiários.

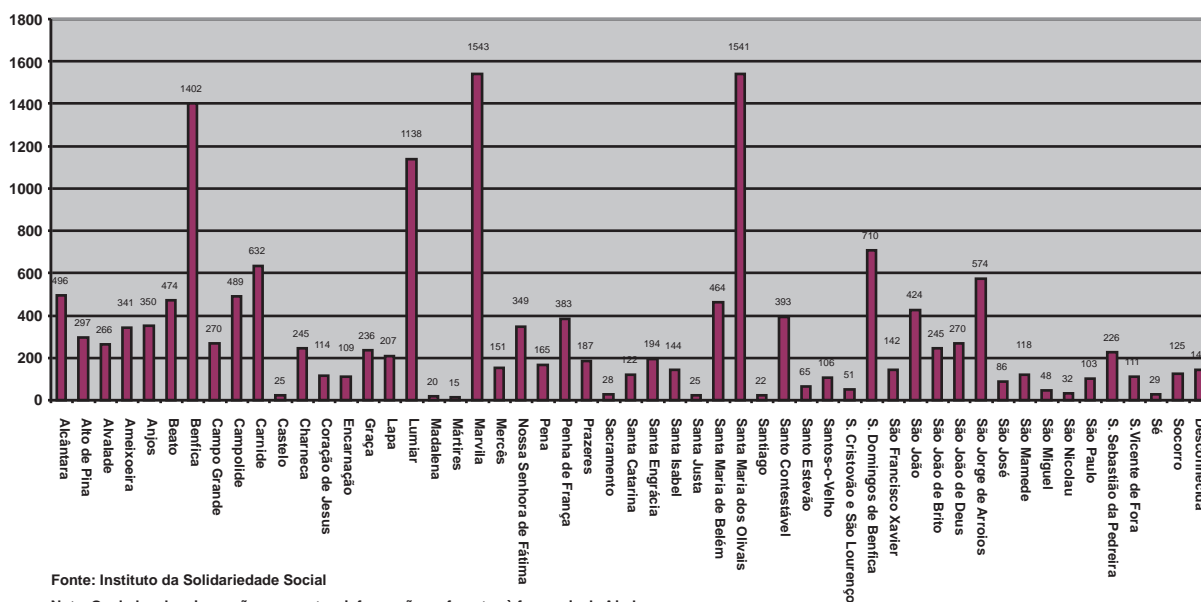
Beneficiário dos Subsídios de Desemprego - 2006



Marvila e Santa Maria dos Olivais destacam-se como as freguesias com maior número de beneficiários do subsídio de desemprego. Cada uma destas duas freguesias possuem cerca de 9,5% dos beneficiários de Lisboa, ou seja, 1 543 beneficiários do subsídio de desemprego reside em Marvila e 1 541 em Santa Maria dos Olivais. Outras duas freguesias com uma grande proporção da população que recebeu o subsídio de desemprego em 2006 são Benfica e Lumiar, com 8,6% (1402) e 7% (1138) respectivamente. As restantes freguesias possuem menos de 5% de beneficiários, sendo que 23 freguesias possuem, cada uma, menos de 1% destes beneficiários.

¹²⁷ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa - 2005

Beneficiários do Subsídio de Desemprego - 2006



Fonte: Instituto da Solidariedade Social

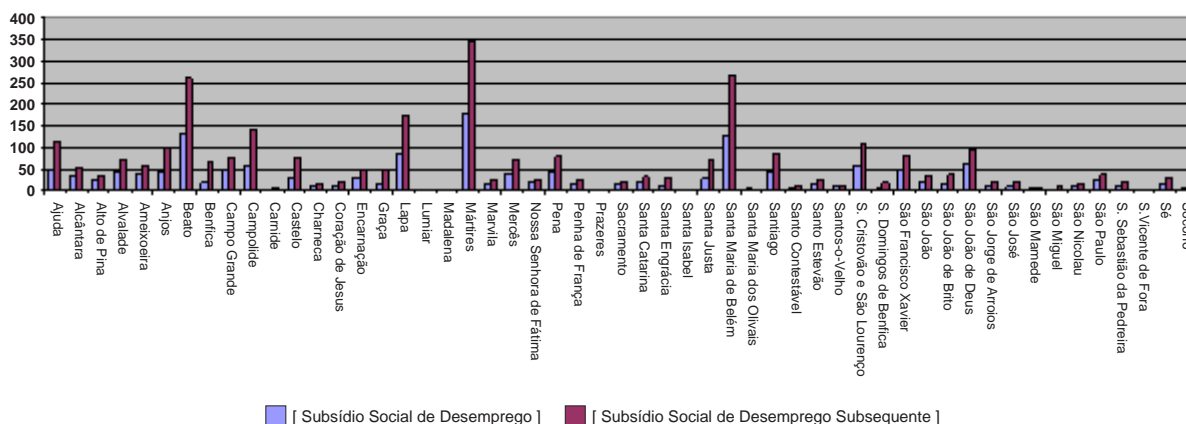
Nota: Os dados de origem não apresentam informações referentes à freguesia de Ajuda.

Os subsídios sociais de desemprego (inicial, subsequente e prolongamento) possuem públicos-alvo diferentes. O subsídio social de desemprego (Inicial) é concedido aos trabalhadores que, ao entrarem em situação de desemprego, não possuam as condições necessárias para obter o subsídio de desemprego, mas tenham trabalhado 180 dias por conta de outrem (com registo de remuneração nos 12 meses anteriores) e possuam rendimentos mensais, *per capita*, do agregado familiar que não sejam superiores a 80% do SMN (Salário Mínimo Nacional)¹²⁸. O subsídio social subsequente, é concedido aos trabalhadores que, tendo esgotado os prazos de concessão do subsídio de desemprego, ainda não foram inseridos no mercado de trabalho e reúnam as condições para aceder ao subsídio social de desemprego inicial. Por fim, o prolongamento do subsídio social de desemprego pode ser concedido aos trabalhadores que à data do desemprego tiverem idade igual ou superior a 50 anos e à data do prolongamento preencherem as condições exigidas para o subsídio de desemprego. Este subsídio pode ser prolongado até à idade de acesso à pensão de velhice antecipada.

Uma vez que o prolongamento do subsídio social de desemprego apresenta valores residuais (7 beneficiários desta prestação social em Lisboa), para 2006, centraremos a análise nos beneficiários do subsídio social de desemprego inicial e do subsequente. Novamente são as freguesias de Marvila, Santa Maria dos Olivais, Benfica e Lumiar as que apresentam maior número de pessoas que beneficiaram destes dois subsídios sociais em 2006. Marvila distancia-se das restantes freguesias possuindo cerca de 11% dos beneficiários dos subsídios sociais de desemprego inicial e igualmente 11% dos beneficiários do subsídio social subsequente (179 e 346 beneficiários respectivamente). Santa Maria dos Olivais possui 8,8% dos beneficiários do subsídio social subsequente (267 pessoas) e 8,1% do subsídio social de desemprego (129 pessoas). Com valores muito próximos desta freguesia encontra-se Benfica com 8,6% das pessoas que acederam ao subsídio social de desemprego subsequente (260 pessoas) e 8,4% das que acederam ao subsídio social de desemprego inicial (133 pessoas). Regra geral, o subsídio social de desemprego subsequente abrange maior número de pessoas nas diferentes freguesias de Lisboa.

¹²⁸ Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Estatísticas da Segurança Social, Instituto de Informática do MTSS, 2007

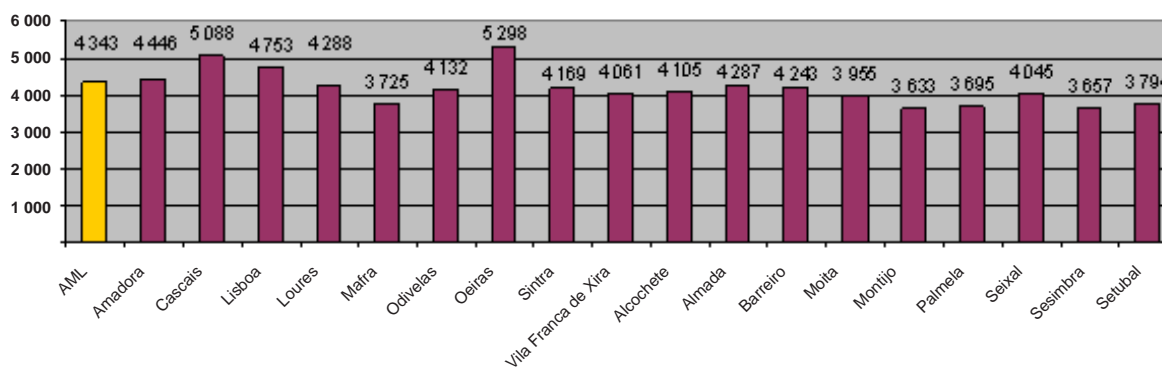
Beneficiários dos Subsídios Sociais de Desemprego Inicial e Subsequente - 2006



Fonte: Instituto da Solidariedade Social

Tal como as pensões, o subsídio de desemprego é uma fonte importante de rendimento. Para o Concelho de Lisboa, em 2005, o valor médio anual deste subsídio era de 4 753€. Este é um valor superior à média regional (4 343€) e à média nacional (3 472€). Novamente Oeiras é o Concelho desta área geográfica com o valor médio de subsídio de desemprego mais elevado.

Valor Médio do Subsídio de Desemprego - 2005

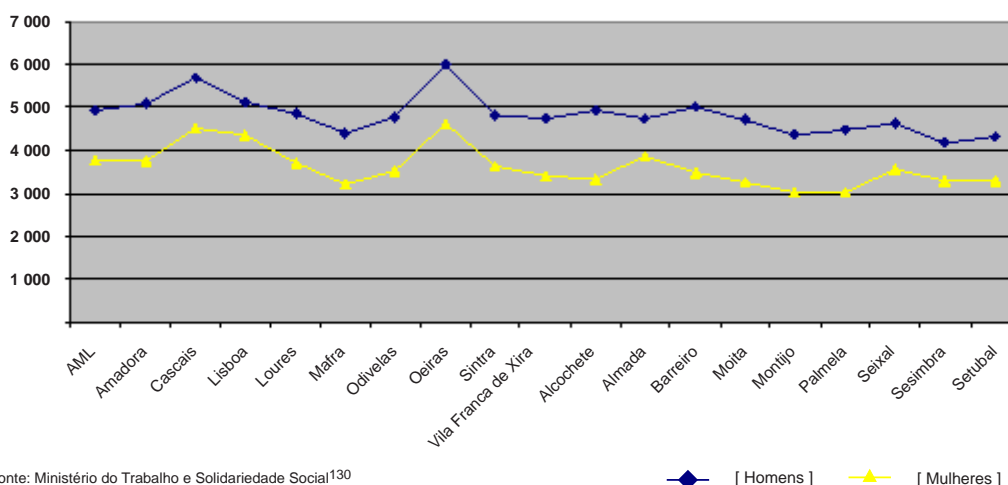


Fonte: Ministério do Trabalho e Solidariedade Social¹²⁹

Com uma disparidade salarial entre homens e mulheres de 15,1%, verifica-se igualmente uma diferença no subsídio de desemprego consoante o sexo. Em Lisboa, a diferença entre o subsídio de desemprego das mulheres e o dos homens é de 747€, ou seja, os homens recebem mais 17% que o subsídio de desemprego auferido pelas mulheres. Para a média regional esta diferença é de 934€, o que corresponde a cerca de 30% do valor médio para o subsídio de desemprego das mulheres.

¹²⁹ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa - 2005.

Valor Médio dos Subsídios de Desemprego por Sexo - 2005



3.3.11. Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma política chave na luta contra a pobreza e exclusão social. Assim, esta medida mereceu naturalmente, por si só, uma análise específica. Na base desta prestação encontra-se a intenção de promover uma progressiva inserção laboral, social e comunitária através da garantia de um rendimento que permita a satisfação das necessidades mínimas, com o pagamento de uma prestação monetária, e do desenvolvimento de um programa de inserção social. Esta medida procura assim promover a conjugação de dois aspectos importantes: a existência de recursos suficientes que assegurem um nível de vida decente com o desenvolvimento de condições e de incentivos para que estes cidadãos se autonomizem face a este apoio, nomeadamente através da inserção no mercado de trabalho. É devido a capacidade desta medida em apoiar e sustentar processos de erradicação de pobreza que se torna necessária e importante uma análise da abrangência desta medida na cidade de Lisboa.

Em Portugal, o valor de referência desta prestação monetária é a pensão social (o valor da pensão social para 2006 era de 187.62€ para pessoas com mais de 70 anos e de 203.5€ para pessoas com menos de 70 anos). Assim, podem requerer o RSI os indivíduos cujo rendimento seja inferior a esta pensão ou os agregados familiares cujo rendimento é inferior à soma de: 100% do valor da Pensão Social por cada adulto, num máximo de dois adultos; 70% do valor da Pensão Social a partir do terceiro adulto; 50% do valor da Pensão Social para cada menor, até dois filhos; e 60% do montante da Pensão Social a partir do terceiro filho. Para além do requisito financeiro e da disponibilização das informações e dos meios probatórios necessários, as outras condições para atribuição desta prestação social são residir em Portugal, subscrever e prosseguir o programa de inserção, nomeadamente através da disponibilidade activa para o trabalho, para formação ou outras formas de inserção e, em caso de desemprego, estar inscrito no centro de emprego. Refira-se ainda que esta medida não está inserida no regime contributivo, não sendo assim necessário uma contribuição periódica para beneficiar deste apoio (tal como ocorre, por exemplo, ao nível do subsídio de desemprego).¹³¹

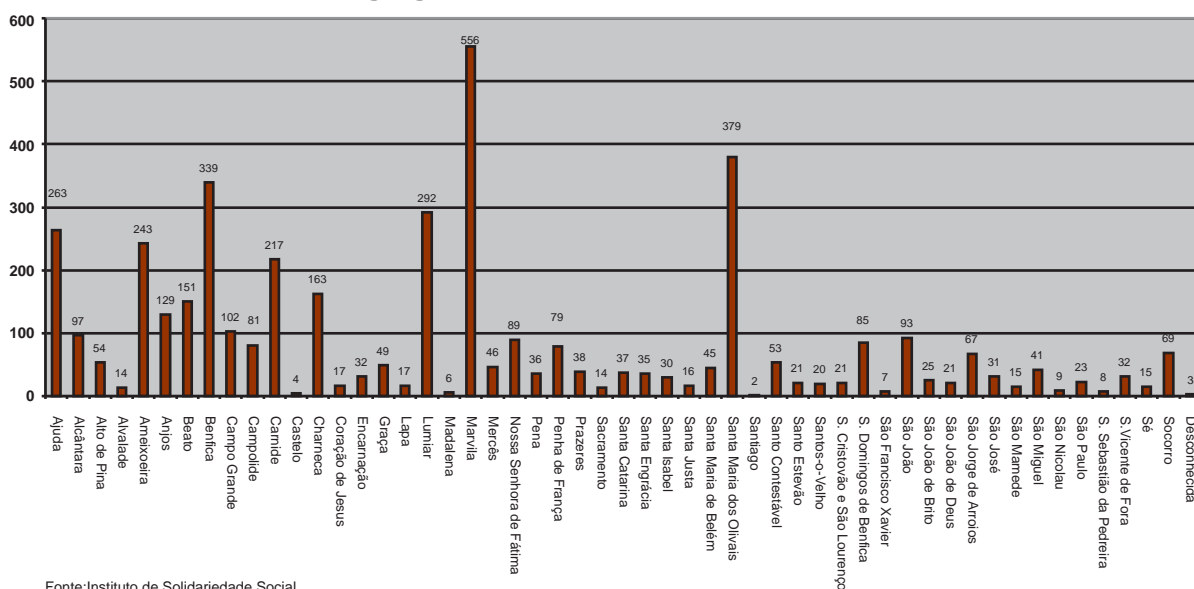
¹³⁰ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa - 2005.

¹³¹ Lei 13/2003, de 21 de Maio alterada pela Lei 45/2005, de 29 de Agosto.

(http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC15/Ministerios/MSST/Comunicacao/Outros_Documentos/20030521_MSST_Doc_RSI.htm)

Na cidade de Lisboa, em 2006, foram contabilizados 4 332 titulares do RSI e 11 240 beneficiários. Se, entre 2001 e 2006, não tivesse existido alteração na população residente neste Concelho, os beneficiários de RSI corresponderiam a 1,99% da população residente de Lisboa. Note-se ainda que, no âmbito desta medida, são considerados como beneficiários todos os membros do agregado familiar do titular do RSI. Tendo em conta apenas os titulares do RSI verifica-se uma maior concentração das famílias que beneficiam desta prestação social em Marvila. Nesta freguesia encontram-se a residir cerca de 12,8% dos titulares desta prestação social, ou seja, 556 famílias com RSI. Santa Maria dos Olivais é a segunda freguesia com maior número de titulares de RSI, em 2006. Nesta freguesia residiam 379 famílias com RSI, equivalendo assim a 8,8% dos titulares de Lisboa. Benfica, Lumiar, Ajuda, Ameixoeira e Carnide são igualmente freguesias com um elevado número de famílias com RSI, possuindo cada uma delas pelo menos 5% dos titulares de Lisboa, ou seja, mais de 200 famílias. Em Benfica contabilizam-se 339 famílias (7,8%) e Lumiar possui 292 titulares (6,7%). Ajuda, Ameixoeira e Carnide possuem respectivamente 263, 243 e 217 famílias RSI (6,1%, 5,6% e 5%). Charneca, Beato, Anjos e Campo grande possuem entre 100 a 200 titulares desta prestação social. Todas as restantes freguesias possuem menos de 100 famílias beneficiárias do RSI.

Agregados Familiares com RSI - 2006

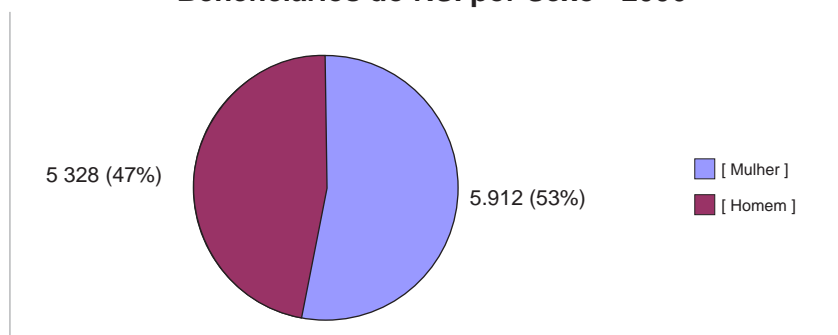


Fonte: Instituto de Solidariedade Social

Nota: Os dados de origem não apresentam informações referentes à freguesia de Mártires.

Analisando os beneficiários do RSI de Lisboa, verifica-se que a maior parte são do sexo feminino (53%). As crianças e jovens são um dos principais beneficiários desta medida (39%, equivalendo a 4330 crianças e jovens), sendo que os beneficiários até aos 24 anos correspondem a cerca de metade dos beneficiários do RSI (49%)¹³². Os adultos entre os 25 e os 64 anos correspondem a 45% dos beneficiários do RSI. Dentro deste grupo sobressai o grupo etário dos 25 aos 39 anos, que representam 19% destes beneficiários, e dos 40 aos 54 anos (18% dos beneficiários). As pessoas com mais de 65 anos correspondem apenas a 6% destes beneficiários. Novamente, tendo por base os Censos de 2001, estes beneficiários correspondem apenas a 0,51% da população idosa de 2001.

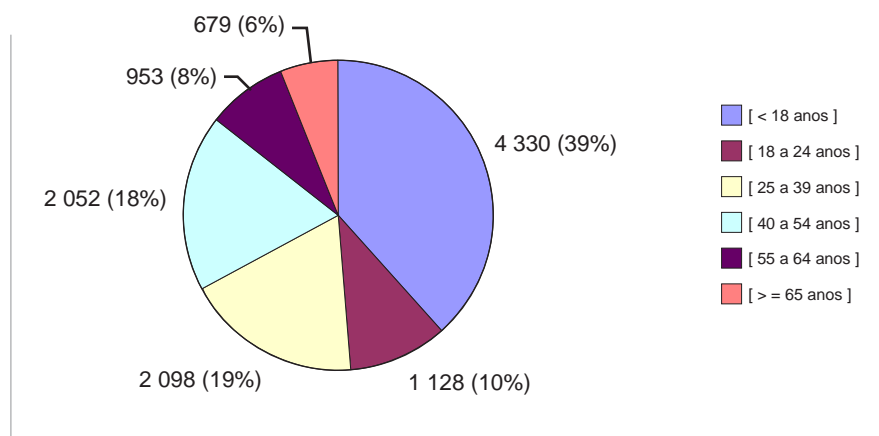
Beneficiários do RSI por Sexo - 2006



Fonte: Instituto de Solidariedade Social

¹³² Se a população de crianças e jovens em 2006 fosse semelhante a de 2001, a proporção de crianças beneficiárias de RSI seria de 3,2%.

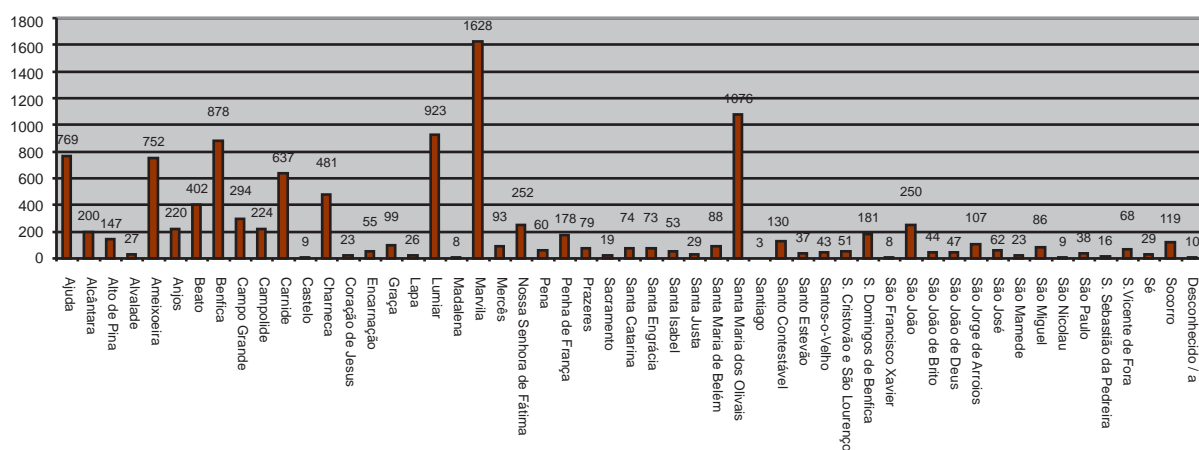
Beneficiários do RSI por Grupo Etário - 2006



Fonte: Instituto de Solidariedade Social

Tal como se verifica ao nível dos titulares / famílias do RSI, a freguesia com maior quantidade de beneficiários é Marvila (14,5%, ou seja, 1 628 beneficiários), sendo seguido por Santa Maria dos Olivais (9,6%, ou seja, 1 076 beneficiários). Por outro lado, e ao contrário do que se verifica ao nível dos titulares do RSI, Lumiar apresenta-se como tendo mais beneficiários que Benfica. Enquanto Lumiar possui 8,2% dos beneficiários (923 pessoas) que residem em Lisboa, 7,8% dos beneficiários residem em Benfica (878 beneficiários). Ajuda, Ameixoeira, Carnide e Beato também possuem percentagens significativas de beneficiários do RSI, entre aproximadamente 4% e 7% (entre 400 e 800 beneficiários). Todas as restantes freguesias possuem menos de 300 beneficiários, sendo que em 32 freguesias existem menos de 100 beneficiários.

Beneficiários do RSI por Freguesias - 2006

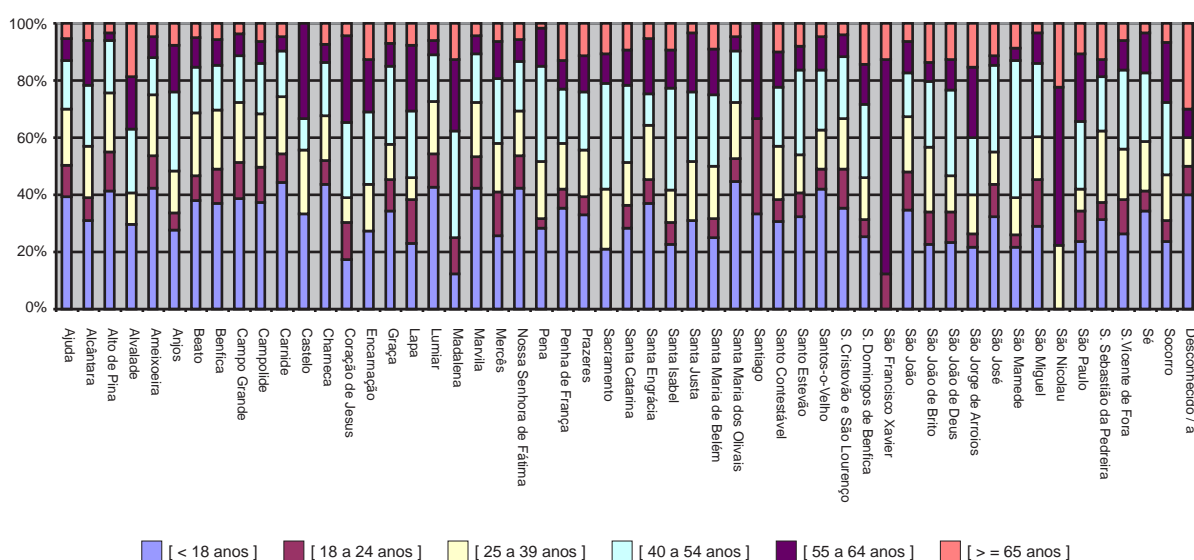


Fonte: Instituto de Solidariedade Social

Nota: Os dados de origem não apresentam informações referentes à freguesia de Mártires.

Para a maior parte das freguesias, a proporção de beneficiários com menos de 18 anos encontra-se entre os 20% e os 40%. As freguesias com uma maior proporção de beneficiários crianças e jovens (mais de 40%) são o Alto do Pina, Ameixoeira, Charneca, Lumiar, Marvila, Nossa Senhora de Fátima, Santa Maria dos Olivais e Santos-O-Velho, sendo Marvila a que possui o maior número de beneficiários com menos de 18 anos (688). Por outro lado, as freguesias que apresentam menores percentagens de beneficiários deste grupo etário são São Francisco Xavier, São Nicolau, Madalena e Coração de Jesus, com proporções entre os 0 e os 20% dos seus beneficiários com menos de 18 anos. São Francisco Xavier e São Nicolau demarcam-se das restantes freguesias por não possuírem beneficiários deste grupo etário, no entanto, note-se que ambas as freguesias possuem números reduzidos de beneficiários (8 e 9 beneficiários respectivamente). Assim, se estas freguesias possuem a maior percentagem de beneficiários com mais de 54 anos, é na freguesia de Marvila que, devido a maior proporção de beneficiários que residem nesta freguesia, se encontram a maior parte dos beneficiários com mais de 54 anos (cerca de 11%). Refira-se ainda que, com excepção da freguesia de São Nicolau, todas as restantes freguesias possuem menos de 20% de beneficiários com mais de 64 anos.

Beneficiários do RSI por Grupo Etário e por Freguesias - 2006

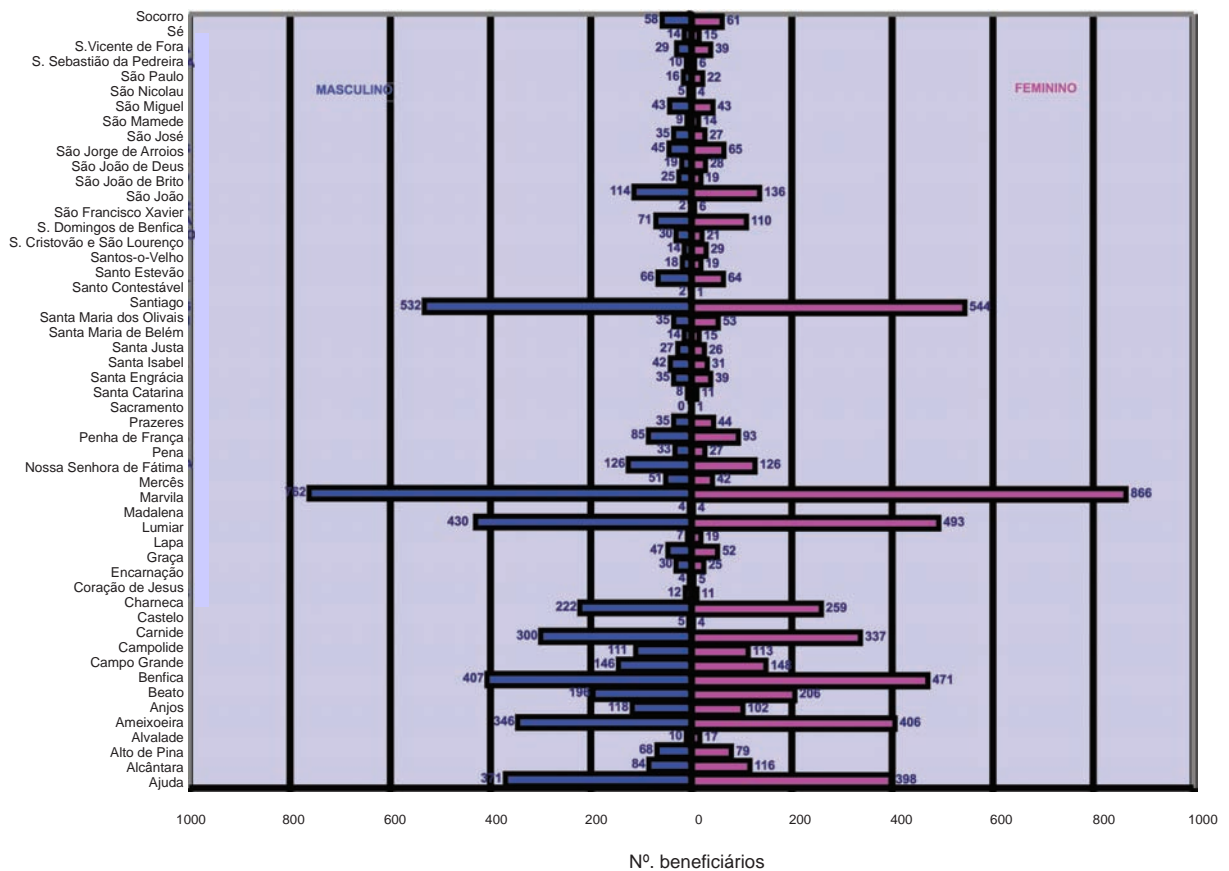


Fonte: Instituto de Solidariedade Social

Nota: Os dados de origem não apresentam informações referentes à freguesia de Mártires.

Em relação à distribuição dos beneficiários por sexo, não existe em geral uma discrepância significativa na sua distribuição pelas diferentes freguesias. Destacam-se, no entanto, as freguesias do Lumiar, São Francisco Xavier, Santos-o-Velho, Alvalade, São Domingos de Benfica e São Mamede pelo facto de mais de 60% dos seus beneficiários serem mulheres. Na situação oposta encontram-se as freguesias de Santiago e de São Sebastião da Pedreira onde mais de 60% dos beneficiários são homens

Distribuição do Rendimento Social de Inserção por Sexos, nas freguesias do Concelho de Lisboa - 2006



Fonte: Instituto de Solidariedade Social

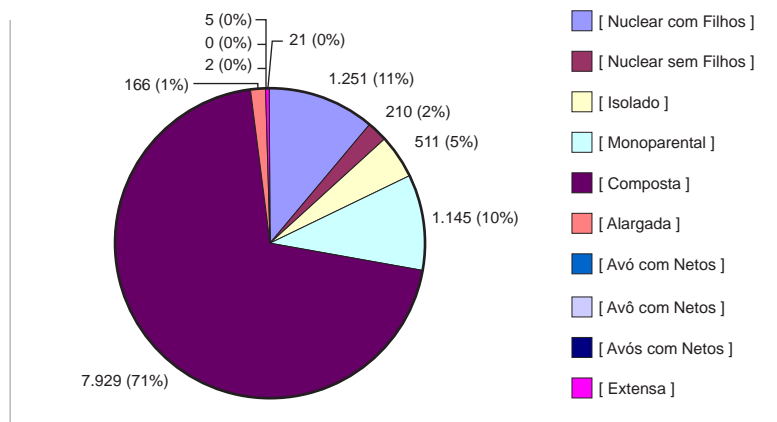
Nota: Os dados de origem não apresentam informações referentes à freguesia de Mártires.

Analisando os beneficiários do RSI pelo tipo de núcleo familiar, em Lisboa sobressaem as famílias compostas, ou seja, famílias em que todos os elementos do agregado familiar não verificam qualquer relação de parentesco com outro elemento do mesmo agregado¹³³, encontrando-se aqui as situações de união de facto. Efectivamente é neste tipo de agregado familiar que se encontram cerca de 71% dos beneficiários do RSI de Lisboa. O segundo tipo de núcleo familiar com maior proporção de beneficiários é o das famílias nucleares com filhos (cerca de 11%), logo seguido das famílias monoparentais (10%). Cerca de 5% dos beneficiários encontram-se em núcleos familiares isolados, ou seja, um homem ou mulher que reside sozinho. A este nível, refira-se que este tipo de núcleo familiar apresenta, ao nível nacional, taxas elevadas de risco de pobreza (37%)¹³⁴.

¹³³ Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Estatísticas da Segurança Social, Instituto de Informática do MTSS, 2007, pg 84.

¹³⁴ Para melhor perceber o tipo de famílias mais apoiadas pelo RSI, seria importante uma análise baseada nos titulares desta prestação social. Sendo a base desta informação os beneficiários, ou seja, estando a ser contabilizados todos os membros do agregado familiar, as famílias menos numerosas acabam por abranger menos beneficiários.

Beneficiários do RSI por Tipo de Núcleo Familiar - 2006

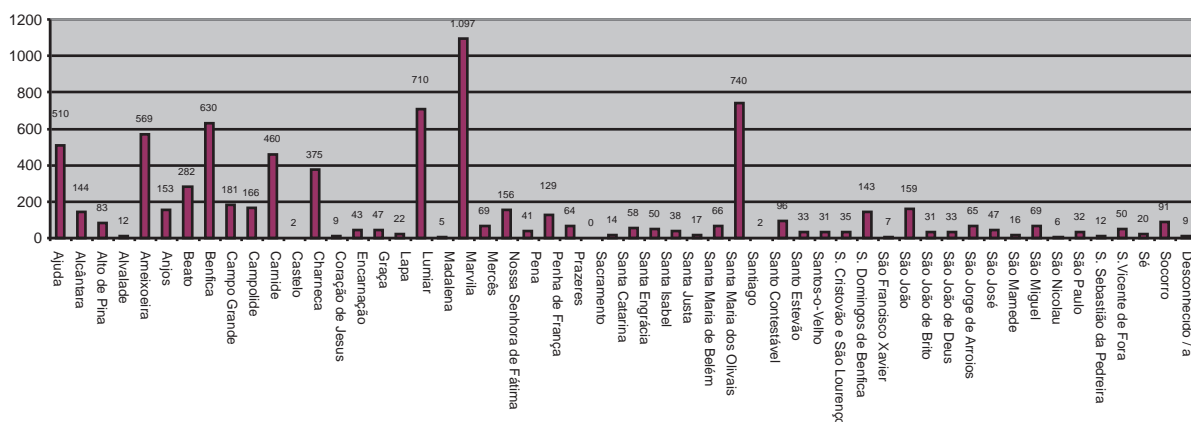


Fonte: Instituto de Solidariedade Social

Com 71% dos beneficiários pertencentes a famílias compostas, será útil uma análise da sua distribuição pelas diferentes freguesias. Assim, sendo Marvila a freguesia com maior percentagem de beneficiários de RSI (14,5%) e a terceira freguesia com maior população residente de Lisboa (segundo dados de 2001), é nesta freguesia que se encontra a maior percentagem de famílias compostas do Concelho de Lisboa (13,8%, ou seja, mais de mil beneficiários). Sublinhe-se a existência de uma diferença de 4, 5 pontos percentuais entre a proporção de beneficiários pertencentes a famílias compostas em Marvila e em Santa Maria dos Olivais, a segunda freguesia com maior proporção de beneficiários deste tipo de agregado familiar (9,3%). Logo a seguir encontram-se as freguesias de Lumiar e Benfica com percentagens de 9% e 7,9% respectivamente. Santa Maria dos Olivais, Lumiar e Benfica são as freguesias que possuem entre 600 e 800 beneficiários com esta característica.

Ameixoeira, Ajuda e Carnide são igualmente freguesias com proporções significativas de beneficiários de famílias compostas, possuindo entre 400 e 600 beneficiários nesta situação. Charneca e Beato, por sua vez, possuem entre 200 e 400 beneficiários e proporções de 4,7% e 3,6% respectivamente. As restantes freguesias possuem menos de 200 beneficiários pertencentes à famílias compostas.

Beneficiários do RSI Pertencentes a Famílias Compostas por Freguesias - 2006



Fonte: Instituto de Solidariedade Social

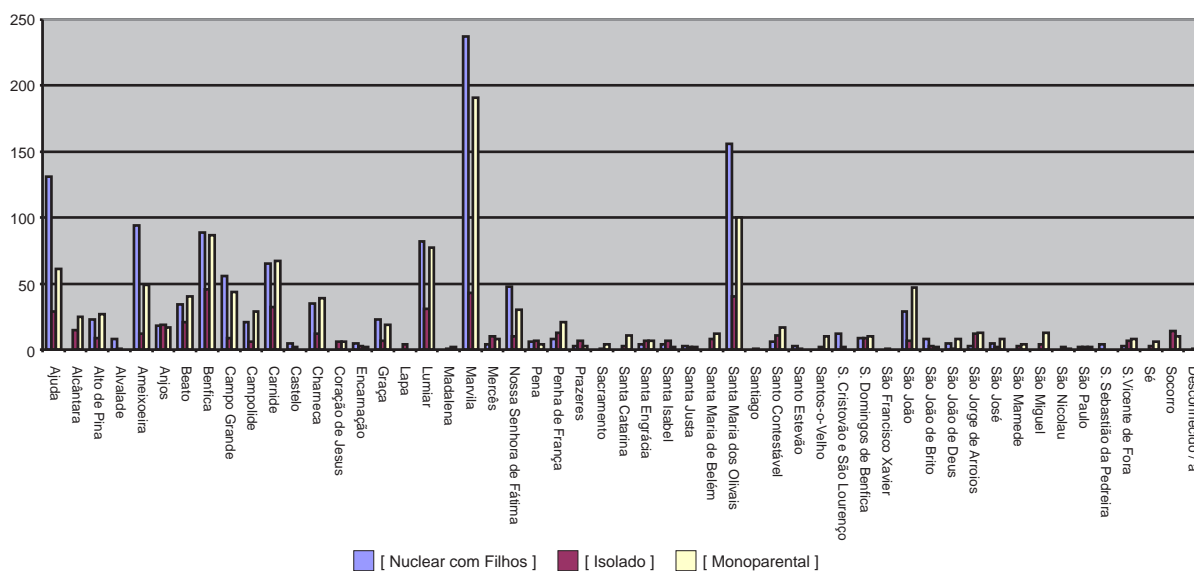
Nota: Os dados de origem não apresentam informações referentes à freguesia de Mártires.

Tal como demonstrado anteriormente, a seguir às famílias compostas existem três tipos de agregados familiares que se distinguem pelo número de beneficiários que integram: as famílias nucleares com filhos, as famílias monoparentais e as famílias isoladas. Com 237 beneficiários de famílias nucleares com filhos e 191 beneficiários que se encontram em famílias monoparentais, Marvila destaca-se novamente das restantes freguesias pelo número e percentagem (18,9% e 16,7% respectivamente) de beneficiários com estas características. Note-se que Santa Maria dos Olivais, a segunda freguesia com maior proporção de beneficiários destes dois tipos de agregados familiares, possui cerca de 156 beneficiários de famílias nucleares com filhos (12,5%) e 100 beneficiários de famílias monoparentais (8,7%), uma diferença de cerca de 6 e 8 pontos percentuais respectivamente face a Marvila. Refira-se ainda que Santa Maria dos Olivais era, em 2001, a freguesia com maior número de residentes de Lisboa.

Ainda ao nível das famílias nucleares com filhos, a terceira freguesia com maior número de beneficiários é Ajuda, com 131 (10,5%). Ao nível das famílias monoparentais, por outro lado, é a freguesia de Benfica que possui a terceira percentagem (7,6%, ou seja, 87 beneficiários). Refira-se igualmente que as freguesias de Ameixoeira, Benfica, Lumiar e Carnide apresentam entre 50 e 100 beneficiários de núcleos familiares com filhos, e as freguesias de Benfica, Lumiar, Carnide e Ajuda possuem entre 50 e 100 beneficiários de famílias monoparentais. Todas as restantes freguesias apresentam valores inferiores a 50 beneficiários.

A dispersão dos beneficiários que pertencem as famílias isoladas distingue-se um pouco dos anteriores tipos de agregados familiares. Assim, Benfica é a freguesia com maior número de beneficiários de famílias isoladas (46 pessoas, ou seja, 9%), não existindo nenhuma freguesia com valores superiores a 50 beneficiários. Marvila, Santa Maria dos Olivais, Carnide, Lumiar e Ajuda possuem igualmente percentagens elevadas deste tipo de beneficiários que variam entre 8,4% de Marvila e 5,7% de Lumiar.

Número de Beneficiários do RSI por Tipo de Agregado Familiar - 2006 (1)



Nota: Os dados de origem não apresentam informações referentes à freguesia de Mártires.

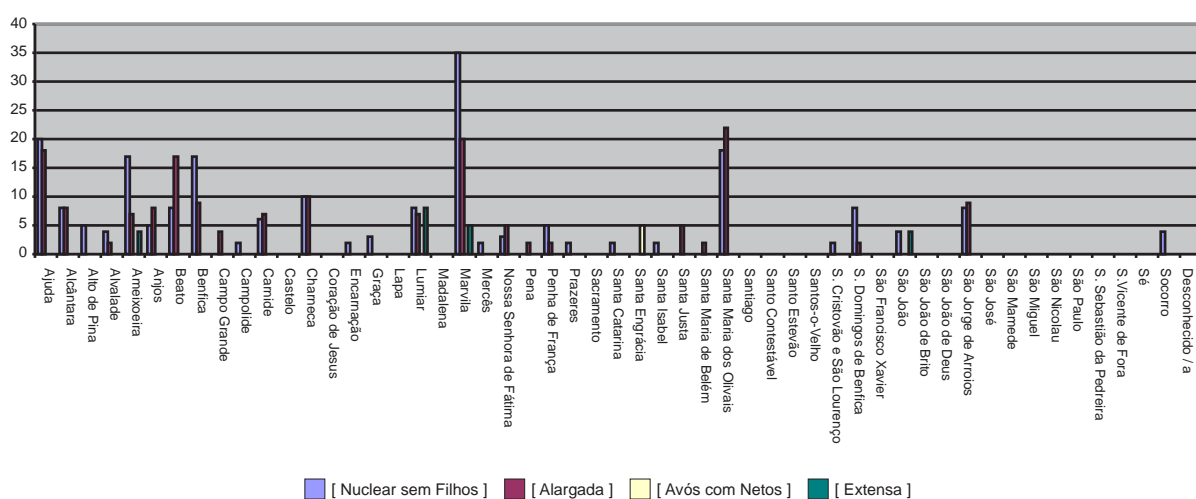
(1) Neste gráfico são apenas consideradas os três tipos de núcleos familiares que encontram maior representação junto dos beneficiários do RSI, logo após as Famílias Compostas.

Fonte: Instituto de Solidariedade Social

Em Lisboa, os beneficiários dos restantes tipos de agregados familiares abrangem baixas proporções. Como tal, a sua dispersão pelas diferentes freguesias implica números reduzidos de pessoas em cada freguesia, sendo em Marvila (35 beneficiários de famílias nucleares sem filhos e 20 beneficiários de famílias alargadas) e Santa Maria dos Olivais (22 beneficiários de famílias alargadas e 18 beneficiários de famílias nucleares sem filhos) que atingem valores mais elevados. Ajuda, Ameixoeira e Benfica também se destacam pelo número de beneficiários de famílias nucleares sem filhos, com mais de 15 beneficiários cada um. Ao nível das famílias alargadas, logo após Santa Maria dos Olivais e Marvila, encontram-se as freguesias da Ajuda e do Beato, com 18 e 17 beneficiários respectivamente.

Por fim, sublinhe-se que as famílias extensas¹³⁵ assumem maior importância na freguesia do Lumiar, onde se encontram 38% dos beneficiários do RSI de Lisboa pertencente a este tipo de agregado familiar.

Número de Beneficiários do RSI por Tipo de Agregado Familiar - 2006 (2)



Nota: Os dados de origem não apresentam informações referentes à freguesia de Mártires.

(2) Neste gráfico são considerados os 4 tipos de núcleos familiares que encontram menor representação junto dos beneficiários do RSI.

Fonte: Instituto de Solidariedade Social

¹³⁵ As famílias extensas são aquelas que pelo menos um dos elementos do agregado familiar não possui qualquer relação de parentesco com os restantes elementos do mesmo agregado. (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Estatísticas da Segurança Social, Instituto de Informática do MTSS, 2007, pg 84)

3.3.12. Quadro dos principais indicadores relevantes por Freguesia



AJUDA

Área: 2 938,77 m²
População: 17 958

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	8284 H; 9674 M	46,1 H / 53,9 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1984	11	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	2269	12,6	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65anos	9123	50,8	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	4582	25,5	INE / 2001
Famílias Clássicas	7475	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	934	17,4	INE / 2001
Famílias Unipessoais	2157	28,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1065	14,25	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	519	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	631	8,1	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	5,66	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	1316	7,87	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	3851	21,4	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	5639	31,4	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	10 048	56	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	5	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	1449	20%	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	157	1,73	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	611	3,4	INE / 2001
Barracas	139	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	507	7	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	67	0,9	INE / 2001
Alojamentos sem Água	108	1,5	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	240	3,3	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	91	1,3	INE / 2001
Alojamento sem Banho	386	5,3	INE / 2001
População de Rua	5	-	CML / 2004
População com Deficiência	1364	7,6	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	458	2,6	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	422	2,35	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	418	2,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	5647	31,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	322	1,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	58	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	85	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	-	-	ISS/2006
Agregados do RSI	263	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	769	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	42	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	303	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	29	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	61	-	ISS/2006
Respostas sociais	14	-	MTSS/2006
Equipamentos	32	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	12	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	18	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	2	-	MTSS/2006



ALCÂNTARA

Área: 4 413,85 m²
População: 14 443

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	6 489 H; 7 954 M	44,6 H / 55,1 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1291	8,9	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1661	11,5	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	7303	50,6	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	4188	29	INE / 2001
Famílias Clássicas	6538	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	693	16,6	INE / 2001
Famílias Unipessoais	2181	33,3	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1099	16,81	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	242	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	428	6,8	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	1,6	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	769	5,66	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	2557	17,7	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	3837	26,6	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	7288	50,5	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	2	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	922	14,6	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	61	0,73	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	159	1,1	INE / 2001
Barracas	10	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	315	5	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	5	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	55	0,9	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	105	1,7	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	12	0,2	INE / 2001
Alojamento sem Banho	267	4,2	INE / 2001
População de Rua	4	-	CML / 2004
População com Deficiência	1 120	7,8	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	378	2,6	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	441	3,05	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	292	2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	4840	33,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	68	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	50	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	83	0,6	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	663	-	ISS/2006
Agregados do RSI	97	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	200	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	12	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	62	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	15	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	25	-	ISS/2006
Respostas sociais	17	-	MTSS/2006
Equipamentos	35	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	15	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	15	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	5	-	MTSS/2006

ALTO DO PINA

Área: 826,22 m²
População: 10 253



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	4647H; 5606 M	45,3 H / 54,7 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1265	12,3	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1344	13,1	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65anos	5336	52	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	2308	22,5	INE / 2001
Famílias Clássicas	4308	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	478	16,6	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1328	30,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	618	14,35	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	241		INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	317	6,3	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	2,33	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	388	4,11	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1727	16,8	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1963	19,1	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	4171	40,7	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	2	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	565	13,5	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	30	0,57	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	92	0,9	INE / 2001
Barracas	14	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	84	2	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	6	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	6	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	56	1,3	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	2	0	INE / 2001
Alojamento sem Banho	19	0,5	INE / 2001
População de Rua	2	-	CML / 2004
População com Deficiência	762	7,4	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	245	2,4	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	301	2,94	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	128	1,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	2393	23,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	39	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	23	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	51	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	384	-	ISS/2006
Agregados do RSI	54	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	147	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	5	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	61	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	9	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	27	-	ISS/2006
Respostas sociais	10	-	MTSS/2006
Equipamentos	17	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	4	-	MTSS/2006



ALVALADE

Área: 590,83 m²
População: 9 620

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	4021 H; 5599 M	41,8 H / 58,2 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	856	8,9	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1039	10,8	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	4332	45	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	3393	35,3	INE / 2001
Famílias Clássicas	4327	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	507	18,7	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1470	33,9	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	893	20,64	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	207	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	280	6,6	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0,52	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	211	2,32	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1108	11,5	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1541	16	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	3472	36,1	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	478	11,3	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	4	0,08	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	10	0,1	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	42	1	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	48	1,1	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	0	0	INE / 2001
Alojamento sem Banho	12	0,3	INE / 2001
População de Rua	3	-	CML / 2004
População com Deficiência	764	7,9	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	309	3,2	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	220	2,29	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	91	0,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	3034	31,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	18	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	35	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	30	0,3	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	326	-	ISS/2006
Agregados do RSI	14	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	27	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	5	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	8	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	0	-	ISS/2006
Respostas sociais	11	-	MTSS/2006
Equipamentos	13	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	6	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	4	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	2	-	MTSS/2006

AMEIXOEIRA

Área: 1 532,64 m²
População: 9 644



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	4631 H; 5013 M	48 H / 52 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1404	14,6	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1517	15,7	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65anos	5483	56,9	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	1240	12,9	INE / 2001
Famílias Clássicas	3575	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	543	19	INE / 2001
Famílias Unipessoais	731	20,4	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	239	6,69	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	315	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	354	7	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	3,43	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	617	7,05	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	2229	23,1	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	2158	22,4	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	4397	45,6	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	3	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	753	21,3	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	49	1,1	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	154	1,6	INE / 2001
Barracas	11	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	141	4	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	7	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Água	18	0,5	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	86	2,4	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	14	0,4	INE / 2001
Alojamento sem Banho	55	1,6	INE / 2001
População de Rua	6	-	CML / 2004
População com Deficiência	636	6,6	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	228	2,4	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	447	4,64	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	212	2,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1672	17,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	147	1,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	11	0,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	52	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	455	-	ISS/2006
Agregados do RSI	243	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	752	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	34	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	318	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	12	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	49	-	ISS/2006
Respostas sociais	6	-	MTSS/2006
Equipamentos	6	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	0	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	1	-	MTSS/2006



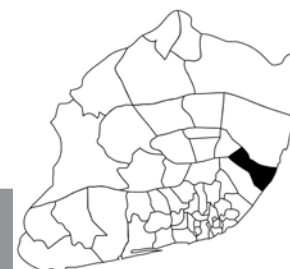
ANJOS

Área: 488,92 m²
População: 9 738

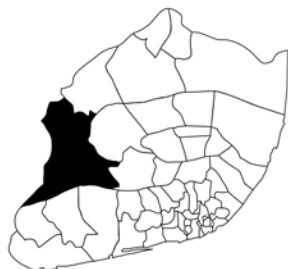
INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	4326 H; 5412 M	44,4 H / 55,6 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	959	9,8	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1053	10,8	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	4917	50,5	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	2809	28,7	INE / 2001
Famílias Clássicas	4564	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	452	17,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1791	39,2	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	875	19,17	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	190	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	350	7,6	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	2,19	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	440	4,84	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1704	17,5	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	2358	24,2	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	4654	47,8	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	527	12,5	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	9	0,15	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	29	0,3	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	168	4	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	3	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	37	0,9	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	68	1,6	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	11	0,3	INE / 2001
Alojamento sem Banho	137	3,3	INE / 2001
População de Rua	17	-	CML / 2004
População com Deficiência	704	7,2	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	202	2,1	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	541	5,56	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	163	1,7	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	2994	30,7	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	66	0,7	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	16	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	45	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	449	-	ISS/2006
Agregados do RSI	129	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	220	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	17	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	61	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	19	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	17	-	ISS/2006
Respostas sociais	13	-	MTSS/2006
Equipamentos	32	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	4	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	20	-	MTSS/2006

BEATO

Área: 1 545,35 m²
População: 14 241



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	6620 H; 7621 M	46,5 H / 53,5 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1482	10,4	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1770	12,4	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	7691	54	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	3298	23,2	INE / 2001
Famílias Clássicas	5990	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	705	16,7	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1667	27,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	839	14,01	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	316	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	567	8,3	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	1,92	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	934	7,02	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	2891	20,3	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	4109	28,9	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	7643	53,7	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	4	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	1221	20,8	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	123	1,7	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	342	2,4	INE / 2001
Barracas	46	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	294	5	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	5	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	43	0,7	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	117	2	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	31	0,5	INE / 2001
Alojamento sem Banho	248	4,2	INE / 2001
População de Rua	5	-	CML / 2004
População com Deficiência	1080	7,6	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	339	2,4	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	430	3,02	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	332	2,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	4223	29,7	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	77	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	34	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	74	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	449	-	ISS/2006
Agregados do RSI	151	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	402	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	20	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	153	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	21	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	40	-	ISS/2006
Respostas sociais	7	-	MTSS/2006
Equipamentos	9	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	3	-	MTSS/2006



BENFICA

Área: 8 005,45 m²
População: 41 368

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	19115H; 22253 M	46,2 H / 53,8 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	4320	10,4	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	5214	12,6	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	23084	55,8	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	8750	21,2	INE / 2001
Famílias Clássicas	17088	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	2192	17,7	INE / 2001
Famílias Unipessoais	4579	26,7	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1864	10,91	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	913	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	1542	7,4	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	2,36	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	1829	4,74	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	6798	16,4	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	9251	22,4	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	18599	45	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	6	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	2582	15,5	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	52	0,26	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	124	0,3	INE / 2001
Barracas	14	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	333	2	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	5	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	35	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	240	1,4	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	25	0,2	INE / 2001
Alojamento sem Banho	92	0,6	INE / 2001
População de Rua	22	-	CML / 2004
População com Deficiência	2878	7	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	1082	2,6	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	831	2,01	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	762	1,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	10423	25,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	279	0,7	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	67	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	202	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	1803	-	ISS/2006
Agregados do RSI	339	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	878	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	51	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	326	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	46	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	87	-	ISS/2006
Respostas sociais	14	-	MTSS/2006
Equipamentos	31	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	7	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	18	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	6	-	MTSS/2006

CAMPO GRANDE

Área: 2 462,92 m²
População: 11 148



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	4943 H; 6205 M	44,3 H / 55,7 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1220	10,9	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1485	13,3	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	5258	47,2	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	3185	28,6	INE / 2001
Famílias Clássicas	4559	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	597	19,4	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1438	31,5	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	772	16,93	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	285	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	364	7,4	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	1,44	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	519	5	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1860	16,7	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	2494	22,4	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	4824	43,3	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	2	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	470	10,7	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	11	0,21	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	22	0,2	INE / 2001
Barracas	5	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	44	1	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	6	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	9	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	38	0,9	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	8	0,2	INE / 2001
Alojamento sem Banho	20	0,5	INE / 2001
População de Rua	3	-	CML / 2004
População com Deficiência	977	8,8	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	301	2,7	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	293	2,63	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	197	1,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	3195	28,7	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	66	0,6	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	61	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	41	0,4	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	354	-	ISS/2006
Agregados do RSI	102	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	294	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	11	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	114	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	9	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	44	-	ISS/2006
Respostas sociais	13	-	MTSS/2006
Equipamentos	26	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	14	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	4	-	MTSS/2006



CAMPOLIDE

Área: 2 748,78 m²
População: 15 927

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	7647 H; 8280 M	48 H / 52 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1747	11	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1995	12,5	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	8371	52,6	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	3814	23,9	INE / 2001
Famílias Clássicas	6581	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	790	18,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais	2084	31,6	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1005	15,27	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	322	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	601	7,7	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	3,02	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	1055	7,16	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	3300	20,7	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	4149	26,1	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	8213	51,6	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	2	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	1388	21,5	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	291	3,33	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	764	4,8	INE / 2001
Barracas	182	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	774	12	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	31	0,5	INE / 2001
Alojamentos sem Água	223	3,5	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	373	5,8	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	104	1,6	INE / 2001
Alojamento sem Banho	656	10,2	INE / 2001
População de Rua	3	-	CML / 2004
População com Deficiência	1435	9	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	412	2,6	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	714	4,48	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	334	2,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	4270	26,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	87	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	53	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	137	0,9	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	618	-	ISS/2006
Agregados do RSI	81	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	224	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	14	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	84	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	6	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	29	-	ISS/2006
Respostas sociais	7	-	MTSS/2006
Equipamentos	20	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	7	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	12	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	1	-	MTSS/2006

CARNIDE

Área: 3 812,62 m²
População: 18 989



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	9014 H; 9975 M	47,5 H / 52,5 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	3312	17,4	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	3038	16	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	10080	53,1	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	2559	13,5	INE / 2001
Famílias Clássicas	6494	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	944	17,5	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1223	18,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	438	6,74	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	771	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	628	6,6	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	4,78	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	1392	8,24	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	4642	24,4	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	4393	23,1	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	8502	44,8	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	2	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	1252	19,7	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	76	0,9	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	190	1	INE / 2001
Barracas	18	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	255	4	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	8	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	56	0,9	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	171	2,7	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	46	0,7	INE / 2001
Alojamento sem Banho	141	2,2	INE / 2001
População de Rua	0	-	CML / 2004
População com Deficiência	1149	6,1	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	359	1,9	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	610	3,21	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	324	1,7	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	3258	17,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	175	0,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	52	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	115	0,6	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	840	-	ISS/2006
Agregados do RSI	217	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	637	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	29	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	282	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	32	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	67	-	ISS/2006
Respostas sociais	10	-	MTSS/2006
Equipamentos	30	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	19	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	11	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006



CASTELO

Área: 53,56 m2
População: 587

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	255 H; 332 M	43,4 H / 56,6 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	56	9,5	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	63	10,7	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	288	49,1	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	180	30,7	INE / 2001
Famílias Clássicas	281	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	34	20,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais	116	41,2	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	68	24,2	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	10	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	15	6,2	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	12,5	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	43	7,83	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	127	21,6	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	214	36,5	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	361	61,5	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	67	24,9	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	3	0,82	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	6	1,1	INE / 2001
Barracas	1	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	54	20	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	5	1,9	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	8	3	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	1	0,4	INE / 2001
Alojamento sem Banho	52	19,3	INE / 2001
População de Rua	0	-	CML / 2004
População com Deficiência	33	5,6	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	9	1,5	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	15	2,56	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	18	3,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	219	37,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	2	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	0	0,0	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	2	0,3	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	32	-	ISS/2006
Agregados do RSI	4	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	9	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	0	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	3	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	0	-	ISS/2006
Respostas sociais	1	-	MTSS/2006
Equipamentos	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	0	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

CHARNECA

Área: 1 925,50 m²
População: 10 509



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	5121 H; 5388 M	48,7 H / 51,3 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	2144	20,4	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1827	17,4	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	5218	49,7	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	1320	12,6	INE / 2001
Famílias Clássicas	3264	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	649	22,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais	499	15,2	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	250	7,66	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	589	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	552	11,3	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	2,99	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	1174	12,87	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	3521	33,5	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	3015	28,7	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	6064	57,7	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	2	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	694	21,5	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	733	17,84	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	2774	26,4	INE / 2001
Barracas	683	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	356	11	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	24	0,7	INE / 2001
Alojamentos sem Água	68	2,1	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	152	4,7	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	34	1,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	247	7,6	INE / 2001
População de Rua	0	-	CML / 2004
População com Deficiência	868	8,3	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	171	1,6	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	949	9,03	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	265	2,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1773	16,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	199	1,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	30	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	93	0,9	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	353	-	ISS/2006
Agregados do RSI	163	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	481	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	36	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	210	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	12	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	39	-	ISS/2006
Respostas sociais	6	-	MTSS/2006
Equipamentos	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	2	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	6	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006



CORAÇÃO DE JESUS

Área: 559,99 m²
População: 4 319

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	1881 H; 2438 M	43,6 H / 56,4 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	362	8,4	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	513	11,9	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	2257	52,3	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	1187	27,5	INE / 2001
Famílias Clássicas	2273	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	180	17	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1163	51,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	425	18,7	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	61	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	149	6,9	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	271	6,66	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	752	17,4	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	934	21,6	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	1857	43	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	229	12,3	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	12	0,45	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	13	0,3	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	75	4	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	9	0,5	INE / 2001
Alojamentos sem Água	8	0,4	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	33	1,8	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	7	0,4	INE / 2001
Alojamento sem Banho	52	2,8	INE / 2001
População de Rua	13	-	CML / 2004
População com Deficiência	291	6,7	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	100	2,3	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	266	6,16	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	54	1,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1230	28,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	12	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	15	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	20	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	142	-	ISS/2006
Agregados do RSI	17	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	23	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	4	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	6	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	6	-	ISS/2006
Respostas sociais	7	-	MTSS/2006
Equipamentos	13	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	7	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	1	-	MTSS/2006

ENCARNAÇÃO

Área: 187,50 m²
População: 3 182



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	1462 H; 1720 M	45,9 H / 54,1 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	312	9,8	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	395	12,4	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65anos	1626	51,1	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	849	26,7	INE / 2001
Famílias Clássicas	1523	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	159	20,2	INE / 2001
Famílias Unipessoais	675	44,3	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	306	20,09	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	71	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	140	9	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	1,32	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	221	7,38	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	661	20,8	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	883	27,7	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	1667	52,4	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	1	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	196	14,1	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	8	0,43	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	16	0,5	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	125	9	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	1	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	42	3	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	0	0	INE / 2001
Alojamento sem Banho	99	7,1	INE / 2001
População de Rua	0	-	CML / 2004
População com Deficiência	272	8,5	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	71	2,2	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	161	5,06	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	66	2,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	929	29,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	25	0,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	10	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	21	0,7	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	143	-	ISS/2006
Agregados do RSI	32	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	55	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	7	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	15	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	3	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	2	-	ISS/2006
Respostas sociais	3	-	MTSS/2006
Equipamentos	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	4	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	0	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	1	-	MTSS/2006



GRAÇA

Área: 352,33 m²
População: 6 960

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	3152 H; 3808 M	45,3 H / 54,7 H	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	597	8,6	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	748	10,7	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	3553	51	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	2062	29,6	INE / 2001
Famílias Clássicas	3134	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	342	17,2	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1097	35	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	549	17,52	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	128	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	205	6,4	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	5,15	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	454	6,91	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1328	19,1	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1958	28,1	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	3770	54,2	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	1	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	431	14,5	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	8	0,21	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	21	0,3	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	178	6	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	1	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	3	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	50	1,7	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	1	0	INE / 2001
Alojamento sem Banho	160	5,4	INE / 2001
População de Rua	14	-	CML / 2004
População com Deficiência	467	6,7	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	144	2,1	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	403	5,79	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	128	1,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	2330	33,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	38	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	14	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	43	0,6	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	314	-	ISS/2006
Agregados do RSI	49	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	99	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	7	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	34	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	7	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	19	-	ISS/2006
Respostas sociais	8	-	MTSS/2006
Equipamentos	11	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	3	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	3	-	MTSS/2006

LAPA

Área: 739,14 m²
População: 8 670



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	3678 H; 4992 M	42,4 H / 57,6 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1025	11,8	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	950	11	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65anos	4273	49,3	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	2422	27,9	INE / 2001
Famílias Clássicas	3672	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	439	19	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1227	33,4	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	637	17,35	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	233	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	261	6,4	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0,9	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	293	3,66	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1427	16,5	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1481	17,1	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	3400	39,2	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	425	11,9	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	17	0,34	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	35	0,4	INE / 2001
Barracas	2	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	179	5	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	1	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	3	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	59	1,7	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	0	0	INE / 2001
Alojamento sem Banho	125	3,5	INE / 2001
População de Rua	12	-	CML / 2004
População com Deficiência	718	8,3	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	282	3,3	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	292	3,37	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	112	1,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	2356	27,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	27	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	37	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	43	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	278	-	ISS/2006
Agregados do RSI	17	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	26	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	6	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	4	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	0	-	ISS/2006
Respostas sociais	6	-	MTSS/2006
Equipamentos	16	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	7	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	1	-	MTSS/2006



LUMIAR

Área: 6 371,45 m²
População: 37 693

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	17657H; 20036M	46,8 H / 53,2 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	6069	16,1	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	5464	14,5	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	21407	56,8	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	4753	12,6	INE / 2001
Famílias Clássicas	13925	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	1651	15,7	INE / 2001
Famílias Unipessoais	3049	21,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	836	6	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	951	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	1045	5,2	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0,71	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	1291	3,84	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	6695	17,8	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	5058	13,4	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	11919	31,6	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	7	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	1608	1,7	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	169	0,96	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	565	1,5	INE / 2001
Barracas	154	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	275	2	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	15	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	29	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	212	1,5	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	9	0,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	117	0,9	INE / 2001
População de Rua	10	-	CML / 2004
População com Deficiência	2414	6,4	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	873	2,3	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	1018	2,70	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	476	1,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	5611	14,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	110	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	73	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	159	0,4	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	1415	-	ISS/2006
Agregados do RSI	292	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	923	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	56	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	395	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	31	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	77	-	ISS/2006
Respostas sociais	16	-	MTSS/2006
Equipamentos	42	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	21	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	16	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	4	-	MTSS/2006

MADALENA

Área: 119,25 m²
População: 380



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	183H; 197 M	48,2 H / 51,8 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	27	7,1	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	54	14,2	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65anos	196	51,6	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	103	27,1	INE / 2001
Famílias Clássicas	196	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	26	26,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais	90	45,9	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	35	17,86	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	10	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	18	9,2	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	21	5,72	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	56	14,7	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	84	22,1	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	187	49,2	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	18	11	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	2	0,57	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	4	1	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	15	9	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	2	1,2	INE / 2001
Alojamentos sem Água	2	1,2	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	5	3,1	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	2	1,2	INE / 2001
Alojamento sem Banho	13	8	INE / 2001
População de Rua	0	-	CML / 2004
População com Deficiência	39	10,3	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	12	3,2	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	38	10	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	4	1,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	111	29,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	2	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	1	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	2	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	23	-	ISS/2006
Agregados do RSI	6	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	8	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	2	-	ISS/2006
Respostas sociais	1	-	MTSS/2006
Equipamentos	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	0	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	0	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	1	-	MTSS/2006



MÁRTIRES

Área: 98,16 m2
População: 341

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	161 H; 180 M	47,2 H / 52,8 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	33	9,7	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	48	14,1	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	180	52,8	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	80	23,5	INE / 2001
Famílias Clássicas	164	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	15	19,7	INE / 2001
Famílias Unipessoais	83	50,6	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	22	13,41	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	6	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	5	2,9	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	14	4,35	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	68	19,9	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	63	18,5	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	131	38,4	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	15	12,1	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	0	0	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	0	0	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	4	3	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	2	1,6	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	0	0	INE / 2001
Alojamento sem Banho	2	1,6	INE / 2001
População de Rua	1	-	CML / 2004
População com Deficiência	15	4,4	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	3	0,9	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	33	9,68	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	4	1,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	72	21,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	0	0	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	1	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	1	0,3	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	18	-	ISS/2006
Agregados do RSI	-	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	-	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	-	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	-	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	-	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	-	-	ISS/2006
Respostas sociais	3	-	MTSS/2006
Equipamentos	3	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	0	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	3	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

MARVILA

Área: 6 302,72 m²
População: 38 767



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	18669H; 20098M	48,2 H / 51,8 H	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	5981	15,4	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	6513	16,8	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65anos	20961	54,1	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	5312	13,7	INE / 2001
Famílias Clássicas	12423	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	2027	18,3	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1891	15,2	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	907	7,3	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	1805	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	1940	10,1	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	3,36	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	3566	10,17	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	10541	27,2	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	11069	28,6	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	22575	58,2	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	10	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	2731	22,1	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	469	3,16	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	1163	3	INE / 2001
Barracas	368	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	741	6	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	20	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Água	205	1,7	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	490	4	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	111	0,9	INE / 2001
Alojamento sem Banho	479	3,9	INE / 2001
População de Rua	12	-	CML / 2004
População com Deficiência	3438	8,9	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	928	2,4	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	965	2,49	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	1209	3,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	7847	20,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	339	0,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	309	0,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	263	0,7	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	2075	-	ISS/2006
Agregados do RSI	556	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	1628	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	69	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	688	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	43	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	191	-	ISS/2006
Respostas sociais	20	-	MTSS/2006
Equipamentos	67	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	20	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	34	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	13	-	MTSS/2006



MERCÊS

Área: 269,47 m²
População: 5 093

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	2229 H; 2864 M	43,8 H / 56,2 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	554	10,9	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	538	10,6	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	2616	51,4	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	1385	27,2	INE / 2001
Famílias Clássicas	2509	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	281	21,4	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1148	45,7	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	534	21,28	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	82	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	207	8,5	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0,91	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	339	7,17	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1071	21	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1160	22,8	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	2379	46,7	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	352	15,7	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	15	0,47	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	36	0,7	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	179	8	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	1	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	1	0	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	52	2,3	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	0	0	INE / 2001
Alojamento sem Banho	157	7	INE / 2001
População de Rua	2	-	CML / 2004
População com Deficiência	504	9,9	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	194	3,8	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	239	4,69	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	113	2,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1491	29,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	24	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	45	0,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	28	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	189	-	ISS/2006
Agregados do RSI	46	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	93	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	6	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	24	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	10	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	8	-	ISS/2006
Respostas sociais	13	-	MTSS/2006
Equipamentos	14	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	7	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	2	-	MTSS/2006

NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Área: 1 914,37 m²
População: 15 291



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	6551H; 8740M	42,8 H / 57,2 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1548	10,1	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1926	12,6	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	7658	50,1	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	4159	27,2	INE / 2001
Famílias Clássicas	6645	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	740	18,3	INE / 2001
Famílias Unipessoais	2318	34,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1053	15,85	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	352	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	391	5,3	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0,82	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	588	4,13	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	2320	15,2	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	2594	17	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	5623	36,8	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	3	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	752	11,8	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	104	1,22	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	398	2,6	INE / 2001
Barracas	92	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	191	3	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	4	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	57	0,9	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	125	2	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	45	0,7	INE / 2001
Alojamento sem Banho	114	1,8	INE / 2001
População de Rua	11	-	CML / 2004
População com Deficiência	1117	7,3	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	379	2,5	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	713	4,66	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	171	1,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	3894	25,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	28	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	33	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	65	0,4	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	461	-	ISS/2006
Agregados do RSI	89	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	252	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	14	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	107	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	10	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	30	-	ISS/2006
Respostas sociais	10	-	MTSS/2006
Equipamentos	19	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	7	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	11	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	1	-	MTSS/2006



PENA

Área: 511,49 m²
População: 6 068

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	2862 H; 3206 M	47,2 H / 52,8 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	559	9,2	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	661	10,9	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	3187	52,5	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	1661	27,4	INE / 2001
Famílias Clássicas	2995	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	319	21,4	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1465	48,9	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	577	19,27	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	104	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	226	7,6	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	1,78	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	485	8,51	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1319	21,7	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1614	26,6	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	3053	50,3	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	409	15,8	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	9	0,26	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	12	0,2	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	182	7	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	2	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	4	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	60	2,3	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	3	0,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	173	6,7	INE / 2001
População de Rua	6	-	CML / 2004
População com Deficiência	637	10,5	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	165	2,7	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	532	8,77	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	99	1,6	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1799	29,6	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	38	0,6	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	50	0,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	27	0,4	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	212	-	ISS/2006
Agregados do RSI	36	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	60	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	17	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	7	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	4	-	ISS/2006
Respostas sociais	10	-	MTSS/2006
Equipamentos	14	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	9	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

PENHA DE FRANÇA

Área: 709,86 m²
População: 13 722



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	6054H; 7668M	44,1 H / 55,9 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1239	9	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1526	11,1	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65anos	6886	50,2	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	4071	29,7	INE / 2001
Famílias Clássicas	6380	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	685	17,3	INE / 2001
Famílias Unipessoais	2317	36,3	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1189	18,64	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	247	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	522	8,2	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	1,13	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	798	6,18	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	2646	19,3	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	3489	25,4	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	6844	49,9	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	2	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	902	14,8	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	112	1,41	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	288	2,1	INE / 2001
Barracas	91	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	244	4	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	7	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	64	1	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	105	1,7	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	14	0,2	INE / 2001
Alojamento sem Banho	191	3,1	INE / 2001
População de Rua	2	-	CML / 2004
População com Deficiência	1086	7,9	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	297	2,2	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	419	3,05	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	241	1,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	4535	33	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	54	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	28	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	83	0,6	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	509	-	ISS/2006
Agregados do RSI	79	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	178	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	23	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	63	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	13	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	21	-	ISS/2006
Respostas sociais	9	-	MTSS/2006
Equipamentos	12	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	7	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006



PRAZERES

Área: 1 567,46 m²
População: 8 492

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	3924 H; 4568 M	46,2 H / 53,8 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	948	11,2	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	933	11	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	4524	53,3	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	2087	24,6	INE / 2001
Famílias Clássicas	3801	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	444	18,9	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1394	36,6	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	582	15,31	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	196	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	250	6,2	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	1,84	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	440	5,6	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1594	18,8	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	2039	24	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	3883	45,7	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	590	18	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	35	0,74	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	93	1,1	INE / 2001
Barracas	17	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	263	8	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	8	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Água	38	1,2	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	103	3,1	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	21	0,6	INE / 2001
Alojamento sem Banho	228	6,9	INE / 2001
População de Rua	2	-	CML / 2004
População com Deficiência	635	7,5	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	181	2,1	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	419	3,63	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	152	1,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	2308	27,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	24	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	38	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	45	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	231	-	ISS/2006
Agregados do RSI	38	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	79	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	9	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	26	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	7	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	3	-	ISS/2006
Respostas sociais	9	-	MTSS/2006
Equipamentos	13	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	7	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	1	-	MTSS/2006

SACRAMENTO

Área: 85,31 m2
População: 880



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	405 H; 475 M	46 H / 54 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	81	9,2	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	110	12,5	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	474	53,9	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	215	24,4	INE / 2001
Famílias Clássicas	443	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	43	20,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais	215	48,5	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	87	19,64	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	18	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	34	7,3	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	7,41	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	58	7,09	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	184	20,9	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	200	22,7	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	412	46,8	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	50	12,6	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	1	0,16	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	1	0,1	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	48	12	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	1	0,3	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	12	3	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	1	0,3	INE / 2001
Alojamento sem Banho	40	10,1	INE / 2001
População de Rua	4	-	CML / 2004
População com Deficiência	57	6,5	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	19	2,2	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	58	6,59	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	11	1,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	239	27,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	5	0,6	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	4	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	3	0,3	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	33	-	ISS/2006
Agregados do RSI	14	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	19	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	4	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	4	-	ISS/2006
Respostas sociais	2	-	MTSS/2006
Equipamentos	3	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	2	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	0	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	1	-	MTSS/2006



SANTA CATARINA

Área: 212,22 m2
População: 4 081

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	1838 H; 2243 M	45 H / 55 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	402	9,9	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	488	12	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	2030	49,7	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	1161	28,4	INE / 2001
Famílias Clássicas	1951	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	211	19,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais	844	43,2	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	395	20,25	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	90	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	168	8,9	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	1,07	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	277	7,23	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	814	19,9	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1161	28,4	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	2199	53,9	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	276	15,2	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	13	0,49	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	29	0,7	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	164	9	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	4	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	39	2,1	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	1	0,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	142	7,8	INE / 2001
População de Rua	0	-	CML / 2004
População com Deficiência	294	7,2	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	86	2,1	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	223	5,46	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	80	2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1380	32,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	20	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	21	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	24	0,6	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	156	-	ISS/2006
Agregados do RSI	37	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	74	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	7	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	21	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	3	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	11	-	ISS/2006
Respostas sociais	6	-	MTSS/2006
Equipamentos	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	3	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

SANTA ENGRÁCIA

Área: 535,81 m²
População: 5 860



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	2677 H; 3183 M	45,7 H / 54,3 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	514	8,8	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	654	11,2	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	3086	52,7	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	1606	27,4	INE / 2001
Famílias Clássicas	2649	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	298	17	INE / 2001
Famílias Unipessoais	838	31,6	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	423	15,97	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	106	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	200	7	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	1,83	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	338	6,12	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1062	18,1	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1728	29,5	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	3249	55,4	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	1	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	464	17,7	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	40	1,09	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	123	2,1	INE / 2001
Barracas	40	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	131	5	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	6	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	47	1,8	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	2	0,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	107	4,1	INE / 2001
População de Rua	0	-	CML / 2004
População com Deficiência	404	6,9	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	120	2	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	235	4,01	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	124	2,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1843	31,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	14	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	13	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	18	0,3	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	248	-	ISS/2006
Agregados do RSI	35	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	73	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	4	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	27	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	7	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	7	-	ISS/2006
Respostas sociais	8	-	MTSS/2006
Equipamentos	11	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006



SANTA ISABEL

Área: 627,17 m²
População: 7 270

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	3101 H; 4169 M	42,7 H / 57,3 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	744	10,2	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	835	11,5	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	3635	50	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	2056	28,3	INE / 2001
Famílias Clássicas	3229	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	386	19,6	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1162	35,9	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	583	18,06	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	173	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	207	5,9	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	2,28	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	299	4,42	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1200	16,5	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1353	18,6	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	3042	41,8	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	458	14,5	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	20	0,47	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	36	0,5	INE / 2001
Barracas	5	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	189	6	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	4	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	10	0,3	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	64	2	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	4	0,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	159	5	INE / 2001
População de Rua	1	-	CML / 2004
População com Deficiência	58	8,6	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	20	2,2	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	259	3,56	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	83	1,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	2036	28	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	26	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	23	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	34	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	181	-	ISS/2006
Agregados do RSI	30	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	53	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	5	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	12	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	7	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	2	-	ISS/2006
Respostas sociais	7	-	MTSS/2006
Equipamentos	14	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	7	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	7	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

SANTA JUSTA

Área: 245,35 m²
População: 700



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	329 H; 371 M	47 H / 53 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	51	7,3	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	84	12	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	338	48,3	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	227	32,4	INE / 2001
Famílias Clássicas	330	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	29	17	INE / 2001
Famílias Unipessoais	147	44,5	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	71	21,52	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	20	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	31	9,8	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	58	8,58	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	149	21,3	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	254	36,3	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	406	58	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	38	12,8	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	3	0,72	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	3	0,4	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	57	19	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	2	0,7	INE / 2001
Alojamentos sem Água	1	0,3	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	14	4,7	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	0	0	INE / 2001
Alojamento sem Banho	49	16,4	INE / 2001
População de Rua	11	-	CML / 2004
População com Deficiência	58	8,3	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	20	2,9	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	46	6,57	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	14	2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	228	32,6	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	9	1,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	4	0,6	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	3	0,4	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	31	-	ISS/2006
Agregados do RSI	16	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	29	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	9	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	2	-	ISS/2006
Respostas sociais	1	-	MTSS/2006
Equipamentos	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	0	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006



SANTA MARIA DE BELÉM

Área: 3 442,37 m²
População: 9 756

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	4428 H; 5328 M	45,4 H / 54,6 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1140	11,7	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1135	11,6	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	4681	48	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	2800	28,7	INE / 2001
Famílias Clássicas	4007	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	439	16,5	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1240	30,9	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	673	16,8	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	235	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	245	5,8	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0,92	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	578	6,37	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1750	17,9	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	2202	22,6	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	4311	44,2	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	519	13,4	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	54	1,1	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	88	0,9	INE / 2001
Barracas	22	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	155	4	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	28	0,7	INE / 2001
Alojamentos sem Água	40	1	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	84	2,2	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	30	0,8	INE / 2001
Alojamento sem Banho	136	3,5	INE / 2001
População de Rua	15	-	CML / 2004
População com Deficiência	806	8,3	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	315	3,2	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	301	3,09	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	125	1,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	2918	29,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	47	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	142	1,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	28	0,3	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	571	-	ISS/2006
Agregados do RSI	45	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	88	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	8	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	22	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	8	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	12	-	ISS/2006
Respostas sociais	14	-	MTSS/2006
Equipamentos	35	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	17	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	15	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	2	-	MTSS/2006

SANTA MARIA DOS OLIVAIS

Área: 10 900,25 m²
População: 46 410



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	22013H; 24397M	47,4 H / 52,6 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	5425	11,7	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	5474	11,8	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	24267	52,3	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	11244	24,2	INE / 2001
Famílias Clássicas	17541	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	2511	17,5	INE / 2001
Famílias Unipessoais	3493	19,9	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1842	10,5	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	1506	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	1798	8,4	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	2,53	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	3157	7,36	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	9664	20,8	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	12192	26,3	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	23433	50,5	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	9	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	2417	14	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	84	0,42	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	186	0,4	INE / 2001
Barracas	18	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	346	2	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	25	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	34	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	266	1,5	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	24	0,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	61	0,4	INE / 2001
População de Rua	2	-	CML / 2004
População com Deficiência	3752	8,1	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	1242	2,7	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	775	1,67	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	959	2,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	13476	29	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	260	0,6	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	114	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	236	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	1948	-	ISS/2006
Agregados do RSI	379	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	1076	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	52	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	479	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	40	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	100	-	ISS/2006
Respostas sociais	12	-	MTSS/2006
Equipamentos	44	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	15	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	27	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	2	-	MTSS/2006



SANTIAGO

Área: 65,40 m2
População: 857

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	372 H; 485 M	43,4 H / 56,6 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	68	7,9	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	97	11,3	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	421	49,1	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	271	31,6	INE / 2001
Famílias Clássicas	385	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	48	20,4	INE / 2001
Famílias Unipessoais	144	37,4	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	83	21,56	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	22	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	27	6,5	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	53	6,42	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	169	19,7	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	227	26,5	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	467	54,5	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	61	16,4	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	0	0	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	0	0	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	48	13	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	17	4,6	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	0	0	INE / 2001
Alojamento sem Banho	44	11,8	INE / 2001
População de Rua	0	-	CML / 2004
População com Deficiência	89	10,4	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	23	2,7	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	21	2,45	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	18	2,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	295	34,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	2	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	4	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	5	0,6	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	29	-	ISS/2006
Agregados do RSI	2	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	3	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	0	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	0	-	ISS/2006
Respostas sociais	2	-	MTSS/2006
Equipamentos	2	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

SANTO CONDESTÁVEL

Área: 1 030,35 m²
População: 17 553



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	7685H; 9868M	43,8 H / 56,2 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1870	10,7	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1958	11,2	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65anos	8748	49,8	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	4977	28,4	INE / 2001
Famílias Clássicas	8084	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	932	19	INE / 2001
Famílias Unipessoais	3004	37,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1520	18,8	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	333	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	719	8,7	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	1,26	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	946	5,79	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	3285	18,7	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	3730	21,2	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	8011	45,6	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	1302	16,7	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	114	1,15	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	281	1,6	INE / 2001
Barracas	47	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	545	7	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	12	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Água	99	1,3	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	274	3,5	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	47	0,6	INE / 2001
Alojamento sem Banho	463	6	INE / 2001
População de Rua	66	-	CML / 2004
População com Deficiência	1461	8,3	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	476	2,7	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	570	3,25	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	352	2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	5285	30,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	64	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	36	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	96	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	527	-	ISS/2006
Agregados do RSI	53	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	130	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	13	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	40	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	11	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	17	-	ISS/2006
Respostas sociais	8	-	MTSS/2006
Equipamentos	19	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	10	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006



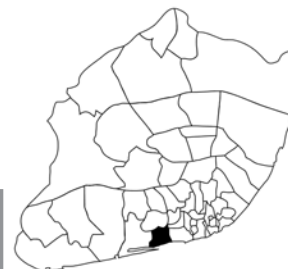
SANTO ESTEVÃO

Área: 203,06 m2
População: 2 047

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	908 H; 1139 M	44,4 H / 55,6 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	191	9,3	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	238	11,6	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	992	48,5	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	626	30,6	INE / 2001
Famílias Clássicas	1035	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	112	19,7	INE / 2001
Famílias Unipessoais	447	43,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	243	23,48	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	32	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	72	8,4	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	2,35	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	182	9,44	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	481	23,5	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	727	35,5	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	1224	59,8	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	229	22,9	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	1	0,06	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	199	9,7	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	180	18	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	6	0,6	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	48	4,8	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	5	0,5	INE / 2001
Alojamento sem Banho	169	16,9	INE / 2001
População de Rua	2	-	CML / 2004
População com Deficiência	176	8,6	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	48	2,3	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	76	3,71	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	42	2,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	772	37,7	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	18	0,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	9	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	13	0,6	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	81	-	ISS/2006
Agregados do RSI	21	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	37	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	3	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	12	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	0	-	ISS/2006
Respostas sociais	3	-	MTSS/2006
Equipamentos	3	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	2	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

SANTOS-O-VELHO

Área: 542,89 m²
População: 4 013



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	1789 H; 2224 M	44,6 H / 55,4 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	436	10,9	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	452	11,3	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	1996	49,7	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	1129	28,1	INE / 2001
Famílias Clássicas	1819	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	219	19,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais	683	37,5	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	371	20,4	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	106	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	144	8	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	2,14	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	284	7,61	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	881	22	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1070	26,7	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	1977	49,3	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	267	15,3	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	23	0,8	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	40	1	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	210	12	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	8	0,5	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	65	3,7	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	3	0,2	INE / 2001
Alojamento sem Banho	183	10,5	INE / 2001
População de Rua	18	-	CML / 2004
População com Deficiência	370	9,2	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	118	2,9	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	128	3,19	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	71	1,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1273	31,7	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	12	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	11	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	22	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	147	-	ISS/2006
Agregados do RSI	20	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	43	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	18	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	10	-	ISS/2006
Respostas sociais	3	-	MTSS/2006
Equipamentos	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	2	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	3	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006



SÃO CRISTOVÃO E SÃO LOURENÇO

Área: 77,47 m2
População: 1 612

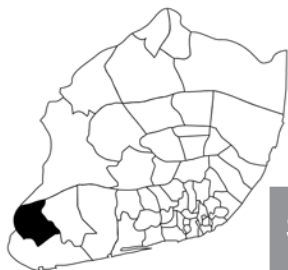
INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	745 H; 867 M	46,2 H / 53,8	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	136	8,4	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	199	12,3	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	832	51,6	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	445	27,6	INE / 2001
Famílias Clássicas	853	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	73	17,7	INE / 2001
Famílias Unipessoais	434	50,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	187	21,92	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	38	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	64	8,4	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	1,56	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	131	8,57	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	350	21,7	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	518	32,1	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	895	55,5	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	166	21,3	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	0	0	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	0	0	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	117	15	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	1	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	3	0,4	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	24	3,1	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	1	0,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	110	14,1	INE / 2001
População de Rua	3	-	CML / 2004
População com Deficiência	135	8,4	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	44	2,7	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	135	8,37	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	26	1,6	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	514	31,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	9	0,6	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	3	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	16	1	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	72	-	ISS/2006
Agregados do RSI	21	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	51	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	18	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	0	-	ISS/2006
Respostas sociais	7	-	MTSS/2006
Equipamentos	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	0	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	3	-	MTSS/2006

SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Área: 4 324,43 m²
População: 33 678



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	15361H; 18317 M	45,6 H / 54,4 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	3673	10,9	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	4418	13,1	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65anos	18574	55,2	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	7013	20,8	INE / 2001
Famílias Clássicas	14103	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	1617	16,7	INE / 2001
Famílias Unipessoais	3997	28,3	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1692	12	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	651	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	1059	6,1	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0,8	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	834	2,67	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	4524	13,4	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	5586	16,6	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	12291	36,5	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	4	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	1811	13,2	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	159	0,91	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	404	1,2	INE / 2001
Barracas	138	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	275	2	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	10	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Água	37	0,3	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	139	1	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	12	0,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	96	0,7	INE / 2001
População de Rua	3	-	CML / 2004
População com Deficiência	2261	6,7	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	862	2,6	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	869	2,58	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	395	1,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	7695	22,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	97	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	64	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	134	0,4	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	890	-	ISS/2006
Agregados do RSI	85	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	181	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	26	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	46	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	9	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	10	-	ISS/2006
Respostas sociais	10	-	MTSS/2006
Equipamentos	32	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	18	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	13	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	1	-	MTSS/2006



SÃO FRANCISCO XAVIER

Área: 2 219,76 m²
População: 8 101

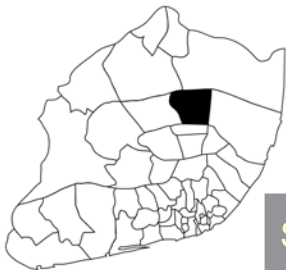
INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	3729 H; 4372 M	46 H / 54 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1116	13,8	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	938	11,6	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	4466	55,1	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	1581	19,5	INE / 2001
Famílias Clássicas	3175	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	377	15,9	INE / 2001
Famílias Unipessoais	782	24,6	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	314	9,89	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	219	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	190	4,6	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	158	2,14	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1145	14,1	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1065	13,1	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	2501	30,9	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	254	8,3	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	9	0,24	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	24	0,3	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	31	1	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	1	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	6	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	20	0,7	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	5	0,2	INE / 2001
Alojamento sem Banho	13	0,4	INE / 2001
População de Rua	2	-	CML / 2004
População com Deficiência	533	6,6	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	232	2,9	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	337	4,16	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	83	1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1539	19	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	12	0,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	12	0,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	16	0,2	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	166	-	ISS/2006
Agregados do RSI	7	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	8	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	0	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	0	-	ISS/2006
Respostas sociais	5	-	MTSS/2006
Equipamentos	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	6	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	2	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

SÃO JOÃO

Área: 1 508,87 m²
População: 17 073



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	7774H; 9299M	45,5 H / 54,5 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1730	10,1	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	2049	12	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	8728	51,1	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	4566	26,7	INE / 2001
Famílias Clássicas	7336	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	826	16,9	INE / 2001
Famílias Unipessoais	2323	31,6	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1249	17,03	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	350	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	724	9,1	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	2,58	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	986	6,17	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	3338	19,6	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	4486	26,3	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	9032	52,9	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	2	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	1251	17,7	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	348	3,78	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	956	5,6	INE / 2001
Barracas	282	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	354	5	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	11	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Água	46	0,6	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	149	2,1	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	14	0,2	INE / 2001
Alojamento sem Banho	237	3,3	INE / 2001
População de Rua	15	-	CML / 2004
População com Deficiência	1308	7,7	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	382	2,2	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	452	2,65	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	385	2,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	5163	30,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	87	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	172	1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	130	0,8	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	557	-	ISS/2006
Agregados do RSI	93	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	250	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	16	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	87	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	7	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	47	-	ISS/2006
Respostas sociais	13	-	MTSS/2006
Equipamentos	24	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	10	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	11	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	3	-	MTSS/2006



SÃO JOÃO DE BRITO

Área: 2 281,00 m²
População: 13 449

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	5905H; 7544M	43,9 H / 56,1 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1199	8,9	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1362	10,1	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65anos	6389	47,5	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	4499	33,5	INE / 2001
Famílias Clássicas	5690	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	701	18,2	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1770	31,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1054	18,52	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	271	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	364	6	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	1,39	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	608	4,8	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	2024	15	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	2500	18,6	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	5154	38,3	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	553	10	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	33	0,5	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	67	0,5	INE / 2001
Barracas	16	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	110	2	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	1	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	5	0,1	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	62	1,1	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	3	0,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	34	0,6	INE / 2001
População de Rua	6	-	CML / 2004
População com Deficiência	1379	10,3	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	394	2,9	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	309	2,30	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	142	1,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	4188	31,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	25	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	49	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	36	0,3	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	300	-	ISS/2006
Agregados do RSI	25	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	44	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	6	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	10	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	3	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	2	-	ISS/2006
Respostas sociais	15	-	MTSS/2006
Equipamentos	25	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	13	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	10	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	2	-	MTSS/2006

SÃO JOÃO DE DEUS

Área: 928,61 m²
População: 10 782



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	4558H; 6224M	42,3 H / 57,7 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1036	9,6	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	1157	10,7	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	5017	46,5	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	3572	33,1	INE / 2001
Famílias Clássicas	4910	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	575	19,6	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1777	36,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1045	21,28	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	209	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	279	5,8	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0,7	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	237	2,35	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1271	11,8	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1587	14,7	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	3887	36,1	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	453	9,6	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	4	0,06	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	11	0,1	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	47	1	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	35	0,7	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	0	0	INE / 2001
Alojamento sem Banho	12	0,3	INE / 2001
População de Rua	15	-	CML / 2004
População com Deficiência	845	7,8	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	313	2,9	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	256	2,37	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	102	0,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	3225	29,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	18	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	40	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	39	0,4	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	325	-	ISS/2006
Agregados do RSI	21	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	47	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	6	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	11	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	8	-	ISS/2006
Respostas sociais	10	-	MTSS/2006
Equipamentos	18	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	13	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006



SÃO JORGE DE ARROIOS

Área: 1 146,73 m²
População: 17 404

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	7573H; 9831M /	43,5 H / 56,5 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	1446	8,3	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	2062	11,8	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	8674	49,8	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	5222	30	INE / 2001
Famílias Clássicas	8428	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	914	19,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais	3506	41,5	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	1622	19,25	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	305	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	528	6,3	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0,85	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	790	4,81	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	2722	15,6	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	3499	20,1	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	7595	43,6	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	828	10,9	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	20	0,18	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	52	0,3	INE / 2001
Barracas	1	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	229	3	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	15	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Água	15	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	140	1,8	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	11	0,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	89	1,2	INE / 2001
População de Rua	21	-	CML / 2004
População com Deficiência	1406	8,1	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	478	2,7	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	882	5,07	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	237	1,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	5215	30	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	50	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	44	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	70	0,4	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	732	-	ISS/2006
Agregados do RSI	67	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	110	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	17	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	24	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	12	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	13	-	ISS/2006
Respostas sociais	8	-	MTSS/2006
Equipamentos	12	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	2	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	9	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	1	-	MTSS/2006

SÃO JOSÉ

Área: 331,38 m2
População: 3 278



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	1499 H; 1779 M	45,7 H / 54,3 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	293	8,9	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	381	11,6	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	1630	49,7	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	974	29,7	INE / 2001
Famílias Clássicas	1715	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	157	18,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais	860	50,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	351	20,47	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	43	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	135	8,4	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	234	7,59	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	693	21,1	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	815	24,9	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	1638	50	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	204	13,7	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	29	1,32	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	52	1,6	INE / 2001
Barracas	2	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	150	10	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	25	1,7	INE / 2001
Alojamentos sem Água	4	0,3	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	37	2,5	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	1	0,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	107	7,2	INE / 2001
População de Rua	15	-	CML / 2004
População com Deficiência	268	8,2	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	85	2,6	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	204	6,22	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	67	2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1041	31,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	11	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	6	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	15	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	118	-	ISS/2006
Agregados do RSI	31	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	62	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	7	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	20	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	8	-	ISS/2006
Respostas sociais	4	-	MTSS/2006
Equipamentos	9	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	4	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006



SÃO MAMEDE

Área: 612,13 m²
População: 6 004

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	2527 H; 3477 M	42,1 H / 57,9 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	645	10,7	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	673	11,2	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	3009	50,1	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	1677	27,9	INE / 2001
Famílias Clássicas	2738	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	309	20,5	INE / 2001
Famílias Unipessoais	1159	42,3	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	519	18,96	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	162	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	156	5,6	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0,75	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	213	3,82	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	926	15,4	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1062	17,7	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	2222	37	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	244	9,6	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	5	0,16	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	12	0,2	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	101	4	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	1	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	38	1,5	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	0	0	INE / 2001
Alojamento sem Banho	68	2,7	INE / 2001
População de Rua	0	-	CML / 2004
População com Deficiência	465	7,7	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	142	2,4	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	356	5,93	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	76	1,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1699	28,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	11	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	6	0,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	28	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	151	-	ISS/2006
Agregados do RSI	15	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	23	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	5	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	3	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	4	-	ISS/2006
Respostas sociais	4	-	MTSS/2006
Equipamentos	9	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	4	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

SÃO MIGUEL

Área: 51,55 m2
População: 1 777



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	819 H; 958 M	46,1 H / 53,9 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	232	13,1	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	218	12,3	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	864	48,6	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	463	26,1	INE / 2001
Famílias Clássicas	830	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	98	20,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais	327	39,3	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	164	19,76	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	36	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	63	8,7	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	11,65	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	184	11,28	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	494	27,8	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	712	40,1	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	1082	60,9	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	232	28,8	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	1	0,08	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	4	0,2	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	129	16	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	2	0,2	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	17	2,1	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	1	0,1	INE / 2001
Alojamento sem Banho	120	14,9	INE / 2001
População de Rua	0	-	CML / 2004
População com Deficiência	66	3,7	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	21	1,2	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	76	4,28	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	84	4,7	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	579	32,6	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	35	2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	9	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	8	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	60	-	ISS/2006
Agregados do RSI	41	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	86	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	3	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	25	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	4	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	13	-	ISS/2006
Respostas sociais	1	-	MTSS/2006
Equipamentos	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	0	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006



SÃO NICOLAU

Área: 262,75 m2
População: 1 175

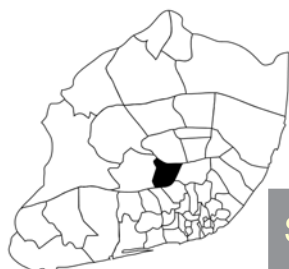
INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	529 H; 646 M	45 H / 55 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	80	6,8	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	123	10,5	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	590	50,2	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	382	32,5	INE / 2001
Famílias Clássicas	560	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	67	25	INE / 2001
Famílias Unipessoais	282	50,3	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	129	23,04	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	20	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	50	8,3	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	7,14	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	82	7,31	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	220	18,7	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	271	23,1	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	641	54,6	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	47	10,1	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	2	0,2	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	1	0,1	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	42	9	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	2	0,4	INE / 2001
Alojamentos sem Água	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	4	0,9	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	0	0	INE / 2001
Alojamento sem Banho	35	7,5	INE / 2001
População de Rua	8	-	CML / 2004
População com Deficiência	81	6,9	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	20	1,7	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	79	6,72	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	30	2,6	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	387	32,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	6	0,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	4	0,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	3	0,3	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	43	-	ISS/2006
Agregados do RSI	9	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	9	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	0	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	1	-	ISS/2006
Respostas sociais	3	-	MTSS/2006
Equipamentos	4	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	1	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	3	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

SÃO PAULO

Área: 437,55 m2
População: 3 521



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	1652H; 1869M	46,9 H / 53,1 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	372	10,6	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	434	12,3	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	1844	52,4	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	871	24,7	INE / 2001
Famílias Clássicas	1528	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	203	22,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais	525	34,3	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	257	16,82	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	99	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	101	6	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0,55	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	225	6,83	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	697	19,8	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1048	29,8	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	2000	56,8	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	235	15,7	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	5	0,24	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	11	0,3	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	120	8	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	5	0,3	INE / 2001
Alojamentos sem Água	11	0,7	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	31	2,1	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	9	0,6	INE / 2001
Alojamento sem Banho	109	7,3	INE / 2001
População de Rua	10	-	CML / 2004
População com Deficiência	269	7,6	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	61	1,7	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	284	8,07	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	86	2,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1011	28,7	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	15	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	13	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	16	0,5	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	130	-	ISS/2006
Agregados do RSI	23	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	38	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	4	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	9	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	2	-	ISS/2006
Respostas sociais	8	-	MTSS/2006
Equipamentos	10	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	4	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	3	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	3	-	MTSS/2006



SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA

Área: 1 082,70 m²
População: 5 871

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	2558H; 3313M	43,6 H / 56,4 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	586	10	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	641	10,9	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	2926	49,8	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	1718	29,3	INE / 2001
Famílias Clássicas	2542	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	292	20,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais	905	35,6	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	461	18,14	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	165	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	172	5,8	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0,43	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	417	7,62	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	1081	18,4	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	759	12,9	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	1864	31,7	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	306	12,5	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	14	0,42	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	23	0,4	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	49	2	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	10	0,4	INE / 2001
Alojamentos sem Água	10	0,4	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	35	1,4	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	9	0,4	INE / 2001
Alojamento sem Banho	23	0,9	INE / 2001
População de Rua	19	-	CML / 2004
População com Deficiência	452	7,7	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	178	3	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	202	3,44	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	52	0,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1431	24,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	10	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	22	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	20	0,3	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	286	-	ISS/2006
Agregados do RSI	8	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	16	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	2	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	5	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	0	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	0	-	ISS/2006
Respostas sociais	4	-	MTSS/2006
Equipamentos	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	2	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	6	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

SÃO VICENTE DE FORA

Área: 313,69 m²
População: 4 267



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	1905H; 2362M	44,6 H / 55,4 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	414	9,7	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	459	10,8	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	2181	51,1	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	1213	28,4	INE / 2001
Famílias Clássicas	2052	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	245	20,3	INE / 2001
Famílias Unipessoais	804	39,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	396	19,3	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	77	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	161	8,4	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	4,89	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	303	7,56	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	882	20,7	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	1364	32	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	2351	55,1	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	348	17,6	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	41	1,42	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	85	2	INE / 2001
Barracas	16	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	258	13	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	8	0,4	INE / 2001
Alojamentos sem Água	20	1	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	59	3	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	17	0,9	INE / 2001
Alojamento sem Banho	228	11,5	INE / 2001
População de Rua	0	-	CML / 2004
População com Deficiência	223	5,2	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	87	2	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	219	5,13	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	87	2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	1470	34,5	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	37	0,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	8	0,2	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	18	0,4	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	142	-	ISS/2006
Agregados do RSI	32	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	68	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	4	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	18	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	7	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	8	-	ISS/2006
Respostas sociais	7	-	MTSS/2006
Equipamentos	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	4	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	4	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006



SÉ

Área: 119,45 m²
População: 1 160

INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	507 H; 653 M	43,7 H / 56,3 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	88	7,6	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	138	11,9	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65 anos	589	50,8	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	345	29,7	INE / 2001
Famílias Clássicas	545	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	51	16,7	INE / 2001
Famílias Unipessoais	217	39,8	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	104	19,08	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	28	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	50	9,1	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	0	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	66	5,99	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	215	18,5	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	296	25,5	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	590	50,9	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	58	11,3	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	1	0,12	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	100	8,6	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	62	12	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	4	0,8	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	25	4,9	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	2	0,4	INE / 2001
Alojamento sem Banho	52	10,1	INE / 2001
População de Rua	2	-	CML / 2004
População com Deficiência	87	7,5	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	29	2,5	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	82	7,07	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	36	3,1	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	392	33,8	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	10	0,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	5	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	7	0,6	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	35	-	ISS/2006
Agregados do RSI	15	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	29	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	1	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	10	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	3	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	6	-	ISS/2006
Respostas sociais	6	-	MTSS/2006
Equipamentos	8	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	3	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	5	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

SOCORRO

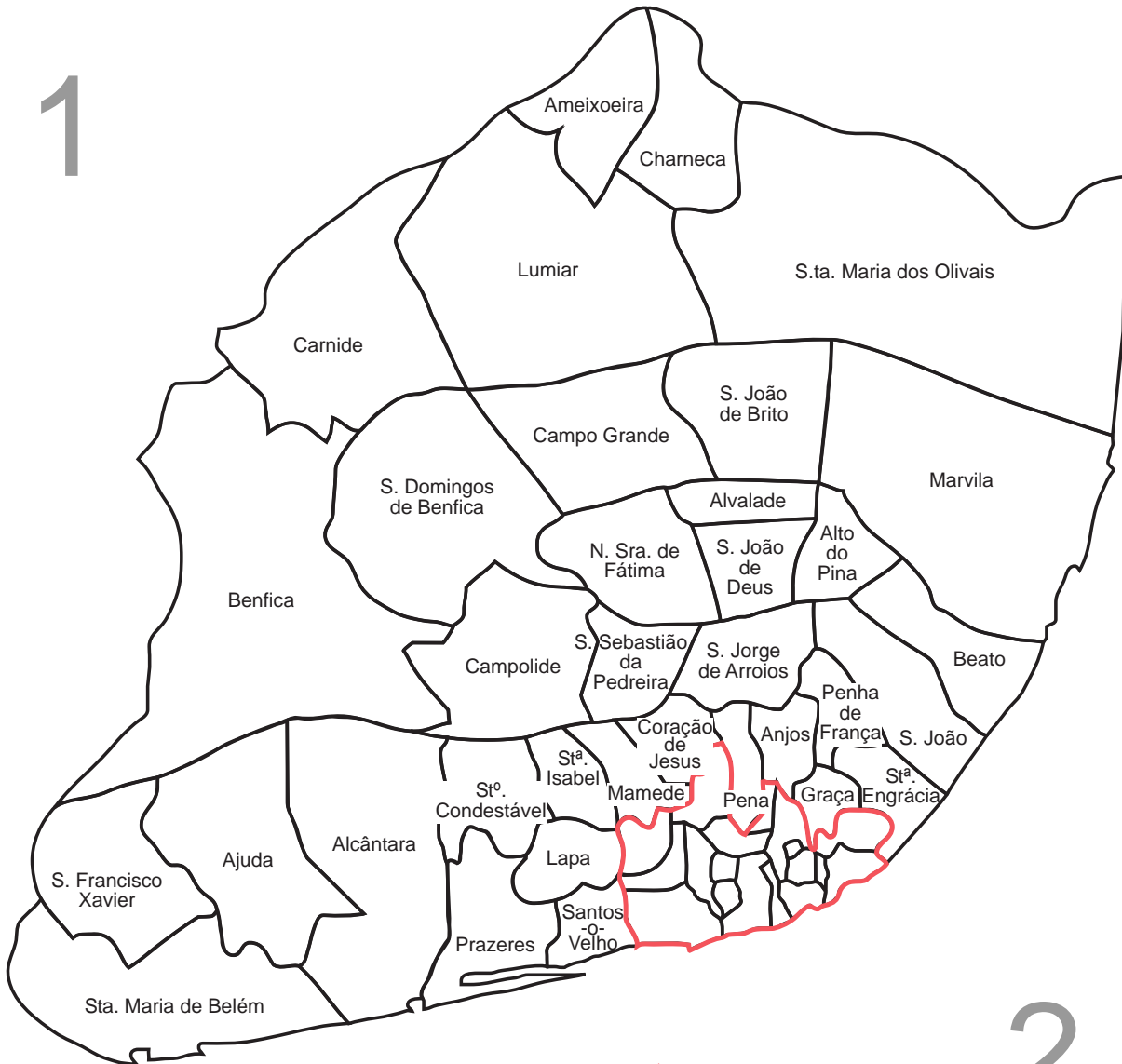
Área: 111,73 m2
População: 2 675



INDICADORES	Nº	%	FONTE / DATA
População por género	1225H; 1450M	45,8 H / 54,2 M	INE / 2001
Habitantes entre os 0 e os 14 anos	286	10,7	INE / 2001
Habitantes entre os 15 e os 24 anos	313	11,7	INE / 2001
Habitantes entre os 25 e os 65anos	1382	51,7	INE / 2001
Habitantes com mais de 65 anos	694	25,9	INE / 2001
Famílias Clássicas	1289	-	INE / 2001
Famílias Monoparentais	147	20,6	INE / 2001
Famílias Unipessoais	556	43,1	INE / 2001
Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	259	20,09	INE / 2001
Famílias com 5 ou mais pessoas	59	-	INE / 2001
Nº Desempregados/Taxa Desemprego	104	8,3	INE / 2001
Taxa de Abandono Escolar	-	5,08	INE / 2001
Nº Pessoas Analfabetas /Taxa Analfabetismo	246	9,9	INE / 2001
População sem Grau de Instrução	713	26,7	INE / 2001
População com o 1º Ciclo Ensino Básico	806	30,1	INE / 2001
População com Ensino Básico Completo	1534	57,3	INE / 2001
Áreas de Realojamento Social	0	-	Gebalis / 2007
Alojamentos Superlotados	264	22,7	INE / 2001
Alojamentos Não Clássicos	6	0,28	INE / 2001
População em Alojamentos Não Clássicos	21	0,8	INE / 2001
Barracas	0	-	INE / 2001
Alojamentos sem pelo menos uma infra-estrutura básica	163	14	INE / 2001
Alojamentos sem Electricidade	0	0	INE / 2001
Alojamentos sem Água	12	1	INE / 2001
Alojamentos sem Retrete	67	5,8	INE / 2001
Alojamentos sem Esgotos	9	0,8	INE / 2001
Alojamento sem Banho	142	12,2	INE / 2001
População de Rua	15	-	CML / 2004
População com Deficiência	181	6,8	INE / 2001
População com Deficiência com 60% ou mais de incapacidade atribuída	41	1,5	INE / 2001
População de Nacionalidade Estrangeira	176	6,58	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Subsídio de Desemprego	62	2,3	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é a pensão / reforma	826	30,9	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o RMG	19	0,7	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida é o Apoio Social	10	0,4	INE / 2001
Pessoas cujo principal meio de vida são outros Subsídios	26	1	INE / 2001
Beneficiários dos Subsídios de Desemprego	171	-	ISS/2006
Agregados do RSI	69	-	ISS/2006
Beneficiários do RSI	119	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com > 65 anos	8	-	ISS/2006
Beneficiários RSI com <18 anos	28	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Agregados Isolados	14	-	ISS/2006
Beneficiários RSI em Famílias Monoparentais	10	-	ISS/2006
Respostas sociais	6	-	MTSS/2006
Equipamentos	6	-	MTSS/2006
Equipamentos para Infância e Juventude	2	-	MTSS/2006
Equipamentos para Pessoas Adultas	4	-	MTSS/2006
Equipamentos para Família e Comunidade	0	-	MTSS/2006

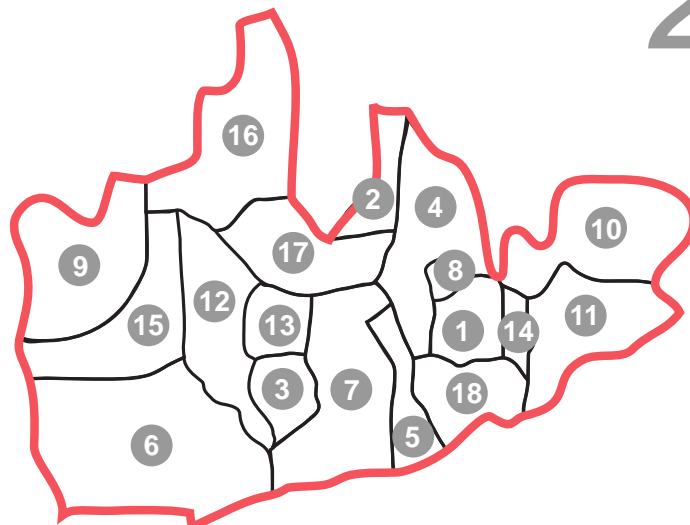
3.3.13. Mapificação de alguns indicadores

Mapa das Freguesias da Cidade de Lisboa



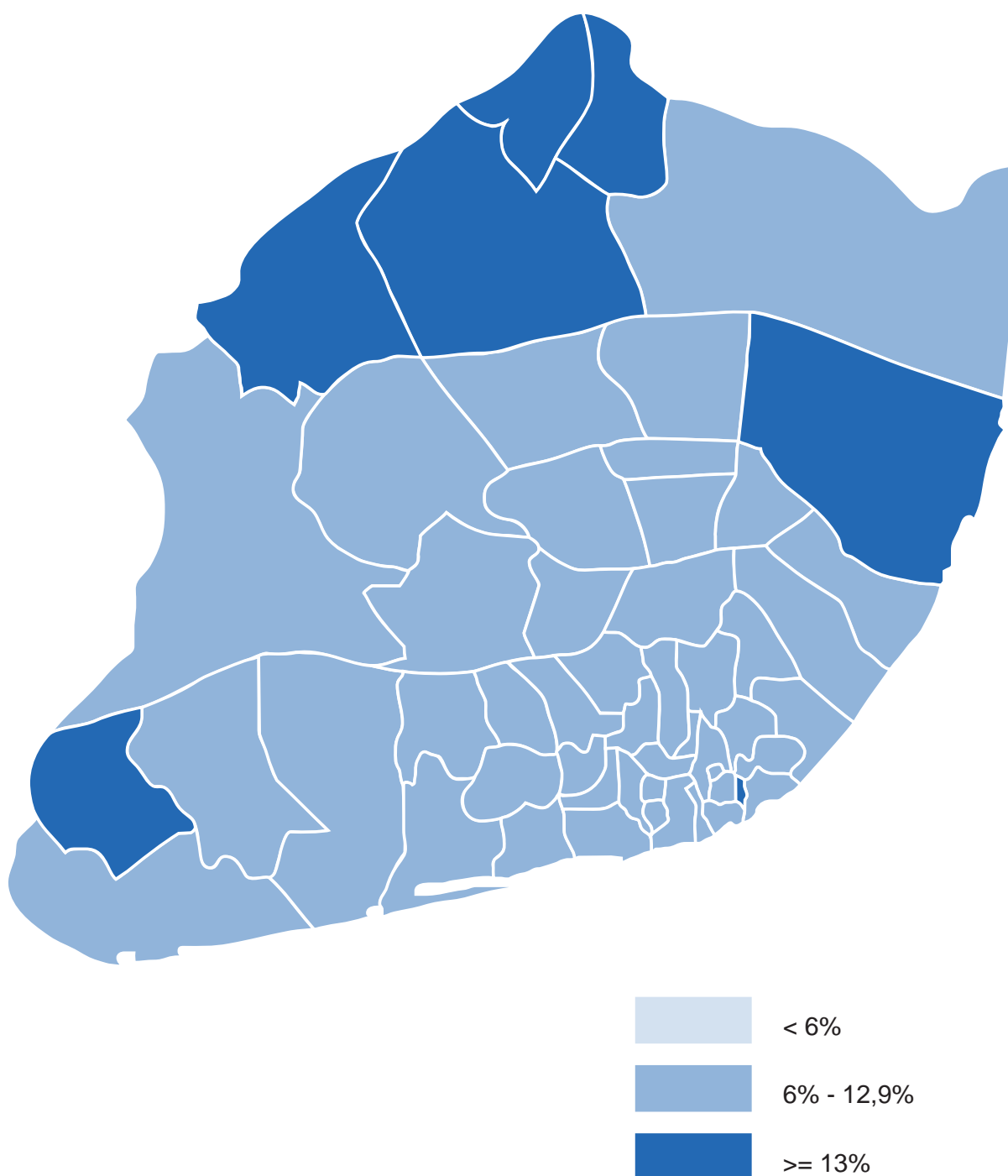
2

- 1 - S. Cristovão e S. Lorenço
- 2 - Socorro
- 3 - Mártires
- 4 - Santiago
- 5 - Madalena
- 6 - S. Paulo
- 7 - S. Nicolau
- 8 - Castelo
- 9 - Mercês
- 10 - S. Vicente de Fora
- 11 - Sto. Estevão
- 12 - Encarnação
- 13 - Sacramento
- 14 - S. Miguel
- 15 - Sta. Catarina
- 16 - S. José
- 17 - Sta. Justa
- 18 - Sé



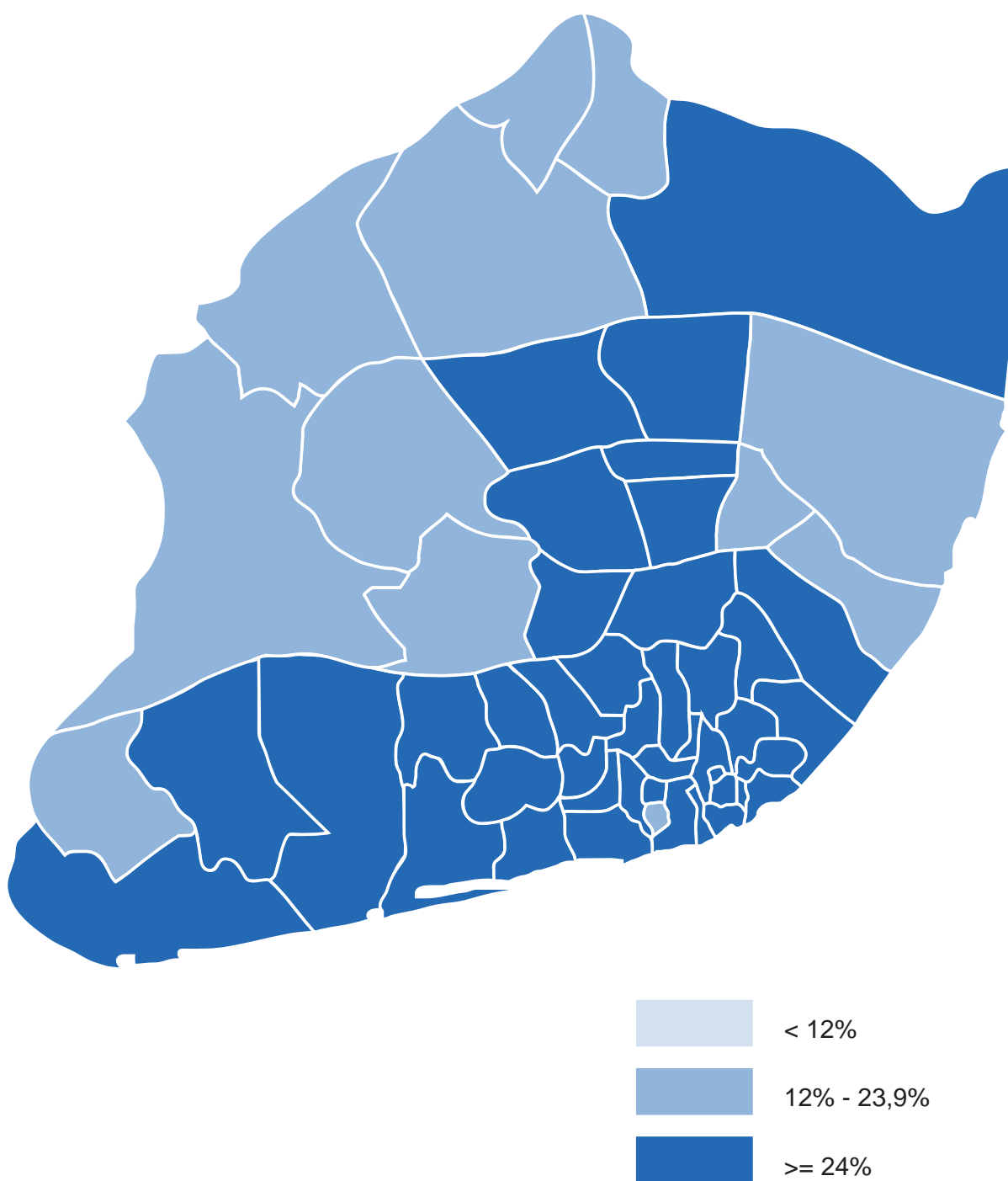
POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 0 E 14 ANOS

INE - Censos 2001



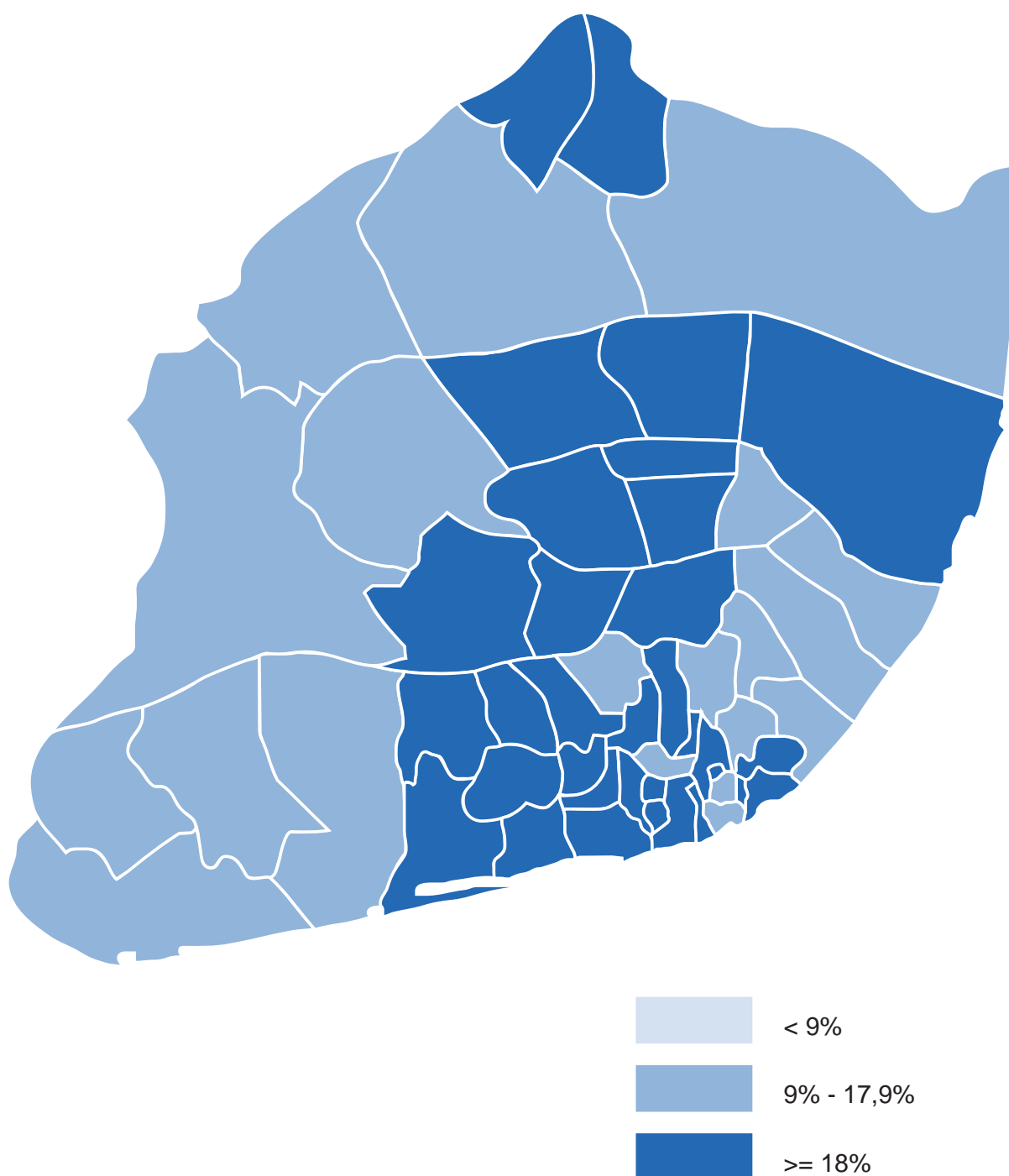
POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 65 ANOS

INE - Censos 2001



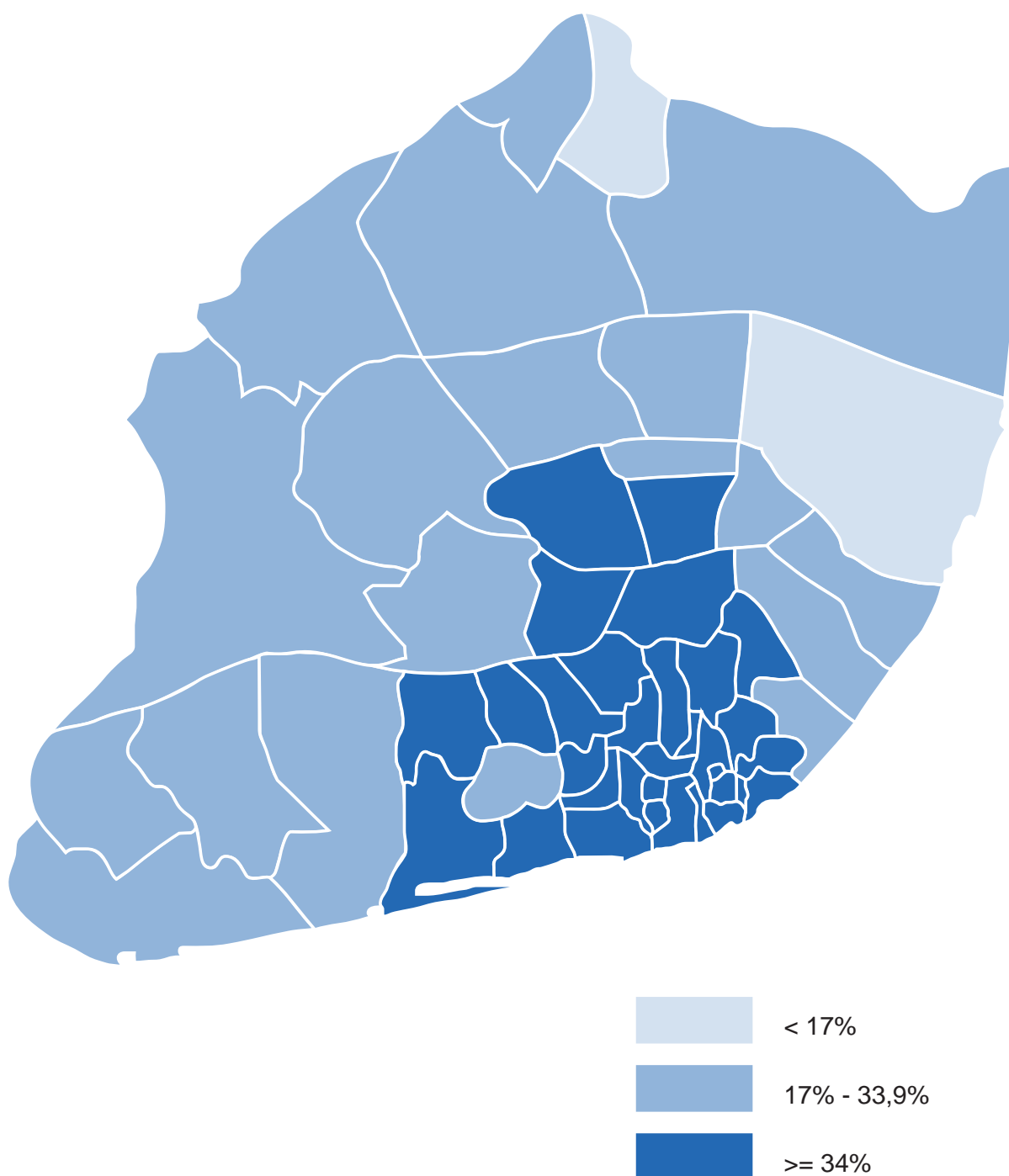
PROPORÇÃO DE NÚCLEOS FAMILIARES MONOPARENTAIS

INE - Censos 2001



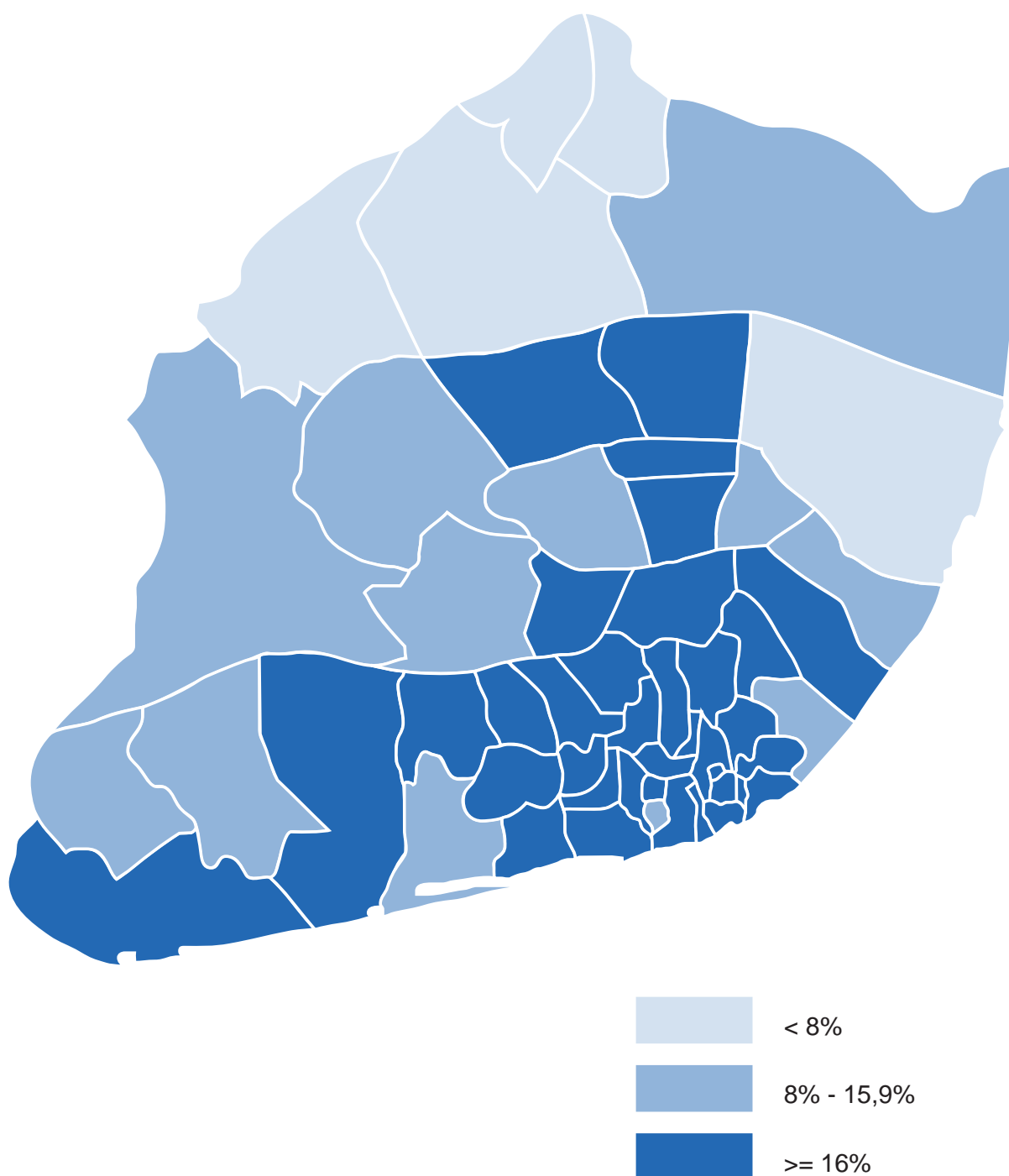
PROPORÇÃO DE NÚCLEOS FAMILIARES UNIPESSOAIS

INE - Censos 2001



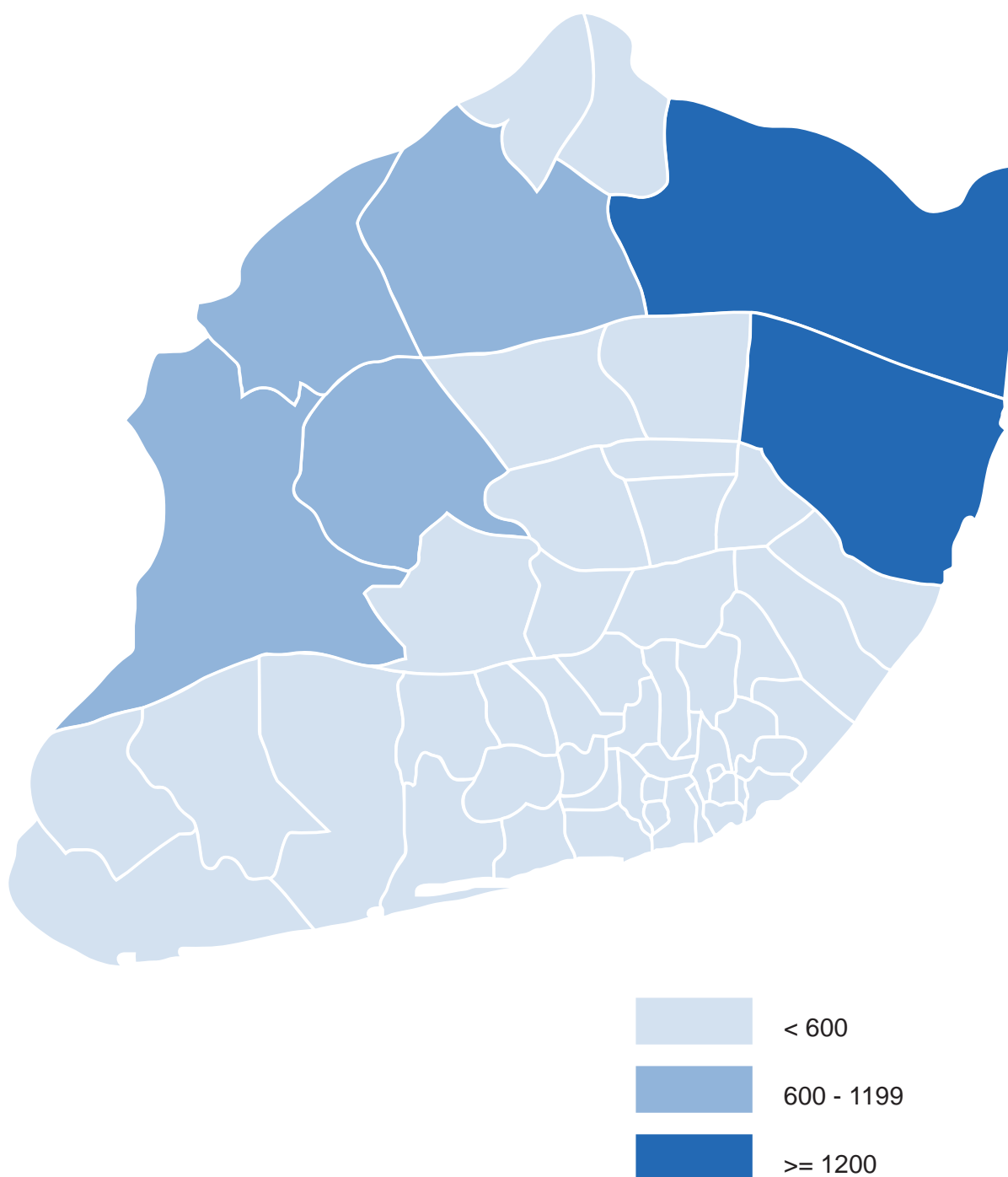
PROPORÇÃO DE NÚCLEOS FAMILIARES UNIPESOAIS DE PESSOAS COM 65 ANOS OU MAIS

INE - Censos 2001



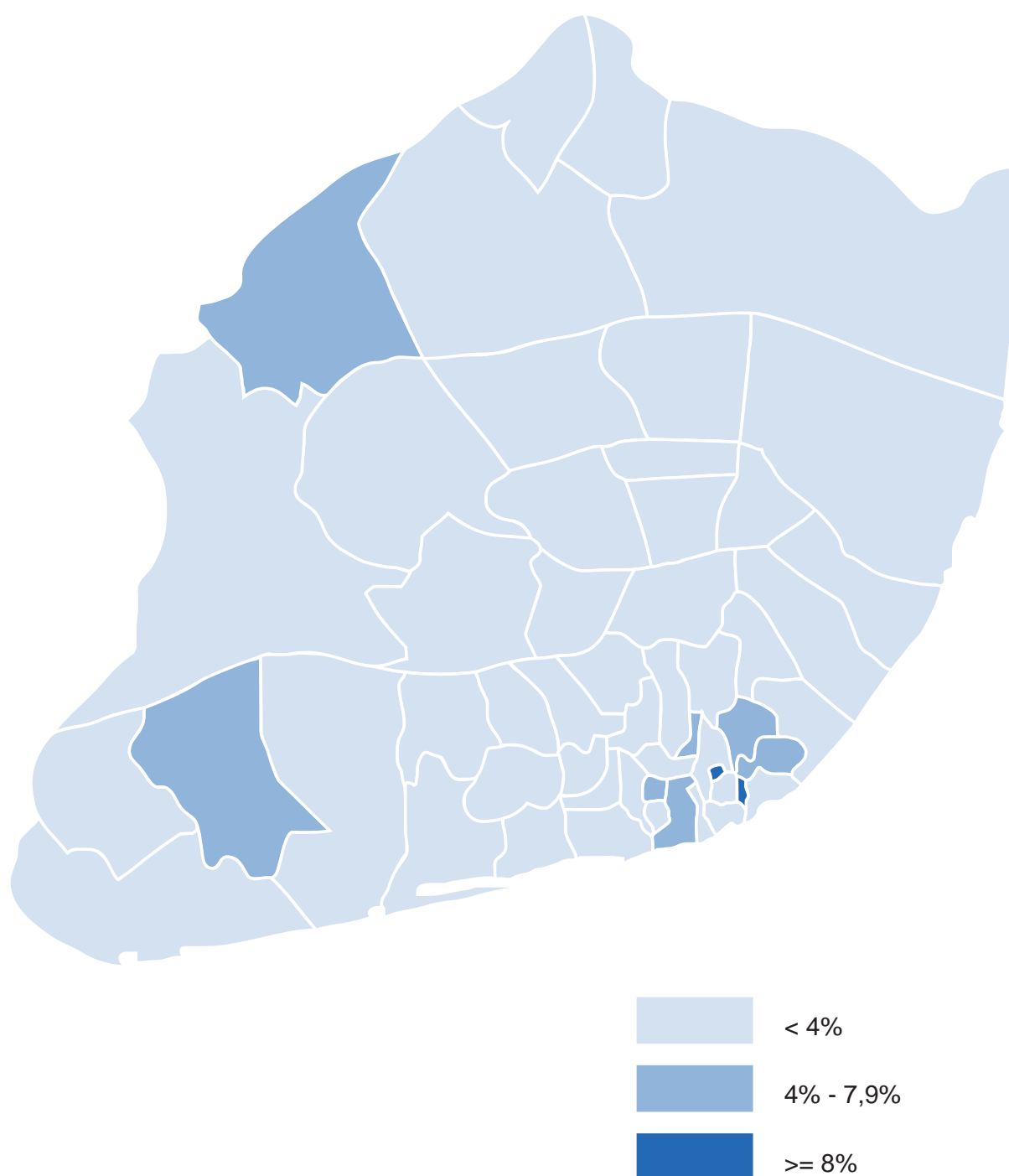
NÚCLEOS FAMILIARES COM 5 PESSOAS OU MAIS

INE - Censos 2001



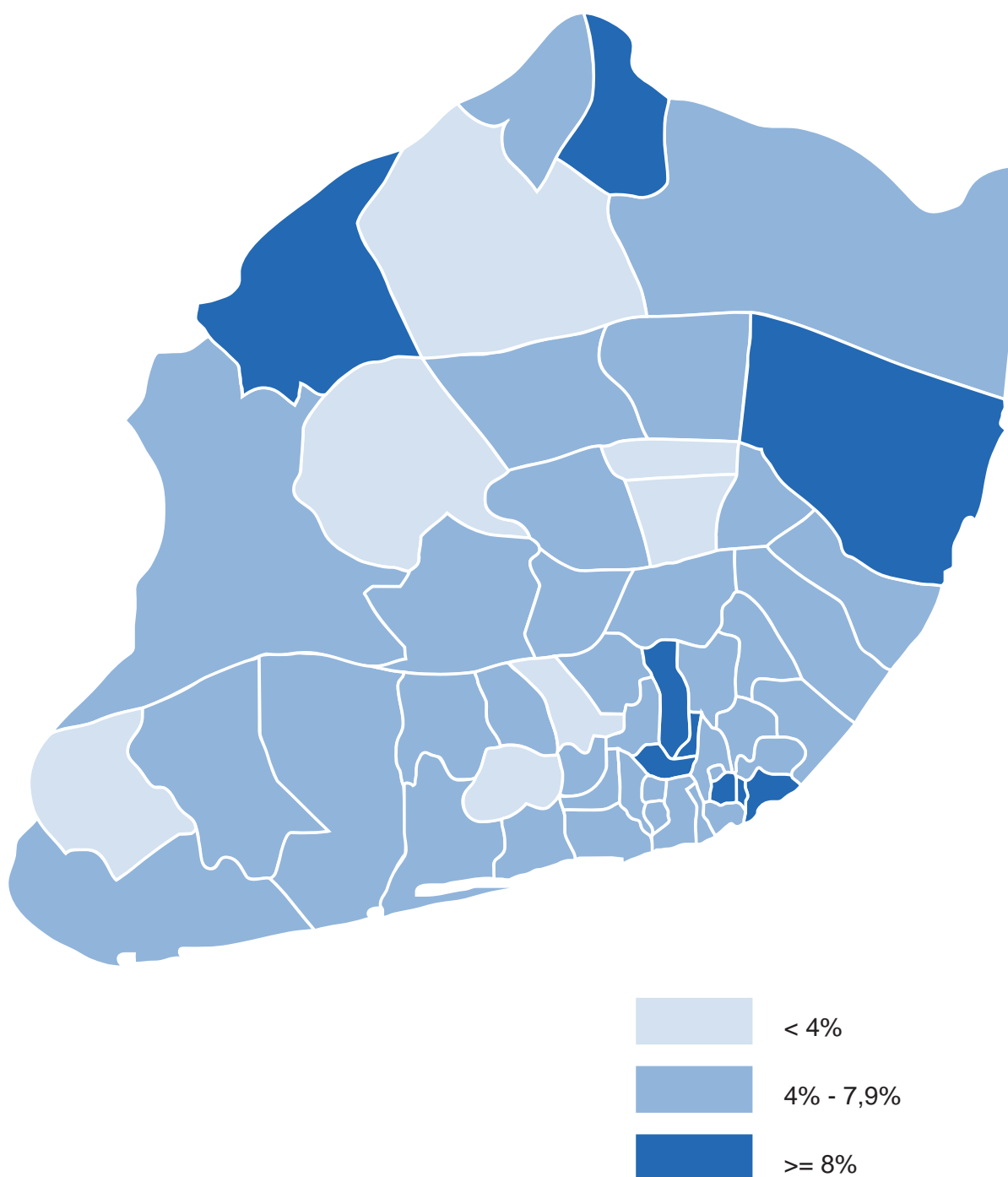
TAXA DE ABANDONO ESCOLAR

INE - Censos 2001



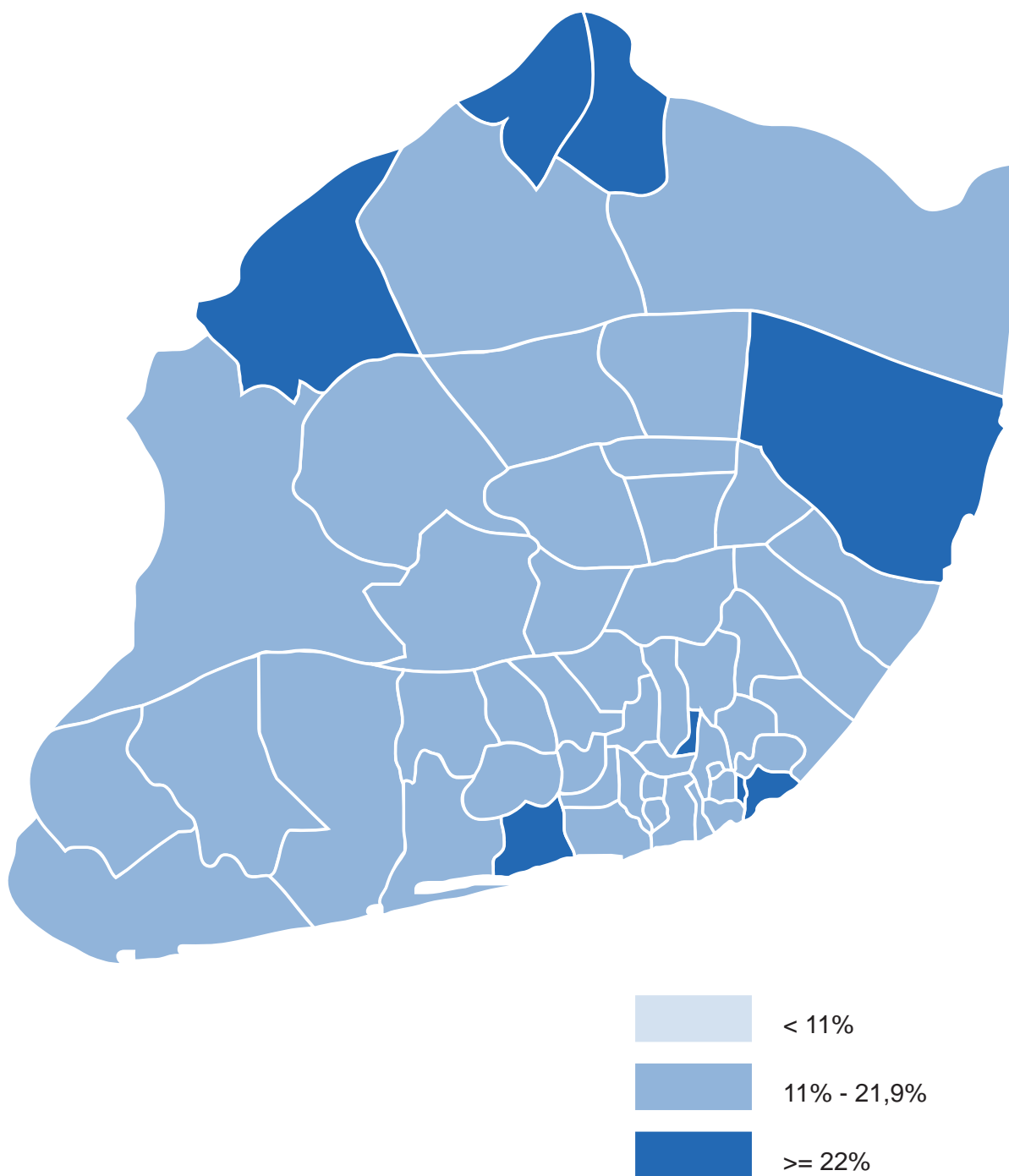
TAXA DE ANALFABETISMO

INE - Censos 2001



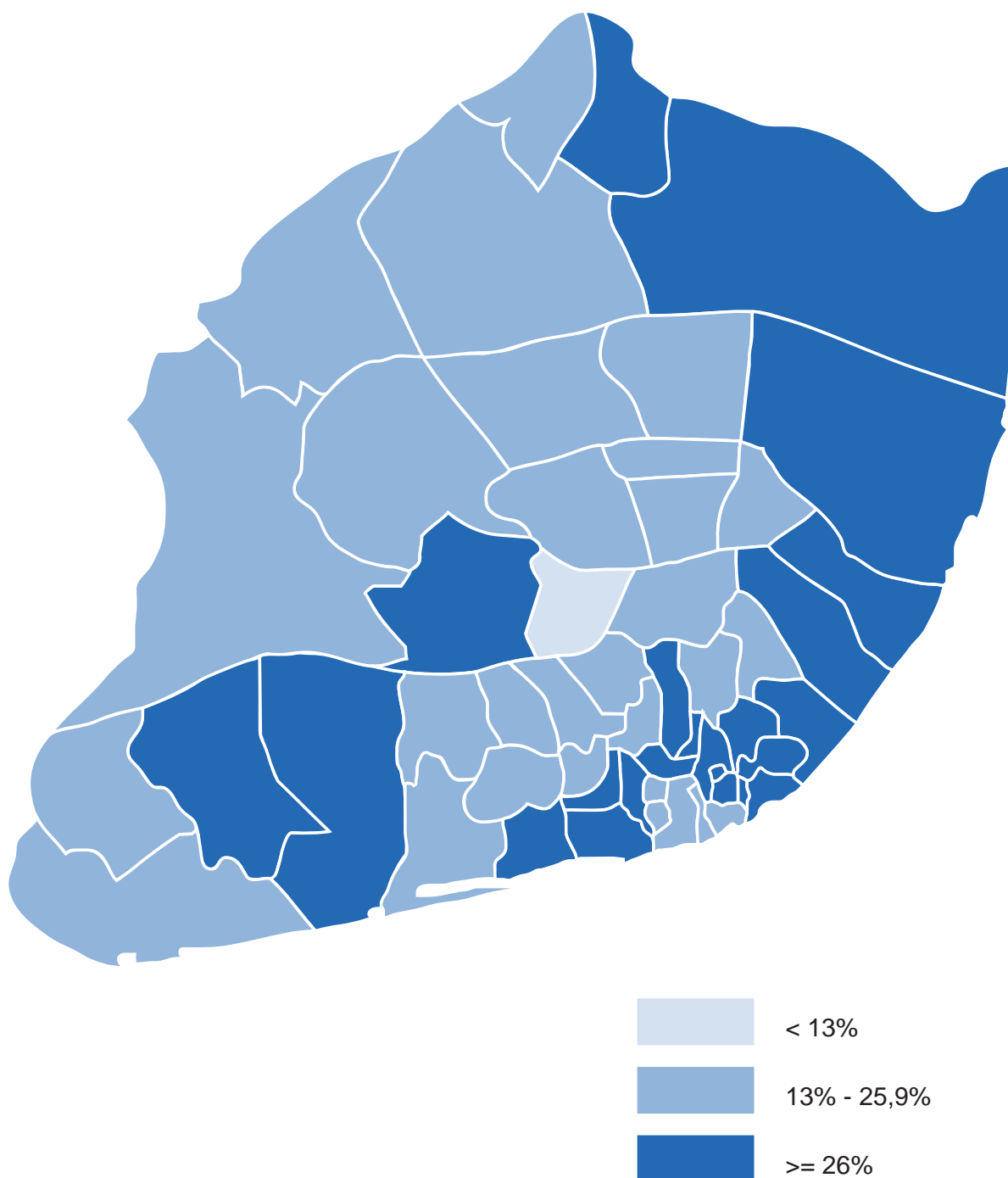
POPULAÇÃO RESIDENTE SEM GRAU DE INSTRUÇÃO

INE - Censos 2001



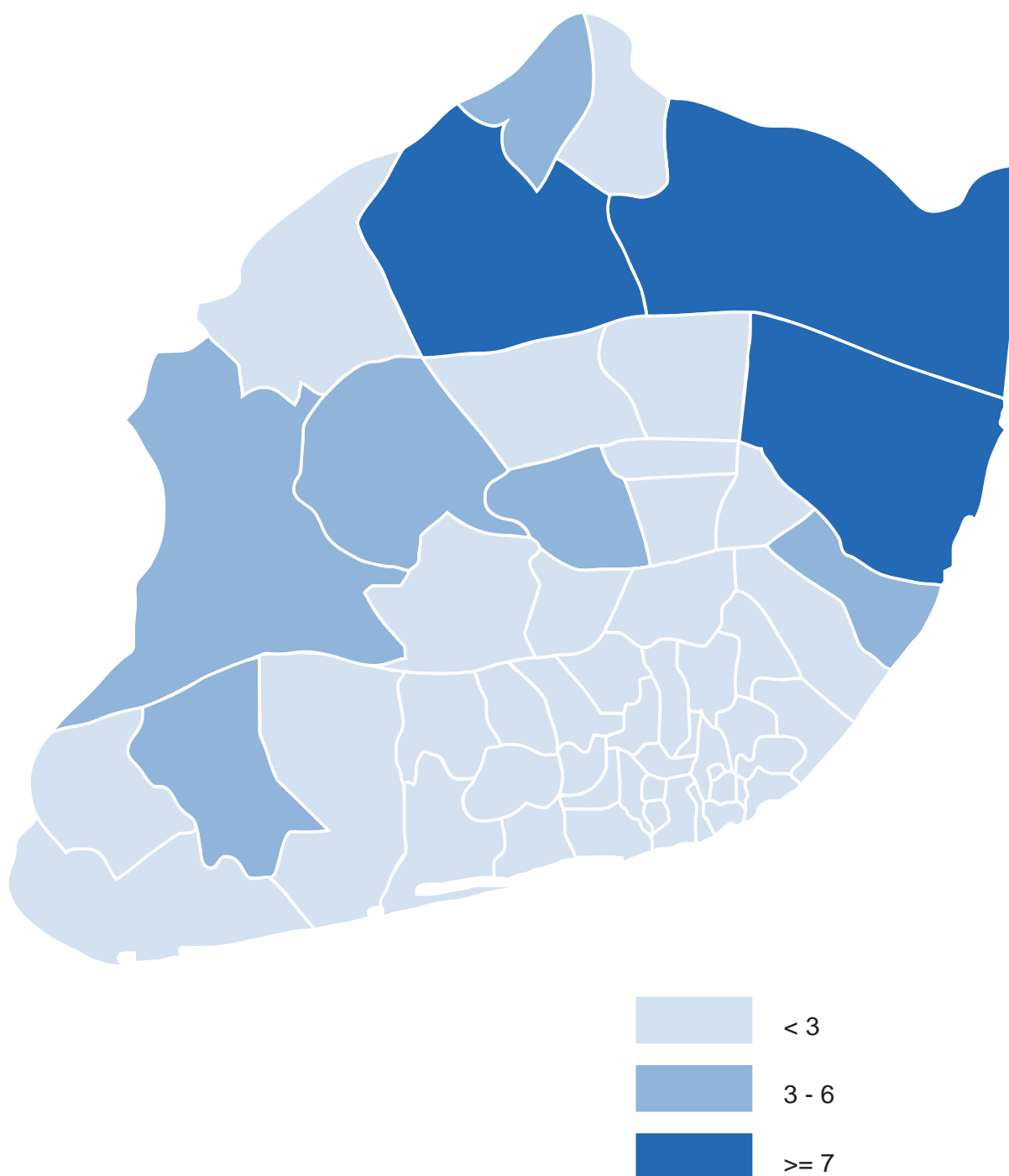
POPULAÇÃO RESIDENTE COM 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

INE - Censos 2001



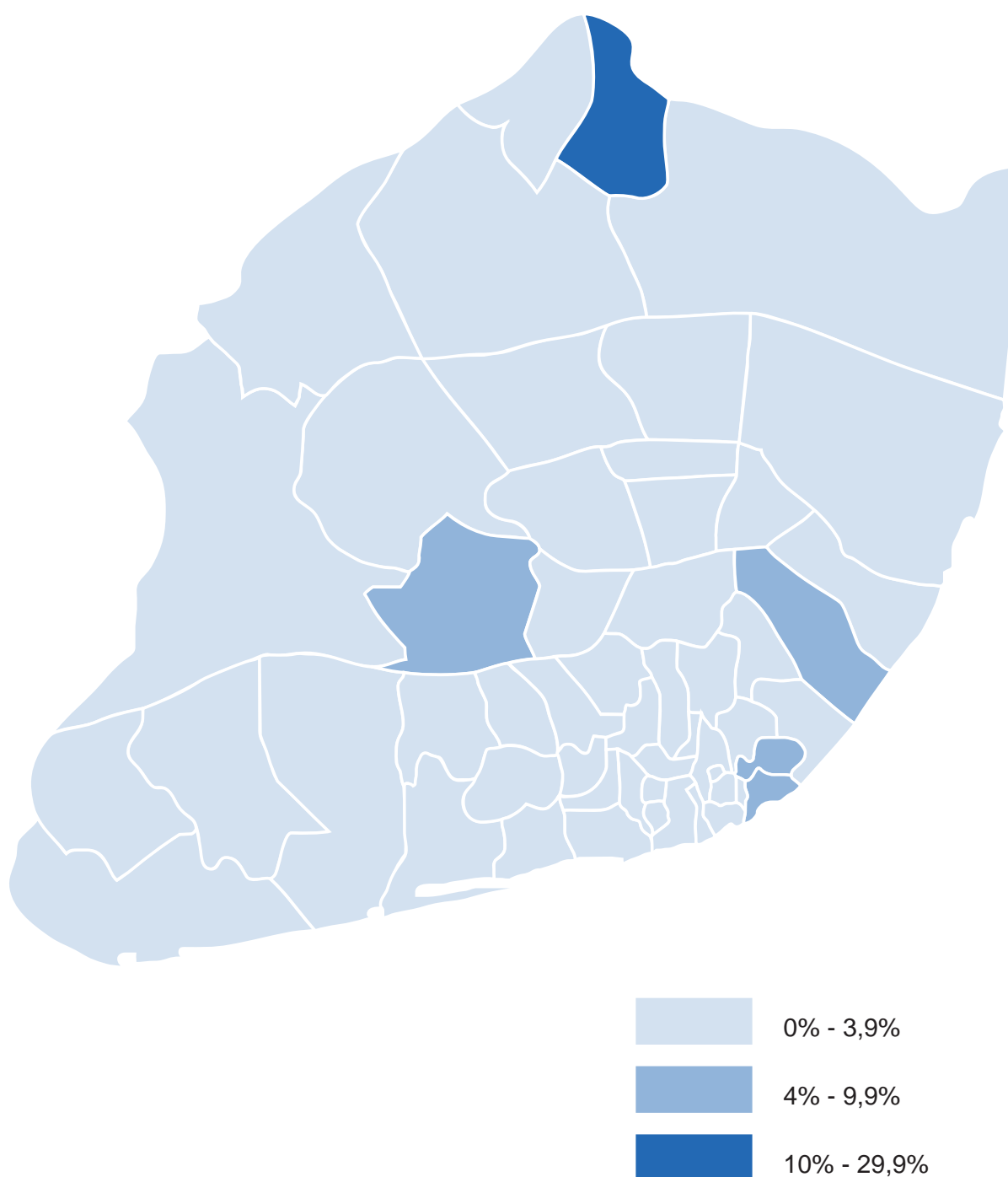
ÁREAS DE REALOJAMENTO SOCIAL

Gebalis 2007



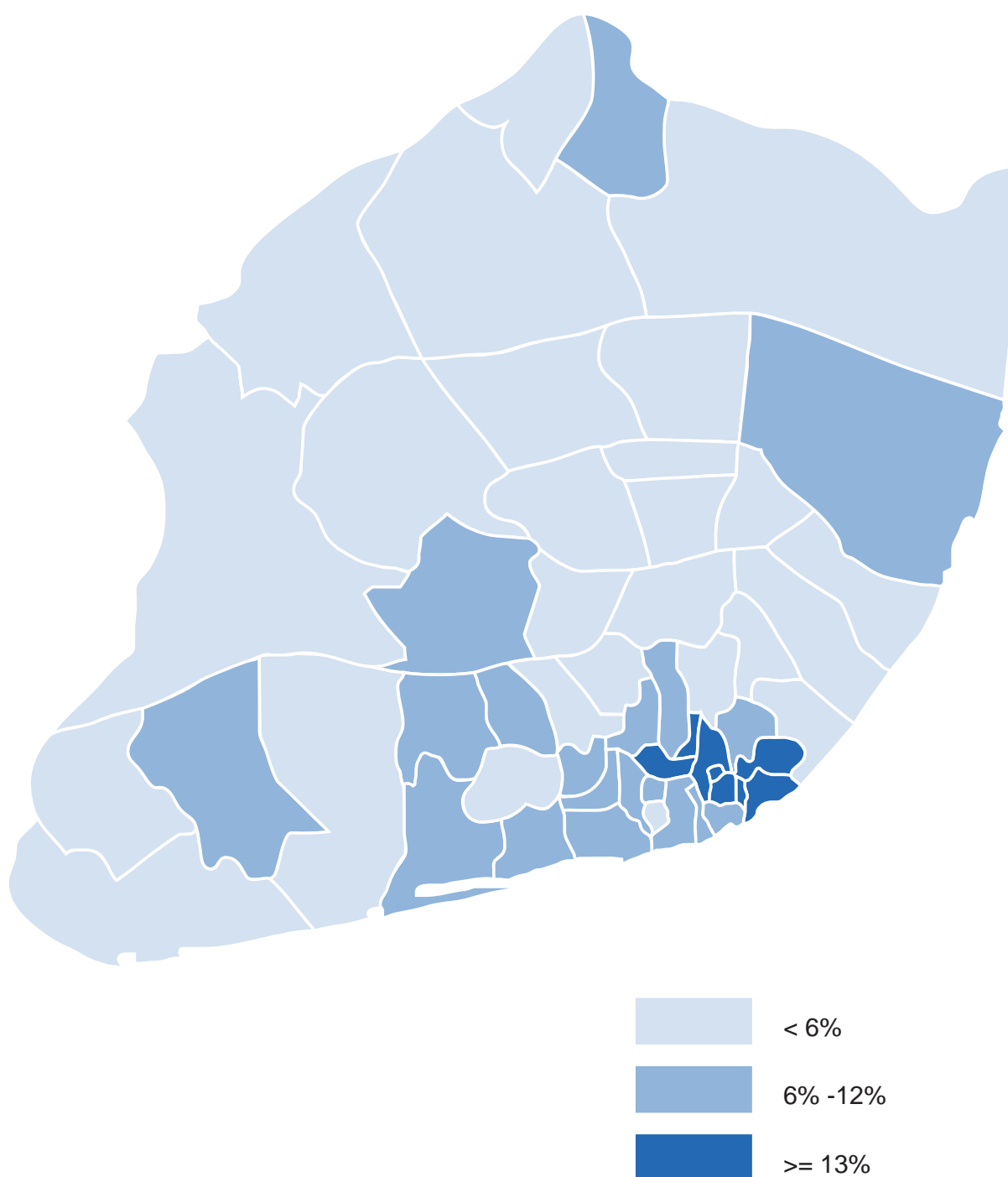
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALOJAMENTOS FAMILIARES NÃO CLÁSSICOS

INE - Censos 2001



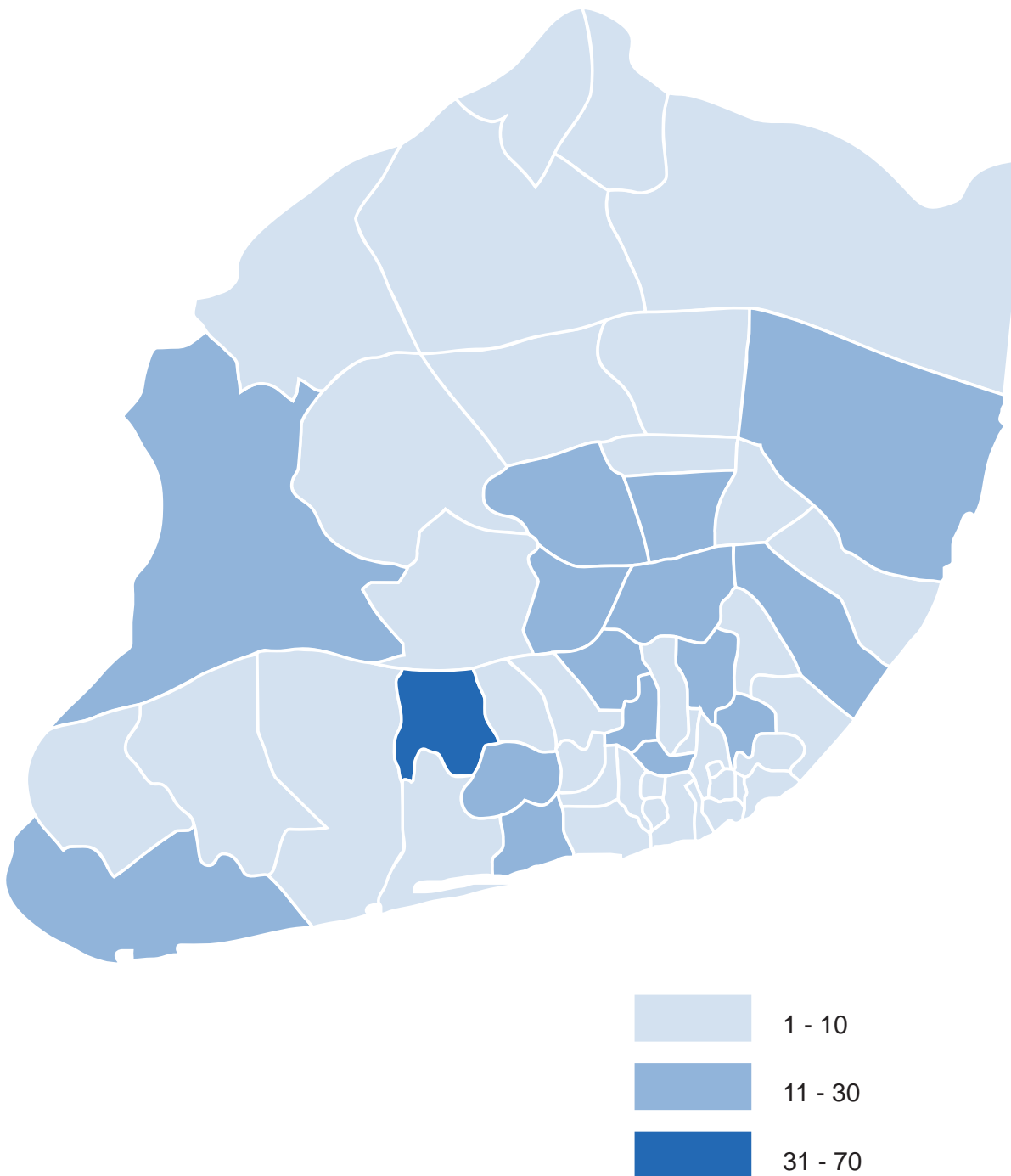
PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES SEM PELO MENOS UMA INFRAESTRUTURA BÁSICA

INE - Censos 2001



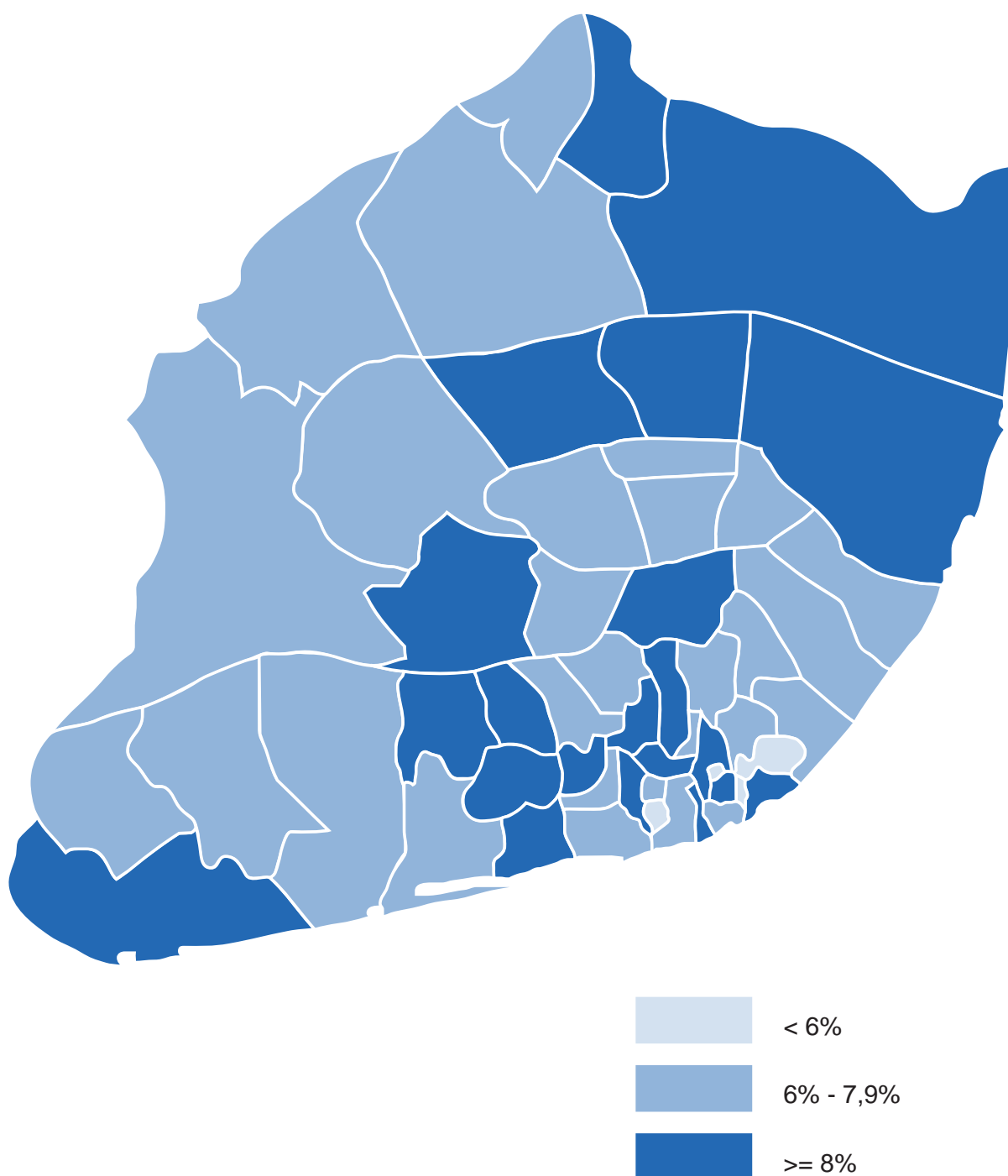
POPULAÇÃO DE RUA

Camarã Municipal de Lisboa 2004



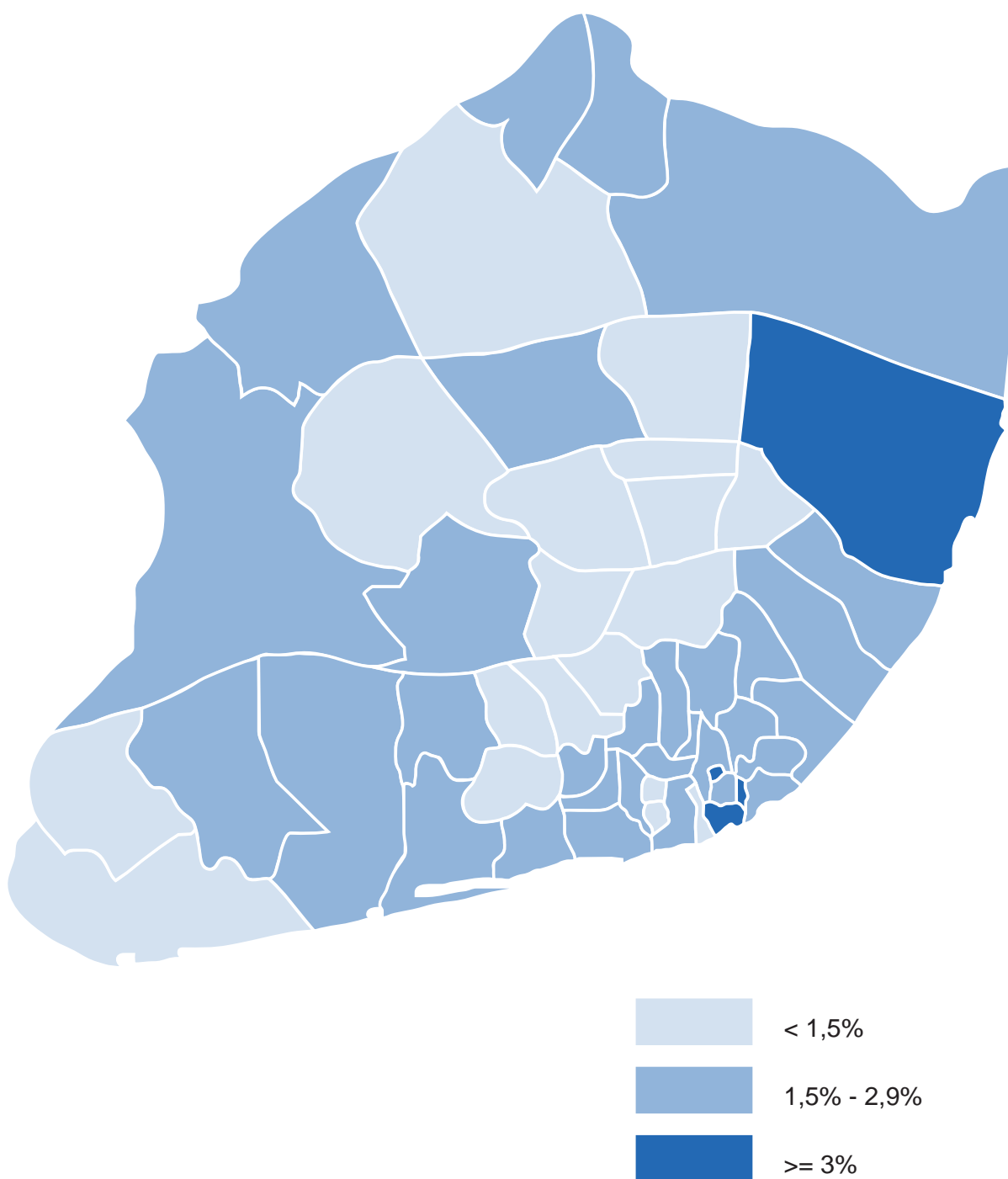
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM DEFICIÊNCIA

INE - Censos 2001



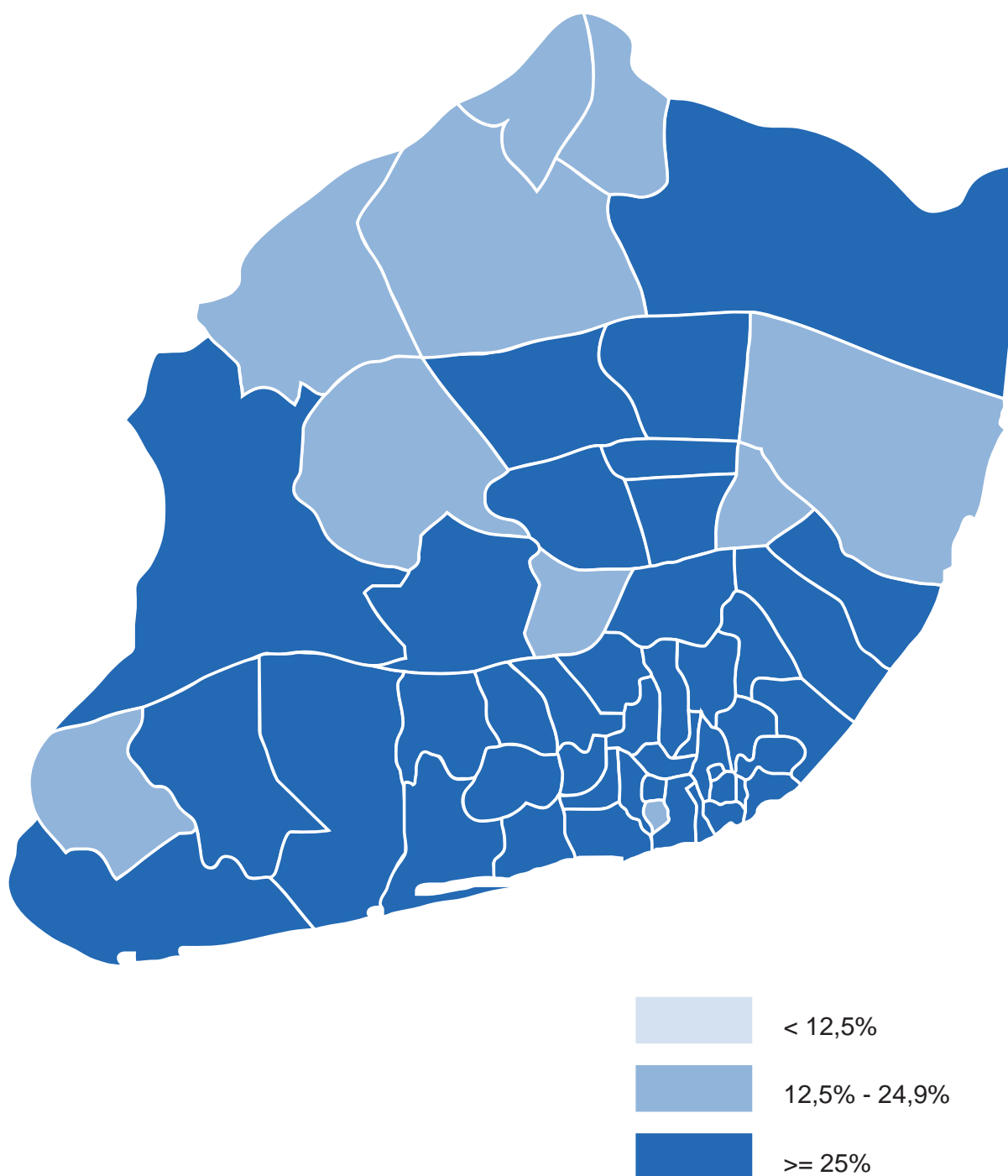
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE PRINCIPAL MEIO DE VIDA - SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

INE - Censos 2001



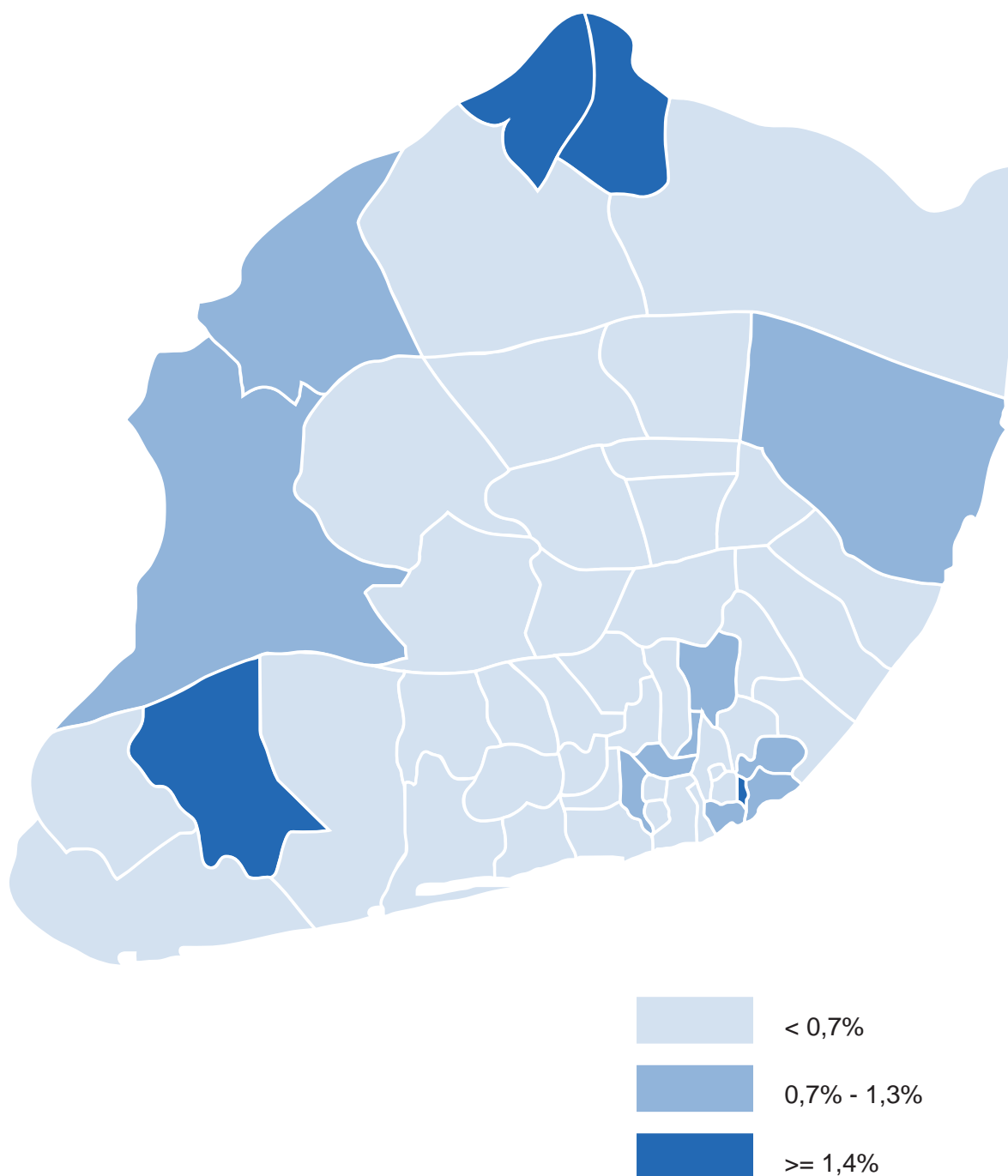
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE PRINCIPAL MEIO DE VIDA - PENSÃO OU REFORMA

INE - Censos 2001



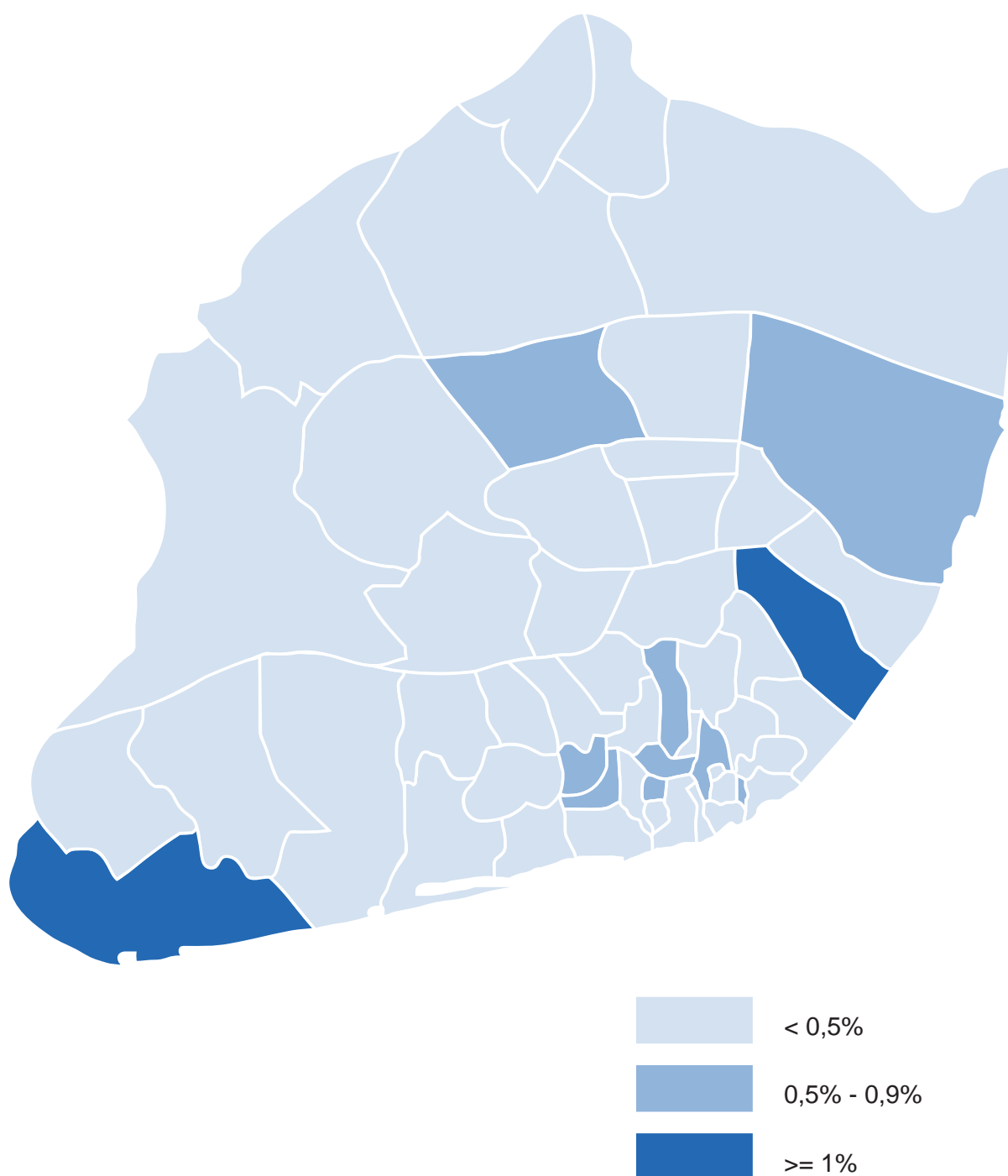
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE PRINCIPAL MEIO DE VIDA - RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO

INE - Censos 2001



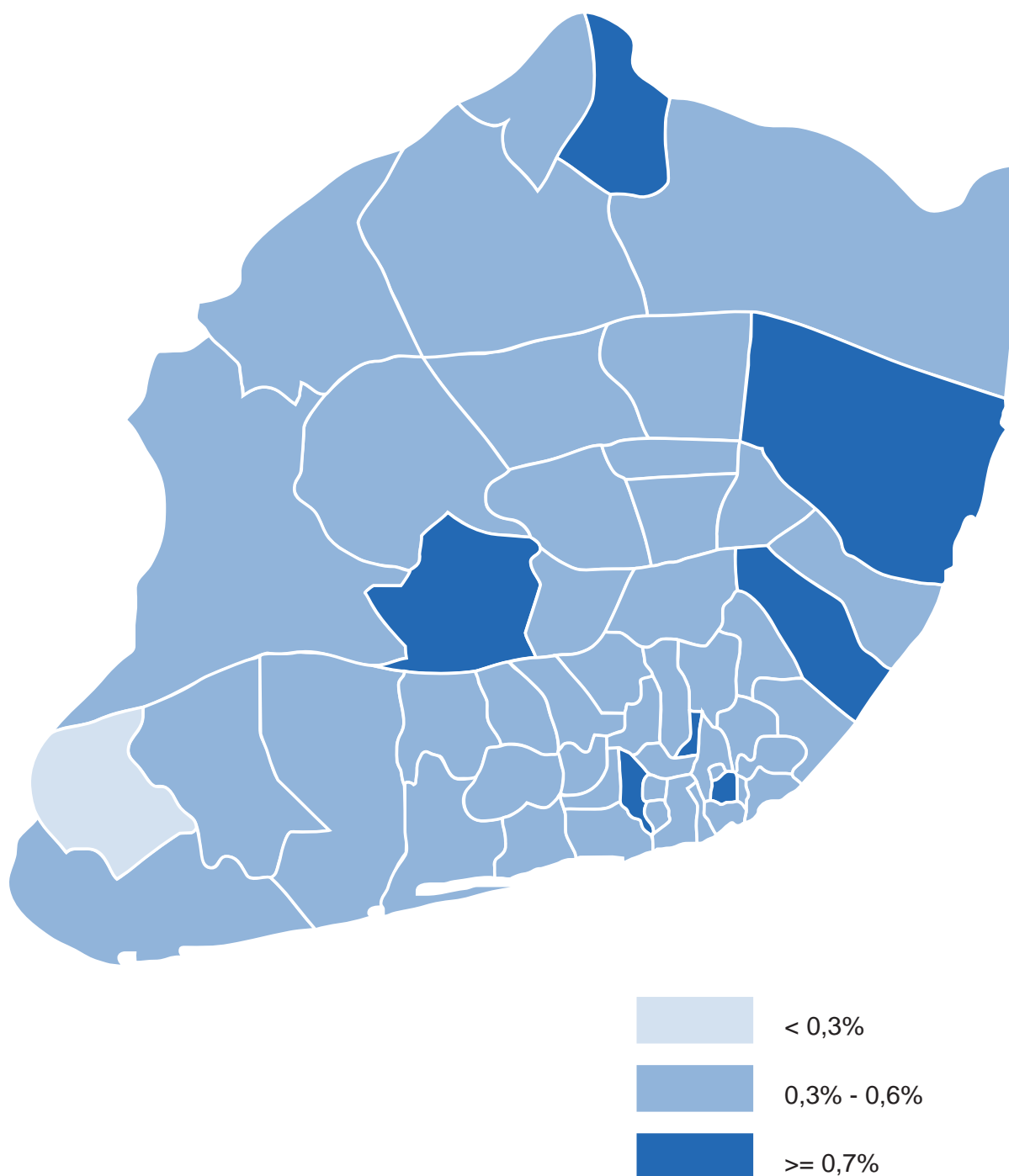
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE PRINCIPAL MEIO DE VIDA - APOIO SOCIAL

INE - Censos 2001



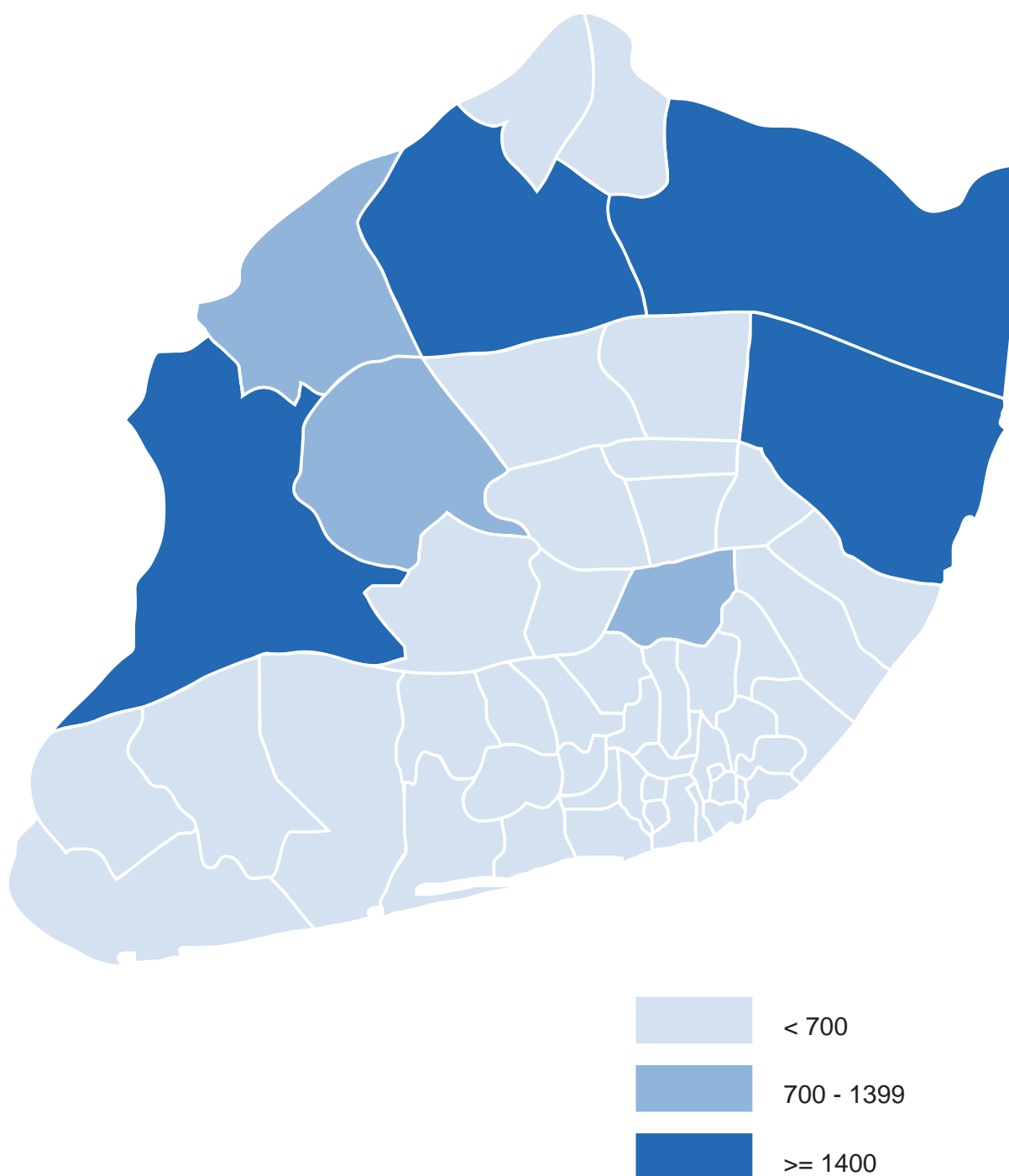
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE PRINCIPAL MEIO DE VIDA - OUTROS SUBSÍDIOS

INE - Censos 2001



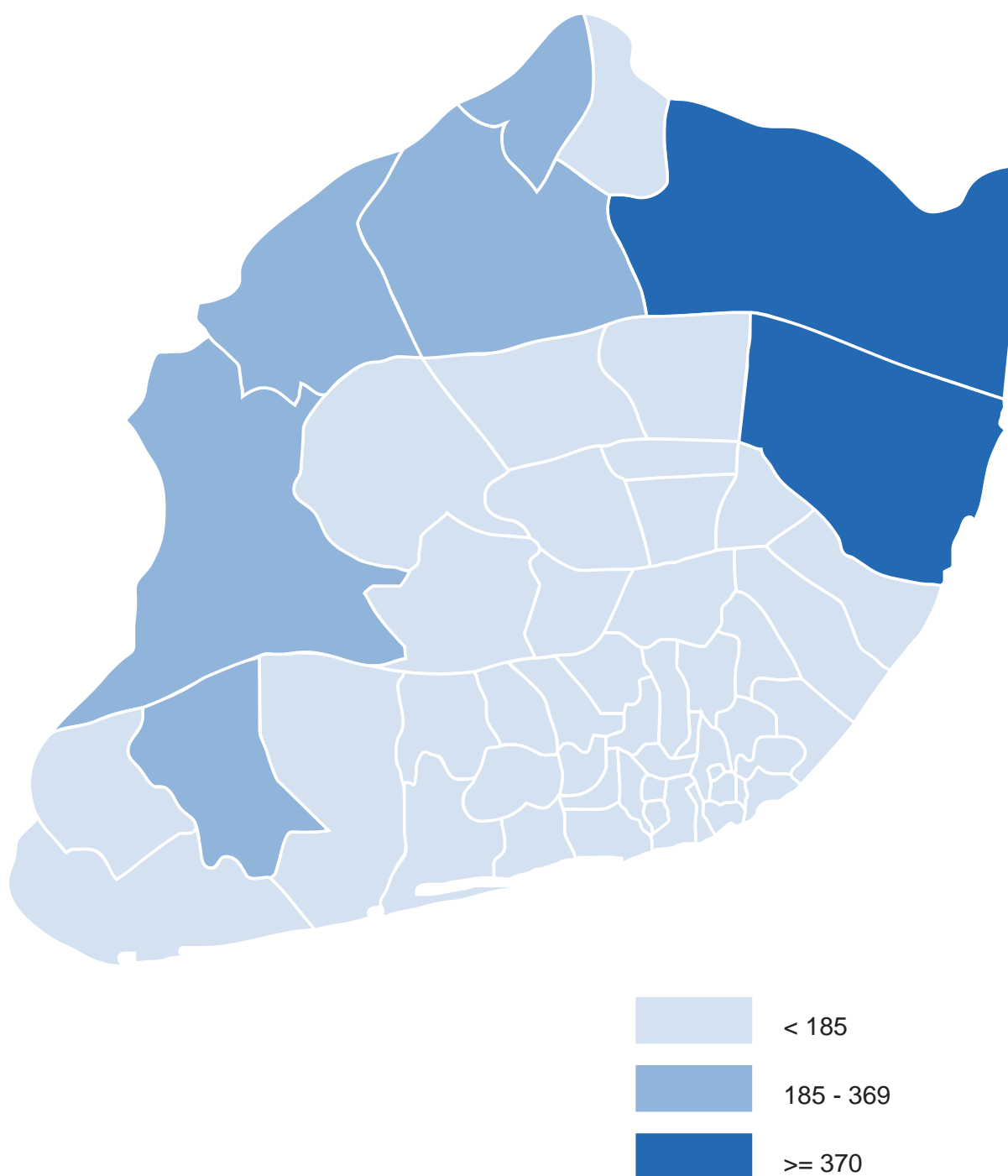
BENEFICIÁRIOS DOS SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO

ISS,IP - 2006



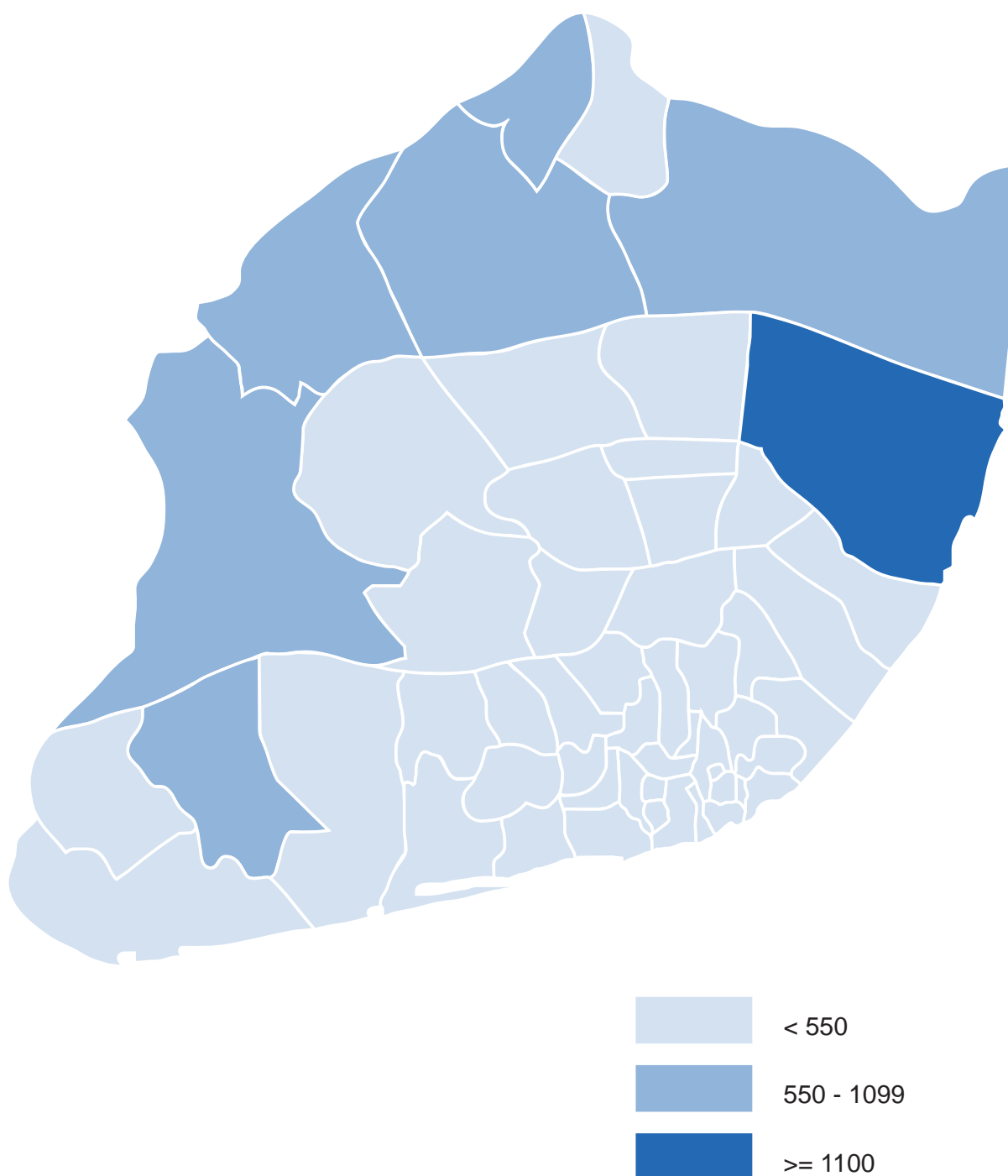
AGREGADOS FAMILIARES DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

ISS,IP - 2006



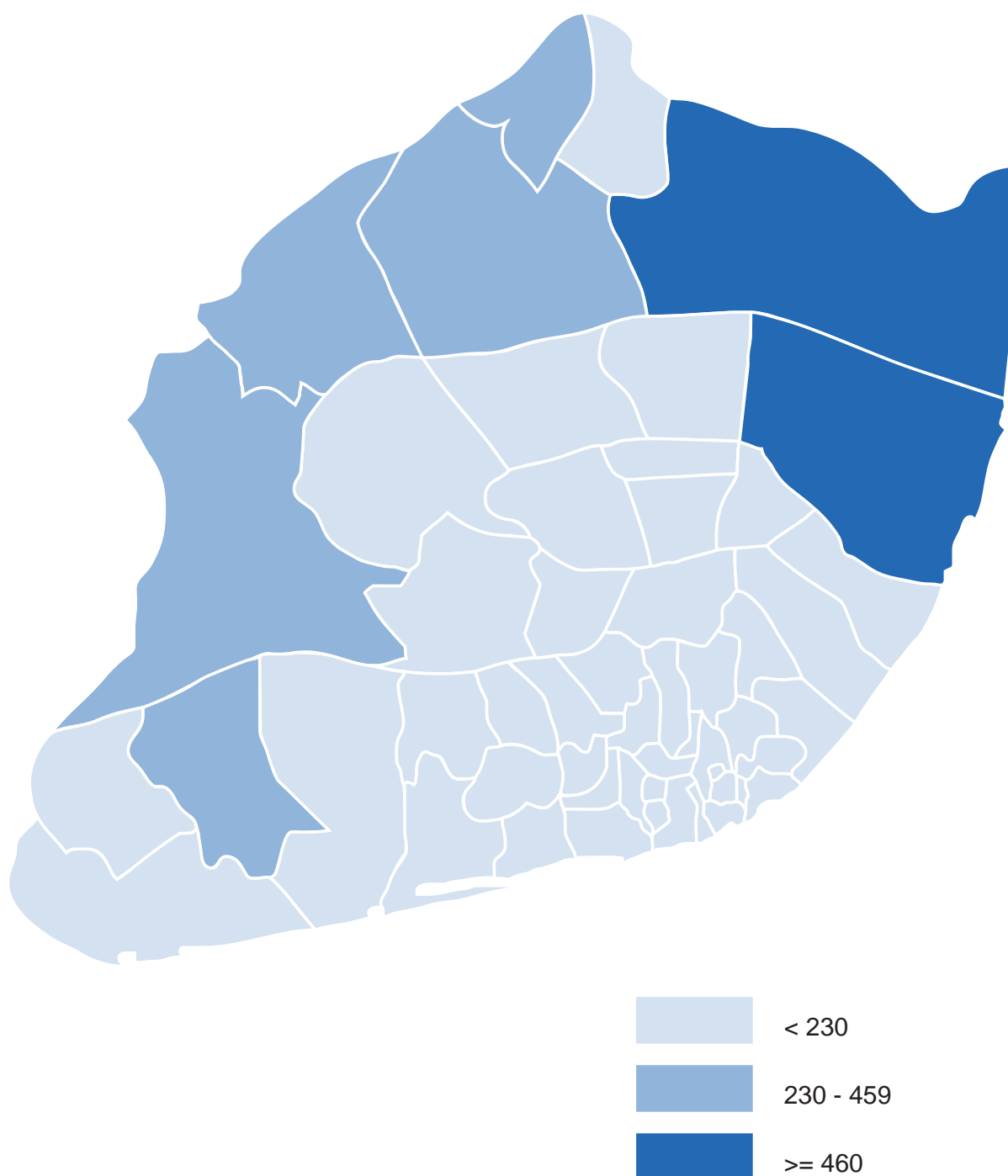
BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

ISS,IP - 2006



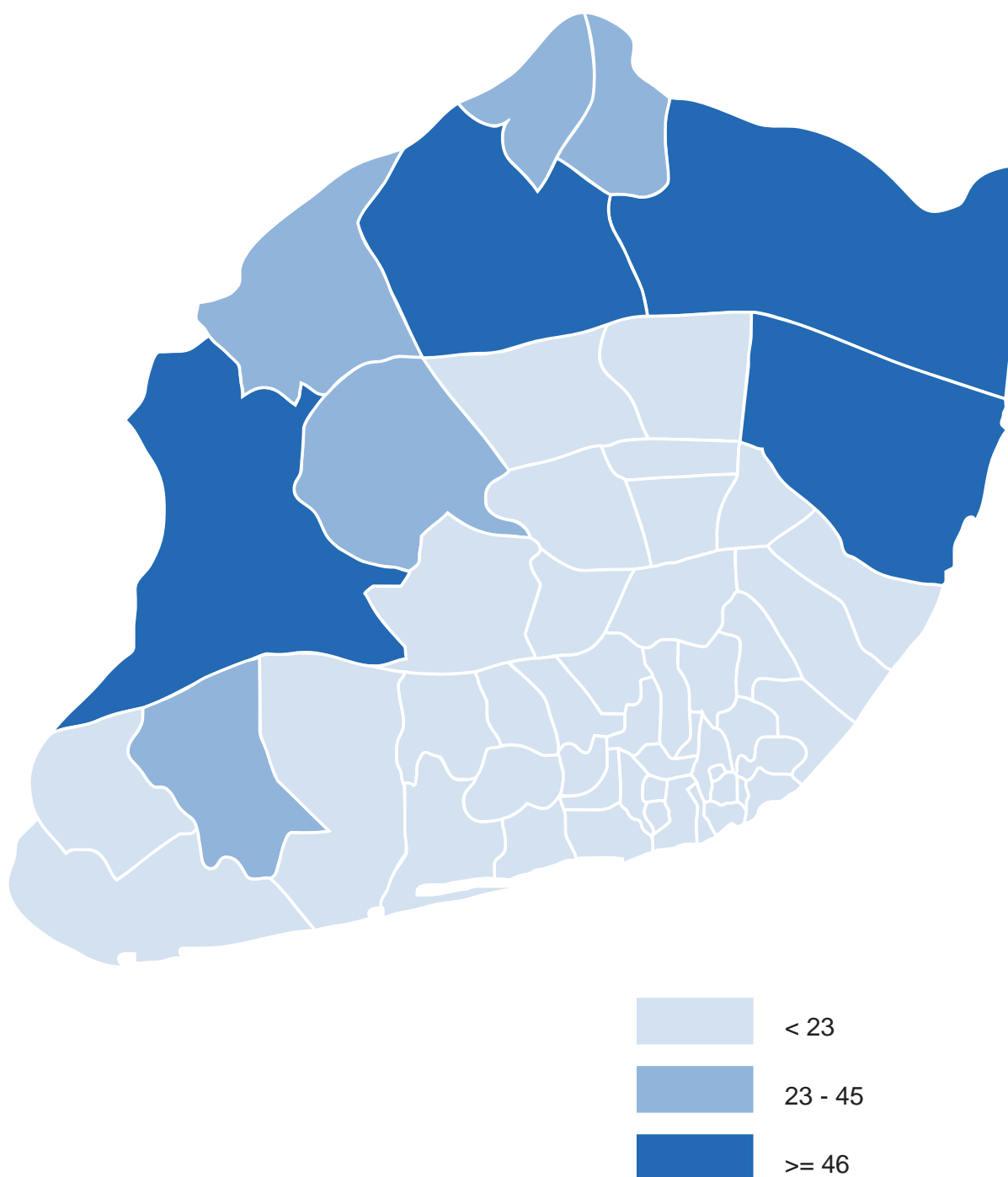
BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - MENOS DE 18 ANOS

ISS,IP - 2006



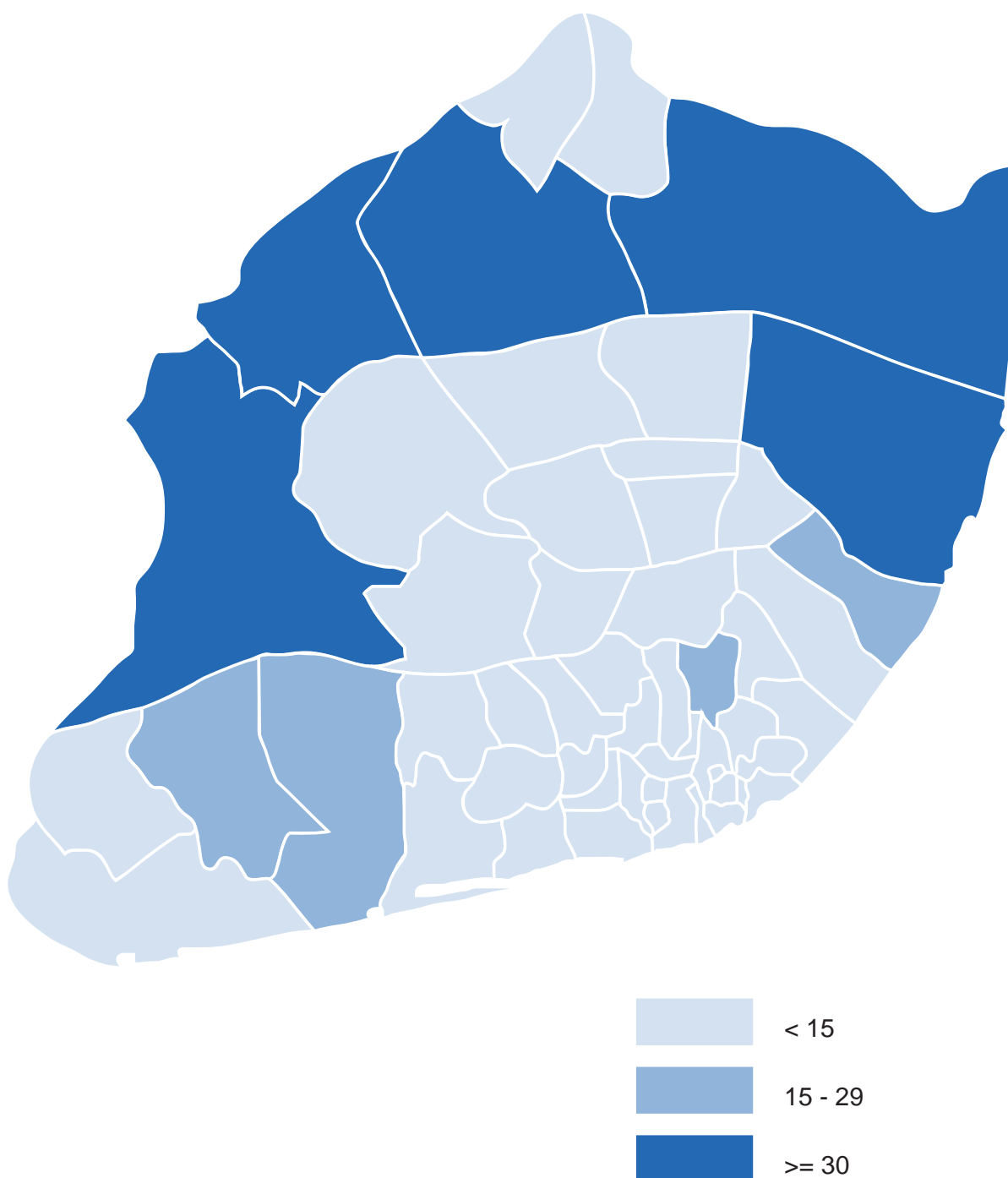
BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - 65 ANOS OU MAIS

ISS,IP - 2006



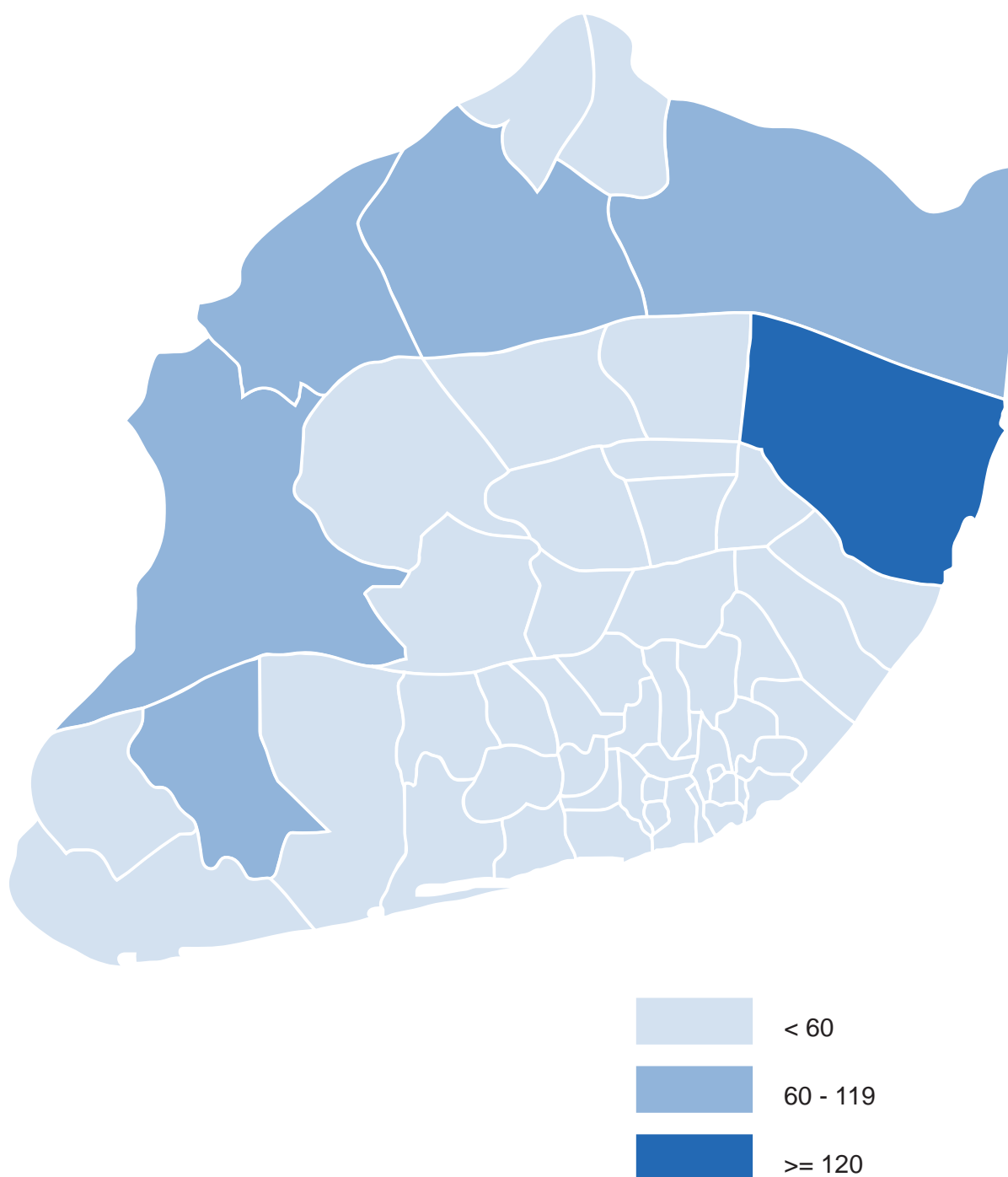
BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - AGREGADOS FAMILIARES ISOLADOS

ISS,IP - 2006



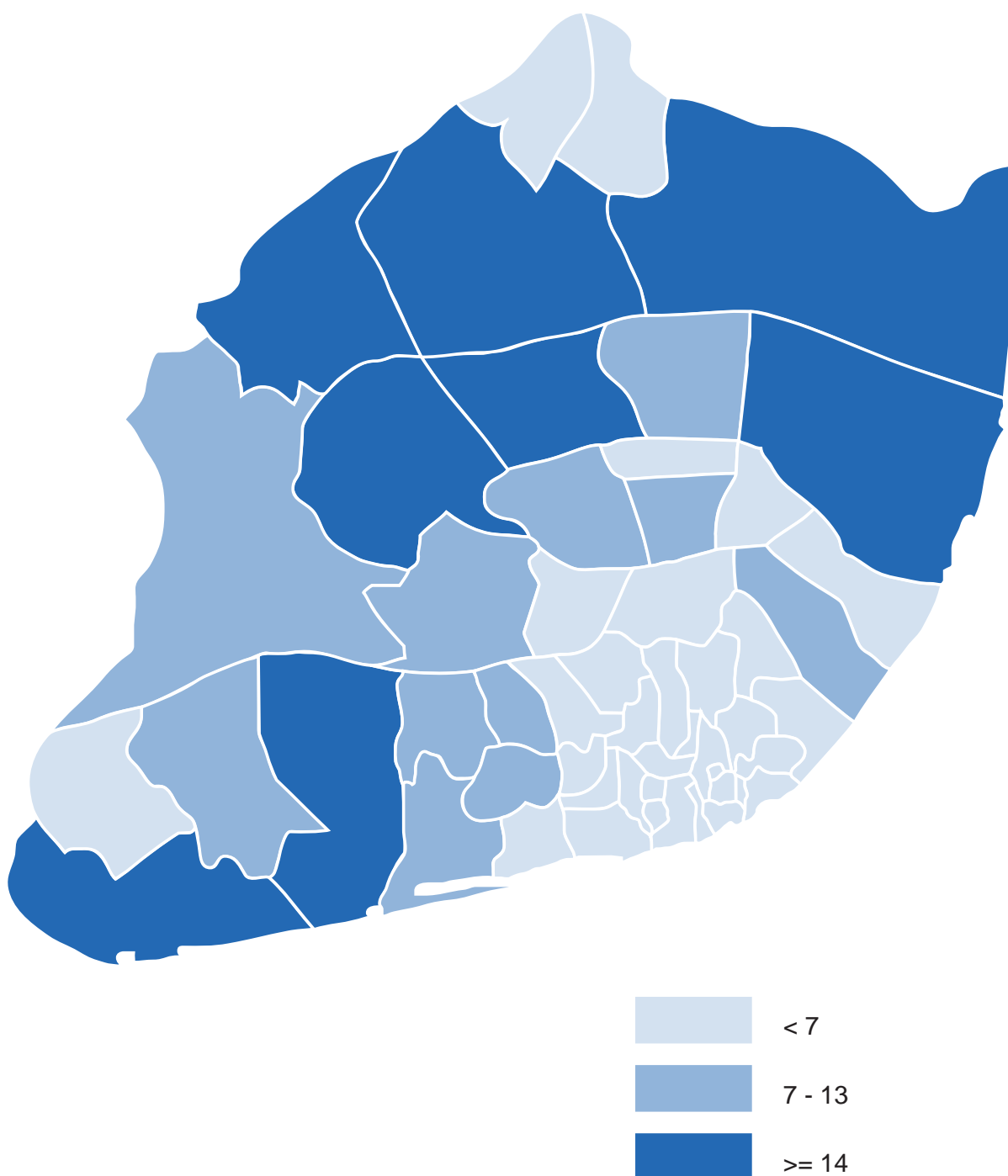
BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO - AGREGADOS FAMILIARES MONOPARENTAIS

ISS,IP - 2006



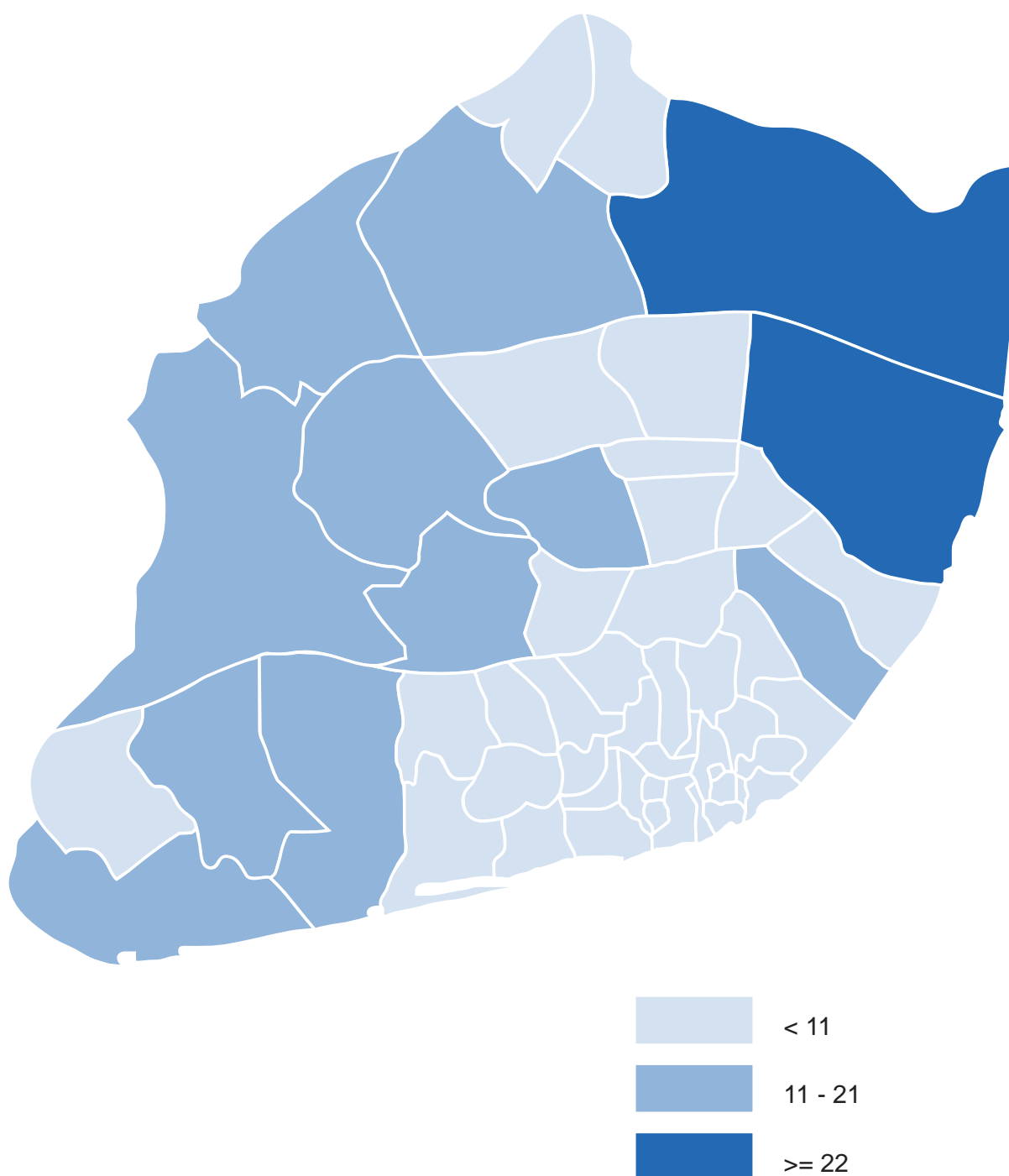
EQUIPAMENTOS SOCIAIS - INFÂNCIA E JUVENTUDE

MTSS - 2006



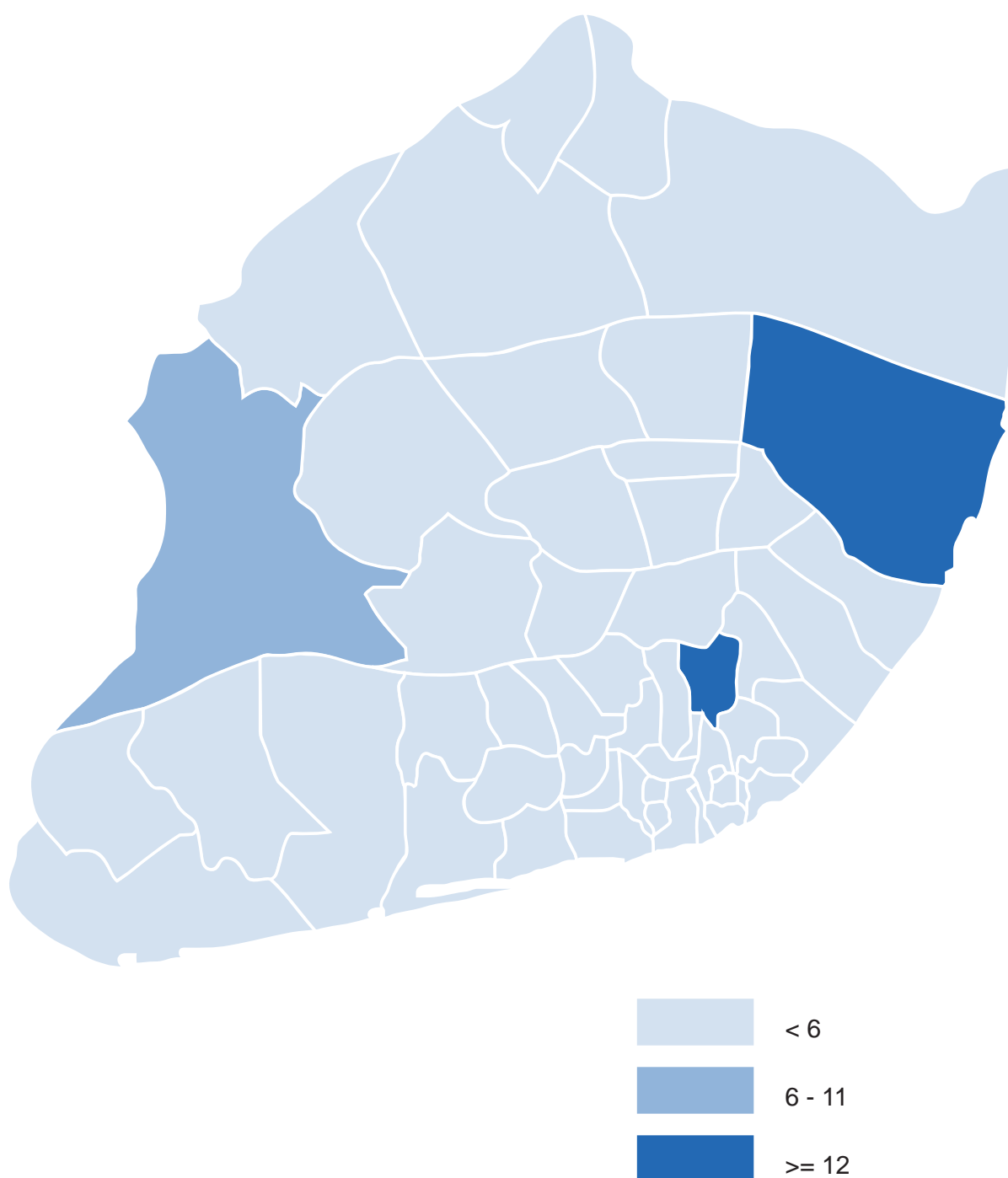
EQUIPAMENTOS SOCIAIS - PESSOA ADULTA

MTSS - 2006



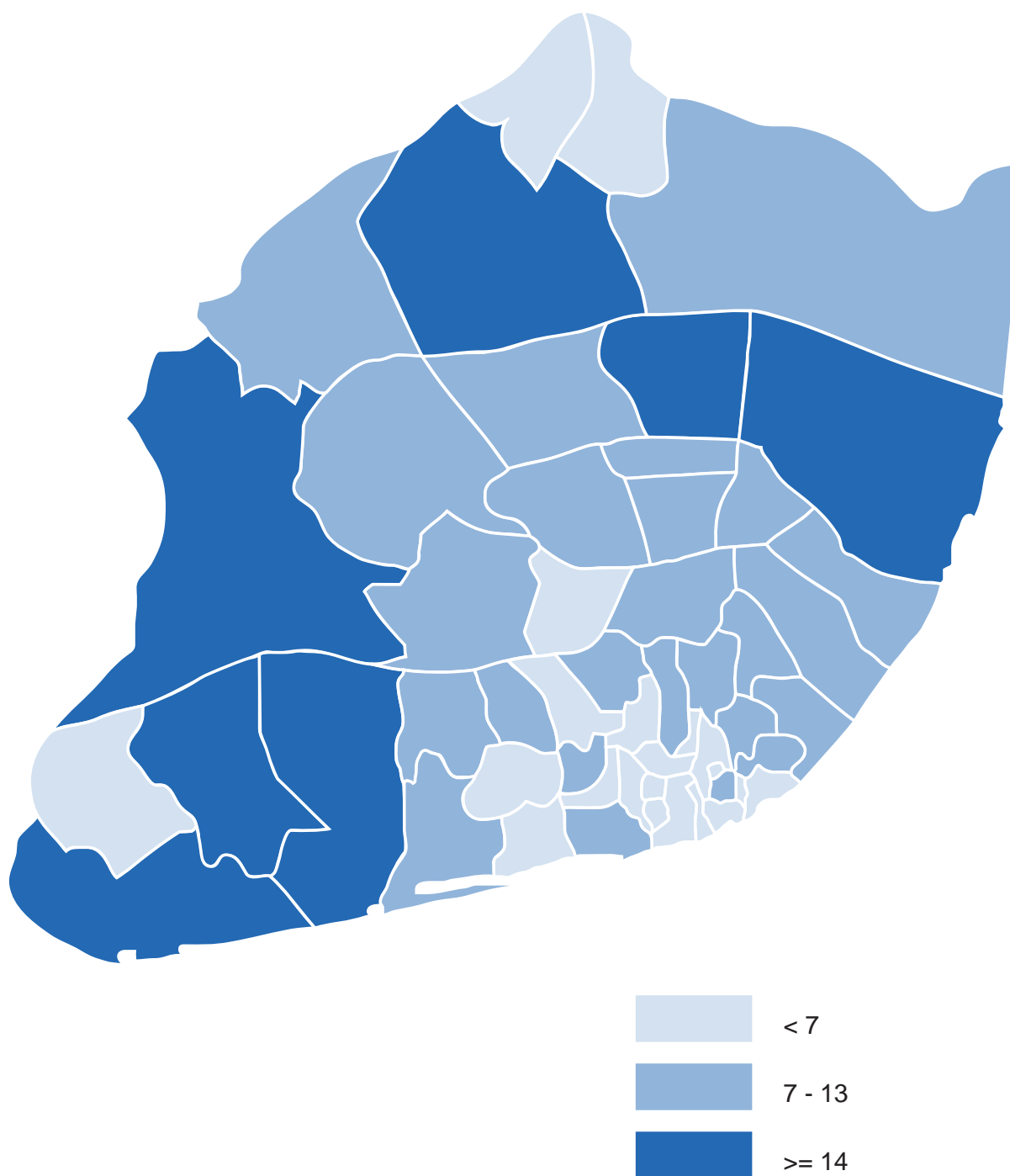
EQUIPAMENTOS SOCIAIS - FAMÍLIA E COMUNIDADE

MTSS - 2006



RESPOSTAS SOCIAIS

MTSS - 2006



3.4. Análise de Políticas, Programas e Medidas

3.4.1. Uma primeira leitura

Para além de conhecer e analisar a informação disponível sobre os principais indicadores e respostas sociais consideramos igualmente muito relevante, nesta primeira fase do Observatório, conhecer e procurar sistematizar todos os instrumentos estratégicos de enquadramento e execução de acções que, directa ou indirectamente, possam contribuir para a luta contra a pobreza na Cidade de Lisboa.

Para este efeito, decidiu-se organizar a recolha, sistematização e análise de informações sobre políticas e programas que contribuem, directa ou indirectamente, para a luta contra a pobreza e exclusão social tendo em vista a criação de uma base de dados¹³⁶. Assim, e para este primeiro relatório, foram recolhidas e analisadas 598 medidas políticas e actividades definidas em 19 Planos ou Programas Políticos (14 Planos e Programas Nacionais, 3 Iniciativas Nacionais e 2 Estratégias Municipais)¹³⁷.

Existindo uma maior representação, nesta base de dados, dos Planos e Programas Nacionais, a maior parte das medidas identificadas encontram-se naturalmente contidas nestes instrumentos políticos (77%). Os planos ou políticas com maior número de medidas na área da luta contra a pobreza e exclusão social são o Plano para a Integração dos Imigrantes (96 medidas), a Estratégia Municipal de Intervenção nas Dependências (63 medidas), o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (56 medidas) e o Plano Nacional de Emprego (53 medidas). Refira-se ainda que cerca de 6% das medidas analisadas aparecem simultaneamente em dois ou mais planos ou políticas.

As medidas incluídas nesta base de dados estão distribuídas por 9 sectores / áreas de intervenção específicos (Cultura, Economia, Educação, Emprego e Formação Profissional, Habitação, Igualdade de Oportunidades, Justiça, Protecção social e Saúde) e um sector "híbrido" denominado como Intersectorial. Nos sectores específicos destacam-se a área do Emprego e Formação profissional (131 medidas, equivalendo a 22% das medidas identificadas), da Saúde (94 medidas, equivalendo a 16% das medidas) e da Protecção Social (90 medidas, equivalendo a 15% das medidas). Existe igualmente um número significativo de medidas nas áreas da Igualdade de Oportunidades e da Educação (13% e 12% respectivamente). Os sectores com menor peso junto das medidas identificadas são a área da cultura e da economia (0,8% e 1,2% respectivamente).

Apesar destas medidas terem um enfoque apenas num sector específico, algumas estão em associação com outros sectores. Isto é particularmente visível quando analisamos as entidades responsáveis pelas medidas. Para 33% das medidas, a responsabilidade recai sobre dois ou mais Ministérios ou outras entidades, enquanto que para 67% das medidas existe apenas uma entidade responsável. Por outro lado, apenas 10% das medidas (62) identificadas podem ser efectivamente consideradas como transversais a dois ou mais sectores, ou seja, intersectoriais.

Relativamente às entidades com responsabilidade sobre as medidas e das entidades executoras, constata-se a existência de um conjunto diversificado de instituições. Os Ministérios têm um papel importante ao nível das diferentes medidas, nomeadamente enquanto entidade responsável. Desta forma, todos os ministérios das áreas onde foi possível identificar políticas desta natureza estão responsáveis por pelo menos uma das medidas identificadas nesta base de dados, quer como único responsável pela medida quer como co-responsável.

Para além dos ministérios, são também identificados outros organismos públicos, ao nível central (45 organismos) e regional ou municipal (9). Entre os organismos públicos existentes ao nível da administração

¹³⁶ Base de dados que se encontra disponível on-line na página do Observatório: www.observatorio-lisboa.reapn.org

¹³⁷ O surgimento de novos programas e políticas e a existência de medidas que contribuem para a luta contra a pobreza e que se encontram dispersas por diferentes instrumentos políticos em diferentes áreas, leva a que este trabalho de sistematização e recolha de informações necessite de estar em constante actualização e aprofundamento, tarefa a que o Observatório se irá dedicar com sistematicidade no futuro, mantendo actualizada on-line a base de dados entretanto disponibilizada.

central identificados com responsabilidades políticas ou de execução, encontram-se instituições como os Comissariados (em especial o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género), os Institutos Públicos, as Direcções-Gerais, entre outros. Ao nível regional ou municipal, por sua vez, encontram-se as Autarquias, os Governos Cívicos, os organismos da Segurança Social, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, o Centro Regional de Alcoologia e a Administração Regional de Saúde. Para além destas organizações públicas, são identificados mais 4 serviços públicos directamente relacionados com estas medidas: Centros de Emprego, Centros de Saúde, Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante e as Forças de Segurança Pública.

Outros dois importantes grupos identificados nesta base de dados com um forte envolvimento na execução das medidas são as organizações da sociedade civil e os estabelecimentos de ensino e de formação profissional. Ao nível da sociedade civil, existem 11 tipos de organizações não governamentais envolvidos nestas medidas, tais como as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as Associações socioprofissionais, as Associações de jovens, as Associações de imigrantes, as Fundações, entre outras. Ao nível da educação encontram-se desde Universidades e Centros de Investigações, a agrupamentos e estabelecimentos de ensino, Centros Novas Oportunidades e Centros de Formação de Professores. Outras instituições com papel importante no desenvolvimento de medidas que contribuem para a luta contra a pobreza e que importa realçar são os meios de comunicação social, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Casa Pia de Lisboa.

Há igualmente uma forte variedade no público-alvo das diferentes medidas e na própria denominação de diferentes grupos sociais consoante os diferentes programas ou políticas em que se encontram. Refira-se ainda que muitas destas medidas estão direccionadas para mais do que um público-alvo.

Organizando os destinatários em 27 diferentes categorias, sobressaem 3 grandes grupos: os destinatários finais das medidas e dos instrumentos políticos; as instituições ou grupos que podem intervir ou ter um impacto importante junto dos destinatários finais; e a população em geral. Em relação aos destinatários finais, sobressaem três grupos: a população imigrante (75 medidas direccionadas a este grupo, equivalendo a 13% das medidas identificadas nesta base de dados); a população toxicodependente (60 medidas, correspondendo a 10%) e a população com deficiência (55 medidas, equivalendo a 9%). Por outro lado, os grupos com menos medidas orientadas para as suas problemáticas são as famílias monoparentais (2 medidas, equivalendo a 0,3%), a população com baixo nível de escolaridade (2 medidas) e os reclusos (3 medidas, correspondendo a 0,5%). É, no entanto, importante sublinhar que estes grupos são também apoiados através da sua inclusão em grupos mais abrangentes como, por exemplo, pessoas em situação de carência (económica, habitacional, etc - 27 medidas para este grupo, equivalendo a 4,5% do total das medidas).

No que se refere as medidas orientadas para as instituições e para os grupos que intervêm ou que podem ter um impacto junto dos destinatários finais, sobressaem o grande grupo das instituições e serviços (77 medidas, equivalendo a 13% das medidas) e o grupo dos profissionais (38 medidas, correspondendo a 6% do total das medidas). Entre as instituições e os serviços encontram-se as organizações da sociedade civil (organizações de intervenção social, associações socioprofissionais, associações de imigrantes, entre outras), as instituições de ensino, as forças de segurança pública e as Redes Sociais, entre outras. Dentro do grupo dos profissionais, encontram-se medidas orientadas para técnicos de intervenção social, docentes, investigadores, profissionais da área da saúde, entre outros. Por fim, existem 58 medidas que contribuem para o combate a pobreza e exclusão social e que estão orientadas para a população em geral, ou seja, cerca de 10% das medidas identificadas.

As medidas e actividades que contribuem para a luta contra a pobreza e exclusão social têm, maioritariamente, uma abrangência nacional (83%). Por outro lado, 16% das medidas (97 medidas) possuem como âmbito de intervenção apenas o município de Lisboa. Ao nível regional, existe apenas uma medida direccionada simultaneamente para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Por fim,

¹³⁸ Um trabalho que o Observatório procurará aprofundar no futuro.

existem outras 4 medidas (0,7%) que ou se encontram orientadas para locais específicos (por exemplo, determinados bairros sociais), ou têm uma dimensão simultaneamente nacional e internacional.

Um último aspecto importante, e, na realidade, o mais relevante para o Observatório, prende-se com a caracterização das medidas consoante o seu efectivo contributo para a luta contra a pobreza. Contudo, para proceder a uma análise deste nível seria necessário, por um lado, um conhecimento mais profundo sobre cada uma destas medidas e, por outro lado, uma definição que permitisse distinguir medidas directas de luta contra a pobreza e medidas que contribuem para a luta contra a pobreza¹³⁸. Não sendo possível garantir estas duas condições, optou-se por uma caracterização das medidas como contribuindo directa ou indirectamente para a luta contra a pobreza. Para tal, foram analisadas as diferentes medidas de acordo com a sua própria definição de objectivos. As medidas foram consideradas como contribuindo directamente para a luta contra a pobreza quando existia uma afirmação expressa do desejo de intervir ao nível da luta contra a pobreza ou na inclusão social e laboral dos grupos alvo, ou seja, medidas que se auto-definem como tendo este objectivo. Com este critério, temos a consciência que poderão ter sido consideradas como medidas e actividades que contribuem directamente para a luta contra a pobreza algumas medidas com pouca capacidade de ter impacto a este nível e, paralelamente, podem ter sido consideradas como indirectas outras medidas importantes na luta contra a pobreza. No entanto, este é apenas um primeiro passo na análise das medidas e das políticas de luta contra a pobreza. O objectivo é que esta seja apenas uma análise exploratória e que este observatório desenvolva no futuro outras metodologias e instrumentos que permitam uma maior e melhor aproximação da análise da luta contra a pobreza em Portugal.

Assim, com base nos critérios definidos, é possível verificar que grande parte das medidas aqui identificadas contribuem apenas indirectamente para a luta contra a pobreza (89%) e apenas 65 medidas (11%) foram consideradas como contribuindo directamente para a luta contra a pobreza. O sector que apresenta o maior número de medidas que contribuem directamente para a luta contra a pobreza é a área do emprego e da formação profissional, com 34 medidas categorizadas desta forma (26% das medidas deste sector), sendo seguido pela área da habitação (4 medidas, correspondendo a 20% das medidas deste sector) e da protecção social (16 medidas, ou seja, cerca de 18% das medidas deste sector). Por outro lado, os sectores com menos medidas a contribuir directamente para a luta contra a pobreza são os sectores da cultura, da Igualdade de Oportunidades e da Justiça, sem nenhuma medida categorizada como directa.

Tendo em conta os diferentes instrumentos políticos em que se enquadram estas medidas, é no Plano Nacional de Acção para a Inclusão, na Estratégia Municipal de Intervenção para a Inclusão Social e no Plano Nacional de Emprego que se encontram o maior número de medidas categorizadas como directamente contribuindo para a luta contra a pobreza (16, 13 e 9 medidas respectivamente, correspondendo a 29%, 28% e 17% do total de medidas identificadas em cada um desses planos e estratégias). Os instrumentos que não apresentam medidas que contribuam directamente para a luta contra a pobreza são a Iniciativa para a Infância e a Adolescência (INIA), o Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (PEOE), o Plano Nacional de Saúde, o Plano Nacional para a Promoção de Acessibilidade e o Plano para Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional. Relembre-se, contudo, a existência de uma grande desproporção das medidas identificadas pelos diferentes instrumentos políticos. Enquanto em alguns destes instrumentos foram identificados várias medidas que contribuem, directa ou indirectamente, para a luta contra a pobreza e a exclusão social (por exemplo, no Plano para a Integração dos Imigrantes foram identificadas 96 medidas), noutros foram identificados apenas uma ou duas medidas, como por exemplo, o INIA, o PEOE e o Plano para Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional.

3.4.2. Sistematização da análise das Políticas, Programas e Medidas

Nº total de Medidas - 598

Sector	N	%
Cultura	5	0,8%
Económico	7	1,2%
Educação	69	11,5%
Emprego/Formação Profissional	131	21,9%
Habituação	20	3,3%
Igualdade de Oportunidades	78	13,0%
Intersectorial	62	10,4%
Justiça	42	7,0%
Protecção Social	90	15,1%
Saúde	94	15,7%
Total	598	100,0%

Planos Nacionais

Planos e Programas Nacionais (14)

III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010)
III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007-2010)
Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências (2005-2012)
Plano Nacional Contra o Trafico de Seres Humanos (2007-2010)
Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2006-2008)
Plano Nacional de Emprego (2005-2008)
Plano Nacional de Saúde (2004-2010)
Plano Nacional para a Promoção de Acessibilidade (2007-2010)
Plano para a Integração dos Imigrantes (2007/2009)
Plano para Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional
Plano Tecnológico
Plano de Acção para a Integração de Pessoas com Deficiência ou Incapacidades (2006-2009)
Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infecção VIH - Cuidados Continuados (2007-2010)
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Outras Iniciativas Nacionais (3)

INIA - Iniciativa para a Infância e a Adolescência
Mercado social de Emprego
PEOE - Programa de Estímulo à Oferta de Emprego

Estratégias Municipais (2)

Estratégia Municipal de Intervenção nas Dependências (2007-2009)
Estratégia Municipal de Intervenção para a Inclusão Social (EMIS) (2007-2009)

PLANOS	Nº de Medidas Específicas	%	Medidas incluídas igualmente em outros planos	Total de Medidas	%
III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010)	41	6,8%	0	41	6,9%
III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007-2010)	44	7,3%	2	46	7,7%
Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências (2005-2012)	34	5,7%	0	34	5,7%
Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010)	40	6,7%	6	46	7,7%
Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2006-2008)	43	7,2%	13	56	9,4%
Plano Nacional de Emprego (2005-2008)	46	7,7%	7	53	8,9%
Plano Nacional de Saúde (2004-2010)	8	1,3%	0	8	1,3%
Plano Nacional para a Promoção de Acessibilidade (2007-2010)	24	4,0%	0	24	4,0%
Plano para a Integração dos Imigrantes (2007/2009)	90	15,0%	6	96	16,1%
Plano para Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional	1	0,2%	0	1	0,2%
Plano Tecnológico	0	0,0%	2	2	0,3%
Plano de Acção para a Integração de Pessoas com Deficiência ou Incapacidades (2006-2009)	45	7,5%	3	48	8,0%
Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infecção VIH - Cuidados Continuados (2007-2010)	45	7,5%	0	45	7,5%
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);	0	0,0%	1	1	0,2%
Subtotal	461	77,0%	-	501	83,8%
INIA - Iniciativa para a Infância e a Adolescência	1	0,2%	0	1	0,2%
Mercado social de Emprego	7	1,2%	0	7	1,2%
PEOE - Programa de Estímulo à Oferta de Emprego	0	0,0%	1	1	0,2%
Subtotal	8	1,3%	-	9	1,5%
Estratégia Municipal de Intervenção nas Dependências (2007-2009)	49	8,2%	14	63	10,5%
Estratégia Municipal de Intervenção para a Inclusão Social (EMIS) (2007-2009)	33	5,5%	14	47	7,9%
Subtotal	82	13,7%	-	110	18,4%
Sem Identificação	14	2,3%	-	14	2,3%
TOTAL	565	94,3%	33	598	100,0%

Organizações Identificadas como Entidades Responsáveis e/ou Executoras

Ministérios Envolvidos (15)

Ministério da Administração Interna
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Ministério da Cultura
Ministério da Defesa Nacional
Ministério da Economia e da Inovação
Ministério da Educação
Ministério da Justiça
Ministério da Saúde
Ministério das Finanças e da Administração Pública
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
Ministério dos Assuntos Parlamentares
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Ministro da Presidência / Presidência do Conselho de Ministros

Organismos Governamentais (Central - 45)

- Administração Central do Sistema de Saúde, IP.
- Alto Comissariado de Saúde
- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP.
- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
- Autoridade para as Condições do Trabalho
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
- Coordenação Nacional para a Infecção VIH/sida
- Direcção Geral do Consumidor
- Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas
- Direcção-Geral da Saúde
- Direcção-Geral das Actividades Económicas
- Direcção-Geral das Autarquias Locais
- Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
- Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
- Direcção-Geral de Reinserção Social
- Direcção-Geral de Viação
- Direcção-Geral do Ensino Superior
- Direcção-Geral dos Impostos
- Direcção-Geral dos Serviços Prisionais
- Fundação da Juventude
- Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação
- Gabinete de Gestão Equal
- Gabinete para os Meios de Comunicação Social
- Gabinetes de Apoio à Habitação
- Instituto da Droga e da Toxicodependência
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP.
- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, I. P.
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Instituto de Higiene e Medicina Tropical
- Instituto de Segurança Social, IP
- Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.
- Instituto Nacional de Estatística
- Instituto Nacional de Habitação
- Instituto Português da Juventude, I. P.
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
- Procuradoria-Geral da República
- Secretaria de Estado da Juventude
- Secretaria de Estado da Reabilitação
- Secretaria de Estado do Turismo
- Secretaria do Estado, da Juventude e do Desporto
- Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento IP.

Organismos Governamentais (Regional ou Municipal – 9)

Administração Regional de Saúde
Autarquias
Câmara Municipal de Lisboa
Centro Regional de Alcoologia
Centro Regional de Segurança Social da Madeira
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
Governos Cívicos
Instituto de Acção Social dos Açores
Organismos de Segurança Social

Outros Serviços Públicos (4)

Centros de Emprego
Centros de Saúde
Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante
Forças de Segurança Pública

Sociedade Civil (Organizações Não Governamentais – 11)

Associação Nacional de Professores
Associações de consumidores
Associações de Desenvolvimento
Associações de Imigrantes
Associações de jovens de carácter cultural e recreativo, desportivo, religioso (entre outras)
Associações socioprofissionais
Casas do Povo
Confederação Nacional das Associações de Pais
Fundação Gulbenkian
Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)
Outras Organizações

Estabelecimentos de Ensino e Formação Profissional (5)

Agrupamentos e Estabelecimentos de Ensino
Centro de Formação de Professores
Centros de Formação Profissional
Centros Novas Oportunidades
Universidades e Centros de Investigação

Outros (9)

Centro de Estudos Judiciários
Centros de Juventude
Meios de comunicação social
Empresas de metropolitano
Outras empresas que detenham a gestão do equipamento de bilhética
Estruturas de Coordenação Regionais do PIEF com representantes do PETI, do IEFP, das DRE e do ISS
Grupo de Trabalho responsável pelo Plano para Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional
Casa Pia de Lisboa
Santa Casa de Misericórdia de Lisboa

Público-Alvo das Medidas

Público-Alvo das Medidas	N	% (face ao total de medidas)
Comunicação Social	2	0,3%
Crianças e jovens	32	5,4%
Decisores Políticos	2	0,3%
Desempregados	21	3,5%
Famílias	6	1,0%
Famílias Monoparentais	2	0,3%
Idosos	8	1,3%
Instituições e Serviços (Sociedade Civil, Instituições de Ensino, Consulados, Instituições da Área da Justiça, Forças de Segurança, Rede Social, entre outros)	77	12,9%
Minorias Étnicas	6	1,0%
Mulheres	9	1,5%
Pessoas com necessidades especiais	20	3,3%
Pessoas em situação de carência (económica, habitacional, etc)	27	4,5%
Pessoas infectadas com VIH/SIDA	29	4,8%
População com baixo nível de escolaridade	2	0,3%
População com deficiência	55	9,2%
População de Rua	23	3,8%
População em geral	58	9,7%
População Estudantil	10	1,7%
População imigrante	75	12,5%
População toxicodependente	60	10,0%
Profissionais (Técnicos, Docentes, Investigadores, Profissionais da Área da Saúde, Profissionais dos Centros Distritais da Segurança Social, entre outros)	38	6,4%
Reclusos	3	0,5%
Sistema educativo	9	1,5%
Vítimas de tráfico de Seres Humanos	17	2,8%
Vítimas de Violência de género	3	0,5%
Vítimas de Violência Doméstica	25	4,2%
Outros	23	3,8%

Âmbito Geográfico das Medidas

Âmbito Geográfico	N	%
Nacional	496	82,9%
Municipal (Lisboa)	97	16,2%
Regional (AML e AMP)	1	0,2%
Outros - (Cova da Moura (Amadora; Lisboa), Lagarteiro (Porto) e Vale da Amoreira (Moita; Setúbal); Internacional e Nacional; Lisboa e Porto)	4	0,7%
Total	598	100,0%

Tipo de Intervenção face à Luta contra a Pobreza

Âmbito Geográfico	N	%
Directa	65	10,9%
Indirecta	533	89,1%
Total	598	100,0%

Sector / Tipo de Intervenção	Total	Directa	%	Indirecta	%
Cultura	5	0	0,0%	5	100,0%
Económico	7	1	14,3%	6	85,7%
Educação	69	2	2,9%	67	97,1%
Emprego/Formação Profissional	131	34	26,0%	97	74,0%
Habituação	20	4	20,0%	16	80,0%
Igualdade de Oportunidades	78	0	0,0%	78	100,0%
Intersectorial	62	7	11,3%	55	88,7%
Justiça	42	0	0,0%	42	100,0%
Protecção Social	90	16	17,8%	74	82,2%
Saúde	94	1	1,1%	93	98,9%

Programa ou Política / Tipo de Intervenção	Total	Directa	%	Indirecta	%
Estratégia Municipal de Intervenção para a Inclusão Social (EMIS) (2007-2009)	47	13	27,7%	34	72,3%
Estratégia Municipal de Intervenção para as Dependências (EMID) - 2007-2009	63	8	12,7%	55	87,3%
III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010)	41	1	2,4%	40	97,6%
III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007-2010)	46	2	4,3%	44	95,7%
INIA - Iniciativa para a Infância e a Adolescência	1	0	0,0%	1	100,0%
Mercado Social de Emprego	7	5	71,4%	2	28,6%
PEOE - Programa de Estímulo à Oferta de Emprego	1	0	0,0%	1	100,0%
Plano de Acção para a Integração de Pessoas com Deficiência ou Incapacidades (2006-2009)	48	1	2,1%	47	97,9%
Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências (2005-2012)	34	3	8,8%	31	91,2%
Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010)	46	1	2,2%	45	97,8%
Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2006-2008)	56	16	28,6%	40	71,4%
Plano Nacional de Emprego (2005-2008)	53	9	17,0%	44	83,0%
Plano Nacional de Saúde (2004-2010)	8	0	0,0%	8	100,0%
Plano Nacional para a Promoção de Acessibilidade (2007-2010)	24	0	0,0%	24	100,0%
Plano para a Integração dos Imigrantes (2007/2009)	96	5	5,2%	91	94,8%
Plano Tecnológico	2	1	50,0%	1	50,0%
Plano para Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional	1	0	0,0%	1	100,0%
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	1	1	100,0%	0	0,0%
Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infecção VIH - Cuidados Continuados (2007-2010)	45	1	2,2%	44	97,8%

4.1. Um primeiro balanço conclusivo

Os dados estatísticos disponíveis ao **nível nacional** sobre a caracterização da população que se encontra abaixo do limiar de pobreza, apontam para uma **maior vulnerabilidade da população idosa e da população de crianças e jovens. Ao nível dos agregados familiares destacam-se os constituídos por dois adultos e três ou mais crianças, as famílias unipessoais, as famílias monoparentais, os agregados compostos por dois adultos com 65 anos ou mais e as famílias constituídas por dois adultos e duas crianças.** Ao nível da situação face ao emprego destacam-se os **desempregados e os reformados**, sendo que em Portugal existe uma elevada percentagem **de trabalhadores que se encontram em risco de pobreza**. Por fim, os arrendatários encontram-se também mais vulneráveis a situações de pobreza que os proprietários.

Se estes dados apenas existem para a população nacional, deve-se sublinhar que a taxa de risco de pobreza não é o único indicador que nos permite ter um conhecimento sobre a situação da população ao nível da pobreza e da exclusão social. A privação material, as condições de habitabilidade, a saúde, a educação, o desemprego, entre outros, permitem-nos aprofundar o conhecimento proveniente de indicadores monetários e, na ausência destes indicadores, ter uma imagem das situações de vulnerabilidade existentes.

Assim, é importante reforçar em primeiro lugar o **envelhecimento da população de Lisboa**. Este Concelho possuía, em 2001, uma idade média de 44 anos e cerca de 24% da sua população com 65 anos ou mais. Por outro lado, 12% da sua população tinha menos de 15 anos. Ao nível dos agregados familiares, **cerca de 30% das famílias clássicas deste Concelho eram, em 2001, famílias unipessoais e 14% eram famílias unipessoais compostas por pessoas com 65 anos ou mais. As famílias monoparentais representavam 18% das famílias clássicas de Lisboa e 6% eram famílias constituídas por 5 ou mais pessoas.**

Em 2001, **a taxa de desemprego em Lisboa, segundo dados do INE, era de 7,5%**, ou seja, 19.984. Os dados do IEF, para Novembro de 2007, apresentavam a existência de 17 012 desempregados. Apesar de aparentemente existir uma diminuição do número de desempregados, deve-se sublinhar que estas duas fontes possuem métodos de cálculo diferentes não sendo possível uma comparação entre estes dados. **Em relação aos reformados, por outro lado, existiam em Lisboa, em 2005, 160 266 reformados**, sendo que **15% eram reformados por invalidez**.

Apesar da população empregada não ser, por si só, um grupo com elevadas percentagens de risco de pobreza, existem no entanto **14% de trabalhadores pobres em Portugal (2005)**. Assim, refira-se que o ganho mensal médio dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO), em Lisboa, era de 849,55€, em 2003. Este valor diminui quando temos em conta as pequenas empresas até 9 trabalhadores (vencimento mensal médio de 788,96€) e, sobretudo, o nível de habilitações dos trabalhadores (602,36€ para os TCO sem o 1º ciclo do ensino básico completo e 742,16€ para os TCO com o 1º ciclo do ensino básico). **A este nível é importante sublinhar que, em 2003, 16% dos TCO tinham apenas o 1º ciclo do ensino básico e 48% possuíam no máximo o ensino básico completo.**

Lisboa possui níveis de escolaridade superiores à média nacional e regional. Em 2001, **mais de 60% da sua população possuía no máximo o ensino básico completo, quase 20% não possuía qualquer grau de instrução, existia uma taxa de analfabetismos de 6% e uma taxa de abandono escolar de 2,2%.** O ensino superior abrangia apenas 18% da população de Lisboa.

Ao nível da habitação, em 2001, cerca de 49% dos alojamentos familiares clássicos encontravam-se arrendados e subarrendados e possuíam um valor médio de renda de 118€. Ainda segundo dados de 2001, cerca de 7% dos alojamentos familiares clássicos ocupados pertenciam à autarquia local. Em

2007, a Gebalis registava a **existência de 67 bairros sociais, com cerca de 25 mil fogos e 87 mil pessoas**. Registe-se ainda que, apesar da diminuição dos alojamentos não clássicos entre 1991 e 2001, existia ainda nessa altura 1,23% deste tipo de alojamento e cerca de 1,8% da população a residir em alojamentos não clássicos (10 164). Este número terá sido alterado ao longo destes últimos anos com a construção de novas áreas de realojamento social. Ainda ao nível das condições de habitabilidade, refira-se a existência de **15% dos alojamentos familiares clássicos em situação de sobrelotação e 5% dos alojamentos familiares (clássicos ou não) sem pelo menos uma infra-estrutura básica**.

O principal meio de vida dos habitantes de Lisboa era, em 2001, o trabalho (44%). **A pensão/ reforma e a família (estar a cargo da família) são igualmente importantes fontes de rendimento para 26% e 25% dos lisboetas respectivamente**. Os restantes meios de vida abrangem proporções iguais ou inferiores a 2% (subsídio de desemprego: 2%; Rendimento Mínimo Garantido: 1%; subsídio doenças, acidente, outros subsídios e apoio social: 1%)

Outros indicadores importantes para obter uma imagem da vulnerabilidade e das respostas que lhe procuram fazer face levou-nos a procurar **conhecer e caracterizar as repostas sociais existentes em Lisboa**. Assim, e de acordo com a Carta Social, em 2006 **existiam 821 equipamentos e serviços sociais que ofereciam 39 repostas sociais em Lisboa**. Estas repostas sociais encontram-se divididas em três grandes áreas de intervenção (Infância e Juventude, Pessoa Adulta e Família e Comunidade) e um grupo de Resposta Pontuais.

A maior parte dos equipamentos sociais identificados na Carta Social são direccionados à Pessoa Adulta (47%) ou à Infância e Juventude (40%). Dentro da área das Pessoas Adultas, verifica-se uma maior aposta em equipamentos vocacionados para as pessoas idosas (77% dos equipamentos desta área de intervenção), nomeadamente os Lares para Idosos e o Serviço de Apoio Domiciliário. Na área da Infância e Juventude, sobressaem numericamente os equipamentos orientados para as crianças e jovens em geral (67% destes equipamentos), em particular, as Creches (48% dos equipamentos desta área de intervenção e 19% dos equipamentos de Lisboa). Por fim, **a área da Família e Comunidade, a área mais flexível e onde se encontram repostas menos tradicionais, corresponde apenas a 12% dos equipamentos e serviços de Lisboa**. Dentro desta área destaca-se a Família e Comunidade em Geral (65%), onde se evidenciam equipamentos e serviços tais como Atendimentos Acompanhamento Social (35% dos equipamentos da Família e Comunidade em Geral).

Tendo em conta grupos específicos, mas onde as situações de exclusão social são muitas vezes mais intensas, tais como pessoa com deficiência, crianças e jovens em risco, pessoas com problemas de saúde mental, pessoas com HIV/SIDA ou pessoas toxicodependentes, verifica-se que o número de equipamentos é, em geral, muito limitado. Dentro destes grupos, é ao nível das crianças e jovens em perigo e das pessoas com deficiência que se verificam maiores quantidades de equipamentos e serviços sociais – cerca de 11% dos equipamentos de Lisboa estão orientados para as crianças e jovens em perigo (sendo que cerca de metade destes equipamentos são Lares para crianças e jovens) e 10% estão vocacionados para apoiar pessoas com deficiência (adultos e crianças e jovens). Para os restantes grupos, os equipamentos e os serviços existentes não ultrapassam 2% dos equipamentos de Lisboa.

Por outro lado, a protecção social através das prestações sociais do regime contributivo e do regime não contributivo são mecanismos essenciais para impedir que alguns grupos sociais entrem em situação de pobreza e/ou fomentar a saída de cidadãos que se encontrem nestas situações. Assim, por exemplo, as pensões de velhice e invalidez, assim como o subsídio de desemprego, apoiam pessoas que, por questões de saúde, de idade ou desemprego, mudam a sua situação face ao emprego de forma permanente ou temporária. Esta mudança, sem um sistema de protecção social, poderia colocar em situação de pobreza franjas importantes da população. Tal é visível quando se verifica que a taxa de risco de pobreza ao nível nacional, junto da população com 65 anos ou mais, desce de 82% para 32% após as transferências relativas a pensões. Assim, **é importante sublinhar a existência, em 2005, de cerca de 136 305 beneficiários da pensão de velhice em Lisboa, recebendo em média cerca de 486,25€ mensais. Ao nível da pensão por invalidez foram contabilizados nesse ano 23 961 beneficiários que auferiam em média 315,15€ mensais**.

O desemprego tem um impacto importante no risco de pobreza quer dos indivíduos que se encontram nesta situação, quer dos seus agregados familiares. Os subsídios de desemprego, sendo apoios temporários podem, no entanto, evitar a entrada destas pessoas em situações de pobreza. Dos diferentes tipos de subsídio de desemprego existentes, destaca-se o subsídio de desemprego quer pelo número de pessoas que abrange como pelo montante que lhe está associado. **Dos 21 030 beneficiários dos diferentes tipos de subsídio de desemprego existentes em Lisboa, em 2006, 16 302 eram beneficiários do subsídio de desemprego.** Para este Concelho o valor médio do subsídio de desemprego era de 4 753€, um valor superior a média regional e nacional.

O **Rendimento Social de Inserção (RSI)**, que veio substituir o Rendimento Mínimo Garantido, é um instrumento de política chave para a promoção da inclusão social. Esta medida conjuga uma dimensão monetária, que procura garantir um rendimento mínimo capaz de assegurar condições dignas de vida, com um programa de inserção social, através do qual se procuram criar condições que permitam fomentar uma progressiva inserção social e laboral e uma gradual autonomização face a este tipo de apoio. **Em Lisboa, em 2006, existiam 4 332 titulares do RSI e 11 240 beneficiários desta medida** (todas as pessoas que constituem o agregado familiar destes titulares). Entre estes beneficiários **destacam-se as mulheres (53%), as crianças e jovens (39%) e os adultos entre os 25 e os 64 anos (45%).** Ao nível das características do agregado familiar, destacam-se as famílias compostas (71%). **Cerca de 11% dos beneficiários encontram-se em famílias monoparentais e cerca de 5% encontram-se em famílias unipessoais.**

Este primeiro retrato representa apenas um esforço de caracterização genérica do Concelho de Lisboa. Procurando obter uma imagem mais nítida da cidade, **através da análise das suas 53 freguesias, verifica-se uma forte heterogeneidade de situações.** Assim, por exemplo, enquanto Alvalade, São João de Brito e São João de Deus apresentam 33% ou mais das suas populações com 65 anos ou mais, nas freguesias de Charneca, Lumiar, Ameixoeira e Carnide estas percentagens baixam para 13% e, por outro lado, encontram-se percentagens mais elevadas de crianças e jovens (entre 20% a 15% das suas populações). O mesmo ocorre ao nível da educação. Enquanto freguesias como Charneca, São Miguel e Marvila possuem taxas de analfabetismo de 13% a 10%, em São Francisco Xavier, São Domingos de Benfica e São João de Deus estas taxas são de 2% a 3%. Se existem 12 freguesias onde pelo menos 20% da sua população possui ensino superior, existem outras 24 freguesias onde pelo menos 20% da sua população não possui qualquer grau de ensino.

Assim, destaque-se aqui, e apenas a título de exemplo, duas freguesias onde se conjugam vários factores que indiciam a existência de situações de vulnerabilidade à pobreza e que, por outro lado, apresentam características distintas: Marvila e Castelo. Para além da localização geográfica destas freguesias e das suas dimensões em termos de km², uma outra grande diferença entre estas duas freguesias é a dimensão das suas populações. Enquanto Marvila possuía, em 2001, uma população de 38 767 habitantes, sendo a terceira freguesia com maior número de habitantes, Castelo era, pelo contrário, a terceira freguesia com menor número de habitantes (587 pessoas). Marvila era a quarta freguesia com maior número de população 65 anos ou mais. Contudo, quando comparamos este grupo etário com a população residente na freguesia, esta percentagem era de apenas 14% (5 312), um valor muito abaixo da média do Concelho (24%). Efectivamente, Marvila era, em 2001, uma das freguesias com a população menos envelhecida e uma das que possuía maior percentagem de crianças e jovens até aos 24 anos. Castelo, por outro lado, possuía 31% da sua população residente com 65 anos ou mais. No entanto, esta percentagem representava apenas 180 pessoas, ou seja, 3% da população com 65 anos ou mais existente em Marvila. Assim, se por um lado é importante conhecer o peso dos diferentes aspectos face a dimensão da população residente na freguesia, por outro lado, a expressão numérica por si só é importante, nomeadamente quando nos referimos a freguesias com elevado número de habitantes e quando, por detrás dos diferentes indicadores, podem estar pessoas em situação de vulnerabilidade social.

No caso de Marvila, tendo em conta a dimensão da sua população, a expressão numérica dos vários indicadores apresentados neste relatório é com frequência muito importante. Apesar de não se encontrar entre as freguesias com maior proporção de famílias unipessoais ou de famílias monoparentais, Marvila possuía, em 2001, 1 891 famílias unipessoais e 2 254 famílias monoparentais. Ao nível dos agregados

familiares com 5 ou mais pessoas, Marvila era a segunda freguesia do Concelho com maior proporção deste tipo de agregado familiar (1 805 famílias que corresponde a 15% das famílias clássicas desta freguesia). Ao nível do grau de habilitações da população, tal como referido, Marvila possuía uma das maiores taxas de analfabetismo de Lisboa – 10%. Efectivamente, prevalecia aqui uma população pouco escolarizada, com 85% da sua população possuindo no máximo o ensino básico completo e com 56% possuindo no máximo o primeiro ciclo do ensino básico (21 610 pessoas). Relembre-se que é junto dos trabalhadores que possuem no máximo este grau de ensino onde se verifica um vencimento médio mais baixos para os trabalhadores por conta de outrem. Por fim, apesar de ser visível o baixo nível de escolarização existente nesta freguesia, é importante sublinhar que a existência de uma percentagem elevada de população com idade compreendida entre os 0 e os 14 anos (15%) exerce uma influência importante sobre estes números.

Marvila era igualmente a freguesia com maior número de alojamentos familiares pertencentes à autarquia, nomeadamente a freguesia com mais áreas de realojamento social e com maior população a residir nessas áreas. Consequentemente, era uma das freguesias onde se verifica um valor médio das rendas mais baixo. Ainda ao nível dos alojamentos, esta é a segunda freguesia com mais alojamentos familiares superlotados e, em 2001, era a segunda freguesia com mais barracas.

Outro aspecto a sublinhar prende-se com o nível de desemprego existente, um factor que aumenta a vulnerabilidade a situações de pobreza. Marvila possuía, em 2001, a segunda maior taxa de desemprego de Lisboa (10%), existindo 3% da sua população (1 209) que possuía como principal meio de vida o subsídio de desemprego. Segundo dados de 2006, Marvila era, nessa altura, a freguesia com maior número de beneficiários dos subsídios de desemprego (2 075). Ainda ao nível do principal meio de vida, deve-se sublinhar que, em 2001, Marvila possuía a maior proporção de população que sobrevivia com base no RMG (0,9%; 339 pessoas) e a segunda maior proporção de população cuja sobrevivência advinha sobretudo do apoio social (0,8%; 309 pessoas). Segundo dados de 2006, era em Marvila que se encontravam o maior número de beneficiários do RSI (1 628, equivalendo a 15% dos beneficiários de Lisboa) e o maior número de titulares / famílias do RSI (556 titulares / famílias).

Ao nível da população com deficiência, era em Marvila que residia o maior número de pessoas com esta característica e é a terceira freguesia com maior número de pessoas deficientes com grau de incapacidade atribuído de 60% ou mais.

Se, por um lado, estes diferentes factores se conjugam em Marvila, por outro lado, é também em Marvila onde se encontram o maior número de equipamentos e serviços sociais de Lisboa (cerca de 8% dos equipamentos da Carta Social). Tendo em conta as diferentes áreas de intervenção, Marvila é a freguesia com mais equipamentos na área da Pessoa Adulta e a segunda freguesia com mais equipamentos nas áreas da Infância e Juventude e da Família e Comunidade. Ao nível dos equipamentos destacam-se as Creches, sendo a terceira freguesia com maior número de creches; os Centros de Actividades Ocupacionais (CAO), sendo a freguesia com mais CAOs; o Serviço de Apoio Domiciliário e os Centros de Dia, sendo a freguesia com maior número de respostas a estes níveis.

A freguesia do Castelo, por outro lado, sobressai por possuir, em 2001, a maior proporção de famílias unipessoais composta por pessoas com 65 anos ou mais e uma elevada proporção de famílias monoparentais. Também ao nível da qualificação da população, predomina o baixo nível de escolaridade, com 83% da sua população possuindo, em 2001, no máximo o ensino básico completo e 58% tendo no máximo o 1º ciclo do ensino básico. O abandono escolar atingia 12,5% da sua população em idade escolar. É também ao nível da habitabilidade que se realçam alguns aspectos problemáticos, nomeadamente no que se refere à superlotação dos alojamentos e a falta de infra-estruturas básicas. Castelo tinha a terceira maior percentagem de alojamentos superlotados (25% dos seus alojamentos) e de alojamentos sem água (1,9%), e a maior proporção de alojamentos sem banho (19,3%). Cerca de 87% dos seus alojamentos eram arrendados ou subarrendados (a maior proporção de Lisboa) e, em 2001, possuía os valores médios de renda mais baixos de Lisboa. Por fim, esta é a freguesia com uma maior proporção de pessoas que possuíam como principal meio de vida a pensão/reforma (37% da sua população).

Apesar da conjugação destes factores, apenas existe nesta freguesia um equipamento social identificado na Carta Social - um Centro de Acolhimento Temporário/Casa de Acolhimento Temporário para crianças

e jovens em perigo. Sublinhe-se, no entanto que, tal como referido, o baixo número de habitantes existentes nesta freguesia, leva a que os números absolutos que se escondem por detrás destas percentagem sejam muitas vezes baixos. Por outro lado, a pequena dimensão da freguesia poderá permitir à sua população encontrar as respostas sociais necessárias em freguesias limítrofes ou próximas. Ao nível da protecção social, são apenas identificados 9 beneficiários do RSI e 4 titulares/famílias.

Esta heterogeneidade de situações verifica-se não só dentro do Concelho, entre as diferentes freguesias, mas também dentro de cada freguesia. Assim, por exemplo, Marvila, apesar de possuir, em geral, um baixo nível de escolarização da sua população e apenas 4% ter como grau de habilitação o ensino superior, esta freguesia possuía, na realidade, 1 395 pessoas com este grau de habilitação. Se existia uma proporção elevada, comparativamente às outras freguesias, de população cujo principal meio de vida resultava do RSI, do subsídio de desemprego e do apoio social, no entanto, para a maior parte da sua população (43%) o principal meio de vida era o trabalho. A sua população empregada era, em 2001, de 17 252 pessoas, sendo que 477 eram quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas e 765 eram especialistas das profissões intelectuais e científicas.

Lisboa, enquanto capital do país, é efectivamente um pólo importante de atracção de investimento e de pessoas e, conseqüentemente, tem uma enorme capacidade de gerar riqueza. Tal como referido no Capítulo 2, Lisboa distancia-se dos restantes Concelhos nacionais, ao nível do poder de compra da sua população, com um Indicador *per Capita* de 216 (seguido por Oeiras com 173,3). 10,62% do poder de compra nacional encontra-se nesta Cidade. O retrato de Lisboa traçado através neste relatório, teve como preocupação central a identificação de alguns indicadores que indiciam, partindo de diferentes dimensões, situações de potencial vulnerabilidade à pobreza. A existência destas duas imagens distintas da cidade de Lisboa vem chamar atenção para a heterogeneidade deste território onde se expressa de forma muito explícita uma imagem que também é nacional: um enorme desequilíbrio e desigualdade social, coabitando no mesmo espaço territorial, ainda que com margens aparentemente bem delimitadas, situações de forte riqueza e situações de extrema pobreza.

4.2. Algumas orientações para o futuro

“A grande aglomeração urbana é assim uma máquina de fazer a vida cara.”

J.P. Martins Barata, “Pensar Lisboa” (1989)

Estas orientações para o futuro, e que emanam do anterior retrato da Pobreza em Lisboa, só podem ser aproximativas e provisórias. A partir da acumulação dos dados disponíveis, e dos limites que os mesmos apresentam, seria muito arriscado e imprudente ir mais além do que uma apresentação de sugestões provisórias. Assim, trata-se mais de produzir um conjunto de hipóteses abertas que devem ser ainda verificadas do que orientações fechadas e definitivas. Estas orientações adoptam propositadamente um tom sintético sobre determinadas questões que, seguramente, posteriores debates e reflexões ajudarão a aprofundar.

1. Lisboa como toda a “grande aglomeração urbana é uma máquina de fazer a vida cara” e que, por essa razão, produz, paralelamente, pobreza e riqueza. Nesta dinâmica, são os que ficam na margem, os excluídos dos processos de transformação urbana, da incorporação nos novos mercados de trabalho, do mundo do consumo e do ócio, os que mais empobrecem. Como os indicadores estatísticos evidenciam isto tende a polarizar-se nas populações mais envelhecidas, nas famílias desestruturadas, nos que possuem menores qualificações e capacidades de relação, nas populações mais vulneráveis (crianças, jovens dos bairros mais periféricos e mulheres isoladas com enormes responsabilidades familiares), nos que se endividam, nos que vêem as suas ocupações e qualificações tornar-se obsoletas e que se vêem obrigados a fechar os seus negócios vendo degradar-se, muitas vezes em idades já avançadas, as suas condições económicas, de habitação e saúde. Importa ainda ter em consideração que tais

condições se concentram muitas vezes nas mesmas pessoas ou agregados familiares.

Tendo presente tais constatações e cenários, o Observatório deverá aprofundar o conhecimento sobre as causas da pobreza e da exclusão social relacionando tal análise com o facto de estas terem origem numa cidade com as características de Lisboa. Este trabalho poderá ser concretizado através da promoção de estudos de caracterização de fenómenos específicos e pelo acompanhamento de painéis de pessoas os experienciam.

2. Estas situações tendem a concentrar-se nos bairros mais antigos das grandes cidades. Situam-se nos centros históricos que não são renovados e que, frequentemente, são “invadidos” por uma indústria e um comércio ligados ao turismo. Isto é observável numa parte da baixa lisboeta, em Alfama, no Bairro Alto e um pouco em todas as freguesias com estas características (baixa e centro histórico). São bairros que envelhecem e que só renovam as suas populações com pessoas vindas de fora de Lisboa. É nestes espaços que, maioritariamente, se desenvolvem as diferentes actividades de produção e comércio da chamada economia informal.

Será importante estudar as relações entre economia informal, imigração e as modificações e impactos que tais fenómenos produzem nos diferentes espaços urbanos.

3. Nas últimas décadas, existe uma tendência generalizada para que todas as grandes capitais europeias percam população. Não obstante este facto, não é menos verdade que estes espaços continuam a atrair e expulsar a pobreza. Lisboa não é uma excepção. Cresceu em grande parte devido aos processos migratórios internos de outras décadas e se agora não perde muita população (em comparação com outras grandes cidades portuguesas) isso é devido à compensação do seu saldo negativo com atracção de 46% dos estrangeiros que entram em Portugal. Provenientes do Brasil, de Cabo Verde e de outras ex-colónias, mas cada vez mais de países da Europa de Leste (com uma forte preponderância para a Ucrânia e Roménia) situam Lisboa nos caminhos das grandes correntes migratórias dos países do Sul que tentam chegar ao Norte para encontrar trabalho e outro nível de qualidade de vida. Neste sentido, Lisboa é um Sul para o Norte e um Norte para o Sul.

Atracção e expulsão da pobreza são corolários do crescimento das grandes cidades. Como isto se concretiza em Lisboa poderá ser uma importante tarefa para o Observatório.

4. Estes recém-chegados instalam-se onde podem e procuram rendimentos onde encontram uma qualquer oferta de emprego. Ocupam novos espaços, aproveitam os interstícios dos bairros históricos ou instalam-se nos bairros mais periféricos (inclusivamente fora da área do Concelho de Lisboa). Contribuem assim para a condensação urbana, para o aumento dos fenómenos dos subalugueres de habitação e sua conseqüente sobre-ocupação. No seu trânsito urbano, e à medida que vão assegurando uma posição menos frágil passam a ocupar os bairros circundantes da Cidade de Lisboa e de outros Concelhos das suas fronteiras. Lisboa é um exemplo típico das cidades que expulsam uma boa parte da sua população para as margens da sua área metropolitana.

A constatação destes fenómenos deverá ter duas conseqüências para o Observatório: uma é que necessitará de, paulatinamente, ir abordando o território que vai para além das fronteiras do Concelho de Lisboa; outra é que terá que prestar uma atenção especial aos processos de integração social, laboral e cidadã dos que vão chegando a este território e que são hoje, seguramente, uma percentagem importante dos que se encontram em situação ou risco de pobreza.

5. Nas grandes cidades – e Lisboa não é excepção - costumam ocorrer e conviver quatro tipos de fenómenos: em primeiro lugar a existência de uma pobreza difusa, não concentrada, que permanece escondida e que, por vezes não expressa as suas necessidades e carências (idosos, pobreza “envergonhada”, deficiência...); em segundo lugar existem necessidades emergentes que se traduzem em novas formas de empobrecimento e exclusão (endividamento, toxicodependência, destruição das estruturas familiares tradicionais...); em terceiro lugar, existe uma pobreza extrema com tendência a ser cada vez mais crónica e muito visível e que é aquela que com mais evidência “formata” as representações sociais sobre a pobreza na cidade. Não é invulgar que as mesmas pessoas concentrem em si diferentes problemas (não possuírem emprego nem grandes qualificações, estarem sem-abrigo, sofrerem de diferentes dependências e encontrarem-se envolvidas nas formas mais subterrâneas de economia informal); em quarto lugar existe uma população que se encontra em risco de pobreza e que devido a circunstâncias que as ultrapassam e que não podem minimamente controlar (doença prolongada, perda de emprego, viuvez, catástrofes naturais, etc.) as podem fazer cair em situações de grave carência e, no limite, numa situação de pobreza extrema.

O Observatório deve estar atento a estes quatro tipos de fenómenos, procurando incidir um particular enfoque naqueles que são menos visíveis e menos diagnosticados e reconhecidos socialmente e onde, precisamente por essas razões, existe um maior deficit de políticas, respostas e equipamentos.

6. Procurando reflectir sobre os indicadores por freguesia e as mapificações produzidas, parecem existir três círculos no interior dos quais existem traços relativamente comuns. Um primeiro círculo corresponde aos bairros históricos, um outro que inclui o centro da cidade e um terceiro que abarca a sua periferia. Muito provavelmente existirão excepções a esta “demarcação” de zonas mais problemáticas já que, com toda a certeza, as freguesias no seu interior não são homogéneas. A desigualdade social é grande em Portugal e também o é em Lisboa, pelo que, seguramente, tal fenómeno produzirá segregações territoriais importantes e que importa conhecer.

O Observatório terá que investir num conhecimento aprofundado sobre as relações que se produzem entre pobreza, exclusão e desigualdade, prestando uma particular atenção aos processos de segregação e fragmentação social e territorial.

7. Todos os processos anteriormente descritos põem em relevo uma certa falta de planeamento estratégico da Cidade. Parece que Lisboa cresceu “à sua vontade”, livremente e sem qualquer tipo de intervenção ou orientação estratégica. Podemos argumentar que isto também é parte do seu encanto. No entanto, e se isto é verdade e irá continuar a ser, temos também que reconhecer que tal forma de desenvolvimento e crescimento produz impacto na morfologia da pobreza da cidade e nas respostas que se procuram dar a este fenómeno. A ausência de planificação obriga a um maior esforço de intervenção de emergência e, conseqüentemente, de palição. A natureza, distribuição e localização dos equipamentos demonstram algumas incoerências entre as respostas e as necessidades das populações (em 29 das freguesias não existe nenhum recurso específico para populações portadoras de deficiências, por exemplo) que só se podem explicar pela falta de visão e de decisão global e integrada. Quando se contrastam o tipo de problemas e de respostas existentes parece evidenciar-se uma tendência bastante conservadora em termos de respostas face a um conjunto de problemas relativamente novos e que demandam outro tipo de soluções. Particularmente em relação aos fenómenos mais recentes parece existir uma crescente capacidade de reacção mas uma ausência de prevenção e / ou antecipação.

O Observatório não poderá desvalorizar estas circunstâncias e este contexto de dificuldades de planificação urbana e social que têm na base o peso da história da cidade e das formas de intervenção social em Portugal, particularmente no que ao combate à pobreza diz respeito. Poderá ser conveniente que o Observatório continue a reflectir sobre as relações entre necessidades (existentes e emergentes) e as tipologias de respostas e recursos disponíveis e a disponibilizar. Ao mesmo tempo será importante que o Observatório aprofunde uma capacidade de proposição capaz de fornecer pistas e indicações que ajudem a conceber e implementar uma maior coerência entre a distribuição dos recursos e equipamentos e a sua capacidade de dar respostas às actuais necessidades.

8. Lisboa é a capital de Portugal. Este facto tem naturalmente consequências benéficas mas também prejudiciais para os seus habitantes já que tal condição se traduz numa dispersão de instâncias que decidem sobre o seu presente e o seu futuro. A lista de planos, programas e medidas que actuam neste território é enorme. No entanto, e de acordo com os cálculos efectuados através da análise das políticas, programas e medidas, só 10,9% afirmam objectivos directos no que ao combate à pobreza diz respeito. Não será muito arriscado pressupor que as sobreposições, os desencontros e a falta de coordenação de políticas, programas e medidas estarão na ordem do dia. E isto projecta-se e reflecte-se sobre os profissionais, as organizações e, ainda mais, sobre as populações potencialmente beneficiárias das mesmas.

Poderá ser muito útil que o Observatório continue a aprofundar o conhecimento sobre estas políticas, programas e medidas e a analisar qual o seu impacto sobre a pobreza. Poderá ser relevante começar por seleccionar alguma medida em específico (Rendimento Social de Inserção, por exemplo) e produzir um trabalho monográfico sobre a mesma. Ao mesmo tempo seria interessante definir critérios que melhor permitam qualificar a análise destas medidas, no sentido de avançar com propostas concretas para a (re)formulação das mesmas. Em todas estas abordagens importa ter presente a necessidade de envolver activamente todos os actores e, em particular, as pessoas que directamente experienciam os fenómenos de pobreza e exclusão, aprofundando a componente de investigação-acção pela qual o Observatório deseja pautar as suas actividades.

[5] CONSTRUINDO UM MODELO DE OBSERVATÓRIO

Como já afirmámos, o primeiro ano do Observatório foi essencialmente dedicado à definição de um modelo adequado e capaz de responder, quer às necessidades diagnosticadas, quer às possibilidades actualmente disponíveis de criação de tal instrumento. Todas as actividades desenvolvidas ao longo do ano de 2007 tinham instrumentalmente como objectivo responder a este desafio e contribuir para a futura modelização do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. Para este efeito foi fundamental:

- Recolher, analisar e sistematizar os principais indicadores sociais disponíveis;
- Conhecer as principais políticas, programas e acções no âmbito da luta contra a pobreza;
- Conhecer os principais actores, as respostas sociais que protagonizam e as suas necessidades;
- Dialogar com investigadores e peritos nas áreas da pobreza e da exclusão social;
- Conhecer outras experiências de Observação Social nacionais e estrangeiras.

5.1. As características do Observatório: principais questões

Tendo em consideração os objectivos traçados pelo Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa durante este seu primeiro ano de implementação, vale a pena aqui apresentar um conjunto de questões às quais, a partir das actividades desenvolvidas se procurou responder e que estão na origem das propostas que este 1.º relatório integra, no sentido de apresentar um modelo e uma proposta de enquadramento estratégico para o Observatório:

a) As **razões e motivações** que levam à criação de um Observatório. A sua clarificação é importante e vale a pena saber a que intenções responde e em que contexto se situa. Inserem-se numa preocupação de fundo ou numa preocupação superficial. Se se trata de apresentar os resultados de uma determinada instituição ou se é uma resposta a uma necessidade ou a um pedido colectivo de maior informação;

b) A **periodicidade** determina muitas coisas. Os observatórios mensais estão obrigados a ter um funcionamento muito ágil. Tanto as causas como as manifestações da pobreza e da exclusão não se modificam a curto prazo. A maioria escolhe a anualidade como período mínimo para dar conta dos seus principais resultados. Tal não impede de apresentar algumas informações com uma menor temporalidade. Mas o compromisso anual é importante. Há que ter em conta que se trabalha com informações estatísticas e a publicação destas ou sua disponibilização vão condicioná-los. Se são eles que as criam, devem calcular o tempo de recolha, sistematização, análise e produção da mesma;

c) Nem sempre o **território** em que se manifesta a pobreza e a exclusão é delimitado pelas divisões territoriais, institucionais, administrativas, políticas e inclusivamente económicas. O “local” não coincide necessariamente com o perímetro municipal. Assim, por exemplo, quanto maior for a cidade, maior será a sua área de influência que concentra a pobreza e a exclusão nos seus bairros históricos estendendo-a até à periferia suburbana. Ambos os fenómenos podem ser difusos e/ou concentrados. As suas origens podem ser muito longínquas relativamente ao nível local ou misturar-se com factores internos deste nível. Os recursos podem atrair pessoas pobres de outros lugares e as medidas locais de pouca relevância, também se inter-cruzam com outras de âmbito superior;

d) O **carácter e o estatuto** do observatório condicionam o seu desenvolvimento. Se é público pode estar mais ligado a um conceito de cidadania, de interesse geral e mais sustentado, mas é normalmente mais “pesado”, com riscos burocráticos e mais sujeito aos vaivéns e medidas políticas. Se é privado é mais ágil, mas mais volátil e mais dependente dos interesses particulares. Em geral, as fórmulas mistas, de parceria múltipla em que participa a administração pública, universidades e centros de investigação, o mundo associativo, a economia social e inclusivamente o privado lucrativo são as crescentemente preferidas. Nesse caso é importante clarificar as funções que vão jogar os distintos actores (Pré-Diagnóstico, Direcção, Programação, Produção, Financiamento, ...);

- e) Em termos de **objectivos** podem-se estabelecer vários:
- ·Podem olhar, retratar, identificar, contemplar
 - ·Podem filmar, seguir, monitorizar
 - ·Podem mostrar, guardar, inventariar, juntar
 - ·Podem seleccionar, contrastar, organizar, sistematizar
 - ·Podem analisar, examinar, estudar
 - ·Podem ser uma referência, um lugar de debate e participação
 - ·Podem valorizar, concluir, sugerir, recomendar
 - ·Podem distribuir, difundir, derivar, transferir

Como é evidente, cada um deles delimita as características do observatório e a sua forma de trabalhar. Alguns são complementares, outros são excludentes. Há que tomar opções razoáveis e pensar que os objectivos podem ser acumuláveis. Importa ainda perceber que uns são mais fáceis de concretizar inicialmente do que outros;

f) Qual é a **área temática** que o observatório quer abordar é uma das questões mais complexas. Se se amplia muito, o risco é a superficialidade e a complexidade. Se, pelo contrário, se reduz muito surge o risco de a apresentação ficar anedótica de tão reduzida. Além disso, a pobreza e a exclusão são fenómenos que se escondem, opacos, difíceis de apreender. Um observatório local põe, logicamente, a tónica na dimensão territorial, mas também pode dar ênfase a um determinado grupo (mulheres, jovens, idosos, sem-abrigo, imigrantes, minorias étnicas...) ou a uma forma de intervenção (inserção laboral, mediação, redução de riscos ...) ou a um sector (habitação, saúde, trabalho, educação ...) ou ao seguimento de uma determinada medida (rendimento social de inserção, ajudas de acção social, micro-crédito...) ou, ainda, nos seus resultados e ou impacto produzido nos fenómenos. Igualmente, podem-se cruzar estas várias dimensões. Há que saber decidir, diferenciar e, portanto, estabelecer prioridades temáticas;

g) **O financiamento** dos observatórios pode “fazer correr muita tinta” e está ligado directamente à sua sustentabilidade. Se se aprecia a sua independência, a resposta é bastante fácil. O melhor é que existam distintas fontes de financiamento. Directos, das instituições e organismos que os promovem e de outros sócios colectivos e individuais e indirectos, dos que os patrocinam. Mas também é interessante pensar que alguns vão utilizar os seus produtos. Tanto os que consultam como os que compram as suas publicações. Além do mais a diversificação e o aumento das fontes de financiamento converte-se numa medida de legitimação social, do êxito do observatório e, provavelmente, da sua continuidade. Normalmente, quem paga, manda, mas nem sempre, o que se traduz na necessidade e possibilidade de obter financiamentos de carácter filantrópico / mecenato ou que se compensam entre eles. E, por outro lado, é importante que não haja o domínio de interesses particulares ou de alguma organização. A limitação dos custos fixos e um orçamento periodicamente avaliado costumam ser uma boa garantia de autonomia que revertem em proveito da sustentabilidade do observatório;

h) Existe uma multiplicidade de mecanismos de **Coordenação, organização e gestão** dos observatórios. É útil distinguir entre os que tomam decisões estratégicas e os que as aplicam no dia-a-dia e, também, os que podem fazer supervisão. Por estas razões, deverá existir uma distinção entre a equipa de desenvolvimento e a Coordenação, ao que, cada vez mais, convém adicionar um conselho de supervisão / monitorização externo.

i) Ter em conta e **delimitar o público** a que se dirige o observatório pode ser crucial para o mesmo. Se, no entanto, se quer um observatório participado, há que saber criar os canais reais ou virtuais que o permitam. É muito difícil querer chegar ao mesmo tempo aos utentes, aos cidadãos, aos profissionais da área social, aos meios de comunicação, aos peritos, aos responsáveis institucionais e aos políticos. Há que saber escolher os canais, a linguagem e os produtos para o exterior. É assim fundamental que se construa uma pedagogia da imagem e do alcance do observatório, as quais, de alguma forma, também vão condicionar as formas de trabalho internas.

j) A utilização de **múltiplas metodologias** parece, de início, ser o caminho mais aconselhado. Não existe uma única que possa abordar a complexidade da pobreza e da exclusão e é relativamente inútil

entrar na discussão sobre o valor dos métodos quantitativos e qualitativos. O seu uso conjunto é o que dá valor ao tratamento de uma informação que provém de fontes primárias, secundárias e das que se possam vir a criar. As estatísticas nacionais e regionais são úteis se convenientemente trabalhadas para fazê-las funcionar ao nível local. As que produzem as entidades públicas e privadas locais devem ser altamente rentabilizadas. Os dados administrativos também podem ser significativos. As pesquisas, as entrevistas e os grupos de discussão fornecem informações válidas. Os painéis, cada vez mais utilizados, permitem fazer séries cronológicas, mas são mais caros... Um observatório é, entre outras coisas, um canal de obtenção de informação, do seu tratamento e da sua difusão. E deverá haver uma coerência entre estas três funções e os objectivos que se perseguem.

k) **Os produtos** dos observatórios poderão ser múltiplos. Desde a simples página *web* (Observatórios on-line) até relatórios complexos, passando por informações, documentos, estudos específicos, guias, inventários. Existem várias possibilidades de dar conta do que faz um observatório. Para este efeito, o Observatório pode jogar um papel pró-activo promovendo reuniões, debates, encontros, congressos sobre os seus resultados ou sobre os temas gerais ou concretos que investiga. Não, necessariamente, deve adoptar sempre a mesma forma, mas é importante que tenha alguns produtos fixos que se vão repetindo. Os produtos variáveis poderão dar a conhecer documentos históricos, inéditos e difíceis de encontrar, investigações concretas, bibliografias *ad hoc*, artigos importantes ou dar a voz aos utentes, às suas organizações ou aos responsáveis das instituições. É importante ter um logótipo que identifique o conjunto desses produtos e uma certa imagem comum.

l) Os observatórios podem ser mais passivos e cumprirem uma **missão informativa** (o que não é pouco na luta contra a pobreza e exclusão). Ou podem ser mais analíticos e transmitir informação detalhada e converterem-se num lugar de referência desde que se valorize a realidade e se permita que se façam **sugestões e recomendações**. Em todos os casos devem ser cautelosos, uma vez que não há informação neutra e qualquer observação sobre a realidade vem determinada por quem a contempla. Neste caso importa extremar as preocupações, ser o mais objectivo possível e jogar um papel político distante das posições ideológico-partidárias. É também a este nível que se joga a sua legitimidade e longevidade.

5.2. Principais eixos de intervenção propostos para o Observatório

Foi com base nas reflexões anteriores e nos resultados das acções promovidas ao longo do primeiro ano, que se procurou traçar o modelo do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa¹³⁹.

Assim, os principais eixos de intervenção do Observatório deverão ser os seguintes:

- a) Recolher, analisar e sistematizar informação, mantendo-a disponível, actualizada e apresentada sob diferentes formatos e produtos que deverão poder constituir-se como recursos para os diferentes públicos-alvo do Observatório;
- b) Produzir e difundir conhecimentos aprofundados sobre determinados fenómenos específicos e particularmente relevantes para a caracterização dos principais problemas de pobreza e exclusão social;
- c) Mobilizar e fazer participar todos os actores relevantes fazendo do Observatório uma verdadeira realidade de investigação-acção;
- d) Elaborar propostas concretas para a melhoria das políticas, programas e acções de combate à pobreza.

¹³⁹ Concorreram de forma específica para a definição do modelo e dos seus eixos de intervenção os Workshops organizados com Organizações Sociais e com Peritos na área da Pobreza e da Exclusão Social.

5.3. O modelo proposto para o Observatório

Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa

Enquadramento Geral	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de dar visibilidade ao fenómeno da pobreza - O papel da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal enquanto entidade que tem como missão contribuir (também em termos de investigação e produção de conhecimentos) para o combate à pobreza e que defende a necessidade de fortes instrumentos de observação, análise e investigação-acção.
Fundação	2007 (ano de lançamento)
Periodicidade	<i>On-going</i> . Em termos de apresentação de resultados (relatório) tem uma periodicidade bienal. Não obstante o seu funcionamento bienal em termos de publicação do seu relatório, ao longo de cada ano serão editados diferentes produtos.
Âmbito Territorial	Local. Concelho de Lisboa (possível ampliação futura para um âmbito mais alargado)
Estatuto	Privado
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> a) Recolher, analisar e sistematizar informação, mantendo-a disponível, actualizada e apresentada sob diferentes formatos e produtos que deverão poder constituir-se como recursos para os diferentes públicos-alvo do Observatório; b) Produzir e difundir conhecimentos aprofundados sobre determinados fenómenos específicos e particularmente relevantes para a caracterização dos principais problemas de pobreza e exclusão social; c) Mobilizar e fazer participar todos os actores relevantes fazendo do Observatório uma verdadeira realidade de investigação-acção; d) Elaborar propostas concretas para a melhoria das políticas, programas e acções de combate à pobreza.
Temática	Geral (Pobreza) e específica (incidência em fenómenos e políticas específicas)
Financiamento	Várias fontes de âmbito local e nacional
Modelo de Gestão	<p>De iniciativa da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal é promovido pelo Núcleo Distrital de Lisboa da REAPN.</p> <p>A equipa de gestão / coordenação integra um perito nacional e um perito internacional. A equipa de execução integra dois técnicos.</p> <p>Este observatório caracteriza-se ainda por manter dois painéis de avaliação e acompanhamento (um que integra organizações não-governamentais e pessoas que vivem em situação de pobreza e outro que integra peritos e centros de investigação)</p>
Público	De acordo com os diferentes produtos, o Observatório terá como públicos: Organizações Sociais, responsáveis políticos, peritos, opinião pública
Metodologias	<ul style="list-style-type: none"> - Sistematização e análise de informação quantitativa e qualitativa disponível - Células de participação e e monitorização - Promoção de estudos específicos - Painéis de beneficiários (e ex-beneficiários) de programas e medidas específicas tendo em vista a produção de um barómetro
Produtos	Website; Bases de dados e recursos; Seminários temáticos de reflexão e aprofundamento; Células de Observação e Monitorização; Relatório bienal, Revista, Publicação de artigos em revistas científicas, outros instrumentos de investigação.
Produção de Recomendações	Sim, de carácter genérico e específico (por temática / problema / política)



ANEXOS

A. PLANO ESTRATÉGICO PARA O OBSERVATÓRIO (2008-2010)

Visão

Uma das actuais características da vulnerabilidade, da pobreza e da exclusão é que ao mesmo tempo que se torna visível em determinados contextos e locais das nossas cidades também continua a ser um fenómeno que se oculta e que permanece escondido. É por estas razões que algumas medidas e acções que procuram afrontar estes fenómenos, frequentemente, ficam submergidas e não são fáceis de detectar e conhecer em detalhe. A criação de um Observatório de luta contra a pobreza na Cidade de Lisboa obedece à necessidade de dar visibilidade a estes processos e a estas políticas, medidas, actores e intervenções, os quais dependem, em grande medida, da imagem colectiva que se projecta sobre a vulnerabilidade, a pobreza e a exclusão. Este Observatório poderá contribuir para criar uma representação social mais favorável e para melhorar as estratégias que procuram erradicá-las.

Missão

A missão do Observatório é a de contribuir para melhor conhecer a realidade sócio-económica da Cidade de Lisboa e, muito especialmente a vulnerabilidade, a pobreza e a exclusão social, suas causas e manifestações, bem como as políticas, os planos, os programas, medidas e experiências que tentam combatê-los. Mas não se trata somente de observar e analisar mas também criar condições para uma reflexão colectiva que permita elaborar um conjunto de instrumentos e meios que facilitem uma melhor avaliação tendo como principal objectivo tomar as decisões mais adequadas e melhorar as intervenções e os resultados.

Princípios / Valores

O Observatório de Lisboa orienta-se por vários princípios. Entre eles importa destacar a sua perspectiva participativa que se reflecte na partilha de diagnósticos e na promoção da participação dos actores privados e públicos e dos próprios cidadãos que experimentam situações de pobreza e exclusão nas diferentes actividades e funções desenvolvidos pelo Observatório. Tudo isto permitirá ao Observatório trabalhar em rede e assim ser mais um elemento a contribuir para o desenvolvimento sócio-económico local.

O Observatório defende a necessidade de uma forte autonomia que assenta sobre o rigor, a isenção, a sistematicidade e a transparência dos seus trabalhos. A sua capacidade de avaliação e prepositiva fundamentam-se nos mesmos princípios.

OBJECTIVO 1: Recolher, analisar e sistematizar informação

Ações / Actividades	Período de execução	Indicadores de execução e monitorização
Criação de um arquivo de documentação histórica	2008-2010	Colocar on-line (Centro de Documentação) na página de Internet 5 documentos significativos da história social de Lisboa
Aprofundamento das bases de dados	2008-2009	Sistematização e aprofundamento das 2 bases de dados de recursos existentes (instituições e políticas) e criação de 2 novas (legislação e bibliografia)
Criação de um “barómetro” com painéis de famílias	2008-2009	Definição e selecção da amostra, desenho de um questionário base e primeira aplicação.
Elaboração de uma primeira monografia (Rendimento Social de Inserção)	2008-2009	Desenho da investigação, obtenção e análise de dados, contraste dos mesmos com diferentes grupos de monitorização. Elaboração de recomendações. Apresentação pública dos resultados e publicação on-line dos mesmos.
Sistematização de um “índice” bibliográfico dos estudos sobre a pobreza em Lisboa.	2008-2010	Recolha e leitura dos estudos. Criação de uma base de dados com um mínimo de cinquenta referências.
Elaboração de um inventário de fontes estatísticas estáveis e criação de contratos de cooperação com as mesmas.	2008-2009	Contactos com os “fornecedores” (pelo menos 10) e elaboração de protocolos de cooperação.

OBJECTIVO 2: Produzir e difundir informação e conhecimentos

Manutenção e actualização da página da internet	2008-2010	Registo do número de visitas que deverá atingir, pelo menos, 1.000 visitantes (também de outros países).
Edição de Boletins Informativos electrónicos	2008-2010	Produção de 2 Boletins electrónicos por ano.
Relatório anual	2008, 2009, 2010	Produção de um relatório anual contendo a análise e evolução dos principais indicadores seleccionados.
Revista do Observatório	2009, 2010	Criação de um Conselho de Redacção e publicação de um número por ano.
Publicação de artigos noutros meios externos ao Observatório	2008-2010	Redacção e publicação de um artigo sobre o Observatório numa revista nacional e numa estrangeira.
Contratualização de colaborações com centros de estudos para cooperação em áreas e temáticas específicas de investigação (enquadramento de teses de Mestrado e de Doutoramento)	2008-2010	Concretização de, pelo menos, 3 acordos de cooperação em três domínios específicos de pesquisa.

OBJECTIVO 3: Mobilização e participação

Acções / Actividades	Período de execução	Indicadores de execução e monitorização
Organização de Seminários Internacionais	2008-2010	Em 2008 terá lugar um primeiro Seminário do qual se publicarão os principais resultados. Prevê-se que este Seminário dê início a uma série de outros Seminários internacionais (Espanha e Hungria).
Criação de três "células" de participação e monitorização: Organizações Sociais, Peritos e pessoas em situação de pobreza	2008, 2009, 2010	Várias reuniões periódicas (2 por ano com cada célula) e redacção das principais conclusões.
Organização de Seminários Temáticos	2008, 2009, 2010	Organização de um Seminário temático anual.

OBJECTIVO 4: Elaboração de propostas

Definição de um conjunto de critérios de luta contra a pobreza (tendo como pano de fundo as formas de intervenção)	2008, 2009	Formalização de um elenco de criterios que será debatido com as diferentes "células" do Observatório. Redacção final e disseminação de um documento conclusivo.
Elaboração de diferentes pacotes de recomendações (que derivarão dos diversos estudos temáticos a desenvolver neste período, com particular relevância para aquele que se irá dedicar à análise do Rendimento Social de Inserção).	2009-2010	Redacção de documentos conclusivos e discussão dos mesmos com diferentes actores (tendo em vista a formulação de recomendações. Apresentação das recomendações a diferentes instâncias e monitorização do seu seguimento.

B. PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO PARA 2008-2009

Tendo como enquadramento o trabalho desenvolvido durante o primeiro ano de implementação do Observatório, os resultados alcançados e a reflexão estratégica e modelo sugerido para o Observatório, apresenta-se seguidamente uma síntese da proposta de plano de acção para o biénio 2008-2009.

A. Actividades de Sistema

- Aprofundamento e actualização das bases de dados (as que existem mais uma na área legislativa e outra contendo estudos e publicações - centro de documentação on-line)
- Dinamização de células de Participação e Monitorização (Grupos de Trabalho)
- Manutenção da página da Internet (incluindo aprofundamento de conteúdos - arquivo histórico e boas práticas de intervenção na luta contra a pobreza)
- Edição de um primeiro número da Revista do Observatório
- Edição de um relatório anual que incluirá uma mapificação (fotografia) evolutiva da situação com base num conjunto de indicadores seleccionados e verificáveis. Este relatório deve ter uma capacidade de proposição em termos de acção (capacidade de "passar de fotografia a filme")

B. Actividades específicas durante este biénio

- Promoção de investigações específicas: Monografia com "lupa" sobre um tema específico (Rendimento Social de Inserção)
- Barómetro (medir o impacto de uma medida com um painel de beneficiários - análise em profundidade)
- Seleccionar e trabalhar um conjunto de critérios de luta contra a pobreza (para analisar o potencial de determinados programas em termos de impacto na luta contra a pobreza) - critérios em termos de formas de intervenção

C. Produtos

● De sistema:

Página de Internet
Centro de documentação On-line
Edição de um primeiro número da revista do Observatório
Edição de um relatório anual - fotografia evolutiva da situação - o relatório por excelência do Observatório
Actas e relatórios de Seminários e reuniões das Células de Observação e Participação

● Específicos deste biénio:

Elenco (grelhas) de critérios de luta contra a pobreza
Resultado da investigação específica
Resultado do Barómetro

D. Recursos humanos, de funcionamento e financeiros

● Recursos Humanos necessários

1 Director (tempo parcial)
1 Sociólogo (tempo inteiro)
1 Sociólogo (tempo parcial)
1 Perito internacional (tempo parcial)

● Recursos de funcionamento

Aquisição de mais algum material informático (hardware mas também software para análise de dados)
Despesas de funcionamento gerais (edição de documentos e sua reprodução, comunicações, correios, material de desgaste e administrativo, etc)
Manutenção da página da Internet
Despesas com edição de materiais (de imagem para eventos e publicações)
Despesas com deslocações (particularmente do perito internacional)
Organização de eventos (aluguer de espaços e suportes logísticos para seminários temáticos)

● Recursos financeiros

Calcula-se que seja necessário um valor aproximado de 250.000 € para o biénio 2008-2009.

E. Fontes de financiamento (em fase de negociação)

● Em espécie:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Instituições Bancárias
Outras a identificar (para financiamento de actividades específicas)

● Em suporte técnico e científico

Resultado de acordos, caso a caso, a celebrar com Unidades de Investigação
Conselho de Redacção da Revista do Observatório
Células de Monitorização e Participação
Núcleo de Lisboa da REAPN

C. ÍNDICE DE PRODUTOS DISPONÍVEIS

Produto	Conteúdos
Desdobrável institucional	- Apresentação do Observatório
Página Internet	- Apresentação do Observatório - Notícias - Directório de ligações úteis - Centro Documentação - Bases dados e Recursos (Institucional e de Políticas)
Acta do 1.º Seminário	- Relato das principais intervenções e conclusões do Seminário de apresentação do Observatório
Panorama dos Observatórios	- Panorama Internacional de Observatórios Sociais
Newsletters	- 1.ª Newsletter de apresentação do Observatório
Actas dos Workshops internos	- Principais conclusões do Workshop com Organizações - Principais conclusões do Workshop com Peritos
Bases de Dados	- Base de dados das Organizações e Equipamentos (respostas sociais) da Cidade de Lisboa - Base de dados das principais Políticas, Programas e Acções com impacto no combate à pobreza
Relatório final 2007	- Apresentação do trabalho desenvolvido pelo Observatório no seu 1.º ano de implementação - Apresentação de um primeiro retrato dos principais indicadores sociais relevantes para análise do fenómeno da pobreza
Plano Estratégico	- Explicitação do enquadramento estratégico, objectivos e acções propostas para o período 2008-2010
Proposta de Plano de Acção (síntese) para 2008-2009	- Plano de Actividades para o biénio 2008-2009



o b s e r v a t ó r i o

luta contra a pobreza
na cidade de Lisboa

2 0 0 7